



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Diogo Chaves Leiras dos Santos

**A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as
implicações no conflito interno colombiano**

São Gonçalo

2024

Diogo Chaves Leiras dos Santos

A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Araujo Carvalho

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S237
TESE

Santos, Diogo Chaves Leiras dos.

A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano / Diogo Chaves Leiras dos Santos. – 2024.
240f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Araujo Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Assistência militar americana – Colômbia – Teses.
2. Território nacional – Colômbia – Teses. 3. Militarismo – América Latina – Teses. 4. Colômbia – Relações – Estados Unidos – Teses.
5. Política militar – Colômbia – Teses. I. Carvalho, Marcos César Araujo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 6150

CDU 355.356

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Diogo Chaves Leiras dos Santos

A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:

Aprovada em 03 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos César Araujo Carvalho (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Claudete Vitte
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Eduardo Karol
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Licio Caetano do Rego Monteiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Nelson Diniz de Carvalho Filho
Colégio Pedro II

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todos os latinos-americanos que, de alguma maneira, sofrem e são vítimas da violência e das injustiças do capitalismo; aos trabalhadores e professores do mundo que não param de lutar; ao meu avô Antônio Rodrigues Chaves (88) e à minha avó Maria de Lourdes Saraiva Lino (94).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, começo agradecendo à minha mãe Solange, que sempre lutou pelos meus sonhos e nunca desistiu de mim. Obrigado por me proteger e me amar. Te amo.

Agradeço às minhas irmãs, Thaís, Maria Luísa e Vanessa, que, assim como eu, tiveram a oportunidade de ingressar na universidade pública e concluir a graduação, me incentivando para que fizesse o mesmo.

Ao meu pai Geraldo Luís, pelo caráter e carinho, me ensinando a importância e a dimensão dos estudos na formação do professor e de “cidadão do mundo”. E sempre atento às questões sociais.

Ao meu pai Evandro e à Magda por todo apoio e incentivo. Ao meu padrinho Edson.

Aos parentes da família Saraiva Lino, especialmente à minha avó Lourdes e ao tio Mau (Flávio) pelas contribuições e ajuda para a participação nos encontros e congressos de Geografia e também para publicação de artigos.

À família Chaves, com um carinho especial ao meu avô Antônio. Obrigado por deixar morar em seu sítio (Sítio da Pedra Branca) nos últimos 4 anos, em Santo Aleixo. E à minha tia Rosângela e ao meu tio Rydan por cuidarem dele e dos meus primos.

À Carolina Casallas, amiga e companheira, que ao longo desses anos me faz aprender que a vida é feita de desafios e que desafios devem ser superados. E assim como eu, também será mestre em breve. Já antecipo meus parabéns pela conclusão do mestrado em Microbiologia na UFRJ e por fechar esse ciclo (mais um) junto comigo.

Aos amigos e familiares das famílias Cuervo e Casallas que tanto me acolheram e cuidaram nos 3 anos vividos em Bogotá, especialmente vovó Aura, sr. Carlos e sra. Maria Eugenia. Aos amigos e amigas da Colômbia.

Aos amigos Renan, Ricardo, Iuri, Caio, Bruna, Maurício, Paulo Vitor, Philipinho e Ana. Aos amigos da FFP/UERJ, tanto da graduação quanto do mestrado. Aos professores do Departamento de Geografia que, de alguma maneira, transmitiram seus conhecimentos e saberes que fortaleceram minha formação acadêmica. E também à todos os funcionários da FFP/UERJ.

Ao meu orientador, Marcos César, pela amizade que vem desde os tempos de graduação e por me convencer a investigar assuntos relacionados à geopolítica e à América Latina e pelas conversas que abriram caminhos e laços para isso. Aos amigos do NoSER e do NEGAL.

Ao meu eterno amigo Felipe Rothier (*in memoriam*) que me ensinou que na vida nada é impossível.

Às colegas Kirce, Cláudia, Alinne e Roberta, bem como à todos os funcionários da Secretaria de Educação e Cultura de Magé (SMEC) e estudantes das Escolas Municipais Dr. Mário Pinheiro, Parque Boneville e Vêronica Maria da Silva Nunes.

Aos amigos e moradores dos bairros Jardim Esmeralda e Jardim Santo Antônio, em Magé, que respeitosamente me chamam de professor. Grato pela referência.

Ao movimento estudantil da UERJ que com muita luta garantiu os direitos de continuação e permanência dos estudantes nos *câmpus* através de bolsas e auxílios remunerados. E ocuparam, nos últimos meses, as unidades contra os cortes de benefícios que tanto prejudicam a formação profissional de milhares de estudantes e a qualificação da mão de obra futura do país. Força nas ocupações! Resistir é preciso.

À Capes pelo investimento e financiamento da bolsa estudantil pelo período de 2 anos e a possibilidade de maior dedicação e atenção ao projeto de mestrado.

Às novas amizades feitas através do Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (TO), do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (SP), ambos em 2023, e do Congresso Brasileiro de Geógrafos (SP) em 2024. A família geográfica só aumenta.

Ao Serviço de Psicologia Aplicada da UFF, em Niterói, por me receberem em um momento bastante delicado e pelas terapias e bons diálogos, principalmente à Guilherme França e Tainara Rodrigues.

E, por fim, um agradecimento especial ao saudoso mestre Andreilino Campos (*in memoriam*) que continua me orientando e levando seu legado.

Muito obrigado!

(...) El de la rebaja, baja del taxi
Los tiros, la tira, el basuco, la mentira
Esta ciudad es la propiedad del Señor Matanza
Esa olla, esa mina, y esa finca y ese mar
Ese paramilitar son propiedad del Señor Matanza
Ese federal, ese chivato y ese sapo
El sindicato y el obispo, el general son propiedad del
Señor Matanza
Buenas jineteras y alcohol están bajo control
La escuela y el monte de piedad son propiedad del
Señor, del Señor Matanza
Él decide lo que va, dice lo que no será
Decide quién la paga, dice quién vivirá
Esa tierra y ese bar son propiedad son propiedad del
Señor Matanza
A mi niero llevan pa'l monte, a mi niero llevan pa'l
monte, a mi niero llevan pa'l monte (...)

Mano Negra, canção “El Señor Matanza” (1994)

RESUMO

CHAVES, D. *A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano*. 2024. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a militarização na América Latina atribuídas às relações de poder entre a República da Colômbia e os Estados Unidos da América (EUA), com ênfase no Plano Colômbia. Esse plano foi criado no ano 1999 com vigência até o ano de 2015, quando foi assinado o Acordo de Paz em 2016, em Havana (Cuba), entre as Força Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano de Juan Manuel Santos (2010-2018). Entre os anos de 1998 e 2018, as alianças dos ex-presidentes colombianos (Andrés Pastrana, Álvaro Uribe e Santos) e os ex-presidentes estadunidenses (Bill Clinton, W. Bush e Barack Obama) envolvidos no processo do Plano Colômbia cooperaram para o controle militar estadunidense sobre territórios latino-americanos. O Plano Colômbia, como instrumento de militarização, foi peça fundamental para o desenvolvimento e o reposicionamento político-militar dos EUA no Hemisfério Ocidental. De um plano estratégico militar baseado no discurso de “paz” através de uma política de “guerra às drogas” e a erradicação de cultivos considerados ilícitos, transmutou-se para a “guerra global ao terror”, assim configurando-se em um “plano antiterrorista” em que os grupos de guerrilhas de esquerda, situados na Colômbia, seriam os inimigos a serem combatidos. Os documentos “*Plan Colombia: plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado*” (1999) e “*Plan Colombia: una alianza exitosa*” (2015) evidenciam a militarização do Plano Colômbia, que após o seu encerramento agravou a internacionalização do conflito interno colombiano e implicou em diversas contradições e desafios à sua sociedade. Como resultado do Plano Colômbia, a Colômbia foi o primeiro país da América Latina a se converter como aliado estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2018.

Palavras-chave: República da Colômbia; Estados Unidos da América; território; militarização; Plano Colômbia.

ABSTRACT

CHAVES, D. *US militarization in Latin America: Plan Colombia and its implications for the internal Colombian conflict*. 2024. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This research aims to analyze militarization in Latin America attributed to the power relations between the Republic of Colombia and the United States of America (USA), with emphasis on Plan Colombia. This plan was created in 1999 and was in effect until 2015, before the signing the Peace Agreement in 2016, in Havana (Cuba), between the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC) and the Colombian government of Juan Manuel Santos (2010-2018). Between 1998 and 2018, the alliances of former Colombian presidents (Andrés Pastrana, Álvaro Uribe and Juan Manuel Santos) and former US presidents (Bill Clinton, George W. Bush and Barack Obama) involved in the Plan Colombia process cooperated for US military control on Latin American. Plan Colombia, as an instrument of militarization, was fundamental part of the development and the political-military repositioning of the USA in the Western Hemisphere. This Plan went from being a strategic military based on the discourse of “peace” although applying a policy of “war on drugs” and the eradication of crops considered illicit, to an instrument to the “global war against terrorism”, being configured, in this way, in an “anti-terrorist plan” within which, the Colombian leftist guerrilla groups would be the enemies to fight. The documents “Plan Colombia: plan for peace, prosperity and the strengthening of the State” (1999) and “Plan Colombia: a successful alliance” (2015) highlight the militarization of Plan Colombia, which after its closure worsened the internationalization of the Colombian internal conflict and resulted in several contradictions and challenges for its society. As a result of Plan Colombia, Colombia was the first Latin American country to become a strategic ally of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) in 2018.

Keywords: Republic of Colombia; United States of America; territory; militarization; Plan Colombia.

RESUMEN

CHAVES, D. *La militarización de Estados Unidos en América Latina: el Plan Colombia y sus implicaciones para el conflicto interno colombiano*. 2024. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la militarización en América Latina atribuidas a las relaciones de poder entre la República de Colombia y los Estados Unidos de América (EE.UU.), con énfasis en el Plan Colombia. Este plan fue concebido en 1999 y estuvo vigente hasta 2015, un poco antes de la firma, en 2016 en La Habana (Cuba), del Acuerdo de Paz entre las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el gobierno colombiano de Juan Manuel Santos (2010-2018). Entre 1998 y 2018, las alianzas de los expresidentes colombianos (Andrés Pastrana, Álvaro Uribe y Juan Manuel Santos) y los expresidentes estadounidenses (Bill Clinton, George W. Bush y Barack Obama) involucrados en el proceso del Plan Colombia cooperaron para el control militar de EE.UU. sobre América Latina. El Plan Colombia, como instrumento de militarización, fue fundamental para el desarrollo y el reposicionamiento político-militar de Estados Unidos en el hemisferio occidental. Este plan, pasó de ser estratégico militar, basado en el discurso de “paz”, aunque aplicando una política de “guerra contra las drogas” y de erradicación de cultivos considerados ilícitos, a un instrumento de la “guerra global contra el terrorismo”, configurándose, de este modo, en un “plan antiterrorista” dentro del cual, los grupos guerrilleros de izquierda colombianos serían los enemigos por combatir. Los documentos “Plan Colombia: plan de paz, prosperidad y fortalecimiento del Estado” (1999) y “Plan Colombia: una alianza exitosa” (2015) destacan la militarización del Plan Colombia, que tras su cierre agravó la internacionalización del conflicto interno colombiano y resultó en varias contradicciones y desafíos a su sociedad. Como resultado del Plan Colombia, Colombia fue el primer país de América Latina en convertirse en aliado estratégico de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en 2018.

Palabras clave: República de Colombia; Estados Unidos de América; territorio; militarización; Plan Colombia.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	República da Colômbia (político-estratégico)	22
Mapa 2 –	República da Colômbia (físico-econômico)	23
Mapa 3 –	Código geopolítico da contenção	52
Mapa 4 –	Código geopolítico da prevenção	61
Mapa 5 –	Divisão espacial segundo os Comandos Unificados de Combate dos EUA	94
Mapa 6 –	Zona de responsabilidade do Comando Sul	101
Mapa 7 –	Bases militares na América Latina e no Caribe sob supervisão do Comando Sul	104
Mapa 8 –	Biodiversidade, recursos energéticos e bases militares estadunidenses na América Latina	104
Mapa 9 –	Biodiversidade, recursos energéticos e bases militares estadunidenses no mundo	105
Mapa 10 –	Países latino-americanos com mais bases militares controladas desde o Comando Sul	107
Mapa 11 –	Cultivos ilícitos na Colômbia em maio de 2000	121
Mapa 12 –	Bloco sul das FARC (2015)	131
Mapa 13 –	Zonas de influência das antigas frentes das FARC e das dissidências	177
Mapa 14 –	Influência territorial das estruturas da “Segunda Marquetalia”	182
Mapa 15 –	Bloco sul das FARC (2015)	194
Mapa 16 –	Zonas de influência das antigas frentes das FARC e das dissidências	195
Mapa 17 –	Presença de parapolíticos na Colômbia em 2015	206
Mapa 18 –	Presença de narcoparamilitares na Colômbia (2007-2016)	207
Mapa 19 –	Membros da OTAN (1949-2024)	212

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	O Destino Manifesto e o “Progresso Americano”	34
Figura 2 –	Expansão territorial dos EUA nos séculos XVIII e XIX	35
Figura 3 –	‘My, my, such possibilities’ (Tais possibilidades)	37
Figura 4 –	Países membros da OTAN em 1949	49
Figura 5 –	Ditaduras militares na América Latina	56
Figura 6 –	Frentes das FARC e ELN entre as décadas de 1960 e 1980	86
Figura 7 –	Frentes das FARC e do ELN na década de 1990	86
Figura 8 –	Marcha em Bogotá contra os sequestros (2008)	89
Figura 9 –	Plano Colômbia como intervenção estrangeira	116
Figura 10 –	“ <i>El abrazo de Grasso</i> ”	119
Figura 11 –	Aquisições do Plano Colômbia entre 1999 e 2014	158
Figura 12 –	Cifras do Plano Colômbia em 2015 (Jornal <i>El Espectador</i>)	158
Figura 13 –	“Quinze anos” do Plano Colômbia	164
Figura 14 –	Resultado do referendo na Colômbia em 2016	174
Figura 15 –	Porcentagem das ações atribuídas às dissidências confirmadas na Colômbia (por departamento) e no Equador (10 de julho de 2016 a 27 de março de 2018)	176
Figura 16 –	Ações de dissidências das FARC e das forças públicas colombianas (2016-2018)	179
Figura 17 –	Movimentação dos cultivos de coca na Colômbia (2011-2020)	190
Figura 18 –	Deslocamentos forçados na Colômbia entre janeiro e junho de 2018	198
Figura 19 –	Saldo do conflito armado na Colômbia e número de vítimas (1985-2018) .	202
Figura 20 –	O complexo paramilitar na Colômbia	203
Figura 21 –	Números do conflito interno colombiano entre 1985 a 2018	210
Figura 22 –	Acordo militar entre Uribe e Obama em 2009	214

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Volume de sequestros na Colômbia entre 1990 a 1995	87
Gráfico 2 –	Sequestros cometidos por grupos paramilitares na Colômbia entre 1970 a 2010	88
Gráfico 3 –	Volume de sequestros na Colômbia entre 1970 a 2010	88
Gráfico 4 –	Evolução do número de integrantes das FARC e do ELN (1964-2014)	92
Gráfico 5 –	Valores da ajuda dos EUA para a Colômbia entre 2000 a 2006 (milhões de dólares)	143
Gráfico 6 –	Gastos em defesa, comparação entre Colômbia e Venezuela (1991-2011)	147
Gráfico 7 –	Efetivos militares, comparação entre Colômbia e Venezuela (1978-2010)	148
Gráfico 8 –	Origens das armas da Colômbia (1950-2011)	148
Gráfico 9 –	Militares treinados pelas Forças Armadas dos EUA na Colômbia e na Venezuela (1999-2012)	149
Gráfico 10 –	Evolução dos recursos do Plano Colômbia entre 2000 e 2015 (em dólares)	151
Gráfico 11 –	Cooperação dos EUA para o setor de defesa da Colômbia entre 2000 e 2015 (%)	152
Gráfico 12 –	Cooperação dos EUA – Plano Colômbia X Recursos nacionais entre 2000 e 2015 (milhões de dólares)	152
Gráfico 13 –	Cooperação dos EUA para o setor de defesa da Colômbia entre 2000 e 2015 (em dólares)	153
Gráfico 14 –	Assistência militar e policial dos EUA para os países da América Latina (1996-2014)	156
Gráfico 15 –	Crescimento do PIB entre 2010 e 2014 (em porcentagem)	161
Gráfico 16 –	Variação da assistência de segurança dos EUA para a Colômbia (2011-2018)	162
Gráfico 17 –	Ações das dissidências confirmadas na Colômbia (por departamentos e municípios) e no Equador (10 de julho de 2016 a 27 de março de 2018) ..	176

Gráfico 18 –	Cultivos de coca, fumigação e erradicação manual na Colômbia (1994-2015)	188
Gráfico 19 –	Censo de cultivos de coca na Colômbia entre 2000 e 2014 (por hectares)	189
Gráfico 20 –	Áreas de cultivos de coca calculadas em 31/12/2014 na Colômbia	189
Gráfico 21 –	População e famílias deslocadas na Colômbia (2000-2009)	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Comandos Unificados de Combate dos EUA	94
Tabela 2 –	Bases militares situadas na República da Colômbia	106
Tabela 3 –	Resumo de programas do Plano Colômbia segundo fontes de financiamento (em dólares)	133
Tabela 4 –	“Ajuda militar” dos EUA para a Colômbia (em dólares)	134
Tabela 5 –	Composição do “pacote de ajuda” dos EUA nos anos 2000 (em dólares) ...	134
Tabela 6 –	Composição da transfrência de ajuda dos EUA para a Colômbia nos anos 2000 (em dólares)	135
Tabela 7 –	Apoio internacional ao Plano Colômbia nos anos 2000 (em dólares)	138
Tabela 8 –	Valores da Iniciativa Regional Andina em 2001 (em dólares)	138
Tabela 9 –	“Pacote de ajuda” dos EUA entre os anos 2000 e 2001 para a Colômbia (em dólares)	139
Tabela 10 –	Assistência dos EUA prestada ao Exército colombiano e à Polícia Nacional de 2000 a 2008 (em dólares)	145
Tabela 11 –	Recursos destinados ao processo de “nacionalização” do Plano Colômbia entre 2008 e 2014	159
Tabela 12 –	Pontos e conteúdos do Acordo de Paz até janeiro de 2016 entre o governo colombiano e as FARC	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD M-19	Aliança Democrática M-19
AFP	Agência France-Press
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANAPO	Aliança Popular Nacional
ANUC	Associação Nacional de Usuários Campesinos
APC-Colombia	Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia
ARN	Agência para Reincorporação e a Normalização
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBI	Conflitos de Baixa Intensidade
CIA	Central Intelligence Agency
CINEP	Centro de Investigación y Educación Popular
CIP	Centro de Polícia Internacional
CISP	Centro Integrado de Segurança Pública
CNE	Conselho Nacional de Entorpecentes
DAS	Departamento Administrativo de Segurança
DEA	Drug Enforcement Administration
DNP	Departamento Nacional de Planejamento
DP	Delegacia Policial
DoD	Departamento de Defesa dos Estados Unidos
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECS 2018	Estratégias para o Comando Sul 2018
EIR	Executive Intelligence Review

ELN	Exército de Libertação Nacional
ESMAD	Esquadrão Móvil Antidistúrbios
EOM	El Orden Mundial
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Força Alternativa Revolucionária do Cumum
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
FBI	Federal Bureau of Investigation
FIP	Fundación Ideas para la Paz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOL	Forward Operating Locations
FUDRA	<i>Fuerza de Despliegue Rápido</i>
FUTCO	<i>Fuerza de Tarea Conjunta Omega</i>
GAI	Grupos Armados Ilegais
GAO	Government Accountability Office
GAOr	Grupo Resíduo Organizado Armado
INCORA	Instituto Colombiano de Reforma Agrária
INDEPAZ	Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz
INGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi
INRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IIRSA	Integração da Infraestruturura Regional Sulamericana
IRA	Iniciativa Regional Andina
ISP-RJ	Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro
JEP	Justiça Especial para a Paz
LAGEP	Laboratório de Geografia Econômica e Política
LASO	<i>Latin American Security Operation</i>
M-19	Movimento 19 de abril

MAS	Muerte A Secuestradores
MIR-Patria	Movimiento de Izquierda Revolucionaria Patria Libre
MOE	Misión de Observación Electoral
NEGAL	Núcleo de Estudos sobre Formação do Território e Geopolítica da América Latina
NoSER	Núcleo Sociedade, Espaço e Raça
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTASE	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
PICP	Parceria Individual do Programa de Cooperação
PCC	Partido Comunista Colombiano
PCI	Partido Comunista Italiano
PDET	Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POEA	polioxietilenamida
PNIS	Plano Nacional Integral de Substituição das Culturas
RUPD	Registro Único de População Deslocada
RIPS	Registro Individual de Prestação de Serviços de Saúde
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAM	Monitor de Assistência de Segurança
SIMCI	Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UERJ/FFP	Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNAL	Universidad Nacional de Colombia
UNODC	Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito
UP	Unión Patriótica
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAFRICOM	United States Africa Command
USCENTCOM	United States Central Command
USCYBERCOM	United States Cyber Command
USEUCOM	United States European Command
USINDOPACOM	United States Indo-Pacific Command
USNORTHCOM	United States Northern Command
USSPACECOM	United States Space Command
USSOCOM	United States Special Operations Command
USSOUTHCOM	United States Southern Command (Comando Sul dos Estados Unidos)
USSTRACOM	United States Strategic Command
USTRANSCOM	United State Transportation Command
WOLA	Escritório de Washington para Assuntos Latino-Americanos (sigla em inglês)
ZIDRES	Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	21
1	POR UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA	31
1.1	A construção hegemônica e as práticas imperialistas estadunidenses na América Latina: a subserviência colombiana no século XX	32
1.2	Guerra Fria, militarização e códigos geopolíticos	44
2	A INSURGÊNCIA DE GRUPOS DE GUERRILHAS POLÍTICAS E O LEVANTE CONTRA HEGEMÔNICO NA COLÔMBIA	63
2.1	Ecos do “El Bogotazo” e a insurgência armada na República da Colômbia ..	66
2.2	Espaço, Território e Poder: as disputas territoriais e os sequestros em solo colombiano	79
2.3	Redes e território-redes: o domínio territorial latino-americano desde o Comando Sul	93
2.4	As escala(das) da internacionalização do conflito armado colombiano: o inimigo agora é outro	109
3	O PLANO COLÔMBIA: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS, POLÍTICA EXTERNA DOS EUA NA COLÔMBIA E INTENSIFICAÇÃO MILITAR	124
3.1	Plano Colômbia I – Bill Clinton (1993-2001) e Andrés Pastrana (1998-2002): a debilidade da soberania nacional colombiana	126
3.2	Plano Colômbia II – A doutrina Bush (2001-2009) e as políticas de combate do governo de Álvaro Uribe (2002-2010)	136
3.3	Plano Colômbia III – Barack Obama (2009-2017) e Juan Manuel Santos (2010-2018): una alianza exitosa	149
4	“QUINZE ANOS” DO PLANO COLÔMBIA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS	164
4.1	O Acordo de Paz de 2016	166
4.2	As dissidências das FARC e a “Segunda Marquetalia”	173

4.3	A fumigação em terras campesinas e os deslocamentos forçados	183
4.4	Paramilitares e Álvaro Uribe: os falsos positivos como terrorismo de Estado	200
4.5	O fortalecimento militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): a Colômbia como aliada estratégica	211
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS	230

INTRODUÇÃO

O Plano Colômbia, criado no final do século XX, foi um dos projetos mais ambiciosos da política externa de segurança dos Estados Unidos da América (EUA) na América Latina. Esse plano deve ser analisado, sob uma perspectiva histórica, como um reordenamento territorial, bem como um arcabouço de estratégias para a reafirmação do controle territorial através do processo de militarização, sendo caracterizado como um programa multimilionário, de longo prazo, envolvendo remessas em larga escala de tecnologias e armas modernas para a acumulação de capital (PETRAS, 2001).

O Plano Colômbia surge sob o discurso de uma “ajuda social”. No entanto, essa ofensiva se insere em um movimento mais amplo, sobretudo no que se refere ao imperialismo estadunidense. No início dos anos 2000, logo após a virada do milênio, com o atentado às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, a política externa de segurança dos EUA adota uma política global de “guerra ao terror” que irá se expandir para os demais países da América Latina, como no caso da República da Colômbia, país que fica à noroeste no continente da América do Sul.

As relações bilaterais entre os EUA e a Colômbia (ver mapas 01 e 02) são longínquas. A inserção da Colômbia, país à noroeste da América do Sul, no âmbito da política externa de segurança dos EUA no contexto de criação do Plano Colômbia evidencia a influência estadunidense em territórios latino-americanos.

A Colômbia, antes mesmo da insurgência de guerrilhas políticas (GALEANO, 2010) na década de 1960, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), já atravessava uma guerra civil impulsionada pelos ecos do fenômeno “*El Bogotazo*” com o assassinato de Gaitán (1948) e se estendendo para o período da “*La violencia*” (1948-1953), fenômenos estes que se desencadaram durante a Guerra Fria (1947-1991).

Nos dias atuais, o conflito colombiano persiste envolvendo grupos guerrilheiros, paramilitares e forças nacionais. A partir do final da década de 1990, mas especialmente durante a década de 2000, as Forças Armadas colombianas e a Polícia Nacional foram as instituições e os setores que mais receberam investimentos e treinamentos militares dos EUA.

Mapa 1 - República da Colômbia (político-estratégico)



Fonte: Enciclopédia latino-americana¹.

¹ Ver: <https://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/c/colombia>. Acesso em: 05 maio 2024.

Mapa 2 - República da Colômbia (físico-econômico)



Fonte: Enciclopédia latino-americana².

Nessa mesma década, com a execução do Plano Colômbia, a partir de 1999, avança a internacionalização do conflito armado colombiano que, desde a década de 1960, marcou profundamente a geopolítica das relações de poder em territórios latino-americanos, assumindo uma nova escala envolvendo a criminalidade transnacional, a perda de territórios do Estado

² Ver: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-colombia>. Acesso em: 06 maio 2024.

colombiano para os grupos de guerrilhas e a sua convivência frente aos interesses dos EUA, o combate às drogas e a formação de redes e contrabandos de tráfico de entorpecentes e armas.

Com o Plano Colômbia, caracterizado como uma cooperação militar entre os EUA e a Colômbia, os efetivos militares colombianos saltaram de 203.300 em 2002 para 267.600 em 2010, enquanto a Polícia Nacional passou seus efetivos de 110.100 para 158.400 no mesmo período (SANTOS FILHO e CEPIK, 2020). Assim, verificou-se um aumento acentuado de gastos militares e armamentos não só na Colômbia, mas também para outros países da América do Sul, como os seus vizinhos fronteiriços Peru e Equador.

Portanto, nossas preocupações ao longo da pesquisa estiveram pautadas pela verificação de que o Plano Colômbia, além de ser um plano de reposicionamento político-militar dos EUA no Hemisfério Ocidental, também gerou impactos negativos à sociedade colombiana, bem como a de outros países vizinhos.

Então, uma questão se coloca: de que maneira o Plano Colômbia, como um plano estratégico de militarização estadunidense na América Latina, implicou em contradições e desafios para o conflito interno colombiano?

Como forma de estruturarmos essas reflexões, o presente trabalho se divide em três recortes temporais e em quatro capítulos. Os recortes temporais se encaixam em três periodizações. O primeiro recorte é do final do século XVIII ao início do XX, que se refere à construção hegemônica e as práticas imperialistas dos EUA na América Latina. O segundo recorte, em meados e fim do século XX, abrange o contexto da Guerra Fria, no âmbito do código geopolítico estadunidense da contenção e da insurgência armada na Colômbia. E o terceiro recorte, de 1999 até 2015, é atrelado ao engendramento do Plano Colômbia e as suas implicações no conflito interno colombiano após o seu encerramento com a assinatura do Acordo de Paz de 2016.

A escolha pela Colômbia se justifica pela particularidade desse país no contexto latino-americano. Para começar, há mais de seis décadas a Colômbia convive com uma guerra civil desde à insurgência armada e é o país sulamericano com o maior número de bases militares (9) que estão sob a responsabilidade do Comando Sul dos EUA.

Outra relevância é a sua adesão à OTAN em 2018, no último ano do governo de Santos. Muito em função do Plano Colômbia, o Estado colombiano tornou-se um aliado estratégico dessa organização militar na América Latina. Isso significa trazer para o centro do debate a experiência colombiana com o intuito de analisar as estratégias de militarização estadunidense que

reconfiguraram as relações de poder nos mais variados territórios que, em processos contraditórios, desafiam a busca por soluções que minimamente possam amenizar alguns dos contextos do conflito interno colombiano.

No primeiro capítulo, **“Por um olhar crítico sobre as relações de poder na América Latina”**, abordamos as relações de poder e as práticas imperialistas através de um resgate histórico que estabeleceu a hegemonia estadunidense na América Latina desde o seu processo de independência (PORTO-GONÇALVES, 2006), como as imposições da doutrina Monroe (1823) e do Destino Manifesto (1845) até o período da Guerra Fria no século XX, em que foram implementados os códigos geopolíticos globais da contenção e, mais tarde, o da prevenção (TAYLOR e FLINT, 2002 e PINA, 2007). Ambos foram determinantes para o processo de militarização estadunidense no Hemisfério Ocidental e, consequentemente, para a projeção do Plano Colômbia.

Em seguida, no segundo capítulo, **“A insurgência de grupos de guerrilhas políticas e o levante contra hegemônico na Colômbia”**, nosso objetivo foi analisar como se deu a configuração do conflito interno colombiano antes e após a morte do político Jorge Eliécer Gaitán (1948) até a insurgência dos grupos de guerrilha armada a partir da década de 1960.

Foram expostos os motivos para a insurgência de grupos de guerrilhas políticas, em 1960, e o levante contra hegemônico estadunidense na Colômbia, bem como apontar para o controle militar do Comando Sul dos EUA, criado em 1963, sobre os territórios da América Latina (CAYCEDO, 2005; CECEÑA, 2005, 2006, 2007, 2013; PETRAS, 2005, e ARZATE, 2022).

Em continuação ao debate apresentado, também foram abordados alguns conceitos-chave da geografia como espaço (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1993 e 1996; SUERTEGARAY, 2001 e LEFEBVRE, 2006); território (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995 e HAESBAERT, 2004); rede (RAFFESTIN, 1993; DIAS, 1995; SANTOS, MILTON, 1996); território-rede (SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2004, 2005 e 2006) e escala (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983 e SOUZA, 2013).

Os conceitos de espaço e território, na seção 2.2, foram discutidos no sentido de captar como foram ascendendo as disputas territoriais e os sequestros em solo colombiano. Para Raffestin (1993), quando um espaço é apropriado, ele também é territorializado. Para Santos (1993 e 1996), nas realidades encontradas em um território podem surgir novos recortes, dos quais são resultados de uma nova construção do espaço e, portanto, de um novo funcionamento do território.

Para Suertegaray (2001), o espaço geográfico deve ser tratado a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação-apropriação. E para Lefebvre (2006), o espaço deve ser compreendido como um processo social que é o resultado de uma dialética que envolve o vivido, o percebido e o concebido. Em relação ao conceito de território, Souza (1995) diz que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. E Haesbaert (2004) destaca a importância de analisar o território como um espaço que não é neutro, mas sim um espaço de disputas de poder.

Os conceitos de rede e território-rede, na seção 2.3, foram importantes para analisar o domínio territorial latino-americano desde o Comando Sul. Para Raffestin (1993), as redes com a mobilidade servem para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias por certos atores. E Dias (1995), ao falar sobre a densificação das redes, estas aparecem como instrumentos que viabilizam duas estratégias: circular e comunicar. Milton Santos (1996), reitera que a existência das redes é inseparável da questão de poder, e que esta deve ser aqui reconhecida (como) a capacidade de uma organização controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização.

O controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes (HAESBAERT, 2004, 2005 e 2006). A possibilidade de movimento do território através da fluidez e das conexões, permite uma ponte conceitual com a rede enquanto elemento constituinte do território, formando o binômio território-rede (SOUZA, 1995).

O conceito de escala, na seção 2.4, foi determinante para investigar as sucessivas internacionalizações do conflito armado colombiano ao longo do século XX até a implementação do Plano Colômbia. Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983), a escala seria a mediadora entre uma dada intenção e dada uma ação. Souza (2013) ao analisar a escala sob uma “construção social da(s) escala(s)”, nos revela que as escalas de análise não são imutáveis e que seriam produtos de mudanças tecnológicas, dos modos de organização humana e da luta política. A escala, então, não seria uma categoria pré-existente à espera para ser aplicada, mas sim um modo de contextualizar as concepções da realidade.

Portanto, optamos por este ser, além do capítulo empírico, também o teórico-metodológico devido à sobreposição de poderes que se configurou no território colombiano com o avanço das

frentes dos grupos de guerrilhas de esquerda e o monitoramento e controle militar executado desde o Comando Sul.

O crescimento dos grupos de guerrilhas, dos cárteis de drogas, do narcotráfico internacional, de atentados e de sequestros provocaram ruídos e temores que ajudaram a alavancar à internacionalização do conflito armado colombiano na década de 1960, passando por “novas internacionalizações” nos anos 1980, 1990 e 2000. Aqui, fontes e mapas do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) e do Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia (2013) são utilizados para evidenciar alguns desses trágicos processos.

O terceiro capítulo, **“O Plano Colômbia: perspectivas analíticas, política externa dos EUA na Colômbia e a intensificação militar”**, se debruça em uma pesquisa documental de órgãos oficiais como o Departamento Nacional de Planejamento (DNP) e o Ministério da Defesa da Colômbia. O primeiro documento, de 1999, chamado *“Plan Colombia: plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado”*, deu início ao Plano Colômbia e foi assinado pelo ex-presidente colombiano Andrés Pastranas (1998-2002). O segundo documento, *“Plan Colombia: una alianza exitosa”*, é de 2015 e foi assinado pelo ex-presidente também colombiano Juan Manuel Santos (2010-2018).

Logo, este último documento trata do encerramento do Plano Colômbia e do fim do conflito armado colombiano devido ao Acordo de Paz firmado entre o governo colombiano e líderes das FARC em 2016. Portanto, nosso objetivo nesta parte foi analisar a política de alianças entre os ex-presidentes dos EUA Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2017) com os da Colômbia Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018), apresentando a evolução dos investimentos e gastos militares (ÁLVARES, 2001; REGO-MONTEIRO, 2014 e SANTOS FILHO e CEPIK, 2020) em relação a execução do Plano Colômbia entre os anos de 2000 e 2016.

Dentre o período mencionado, destaca-se a atuação do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe com o *Programa Estratégico de Seguridad Democrática* e o *Plan Patriota*, que em termos ações e investimentos militares foram as fases de maior expressividade durante a execução do Plano Colômbia.

De acordo com o DNP, em um outro documento, intitulado *“Plan Colombia: Balance de los 15 años”*, o Plano Colômbia foi composto em três fases: 1) *Plan para la paz, la prosperidad y*

el fortalecimiento del Estado (2000-2006); 2) *Estrategia de fortalecimiento de la democracia y el desarrollo* (2007-2009); e 3) *Iniciativa de desarrollo estratégico para Colombia* (2010-2015).

Dando prosseguimento, gráficos, tabelas e cifras serão divulgadas através um dos principais veículos de imprensa e comunicações da Colômbia, o jornal *El Espectador*, baseado em dados do WOLA (Escritório de Washington para Assuntos Latino-Americanos) e UNODC (Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito), e pelo Monitor de Assistência de Segurança (SAM, sigla em inglês). Este último se refere a um programa criado em 2000 pelo Centro de Polícia Internacional (CIP) para monitorar as assistências militares e policiais e venda de armas dos EUA para o mundo.

O quarto e último capítulo, **“Quinze anos” do Plano Colômbia: contradições e desafios**, tem como foco apresentar algumas implicações nas transformações socioespaciais geradas no conflito interno colombiano durante a implementação do Plano Colômbia e após a assinatura do Acordo de Paz de 2016, denominado de *“Acuerdo General para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera”*.

Este foi um acordo de paz firmado no de 2016, em Havana, capital cubana, entre o governo colombiano de Juan Manuel Santos (2010-2018) e as FARC. Os impactos negativos produzidos no território colombiano com os anos de vigência do Plano Colômbia implicaram em sérios danos no conflito interno colombiano. As contradições da militarização do Plano Colômbia desafiam a sociedade colombiana no desenvolvimento de um futuro menos violento e na construção promissora de um bem estar coletivo.

Como forma temática, neste capítulo, algumas contradições que foram se consolidando ao longo da execução do Plano Colômbia foram apresentadas juntamente com as implicações relacionadas após a assinatura do Acordo de Paz de 2016. Também foram discutidas algumas soluções que, minimamente, possam amenizar a violência no conflito interno colombiano, além dos diversos desafios, que são dos mais complexos, a serem superados pelo Estado e pela sociedade civil.

Portanto, o capítulo 4 está dividido em cinco subcapítulos. O subcapítulo 4.1 trata dos principais pontos e conteúdos sobre o Acordo de Paz de 2016 e o resultado de aceitação ou rechaçamento do acordo pela sociedade civil através da realização de um referendo no mesmo ano.

O não cumprimento de parte do Acordo de Paz proposto pelo governo colombiano e as FARC acarretou na dissidência do grupo (VANEGAS, 2018) e como consequência formou-se a

“Segunda Marquetalia” em que alguns ex-membros voltaram a alçar armas. Caso debatido no subcapítulo 4.2. Sobre este assunto, foram divulgados alguns mapas e resultados com base em informações da *Fundación Ideas para la Paz* (FIP) para averiguação de suas áreas de influências e de expansão.

No subcapítulo 4.3, evidenciamos a ineficiência e a negligência do programa de erradicação de cultivos do Plano Colômbia com a utilização de glifosato e suas aplicações em territórios pertencentes às populações e famílias campesinas, indígenas e afrodescendentes que não tinham qualquer envolvimento direto com as guerrilhas (CAMACHO e MEJÍA, 2013). O que agravou não apenas suas condições de saúde, mas também o trágico fenômeno dos deslocamentos forçados que confere à Colômbia como um dos países com as maiores taxas de migrações internas no mundo (RUIZ, 2011).

Durante a implementação do Plano Colômbia houve o aumento considerável de ações e avanço dos grupos paramilitares sobre o território colombiano, o que levou a formação de um complexo paramilitar na Colômbia (POSSO, 2017). Com base em informações do *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz* (INDEPAZ), foram apresentadas algumas categorias sobre esse complexo e mapas com territórios onde há atuação e presença de paramilitares. Em 2018, Álvaro Uribe foi o primeiro ex-presidente colombiano a ser julgado pela Corte Suprema devido à sua proximidade com os grupos paramilitares, o seu envolvimento no escândalo dos falsos positivos para inflar o número de soldados mortos nas guerrilhas, dentre outros. Esses fatos são abordados no subcapítulo 4.4.

E por fim, o subcapítulo 4.5 traz como resultado da militarização do Plano Colômbia, o fortalecimento militar da OTAN no século XXI. Também no ano de 2018, foi garantida a inserção da Colômbia como aliada estratégica junto à organização, o que lhe conferiu alguns privilégios e benefícios militares.

Nesse último subcapítulo, são analisados alguns trechos de outros dois documentos oficiais dos Comandos Unificados de Combate dos EUA. O primeiro documento, elaborado pelo Comando Sul em 2008, tem o nome de “*USSouthcom Strategy 2018*” ou Estratégias para o Comando Sul 2018 (ECS 2018). O segundo chama-se “*Joint Visión 2020. Fuerzas Armadas dos EUA: nos preparando para o amanhã (2000)*”, ou Visão Comum 2020, tendo uma vigência de 20 anos.

Ambos documentos não dialogam diretamente com o Plano Colômbia, mas sim com o processo de militarização estadunidense na América Latina no decurso das duas primeiras décadas

do século XXI para se prevenir de uma “futura guerra hipotética”, assim pensando no código geopolítico global da prevenção. O Plano Colômbia é parte desse desejo veemente de poder militar dos EUA.

Para tanto, no decorrer do capítulo, o conceito de território passa a ser rediscutido de acordo com cada contexto relacionado à complexidade do conflito interno colombiano (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021) já que, por sua vez, ele pode ser difuso, impreciso e polissêmico nos ambientes acadêmicos.

Os autores fazem uma análise crítica do conflito armado colombiano e a construção da paz através de uma perspectiva territorial abordando diversos outros autores e seus conceitos, além de apontar os caminhos para os desafios que estão abertos e algumas iniciativas de comunidades que foram afetadas pelo conflito de alguma maneira. A complexidade do conflito interno colombiano também se implica em uma multiterritorialidade que envolve diversos atores em múltiplos territórios (HAESBAERT, 2004).

1 POR UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA

Desde muito cedo, a arquitetura da hegemonia dos EUA na América Latina possibilitou exercer práticas imperialistas que exterminaram povos originários e dominaram territórios latino-americanos. O processo de independência estadunidense (1776), bem como a Doutrina Monroe (1823) e o Destino Manifesto (1845), foram determinantes na constituição desse panorama e estabeleceram novas relações de poder nos anos que se sucederam. Dessa forma, no início do século XX, a República da Colômbia, país à noroeste da América Sul, teve parte de seu território invadido pelos EUA para dar independência ao Panamá e se apossar da Zona do Canal.

O processo de militarização dos EUA na América Latina pode ser dividido em dois períodos distintos que reforçam as mudanças verificadas em sua política externa através da imposição de códigos geopolíticos (TAYLOR e FLINT, 2002; PINA, 2007). O primeiro período se refere à bipolaridade da Guerra Fria (1947-1991) com a aplicação do código geopolítico da contenção, cuja ideia era conter a influência socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O segundo período, pós Guerra Fria, assinala para o código geopolítico global da prevenção para se prevenir de um possível ataque inimigo. Este último, com o fim da Guerra Fria, inaugura uma nova ordem mundial que gerou mudanças significativas nas relações de poder em escala global, levando mais tarde a criação do Plano Colômbia ao final do século XX.

Paralelo ao período da Guerra Fria, destacamos também os eventos que ocasionaram o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán (1949), candidato popular do Partido Liberal à presidência da Colômbia nas eleições de 1950 com alta probabilidade de ser eleito. Essa brutalidade provocou ondas de manifestações populares em todo o país que ficaram conhecidas como o fenômeno “*El Bogotazo*”, dando início a um conflito civil armado chamado de “*La violencia*” (1948-1958), sendo um dos ciclos mais sangrentos da história colombiana.

A morte de Gaitán foi um dos marcos para a transformação e a formação dos grupos de guerrilhas políticas (GALEANO, 2010) na Colômbia na década de 1960 com o surgimento dos dois principais grupos de esquerda, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Ambos, com suas distintas características, tinham como

objetivo implementar o socialismo na Colômbia, indo contra os anseios estadunidenses na América Latina.

O conflito do período “*La violencia*”, e a consequente insurgência armada na Colômbia, tem fortes ligações com o contexto da Guerra Fria. O código geopolítico global da contenção foi aplicado de uma escala global para uma escala regional, a América Latina, e dessa escala passou-se para uma escala local, a Colômbia. Essas escalas e antecedentes históricos serão determinantes para a transmutação do Plano Colômbia do código geopolítico global da contenção para o código geopolítico global da prevenção, trazendo implicações ao conflito interno colombiano após o seu encerramento com assinatura do Acordo de Paz de 2016.

Num primeiro momento, as FARC e o ELN são considerados pelos EUA como grupos de Conflitos de Baixa Intensidade (CAYCEDO, 2005). Mas, especialmente ao final da década de 1990, com o seu fortalecimento econômico e militar através do narcotráfico internacional e do controle de territórios na Colômbia, os EUA instituem o código geopolítico global da prevenção quando passam a considerá-los como potenciais inimigos a serem prevenidos de um ataque iminente.

Daí ocorre a implementação do Plano Colômbia, aos finais dos anos de 1990, com a narrativa de combate ao narcotráfico e a erradicação de cultivos ilícitos, vindo logo depois a sofrer uma mudança de reorientação com a instauração da política global de “guerra ao terror” imposta pelos EUA no início do século XXI.

1.1 A construção hegemônica e as práticas imperialistas estadunidenses na América Latina: a subserviência colombiana no século XX

A doutrina significa aquilo que faz com que o povo esteja em harmonia com o seu governante, de modo que o siga aonde for, sem temer por sua vida, nem de se expor a qualquer perigo (TZU, 2006, p. 6).

Afirmamos, como um princípio em que os direitos e interesses dos Estados Unidos estão involucrados, que os continentes americanos, pelo fato de terem assumido e de manter sua condição livre e independente, não devem ser considerados como sujeitos a futuras colonizações por parte de qualquer potência europeia... consideraríamos qualquer

tentativa de estender seu sistema a qualquer parte desse hemisfério como perigo para nossa paz e segurança (JAMES MONROE³, 1823).

Com a independência dos EUA, ao final do século XVIII, foi se criando uma hegemonia nos continentes americanos em relação ao domínio estadunidense sobre os demais países que hoje compõem a América Latina, assim originando um jogo das relações de poder que foram se estabelecendo entre si ao longo do século seguinte. Essa leitura sobre a construção hegemônica dos EUA na América Latina torna-se central para o debate no entendimento quanto à implementação do Plano Colômbia ao final do século XX.

No início do século XIX, a política expansionista estadunidense sobre os demais territórios era incrementada pela ideia de “América para os americanos”. Assim, através do seu quinto presidente, James Monroe (1817-1825), em 1823 foi aplicada a Doutrina Monroe.

Sobre a noção dessa doutrina, fazemos referências aos escritos de Schilling (1991) quando trata das etapas de domínios dos EUA e suas relações com a América Latina. Schilling afirma que as doutrinas estadunidenses se baseiam em leis maiores que orientam a sua própria política por longos períodos históricos. Tais leis representariam a manifestação direta do poder executivo e serviam para orientar a “diplomacia” estadunidense diante de outras nações e negócios em suas questões internacionais.

A Doutrina Monroe tinha como principais objetivos a não interferência de países europeus nos territórios que se encontravam nas Américas para que nenhum deles fossem “recolonizados”, defendia a não intervenção nos assuntos internos dos países considerados americanos, bem como a não interferência dos EUA nos conflitos e assuntos europeus. Os EUA passam a definir limites para a intervenção de potências europeias no continente americano.

A partir da Doutrina Monroe, a defesa dos EUA se deu através do isolamento em relação à Europa e sua política passa a se estender ao conjunto do Hemisfério Ocidental. Na medida que os EUA desenvolviam internamente sua economia e definiam suas prioridades e interesses internacionais, sua política no que diz respeito à América Latina também assumiria papéis mais evidentes.

A Doutrina Monroe carregava consigo uma outra doutrina sob uma perspectiva ideológica pautada no Destino Manifesto (ver figura 01), estabelecendo durante todo o século XIX uma política agressiva de expansão territorial tanto para o oeste de seu território, conhecida como a

³ Presidente dos EUA entre os anos de 1817-1825 e idealizador da Doutrina Monroe (1823).

“Marcha para o Oeste”⁴, quanto em direção a outros países latino-americanos como Cuba, Panamá e Porto Rico.

A figura 01 é uma pintura, feita em 1872 por John Gast (1842-1896), chamada de “Progresso Americano” e que representa o Destino Manifesto. Na pintura, é possível observar um contraste de luzes e sombras. A “luz” ilumina alguns elementos como o telégrafo, a navegação, os trens, o comércio, a agricultura e a propriedade privada (alocada no canto inferior direito da figura). E a “sombra”, ao lado esquerdo da obra, caracteriza a “escuridão no oeste”, nos quais povos nativos e animais selvagens são afugentados. No centro, uma mulher com traços de angelicais, conhecida como Senhora Colúmbia⁵, carrega um livro escolar prendendo cabos telegráficos junto aos ex-colonos ingleses em direção ao oeste do território. Uma clara referência à “Marcha para o Oeste”.

Figura 1 - O Destino Manifesto e o “Progresso Americano”



Fonte: Blog Sérgio Santos⁶.

⁴ “Como complemento da Marcha para o oeste, a Guerra de Secessão, ocorrida nos EUA entre 1861 e 1865, terminava com a vitória dos centros industriais do norte, protecionistas inveterados, sobre os plantadores livre-cambistas de algodão e de tabaco do sul” (GALEANO, 2010, p. 282).

⁵ Foi uma personificação inventada pelos EUA. A Senhora Colúmbia significava liberdade e a busca pela liberdade. O termo é usado desde a década de 1730 para se referir às Treze Colônias que deu início à formação dos EUA.

⁶ Ver: <https://sergiohistoria.blogspot.com/2010/10/2o-ano-o-destino-manifesto.html>. Acesso em: 03 abr. 2022.

Essa doutrina diz respeito à uma crença criada entre os colonos de que estes teriam uma virtude especial em relação à “democracia” e ao “progresso” e que deveria ser expandida para outras partes das Américas a fim de levar a “civilização”. Tal crença baseava-se na ideia de que o seu povo seria o “escolhido por Deus” para liderar todas as nações americanas. Tendo isso em vista e através do uso da violência:

O Destino Manifesto dos estadunidenses se ampliará em 1847-48 com a anexação das terras do Colorado, do Novo México, do Texas, de Utah e do Arizona que, em seus próprios nomes, trazem as marcas da territorialidade indígena. O século XIX revelará, portanto, que a América para os americanos de Simon Bolívar e San Martín não era a mesma América para os americanos da Doutrina Monroe dos EUA. Quando os navios ingleses no final do século XIX cercam Caracas exigindo o pagamento de uma dívida, os EUA apoiam não a Venezuela, mas a Inglaterra. Se, para Bolívar, o Panamá podia ser uma passagem de integração das Américas, para os EUA o controle de um possível canal era estratégico para realizar seu Destino Manifesto. O Panamá, em 1903, seria tomado à Colômbia, assim como o Novo México, o Texas, o Utah e o Arizona foram tomados aos povos indígenas do atual México (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 157-158).

A expansão territorial entre 1803 e 1853, inspirada na Doutrina Monroe e no Destino Manifesto, não apenas ampliou os limites das Treze Colônias. Os EUA, dada a sua “excepcionalidade divina” no seu desenvolvimento político e econômico, seriam uma nação predestinada a promover os valores do seu modo de vida para fora das suas fronteiras, levando a “liberdade” e a “prosperidade” aos povos considerados por eles atrasados (AYERBE, 2002). Logo, os EUA estavam predestinados a dominar a América e, mais tarde, o restante do mundo (ver figura 02).

Figura 2 - Expansão territorial dos EUA nos séculos XVIII e XIX



Fonte: FRANCO JR e ANDRADE FILHO (2000)⁷.

A diminuição de territórios indígenas seria o resultado das operações militares dos estadunidenses que arrancaram do México mais da metade de sua superfície, o que em grande medida contribuiu para o seu avanço expansionista. Segundo Galeano (2010), quando narra a história de exploração das riquezas da América Latina desde o século XV até o “período atual”, o Estado estadunidense não participava somente do desenvolvimento de investimentos de capital e de gastos militares orientados para a expansão, tinha-se aplicado também um forte protecionismo aduaneiro no Norte, o que manteria o seu avanço e domínio de novos territórios.

Não obstante, ao longo do século XIX, com as guerras provocadas pelo processo de independência dos países da América do Sul, os EUA se viram forçados a elaborar formas de domínios que respeitasse diplomaticamente suas independências. Então, esse domínio ocorreria por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta (HARVEY, 2004).

Assim, no início do século XX, a política do *Big Stick*⁸ (“Grande Porrete”) foi estabelecida na América Latina durante o governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), promovendo uma série de intervenções em diversos países da América Central e do Caribe. Dentre estas, a Emenda Platt, assinada em 1902, que estabeleceu uma tutoria sobre Cuba e autorizou, no ano seguinte, a instalação de uma base militar em Guantánamo.

No mesmo ano de 1903, os EUA apoiaram a separação do Panamá da Colômbia⁹ que resultou na formação de um novo Estado, assumindo assim o controle do istmo entre a América Central e a América do Sul. O istmo do canal do Panamá não seria apenas uma passagem de

⁷ Atlas história geral. São Paulo: Scipione, 2000, p. 51. Adaptado por: FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. Retirado de: <https://sga.uniube.br/aulas/ftp/c700/d700089/a03/imgs/t1.1.jpg> (acessado em: 18/10/2022).

⁸ A origem dessa denominação é uma frase retirada de um provérbio indígena ouvido por Roosevelt numa viagem à África Oriental: “Quando fores visitar teu adversário fala em voz baixa, mas leva um porrete na mão” (AYERBE, 2002, p. 54, apud Boersner, 1990, p.196).

⁹ O processo de independência da Colômbia começou com variadas organizações e feitos. No país, “comemora-se” o dia da independência em duas datas. Em 20 de julho e 7 de agosto. A primeira data se refere ao dia 20 de julho de 1810, em que foi assinada a Ata de Independência de Santa Fé (capital da época e atual capital Bogotá) após diversas revoltas populares entre criollos, afrodescendentes e indígenas, que já vinham se movimentando desde os finais do século XIX contra as crises sanitárias e os altos impostos cobrados pela Espanha, estabelecendo uma guerra que duraria até 1819. Nesse ano, em 7 de agosto, foi proclamada a independência definitiva da Colômbia depois de Simón Bolívar (1783-1830) iniciar uma guerra na Venezuela, em maio de 1818, e terminá-la na Batalha de Boyacá na Colômbia, no município de Tunja do Departamento de Cundinamarca, no dia 7 de agosto de 1819. Esta batalha teria durado apenas duas horas. Porém, a data de 20 de julho é a mais “aceita” entre a sociedade colombiana. Ver mais em Romero e Villeros (2013).

integração das Américas, mas seu controle foi estratégico para continuar possibilitando o Destino Manifesto. Em 1905, os EUA desembarcaram na República Dominicana (ver figura 03).

Figura 3 - 'My, my, such possibilities' (Tais possibilidades)



Fonte: Library of congress¹⁰.

A política de Roosevelt, com o *Big Stick*, era garantir as possibilidades de controle das fronteiras alfandegárias para o pagamento das dívidas externas (AYERBE, 2002). Logo, para Moniz Bandeira (2017), quando faz uma abordagem sobre a formação do império estadunidense através de um vasto estudo sobre os campos da história e das ciências políticas, afirma que Roosevelt com a doutrina Monroe formou um colorário para intervir nos Estados latino-americanos

¹⁰ Ver: <https://www.loc.gov/item/2016679406/> (acessado em: 11/11/2022). Charge de Clifford Berryman, 1913, ilustra o Tio Sam mapeando as rotas de comércio dos EUA para a 'South America', com foco no canal do Panamá. "El Canal de Panamá pasó a ser una empresa pública del Estado panameño el 31 de diciembre de 1999, después de un proceso de transición iniciado en 1979, según lo pactado entre Panamá y EE.UU. en los tratados Torrijos-Carter de 1977. En el curso del mismo proceso fue desmantelado todo el enclave militar norteamericano en Panamá" (CECENÁ, 2006, p. 24).

e que chamou de *imperium* informal dos EUA. Moniz também aponta para a importância da força militar nesse processo de expansão imperialista. Assim sendo:

[...] de 1898 a 1903, os Estados Unidos anexaram formalmente o Havaí, Porto Rico, Guam e Filipinas, bem como se assenhorearam do istmo do Panamá, onde abriram o canal para facilitar o comércio entre os dois oceanos – o Atlântico e o Pacífico – de conformidade com a doutrina do comandante Alfred T. Mahan, segundo a qual a grandeza de uma nação dependia do seu comércio do além-mar, o comércio dependia do poder marítimo e de colônias. O militarismo assumiu papel fundamental na expansão imperialista, inicialmente sob a forma de poderio naval. (...) Com efeito, enquanto, entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície da Terra fora distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados, as Américas constituíram a única região do mundo onde não houve rivalidade séria entre as grandes potências, pois nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os Estados Unidos, desafiando a doutrina Monroe. Essa doutrina, expressão de uma política unilateral, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) rejuvenesceu com um colorário, racionalizando o direito de intervenção em outros Estados latino-americanos, aplicando com agressiva determinação na América Central e no Caribe, de modo a proteger a segurança do Canal do Panamá e consolidar no continente o *imperium* informal dos Estados Unidos (Moniz Bandeira, 2017, p. 30-31).

O corolário de Roosevelt e a construção do *imperium* informal estadunidense no início do século XX nas Américas se constituiu um imperialismo sobre os Estados latino-americanos. E sobre o conceito de imperialismo, Harvey (2004) afirma ser um projeto político em que os atores utilizam o poder para o domínio de territórios e para mobilizar os recursos naturais e humanos do território dominado para fins políticos, econômicos e militares destinados à acumulação de capital no espaço e no tempo.

O imperialismo tem por ação intensificar as estratégias políticas, diplomáticas e militares desejadas e usadas por um Estado, ou por um conjunto de Estados que formaria um bloco de poder político, voltadas para seus interesses e ampliá-los através de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder.

Para James Petras (1978), a formação e a orientação das instituições do Estado nacional após a independência dos países latino-americanos e atrelada ao desenvolvimento do imperialismo gera o Estado neocolonial que é fruto de um processo de construção imperial de Estados, ou seja, o Estado imperial como construtor de Estados.

O Estado periférico é integrado ao projeto político-econômico global do Estado imperialista através de acordos comerciais, financeiros e técnicos com desenvolvimento a longo prazo. Petras ainda afirma que os atributos que conferem estabilidade ao Estado Imperial são a contínua e regular

entrada de capitais e a existência de uma máquina militar/policial para garantir a vigilância. E isso pode ser esquematizado da seguinte forma:

1) estabelecimento de laços com a liderança política, incluindo chefes de polícia e das forças militares, mas que não necessariamente se limite a essas áreas; 2) a influência imperialista é estendida à elaboração de orçamento, à economia, ao planejamento e às obras públicas para que não haja interferência nos interesses econômicos específicos de empresas estrangeiras bem como da acumulação de capital; 3) lançamentos de treinamentos e missões técnicas para a eficiência e a formação da burocracia e de institutos de pesquisa que podem ser constituintes de fontes baratas e eficazes; e 4) criação de novos centros de poder estatal, incluindo o desenvolvimento de forças especiais, alianças militares regionais, autoridades econômicas e instalação de serviços bancários internacionais com poderes de supervisão (PETRAS, 1978, p. 46).

O termo imperialismo, este seria uma menção à rivalidade entre os Estados centrais estabelecendo uma relação de domínio sobre a periferia (TAYLOR e FLINT, 2002). As ideias de bloco de poder político (HARVEY, 2004), de projeto político-econômico global do Estado imperialista (PETRAS, 1978) e o domínio de Estados centrais junto às periferias, se configuram no fortalecimento da concepção de “bloco histórico” conforme denominado por Gramsci (1999). Em sua análise, o “bloco histórico” seria uma combinação entre “as forças materiais que são o conteúdo e as ideologias que são a forma, em que distinção entre forma e conteúdo seria puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Para Gramsci (1999), o bloco histórico assume-se como uma dialética entre as forças produtivas, as relações sociais de produção e a superestrutura jurídico-política num dado momento histórico. O que queremos dizer é que os EUA, desde o Destino Manifesto, passando pela doutrina Monroe e a formação do colorário de Roosevelt, através do imperialismo e da criação de uma superestrutura jurídico-política sobre a América Latina, dominaram as forças produtivas e as relações sociais de produção nos territórios latino-americanos.

Nessas circunstâncias, o que difere o imperialismo capitalista estadunidense para outras concepções de imperialismo é que o controle territorial torna-se necessário para manter a sua acumulação de capital. E para que o imperialismo pudesse continuar avançando sobre outros territórios, foi necessário que houvesse também o consentimento das classes dominantes dos Estados latino-americanos, o que para Harvey (2004) seria uma “coerção consentida”.

No início do século XX, os EUA aparecem como uma grande potência econômica e com uma política externa que define como seu objetivo prioritário a hegemonia no continente americano

(AYERBE, 2002). Portanto, a América Latina torna-se o campo de tomada de decisões para os ideais dos EUA para o século XX. O imperialismo e a coerção consentida deram aos EUA um *status* de liderança condicionando assim sua hegemonia nas Américas. Partindo desses pressupostos, essa hegemonia é, contudo, derivado de um equilíbrio sempre instável entre coerção e consenso. Para tanto:

o consentimento e a cooperação têm a mesma importância. Se não se pudesse mobilizá-los internacionalmente (cooperações) e se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico. Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento (HARVEY, 2004, p. 41).

Acerca da categoria de hegemonia, podemos encontrar novamente nas contribuições de Gramsci (1999, 2001, 2007) quando se pensa a hegemonia do Estado capitalista para compreender os processos de legitimação, domínio e a lógica do capital. Gramsci também destaca a importância da formação de uma classe dirigente pelo consentimento das massas e que não se utilize apenas da força coercitiva.

Segundo a aceção de Gramsci, a hegemonia é uma dominação consentida, especialmente de uma classe social ou de uma nação (ou mais) sobre outras. Na sua visão, quanto mais difundida fosse uma determinada ideologia, mais consistente ficaria a hegemonia não havendo a necessidade do uso de violência explícita. Uma de suas críticas também foi questionar a formação da sociedade dividida em classes, principalmente na organização do trabalho fabril e a sua expansão. Assim, ele conclui que a hegemonia é pautada na dialética entre sociedade civil e sociedade política¹¹ envolvendo um complexo de análises. Para Gramsci (2007, p. 244):

estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).

¹¹ “(...) por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas” (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Nesse sentido, a hegemonia para Gramsci é um momento histórico desenvolvido a partir da divisão social do trabalho, formado entre classe possuidora e classe despossuída (os subalternos), de dirigentes e dirigidos, que somente deixará de ser contraditório com a superação do Estado burguês em um processo revolucionário da classe trabalhadora. Nos termos gramscianos, a hegemonia é empregada no sentido do domínio pelo convencimento, da liderança a ser seguida.

Desse modo, Ceceña (2005), se apoiando na hegemonia de Gramsci, certifica que sua proposta busca consensos para uma concepção de mundo que seja alternativa ao olhar dominante do capital advinda do processo de trabalho e das práticas de domínio. E a construção desse mundo alternativo para Gramsci, segundo Ceceña, seria o lugar possível da revolução, onde seria gerado um novo olhar coletivo sobre o mundo e que o acesso ao poder não seria uma imposição à sociedade e tão pouco provisório.

Gramsci coloca o processo de trabalho como o lugar principal de construção de imaginários para uma consciência coletiva operária que subvertesse essa lógica capitalista, já que também seria o espaço de relacionamentos que se convertem em fontes de sobrevivência. O que Gramsci põe em questão é o conteúdo multidimensional do poder, ou seja, não é o uso da força e sim do lugar difuso (op. cit. p. 37). Então, segundo Ceceña (2005):

A hegemonia, nestes termos, não pode ser circunscrita ao poder econômico ou militar, ainda que estes sejam parte dos argumentos de construção dos *discursos de verdade*. O poderio militar e a organização econômica, para serem eficazes, devem convencer a sua infalibilidade e de sua imanência, mas também devem estar integrados a uma visão capaz de oferecer uma explicação coerente em todos os campos, inclusive do da vida cotidiana. Na capacidade para universalizar a própria concepção de mundo, que obscureça a perspectiva de um mundo pensado sobre outras bases (apresentando-o, no melhor dos casos, como desejável, mas impossível), encontra-se o suporte da dominação. A dominação não se impõe apenas através dos sistemas produtivos, dos movimentos da moeda ou das invasões militares. A dominação se reproduz no cotidiano e na criação de sentidos comuns que percebem e reproduzem as relações sociais como relações de poder (p. 37. Grifos no original).

O que Ceceña está propondo é um conceito de hegemonia que não se limite somente à ideia de domínio militar ou à superioridade econômica, mas que articula com um conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente. Ceceña complementa essa ideia de hegemonia empregada num sentido de domínio de uma coerção brutal, como exemplo das forças armadas, policiais e tribunais. Portanto, deve-se levar em conta outros fatores que compõem essa hegemonia, dentre eles militares, tecnológicos, ideológicos e dos meios de comunicação (SADER, 2005).

De tal modo, todas essas diligências que tratamos foram promulgadas pelos EUA para a construção de sua hegemonia através de práticas imperialistas sobre a América Latina. Muitas de suas ações também foram consentidas e tiveram uma relevante cooperação da Colômbia, apresentando alguns avanços e retrocessos. As relações entre os dois Estados passaram de um extremo ao outro no início do século XX, sendo fundamental para o entendimento da articulação entre os ex-presidentes dos dois países na execução da militarização do Plano Colômbia ao final do século XX.

O presidente colombiano Rafael Reyes (1904-1909), em 1905, para “acalmar” os ânimos entre os dois países devido às represálias dos EUA com a tomada do canal do Panamá, anunciou junto ao Congresso a nomeação de um ministro de Washington. Assim, as negociações se arrastaram até abril de 1914 com o acordo firmado e conhecido como Tratado Urrutia-Thomson¹², pelo qual concediam-se algumas compensações¹³ à Colômbia pela sua perda territorial e tentou “normalizar” o relacionamento entre si. Mas o acordo não se limitava aí.

Após I Guerra Mundial (1914-1918), o Tratado Urrutia-Thomson entraria em metamorfose através da Doutrina *Respice Pollum* (*mirar hacia al norte*)¹⁴. Sua formulação teve início com o governo do presidente colombiano Marco Fidel Suarez (1918-1922) e predominou na diplomacia colombiana ao longo de todo século XX, o que foi determinante na elaboração do Plano Colômbia. Seja por pragmatismo, convicção ou conivência, a subserviência colombiana a coloca como mais uma aliada à política de interesses e intervenções dos EUA na América Latina. Segundo essa doutrina:

o país deveria adotar um alinhamento incondicional às diretrizes dos EUA em matéria de política externa, sob a convicção de que, além de pertencer à esfera de influência da “estrela polar do norte”, a Colômbia poderia tirar grande proveito dessa associação (MARCELO SANTOS, 2010, p. 68).

¹² O colombiano Francisco José Urrutia Olano (1870-1950) foi o ministro das Relações Exteriores (1908-1909 e 1912-1914) e um dos responsáveis diretos pelo reestabelecimento da comunicação entre Colômbia e EUA. Thaddeus Austin Thomson (1853-1927) foi um diplomata estadunidense.

¹³ “Dentre as compensações, estes são seus pontos básicos: expressão de ‘sinceros sentimentos’ à Colômbia pela separação do Panamá; direitos preferenciais pela utilização do canal e da linha férrea do istmo; uma indenização de 25 milhões de pesos ouro; e o reconhecimento da independência do Panamá em 1903” (ARANGO, 2010, p. 178).

¹⁴ “Em 31 de maio de 1914, Marco Fidel Suarez escreveu um artigo chamado ‘O Tratado com os Estados Unidos’ afirmando que: “el norte de nuestra política exterior debe estar allá, en esa poderosa nación que más que ninguna otra ejerce decisiva atracción respecto de todos los pueblos de América. Si nuestra conducta hubiera de tener un lema que condensase esa aspiración y esa vigilancia, él podría ser *respice pollum*, es decir, no perdamos de vista nuestras relaciones con la gran confederación del norte” (ARANGO, 2010, p. 179).

Na segunda metade do século XX, durante o período da Guerra Fria (1947-1991) e quase sessenta anos depois da formação da Doutrina *Respice Pollum*, uma outra doutrina é estabelecida, agora denominada de *Respice Similia* (*mirar a los semejantes*). É o princípio que se refere às situações determinadas pelo ex-presidente colombiano Alfonso López Michelsen (1974-1978) e quando a Colômbia passa a ter mais identificação com o restante da América Latina e com outros países considerados periféricos.

Essa doutrina do Estado colombiano buscava maior autonomia por meio da formação de organizações, grupos ou blocos, tentando diversificar suas relações político-comerciais para ter uma posição menos dependente dos EUA (SANTOS FILHO, 2020, p. 3). Contudo, isso não significou o desaparecimento da Doutrina *Respice Pollum* e muito menos a diminuição da subserviência colombiana nesse decurso. Não por acaso, após a II Guerra Mundial (1939-1945):

a Colômbia foi grande receptora de recursos econômicos dos EUA, ficando atrás apenas do Brasil nesse quesito, durante o período 1949-1974. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, o espírito da *Respice Pollum* continuou orientando várias gestões, como a de Turbay Ayala (1978-1982), que tomou medidas como: a assinatura de tratado de extradição com os EUA; o rechaço à declaração franco-mexicana, que recomendava uma negociação entre guerrilha e o governo de El Salvador; a participação do país na qualidade de observador nas eleições salvadorenhas de 1982 (com o qual se dava legitimação ao regime ditatorial); o envio de tropas colombianas para a Península do Sinai para ajudar na garantia do cumprimento dos acordos de Camp David sobre a paz no Oriente Médio; a permissão para a instalação de radares norte-americanos em San Andrés, com o objetivo de monitorar o governo sandinista na Nicarágua; e a decisão solitária na América Latina (somente acompanhada pela ditadura Pinochet) de não apoiar a causa Argentina na Guerra das Malvinas (MARCELO SANTOS, 2010, p. 69).

Os EUA têm um peso relevante na evolução dos processos políticos dos países latino-americanos, como no caso da Colômbia com as Doutrinas do *Respice Pollum* (1918-1922) e *Respice Similia* (1974-1978), que comprovam as interações e o aperfeiçoamento bilateral nas relações de poder entre os dois países (MARCELO SANTOS, 2010 e SANTOS FILHO, 2020).

Cabe aqui dizer que, desde a década de 1970, com a estagnação econômica internacional, o poder dos EUA vem passando por fortes turbulências. E os fatores políticos, econômicos e militares que contribuíram para a hegemonia dos EUA são os mesmos fatores que produzirão a iminência de seu próprio declínio (WALLERSTEIN, 2004).

Como visto, historicamente, desde a sua independência até a metade do século XX, as práticas imperialistas que, de certo modo, engendraram a construção hegemônica estadunidense

nas Américas, foram forjadas por meio de violentas intervenções, “coerções consentidas”, cooperações e consentimentos entre as classes dominantes dos países latino-americanos, na qual a Colômbia ganhou papel de destaque.

E, acompanhado das essências da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, o cenário não será diferente no contexto que se seguirá com o período da Guerra Fria, no qual o processo de militarização foi impulsionado pelos EUA no Hemisfério Ocidental para conter, num primeiro momento, a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), especialmente na América Latina.

1.2 Guerra Fria, militarização e códigos geopolíticos

A **disciplina** há de ser compreendida como a organização do **exército**, as graduações e classes entre os oficiais, a regulação das rotas de mantimentos e a provisão de material **militar** para o exército (TZU, 2006, p.6. Grifos nossos).

A **disciplina** é uma técnica de exercício de **poder** que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII (FOUCAULT, 1979, p. 96. Grifos nossos).

Com o fim da I Guerra Mundial, os EUA consolidam-se como a primeira potência econômica, a Alemanha reinicia o seu processo industrial, a Inglaterra e a França buscam manter-se fortes na economia internacional contando, a URSS que começava a ganhar posição de destaque na industrialização. Mesmo com o declínio da hegemonia inglesa, os EUA não apresentavam uma política incisiva de escala global já que sua prioridade era o continente americano como falado no subcapítulo anterior.

E durante o período do presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) ocorreram mudanças significativas nas relações de poder com a América Latina. A nova política que marca uma dessas mudanças foi conhecida como a “política da boa vizinhança”, se mostrando menos “arbitrária” do que o *Big Stick*. Segundo Locastre (2011):

A partir dos anos 30, a possibilidade de uma nova guerra mundial contribui muito para essa mudança. Os assessores mais diretos de Roosevelt sugeririam que, ao invés da exploração pura e simples, muitas vezes acompanhada de violência militar, os Estados Unidos deveriam atuar no incentivo ao desenvolvimento econômico, cultural e social dos

países vizinhos. [...] no âmbito militar, a proposta seria estimular os programas de cooperação, auxílio e treinamento das forças armadas latino-americanas, visando ampliar a segurança hemisférica sob direção estadunidense e, é claro, conquistar o mercado do continente para as armas e equipamentos produzidos pelos Estados Unidos (p. 91-92).

Dentre as medidas feitas pelos EUA, como exemplos, foram deixar a Emenda Platt, reconhecendo a soberania de Cuba; negociaram com o Panamá a retirada de suas intervenções nos assuntos internos do país; e criaram bancos para “emprestar” dinheiro aos países latino-americanos com a garantia de que os empréstimos seriam acordados diretamente com os EUA ou para suas empresas instaladas na região.

Assim sendo, com o início da II Guerra Mundial, os EUA fizeram uma grande pressão política e econômica diante dos países latino-americanos para apoiar os “aliados”, fossem cortando qualquer relação com os países do “eixo”, fossem contribuindo economicamente para fornecer produtos primários (minérios e alimentos) com preços reduzidos. Nesse violento evento, combateram mais uma vez velhos oponentes europeus, com exceção do Japão. Apenas em meados do século XX, especialmente a partir de 1945, esses dois países passam a exercer liderança frente no contexto político internacional.

Com o fim da I Guerra Mundial, surge um novo Estado socialista e com o fim da II nos deparamos com a formação de um sistema socialista mundial composto por diversos países do leste europeu que haviam sido libertados do exército nazista pela intervenção do exército vermelho soviético. A esses países se juntaram China, Vietnã do Norte e Coreia do Norte.

Para tanto, diferentemente das duas primeiras guerras na primeira metade do século XX, onde os países imperialistas disputavam territórios e com isso a repartição do mundo, o decurso do segundo pós-guerra trajou dois sistemas políticos e econômicos, capitalismo e socialismo, que ficaram lado a lado diante de uma rivalidade ideológica acrescida de aspectos militares.

Os EUA, na liderança do mundo capitalista, e a URSS, na liderança do mundo socialista, formaram um cenário com novas características através da eminente utilização de armas atômicas em ambos os lados, a partir de 1949, em que um confronto militar poderia levar à destruição do mundo. Isso excluiu, de certa maneira, a possibilidade de uma guerra total sob a perspectiva de supremacia mundial, o que os obrigou a ter uma relação “harmoniosa” entre seus conflitos e pontos estratégicos.

Um ano antes do fim da II Guerra Mundial ocorrera a Conferência de Bretton Woods (1944) com o bloco Aliados para definir os delineamentos que seriam substanciais para o novo

reordenamento internacional. Esse encontro foi responsável por criar duas instituições financeiras: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial), “planejados para serem instituições centrais num mundo sem guerra e sem os destrutivos nacionalismos econômicos” (AYERBE, *apud* Moffit, 1984, p.14).

Em 1945, com a delimitação das esferas de influência dos EUA e da URSS através dos acordos da Conferência de Yalta¹⁵, a política internacional dos dois Estados redefiniu as diretrizes da disputa hegemônica em seus respectivos blocos e a sua expansão de modo que fosse descartado qualquer eventualidade de um confronto militar direto.

Então, dá-se início ao período da Guerra Fria na qual os dois Estados passaram a ser os principais protagonistas pela disputa da hegemonia global. Ambos atribuíram seus imensos poderes econômicos e militares à serviço dos seus propósitos hegemônicos.

Importante ressaltar que com a perda de relevância na política internacional de Inglaterra, França e Japão, que se alinharam à liderança estadunidense, paralelamente houve o enfraquecimento desses países – o que viabilizou o processo de descolonização da África e da Ásia. Assim, surgiram novas nações que aumentaram as atenções das duas grandes potências pela busca de áreas de influência e de formações de blocos de poder para a exploração de recursos humanos e naturais, além do tratamento em relação ao capital estrangeiro.

No entanto, como nos alerta Ayerbe (2002), na disputa com os países socialistas, principalmente na Europa e no Sudeste Asiático, os EUA não poderiam apenas contar com o apoio de bases militares. A viabilidade econômica dos países mais afetados pela II Guerra Mundial passa a ter um caráter estratégico. As reconstruções da Europa e do Japão teriam como alicerce o poder econômico dos EUA devido à sua capacidade de expansão, o que aumentou enormemente o seu fluxo de créditos e empréstimos. Em relação a isso, os países que requisitaram tais créditos e empréstimos junto ao Banco Mundial deveriam, obrigatoriamente, associar-se também ao FMI à mando dos EUA.

Dentro dessa conjuntura, com o processo industrial voltado à produção de bens de consumos duráveis, surge o Plano Marshall em 1947. Sua estruturação deve-se ao cerco militar aos

¹⁵ Essa Conferência ocorreu em fevereiro de 1945, na Crimeia, na época pertencente à antiga URSS, reunindo os líderes Josef Stalin, Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill, respectivamente representando a URSS, EUA e Inglaterra. Um dos principais objetivos era discutir que rumos seriam tomados a partir do pós-segunda guerra cuja ideia era dividir a Europa em esferas de influência entre a URSS e o Ocidente.

países que compunham a Europa Oriental através de uma política de defesa a um possível ataque ou ameaça soviética aos aliados da organização militar, formando um bastião contra a URSS. Essa estratégia torna-se uma evidente comprovação acerca do processo de militarização dos EUA no mundo.

O Plano Marshall, ou o chamado Programa de Recuperação Europeia (oficialmente *European Recovery Program*), foi desenvolvido pelo ex-secretário de Defesa dos EUA, George Catlett Marshall (1880-1959), no período presidencial de Harry S. Truman (1945-1953). O plano consistiu na elaboração de políticas econômicas destinadas à reconstruir os países aliados da Europa que participaram da II Guerra Mundial.

Seus objetivos principais eram influenciar a Europa com a política de bem estar social estadunidense e promover uma campanha contra o comunismo para conter a influência da URSS no Hemisfério Ocidental. Em contrapartida, os líderes soviéticos criaram o Pacto de Varsóvia, em 1955, com o objetivo de realizar uma proteção mútua entre os membros do pacto.

A passagem seguinte retrata de maneira abrangente como o Plano Marshall, ancorado ao Bretton Woods, foi fundamental:

Assim que o Plano Marshall foi acionado, o sistema monetário de Bretton Woods começou a operar. O grande feito desse sistema foi colocar o dólar como moeda-chave no mundo. O comércio e o investimento internacionais são impossíveis sem uma moeda internacional. Ao terminar a guerra, a única moeda que poderia funcionar como tal era o dólar. O sistema ouro-dólar era claramente superior ao clássico padrão-ouro, pois, ao contrário do ouro, dólares podiam ser criados sem expandir o comércio mundial. Dólares emigravam dos Estados Unidos em grandes somas para financiar bases militares, programas de ajuda, investimentos no exterior de empresas americanas e empréstimos a bancos estrangeiros. O dólar era considerado “tão bom quanto o ouro” por homens de negócios e governos (AYERBE, *apud* Moffit, 1984, p. 27).

Nesse viés, a Guerra Fria, seguindo as concepções de Noam Chomsky (2003), pode ser tanto um constructo ideológico quanto um processo histórico, isto é, tanto fantasia quanto realidade. Como um constructo ideológico dos EUA, ligada a uma compreensão convencional, a Guerra Fria se apoia em um documento do Conselho de Segurança Nacional, o NCS-68 de 1950, cujo faz parte do mais alto escalão do planejamento governamental, e em que um de seus memorandos comunica que “a Guerra Fria é, na verdade, uma guerra real, na qual está em jogo a sobrevivência do mundo livre” (p. 24).

Dessa forma, os EUA “fantasiam” e reconhecem a ideia de que a existência da URSS já seria uma agressão e um inimigo a ser combatido. E através da política do convencimento, com a

ajuda dos meios de comunicação manipulando a opinião pública, esse memorando acaba por justificar o aumento do processo de militarização. Para Chomsky (2003), analisando parte sobre o documento acima, cita que:

nossas forças militares eram “perigosamente insuficientes”, visto que nossa responsabilidade era o controle mundial; em contraste, as forças militares soviéticas, muito mais fracas, ultrapassavam largamente suas restritas necessidades defensivas. Nada do que havia acontecido em anos recentes, segundo o memorando, sugeria que a URSS pudesse enfrentar problemas de segurança, em contraste conosco, com nossa vulnerabilidade a inimigos poderosos por toda a parte. Precisávamos de vastas forças militares “não apenas a título de proteção contra desastres, mas também para sustentar nossa política externa”, ainda que, para fins de relações públicas, “a ênfase (devesse) recair sobre o caráter essencialmente defensivo” da escalada militar. [...] Essas medidas políticas militares keneysonianas, sugeriu o memorando, tenderiam a estimular também a economia nacional. Na verdade, poderiam servir para prevenir “um declínio de grandes proporções da atividade econômica”. “Uma grande dose de sacrifício e disciplina será exigida do povo norte americano”, que também deveria “abrir mão de alguns dos benefícios” de que desfrutava, à medida que assumíssemos o manto de liderança mundial e superássemos a recessão econômica já em andamento, por meio de “programas positivos do governo” para subsidiar a indústria avançada através do sistema militar (p. 26-27).

A Guerra Fria, como um processo histórico, adere à compreensão da realidade, tem a ver com os acontecimentos e fatos relacionados às crises econômicas no século XX, como alguns exemplos, a Grande Depressão (1929), o fracasso do *New Deal* e a recessão de 1948, indo além da ideia de um mundo dividido somente entre duas superpotências, sendo mais complexo que a compreensão convencional apresentada por Chomsky (2003).

O “esforço” bélico permitiu aos EUA sair da fase de recessão gerada pela crise de 1929 mantendo a indústria em funcionamento pleno. Tendo em vista as frustrações dos eventos mencionados e para se fazer um gerenciamento em torno de uma economia globalizada e poder controlar de melhor forma as situações de crise, buscou-se maneiras para evitar que os países adotassem saídas unilaterais que colocassem em risco o sistema capitalista como um todo. Logo, a intenção foi estabelecer as diretrizes para uma gestão multilateral do capitalismo (AYERBE, 2002).

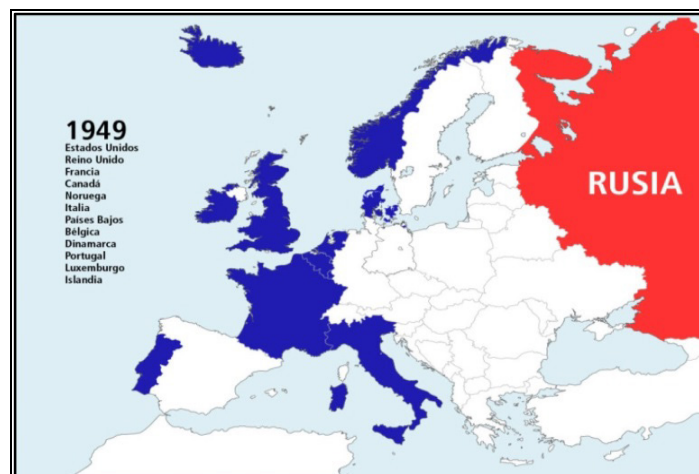
Desse modo, com a intensificação da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, começa a ser colocado em jogo o Plano Marshall e o sentido político da “ajuda” econômica. Em 1947 é assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1949 é criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, em 1954, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE).

Em abril de 1949, por meio do Tratado de Washington ou Tratado do Atlântico Norte foi criada a OTAN sob o convencimento e alegação de garantir a liberdade e segurança de seus membros através de intermédios políticos e militares na conjuntura da Guerra Fria. Nesse primeiro instante, EUA, Reino Unido, França, Portugal, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Islândia, Luxemburgo, Itália, Holanda e Noruega foram os países que assinaram o acordo (ver figura 04).

Na figura 04 é possível visualizar os países europeus (em azul) que fazem parte da organização militar dando início a um cerco à Rússia (parte da antiga URSS, em vermelho), com excessão dos EUA. Nesse balanço, Chomsky (2003) faz uma ponderação mencionando que o NSC 68:

foi também realista e convencional, ao invocar a “responsabilidade pela liderança mundial” dos EUA e a correspondente necessidade de dominar todos os cantos do mundo, por mais remotos que fossem, e de exorcizar a maldição do neutralismo. Nesses aspectos, ele (NSC 68) reiterou decisões anteriores de planejamento que refletiam o reconhecimento de que os EUA haviam alcançado uma posição de poderio militar e econômico sem paralelo histórico, e poderiam usa-la em proveito próprio. [...] sua intervenção do Terceiro Mundo, sobretudo nos primeiros anos, foi impulsionada em parte, pela meta de assegurar uma região atrasada para as economias capitalistas de Estado que o país esperava reconstruir na Europa Ocidental e no Japão. Ao mesmo tempo, o conflito da Guerra Fria ajudou a manter a influência dos EUA sobre seus aliados industrializados e a refrear a política independente, os movimentos trabalhistas e outras formas de ativismo popular nessas nações – um interesse que era compartilhado pelas elites locais. Os EUA promoveram a aliança da OTAN, observou um historiador, “para encerrar seus aliados e afastar o neutralismo, além de refrear os russos” (p. 38-39).

Figura 4 - Países membros da OTAN em 1949



Fonte: Rebelión¹⁶.

¹⁶ Retirado de: <https://rebelion.org/otan-ni-una-pulgada-hacia-el-este/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Harvey (2004) diz que os EUA puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando a Organização das Nações Unidas (ONU) e alianças militares, como a OTAN, para limitar possíveis guerras intercapitalistas e combater a influência da URSS e, mais tarde, da China. Os EUA usaram seu poder militar, operações secretas e todo gênero de pressões econômicas para garantir a criação ou a continuidade de governos aliados.

Segundo Schilling (2004), quando examina as relações internacionais e as etapas de dominação dos EUA sobre a América Latina, afirma que a política de contenção ao comunismo tinha dois princípios: um seria estratégico-militar, acobertado por tratados específicos (TIAR, OTAN e OTASE, respectivamente para Américas, Europa e Ásia), e o outro seria ideológico, que mobilizaria a opinião pública e o serviço de contraespionagem da CIA (Central Intelligence Agency), cuja foi criada em 1947 para dar combate ao “perigo vermelho” no exterior.

Para a montagem de todo esse arcabouço, os EUA também formaram outros mecanismos de domínio para continuar fundamentando sua vertente político-militar durante o período da Guerra Fria como a elaboração de códigos geopolíticos. De início, somente o termo código é de difícil definição e pode adquirir inúmeros significados (RAFFESTIN, 1993). Portanto, acerca do assunto sobre os códigos geopolíticos nos basearemos nas interpretações de Lima e Pina (2013).

Para Lima e Pina (2013), “um Estado ao executar sua política externa o faz a partir de um código geopolítico, ou seja, um código é definido por diversas ideias conjugadas que explicitam as intencionalidades de um Estado em relação a outros Estados, e ainda definem que tipo de conduta deve-se realizar para responder aos riscos que existem (ou são inventados) externamente” (p. 155).

Vale destacar que optar por um código e estabelecer seus propósitos é algo determinado pela realidade através das condições e situações geopolíticas que irão existir em cada Estado, e se as circunstâncias sofrerem algum tipo de alteração, os códigos e as alianças geopolíticas, bem como as representações espaciais, obrigatoriamente, devem ser também reorientadas. Sendo assim, os Estados elaboram seus códigos geopolíticos buscando, dentre alguns exemplos:

influenciar seus parceiros acerca da justificação de suas intenções geopolíticas; dominar Estados mais fracos de modo a produzir ou consolidar uma dada assimetria de poder e dela se beneficiar; adequar-se estrategicamente à presença de um vizinho mais poderoso e belicoso; e/ou projetar sua nova condição política, econômica ou militar num sistema interestatal já consolidado de acordo com os interesses de potências dominantes (CARVALHO, 2010, p. 130-131).

Ademais o conceito de código geopolítico surge no campo da Geografia Política com o historiador estadunidense John Lewis Gaddis (1941-) quando escreveu, em 1982, uma obra intitulada “Estratégias de Contenção: uma avaliação crítica da política de segurança nacional americana do pós-guerra”. Trata-se de um conceito que nos permite estabelecer um elo entre essa nova estratégia estadunidense e o processo de militarização do Plano Colômbia que será redefinido na América Latina no início do século XXI.

Pina (2007) ao analisar a “função ordenadora” de um código geopolítico incorpora trechos da obra de Umberto Eco (1997) para avaliar também a instituição de um código geopolítico pelos EUA tendo em vista que as localizações estratégicas entrelaçam o poder e a sua influência em várias esferas. Para tanto:

Se pensarmos em autoridade como uma forma de poder e em influência e imposição como algo determinado por quem tem relativamente mais capacidade de decidir, podemos avaliar a instituição de um código geopolítico pelos Estados Unidos, tendo em vista, por exemplo, a habilidade de determinar (ou impor) localizações estratégicas caminha conjuntamente com o poder e a influência em suas várias esferas. Um código de caráter global, mas que é aplicado em certas peculiaridades dependendo do contexto espaço-temporal em que se insere. Segundo Umberto Eco, “estabelece-se um código assumindo que quem comunica tem à disposição um repertório de símbolos dados, entre os quais escolhe os que quer combinar e combina, obedecendo certas regras”, estabelecendo destarte a “ossatura de cada código”. Assim, para Eco, um código seria “uma estrutura elaborada sob forma de modelo e postulada como regra subjacente a uma série de mensagens concretas e individuais que a ela se adequam e só em relação a ela se tornam comunicativas. [...] A escolha e o sentido de um código podem ser alterados conforme as circunstância históricas e geográficas” (ECO, 1997 *apud* PINA, 2007, p. 98-99).

Assim, de acordo com os autores em foco, o que estamos presenciando é que os códigos geopolíticos, voltados para as hierarquias de poder numa escala global, são as bases para os reordenamentos territoriais. Os códigos geopolíticos são operacionais, e “supõem a sua avaliação, segundo sua importância estratégica e enquanto ameaças potenciais, de lugares que estão mais além das fronteiras do Estado. Os códigos geopolíticos movem-se em três níveis distintos, podendo ocasionar conflitos: local, regional e global” (TAYLOR e FLINT, 2002, p. 99). Por esse ângulo:

Os códigos de nível local supõem uma avaliação dos Estados vizinhos e tem que ser elaborados pelos governos de todos os países, por menores que sejam. Os códigos de nível regional são necessários para os Estados que aspiram projetar seu poder mais além de seus vizinhos imediatos, e os governos de todos os países que são potências regionais ou dos que aspiram ser tem que desenhar esses códigos. Por último, alguns Estados tem políticas globais, porque seus governos dispõem de códigos geopolíticos de extensão mundial (*id. ibidem*).

Partindo desse ponto de vista, para Schilling (1991) existem quatro tipos de intervenções para a militarização dos EUA sobre a América Latina. São eles: 1) Intervenção direta informal que consiste na utilização de forças militares para a conquista territorial, afim de evitar a queda de um governo colaboracionista ou evitar a vitória de um partido ou facção não conveniente; 2) Intervenção direta formal que se faz da utilização de forças militares, com o apoio de outros países colaboracionistas, para manter legítima a intervenção; 3) Intervenção armada indireta que está relacionada ao financiamento e apoio militar a uma facção ou grupo para a derrubada de um governo não colaboracionista; 4) Intervenção indireta com a chamada “política de desestabilização”, que dificulta o acesso aos recursos financeiros internacionais para agravar a crise econômica a fim de prejudicar um regime não colaboracionista, levando-o a crise interna.

As afirmações tanto de Ayerbe (2002) quanto de Schilling (1991) podem ser remetidas no caso da Revolução Cubana de 1959¹⁷ nas quais algumas dessas medidas e pressões irão ser aplicadas, porém o boicote econômico, a debilitação política e as chantagens requeridas pelos EUA adquirem uma dimensão até então não vista, impactando de forma direta nos rumos preteridos pela Revolução nos campos interno e externo. Isso foi uma resposta ao governo cubano de Fidel Castro¹⁸ por não seguir a linha imposta pelos EUA contrariando os seus interesses e de seus aliados na América Latina, em prol de uma reforma antiimperialista e social.

De acordo com Galeno (2010), até 1959 não haviam sido construídas fábricas em Cuba, mas sim “castelos de açúcar”, isto é, o açúcar, responsável por quase toda cota de exportação cubana, ditava os períodos governamentais, proporcionava (ou não) o trabalho aos operários e decidia o ritmo da produção e das crises. O governo revolucionário tinha como pretensão preparar o Estado cubano para estimular-lo através da criação de uma base econômica que gerassem impactos

¹⁷ Segundo Petras (1980), as origens do processo revolucionário de Cuba podem ser atribuídas aos seguintes eventos: 1) na década de 1860, quando ocorre o primeiro levante nacionalista; 2) na década de 1890 na luta pelo processo de independência, quando as forças nacionalistas cubanas quase expulsaram os espanhóis e passam a enfrentar a intervenção e invasão dos EUA; 3) em 1933 com a revolução social-nacional derrubando a ditadura do ex-presidente cubano Gerardo Machado y Morales (1925-1933) e quando houve a ocupação maciça de operários nas principais fábricas; 4) em 1952 com o Movimento 26 de Julho, época em que o novo regime revolucionário dá início à luta armada; ou 5) em 1959 com a derrubada do governo de Zaldívar Batista (1940-1944/1955-1959). Contudo o autor enfatiza que o movimento revolucionário cubano começou no campo em 1933, reergueu-se na década de 1950 nos centros burocráticos urbanos, convergindo-se para alianças de classes ao final da década, e polarizando a sua campanha revolucionária na década de 1960. Nesse sentido, a Revolução Cubana, pode-se dizer que começou em 1933, reemergiu em 1952, derrubou o governo de Batista em 1959 e deu continuidade à transformação do sistema social a partir de 1960.

¹⁸ Fidel Alejandro Castro Ruiz (1926-2016) foi governante de Cuba durante quase 50 anos. Foi primeiro-ministro entre 1959 e 1976, e depois presidente entre 1976 e 2008.

positivos que aumentassem a sua participação na economia que estava sendo ameaçada pelas represálias dos EUA e/ou pela própria resistência das empresas estadunidenses.

Então, Cuba inicia uma série de normas e critérios voltados, por exemplo, à nacionalização geral da indústria e à reforma agrária. Em relação a esta última, ainda em 1959, foi assinada a Lei da Reforma Agrária. A Lei permitiu a criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), o que gerou uma reação negativa junto aos EUA. Dentre os diversos pontos da INRA estavam a eliminação dos latifúndios improdutivos; a correção junto aos minifúndios e a extinção, de forma legal e gradual, da alienação existente entre terras cubanas e estrangeiras com uma redefinição das propriedades públicas e privadas (AYERBE, 2002).

A política de retaliação dos EUA sobre Cuba ampliou-se, principalmente a partir da década de 1960, ao final do governo do ex-presidente Dwight David Eisenhower (1953-1961) e aprofundando nas administrações posteriores de John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969). Sobre algumas das formas de punições, os EUA restringiram a venda de combustíveis à Cuba, obrigando-a a recorrer ao petróleo soviético; o açúcar cubano teve sua cota reduzida pelos EUA em 95%; e em janeiro de 1961, os EUA rompem as relações diplomáticas com Cuba que, no mesmo mês, assinou um acordo com a URSS para a exportação açucareira a preços fixos para não depender do mercado internacional e das oscilações do petróleo soviético (op. cit, 2002).

Em razão desse contexto, o governo cubano viu-se obrigado a reconduzir o seu comércio para áreas mais distantes, encarecendo os preços das exportações e importações. Como resposta, adotou procedimentos que atacassem os interesses econômicos dos EUA que tentassem, de alguma maneira, boicotar a Revolução. No decorrer do processo, Cuba foi se aproximando da URSS e se alinhando a uma postura mais radical em relação às outras possibilidades para uma progressão mais independente.

As opções para Cuba não eram muitas e tão pouco favoráveis. Em janeiro de 1962, os EUA expulsaram Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) e, no mês seguinte, decretaram um forte bloqueio econômico ao país. Isso originou a proibição de todo tipo de exportação e importação de produtos ligados à Ilha cubana. Meses depois, Kennedy impôs um bloqueio naval à Cuba devido às instalações de mísseis soviéticos em solo cubano. As negociações que se seguiram entre EUA e URSS terminaram com um acordo para a retirada dos mísseis soviéticos e, em

compensação, o lado estadunidense deveria reconhecer a legitimidade do governo cubano de Fidel Castro e cia.

Como podemos avaliar, foram diversas as formas de intervenções políticas, econômicas e militares que foram aplicadas pelos EUA nesse breve período de tempo contra Cuba. E para que esse paronama não voltasse a se repetir e conter a influência socialista soviética na América Latina, os EUA passaram a julgar Cuba como o “inimigo interno” e a Revolução Cubana como uma potencial ameaça às suas estratégias de defesa do capitalismo e de obtenção de hegemonia no Hemisfério Ocidental durante a Guerra Fria.

Em vista disso, os EUA não toleraram a ideia de perder mais nenhuma posição na América Latina e passaram a orquestrar e financiar golpes militares em países latino-americanos incluindo sequestros, torturas, assassinatos e derrubadas de governos populistas de esquerda. De acordo com Moniz Bandeira (2017):

os golpes de Estado que ocorreram nos mais diversos países da América Latina após a revolução cubana não decorreram de fatores endógenos, inerentes aos países da América Latina. Representaram muito mais um fenômeno de política internacional continental, no contexto da Guerra Fria, do que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc. Eles resultaram, em larga medida, da mutação que os Estados Unidos promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças... [...] O papel de polícia atribuído aos militares latino-americanos pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos complementou a mutação da estratégia de segurança do hemisfério, até então baseada na hipótese de uma “agressão extracontinental”, em estratégia de contrainssurreição, que apontava como principal ameaça o “inimigo interno” e deveria ser, portanto, mais dinâmica, tanto terapêutica quanto profilática, visando a derrotar a subversão, onde quer que ela se manifestasse, e a impedir que surgissem no continente outros regimes como o de Fidel Castro (p. 114-115).

Desta forma, os EUA instauraram uma ofensiva através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Valdés (1980) considera que a DSN foi central na atuação das ditaduras militares latino-americanas. A DSN seria um arcabouço ideológico com a noção de “guerra total”, visando aniquilar as contradições entre os interesses capitalistas dos EUA e, ao mesmo tempo, assentando os militares na política.

A DSN passa a justificar a intervenção permanente dos militares nos governos de seus Estados devido à presença de um “inimigo interno” no Hemisfério Ocidental. Logo, a doutrina tinha por objetivo impedir o avanço das “formas nacionais do comunismo ou socialismo”, ao mesmo tempo que pelo financiamento de modelos econômicos capitalistas que favorecessem a “inserção do capitalismo monopólico transnacional” (VALDÉS, 1980, p. 250). Não se tratou

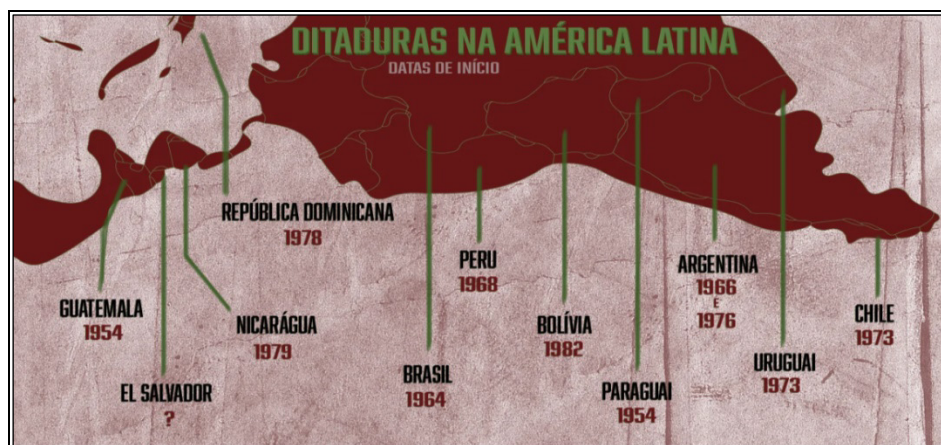
apenas dos EUA eliminarem qualquer objetivo soviético, mas aliá-los aos interesses do capital internacional e afirmar a sua hegemonia na América Latina.

Valdés (1980) também assinala que os golpes de Estados foram derivados de caracteres fascistas, nos quais atribuídos o uso excessivo da violência militar e da repressão política ligada à perseguição de lideranças, membros de partidos de esquerda e de seus militantes. Além disso, as ditaduras militares latino-americanas são entendidas pelo autor como privadores da liberdade em que demonstraram um poder de concentração no executivo e um aumento da jurisdição dos tribunais militares. Sendo assim:

Al igual que el fascismo europeo de lo años 30 y 40, la DSN debe destruir la teoría política-jurídica liberal, la fuerza político-social de los trabajadores y las tendencias socialistas de la economía. En esencia, se trata de implantar un tipo de sociedad política en la cual sea legítimo y normal impedir el desarrollo de fuerzas competitivas, capaces de arrebatarse su papel de élite a la burguesía, o al sector dominante dentro de ella, y de destruir la hegemonía que ejerce a través de la ideología impuesta por su modo de percibir lo social (op. cit, p. 252-253).

Como podemos observar na figura 05, especialmente a partir da década de 1960, países como Argentina (1966-1973/1976-1983), Bolívia (1964-1982), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989) e Uruguai (1973-1984) tiveram seus governos administrados por ditaduras militares. No Brasil, por exemplo, assumiram a presidência da República os militares Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Figura 5 - Ditaduras militares na América Latina



Fonte: Jornalismo Júnior (ECA/USP)¹⁹.

¹⁹ Retirado de: <http://jornalismojunior.com.br/america-latina-ciencia-ditadura/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Importante dizer aqui que no caso da Colômbia, durante o período da Guerra Fria, as circunstâncias em relação às ditaduras militares nos países latino-americanos mencionados foram um “pouco” diferentes. No Estado colombiano ocorria uma intensa guerra civil tendo como consequências a insurgência de grupos armados de esquerda que será especificado no capítulo II.

Retornando ao contexto anterior, uma nova ação passa a ser desenvolvida dentro da DSN, a Operação Condor ou Plano Condor. Esse plano pode ser definido como um pacto repressivo de caráter internacional. Foi firmado em 1975, na capital chilena, entre os serviços de informações dos países que haviam sofrido golpes de Estado (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai), e foi também oficializada a integração entre os sistemas de inteligência e espionagem dessas ditaduras.

Desse modo, a operação foi criada através de um acordo entre os países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) para perseguir e punir pessoas que demonstrassem qualquer comportamento de oposição a estas ditaduras. O sistema repressivo passou a dispor de seus próprios aparelhos, nos quais os presos políticos eram mantidos em cárcere privado após serem sequestrados, encontrando a morte na maioria das vezes. Para Cerveira (2009), citando a situação no Brasil, esse contexto também se enquadra para os demais Estados latino-americanos:

A Operação Condor foi responsável por milhares de assassinatos e desaparecimentos de militantes revolucionários latino-americanos. A multiplicidade das prisões, tortura e morte dos que ousavam levantar suas vozes contra as atrocidades cometidas pela ditadura militar conduziu o país a uma situação em que quem prezasse minimamente os caminhos democráticos e os direitos fundamentais do homem, sentia-se aviltado e impelido a reagir contra a ditadura e a procurar formas de restabelecer as instituições. Artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores não viram outra alternativa que não o confronto direto com o regime militar. As formas foram as mais variadas. Do abaixoassinado à luta armada, pode-se dizer que todas as vias possíveis foram utilizadas para acabar com a ditadura (p. 102).

Nessa direção, com as execuções da DSN e o Plano Condor, Harvey (2004) afirma que mediante à política de contenção a Guerra Fria proporcionou aos EUA a oportunidade de dedicar-se, ele mesmo, à acumulação ilimitada de capital e, concomitantemente, preparar-se para acumular poderes políticos e militares para defender a promoção desse processo em todo o globo em oposição à ameaça comunista. Os proprietários privados uniram-se para apoiá-los diante de uma perspectiva do socialismo internacional.

Assim, Harvey (2004) conclui que, além das decisões da política externa para frisar que os EUA sempre põem a frente seus próprios interesses, foram produzidos benefícios para sustentar

um número suficiente de países, atrelados à classe de proprietários privados, para legitimar as alegações estadunidenses de que o país agia em proveito de um interesse universal, o que garantiu a manutenção de “Estados clientes” nesse alinhamento. Isto posto, o Estado colombiano não hesitou em ser um “grande cliente” nesse processo já que:

depois de patrocinar a fragmentação do seu território no episódio do canal do Panamá, nos marcos do Big Stick, e, na década de 1930, no horizonte da Política de Boa Vizinhança, de Franklin D. Roosevelt (1933-1945), utilizar o país como um dos grandes fornecedores de matérias-primas (platina e petróleo) fundamentais à sua corrida armamentista – a atenção dos EUA para esse país foi retomada no contexto da Guerra Fria, assumindo a Colômbia como “nação amiga” na sua luta contra as influências de origem soviética no hemisfério. Nessa perspectiva, as Forças Armadas colombianas foram enquadradas na Doutrina de Segurança Nacional norte-americana, com os EUA fornecendo apoio financeiro, militar, técnico e logístico aos militares colombianos para a luta contra grupos sociais e movimentos guerrilheiros de esquerda. Além disso, o país foi palco de programas de cooperação econômica e social, nos marcos da Aliança para o Progresso, de John F. Kennedy (1961-1963), e de expansões das corporações norte-americanas (SANTOS, MARCELO, 2010, p. 70).

A partir do início da década de 1980, as ditaduras militares começam a perder força após fortes pressões de manifestações populares e de movimentos sociais pelo fim dos regimes violentos e pela participação direta nas decisões políticas dos Estados. Ao final da década, as ditaduras militares, a DSN e o Plano Condor foram “sepultados”²⁰. Bom dizer aqui que quase paralelo aos eventos mencionados, ocorre a dissolução do bloco soviético e, consequentemente, o desmantelamento da URSS com a queda do Muro de Berlim, na Alemanha, levando ao “fim” da Guerra Fria²¹.

Agora, não tendo mais o inimigo a ser contido para justificar a “luta contra o comunismo internacional”, o seu complexo industrial-militar necessitaria de novos motivos para a sua produção e investimentos, bem como para sua existência. Nisso, os EUA se veem na obrigação de modificar o código geopolítico da contenção para continuar legitimando seu imperialismo e sua militarização nos países da América Latina.

Como consequência, tornou-se indispensável para os EUA a criação de um novo código geopolítico global. Vale frisar que “as multinacionais estadunidenses ocupam os primeiros lugares

²⁰ Cerveira (2009) denuncia que o Plano Condor continua em pleno funcionamento no século XXI. Nesse sentido, podemos caracterizar o Plano Colômbia como uma das evidências desse encadeamento.

²¹ “Agora, um dos lados saiu do jogo. Se tivermos em mente a Guerra Fria histórica, e não o constructo ideológico, saberemos que não é verdade que ela tenha terminado. Antes talvez semi-encerrada; Washington continua a jogar como antes” (CHOMSKY, 2003, p. 46).

na lista das indústrias militares relacionadas com a guerra e a construção de seu império, significando que a corrida armamentista vem potencializando sua expansão industrial nas últimas seis décadas” (RAMPINELLI, 2007, p. 2).

No princípio dos anos de 1990, Chomsky (2003) aponta que foi enviado ao Congresso estadunidense um relatório editado pela Estratégia de Segurança Nacional indicando o Terceiro Mundo como prováveis áreas de conflitos e enfatizou que a estratégia simbolizava que:

os EUA deviam estar **preparados** para Conflitos de Baixa Intensidade envolvendo ameaças de ordem inferior, como o terrorismo, a subversão, a insurgência e o tráfico de drogas, (que) vêm ameaçando os Estados Unidos, seus cidadãos e seus interesses de novas maneiras. [...] O Conflito de Baixa Intensidade envolve a luta de princípios e ideologias rivais abaixo do nível de guerra convencional (p. 47. Grifo nosso).

No entanto, para Wallerstein (2004), mesmo em um contexto diferente, a preocupação de se preparar por parte dos EUA vem muito antes do fim da bipolaridade, podendo nos indicar que o surgimento de um código vem aparado por outro. O autor esclarece que:

na década de 1970, os métodos de política externa dos Estados Unidos mudaram, tiveram que mudar. [...] O que causou esta mudança foi o fim do domínio econômico dos Estados Unidos na economia-mundo, combinando com a derrota militar do Vietnã. A realidade geopolítica mudara. O governo dos Estados Unidos já não podia concentrar-se em manter, muito menos em expandir, o seu poder; em vez disso, o seu objetivo primeiro passou a **prevenir** uma erosão rápida deste poder – tanto na economia-mundo como na arena militar (p. 213. Grifo nosso).

A palavra prevenir, de forma análoga, pode se referir à ações que se dirigem, por exemplo, à precaução, cautela, modo de ver antecipado, planejado, disposição ou preparo antecipado. Porém, seguindo os passos de Lima e Pina (2013), que buscam o sentido etimológico do verbo prevenir (do latim *praevenire*, significando “tomar a frente”), o ato de prevenir(-se) apresenta outros significados como armar-se, premunir-se, adiantar-se, fazer tender ou realizar algo antecipadamente.

Agora, o novo código geopolítico global da prevenção tem como princípio se prevenir para não deixar de exercer uma função dominante e sempre estar preparado de um possível ataque inimigo. E um dos lastros principais nessa prevenção continuará sendo a militarização que é redefinida pelo novo código, no qual o Plano Colômbia se enquadra, e é contribuinte de uma nova geopolítica do imperialismo estadunidense.

No ensaio da obra “Hegemonias e emancipações do século XXI”, Ceceña (2005), atenta a vigência do código geopolítico global da prevenção e inspirada na ideia (de Paulo Virilio) de “preparação contínua para a guerra” dos EUA, é assertiva em dizer que “a ênfase está posta num traçado de uma estratégia geral de desarticulação, não só dos inimigos reais como dos potenciais, englobada na concepção preventiva que supõe que a mínima dissidência é um sinal de perigo e de guerra futura” (p. 45).

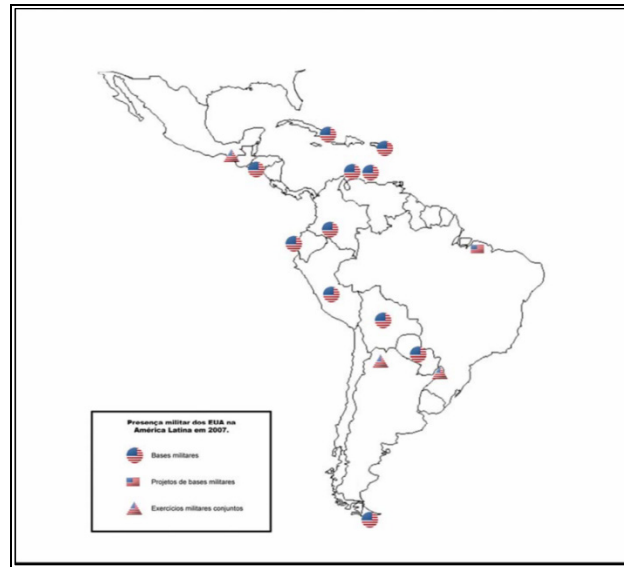
Pina (2007), além de avaliar a transição de códigos geopolíticos a partir de um olhar sobre o comportamento dos EUA, no tocante ao planejamento militar para a América Latina, também analisa a disposição de bases militares na região no princípio do século XXI. Nessa perspectiva, como já dito que os códigos geopolíticos são mutáveis conforme as realidades existentes, o novo código geopolítico global da prevenção é elaborado e implementado no sentido de prevenir conflitos, construir resiliências e estabilidade para promover o crescimento econômico (neoliberal), o que gerou “descentralizações, territorializações e reposicionamentos militares nos territórios latino-americanos através da disposição territorial antecipada e preparação” (PINA, 2007, p. 108).

Em conformidade com Pina (2007), as ações militares podem (ou não) se apresentarem em forma de guerras e/ou intervenções, mas é evidente que ambas a preparação está presente. Com efeito, outra vez mais voltamos às considerações de Lacoste (1988) quando relaciona o papel da “Geografia dos Estados-Maiores” na preparação de operações militares em uma eventual guerra:

Afirmar que geografia serve fundamentalmente para fazer a guerra não significa somente que se trata de um saber indispensável aqueles que dirigem as operações militares. Não se trata unicamente de deslocar tropas e seus armamentos uma vez já desencadeada a guerra: trata-se também de **prepará-la**, tanto nas fronteiras como no interior, de escolher a localização das praças fortes e de construir várias linhas de defesa, de organizar as vias de circulação (p. 29. Grifo nosso).

Um aspecto fundamental que dá sentido ao código geopolítico da prevenção, além da preparação, é a demanda dos EUA de disporem a antecipação para evitar possíveis (futuros) problemas e/ou ameaças. O controle dos EUA sobre os governos latino-americanos permitiu o uso e/ou instalações de bases militares que vão desenvolver um efetivo controle territorial sobre partes significativas dos territórios nacionais desses Estados, estabelecendo um leque mais amplo para um “novo cerco” (ver mapa 04).

Mapa 4 - Código geopolítico da prevenção



Fonte: Pina, 2007.

As bases militares denominadas *FOL's* (*Forward Operation Locations*)²², ou Centro de Operação Avançada, são exemplos de bases que modificaram as características de operacionalização da presença militar ligada à política externa de segurança dos EUA (VILLA, 2013). Pina (2007) alerta que “o projeto das *FOL's*, em seu ‘discurso oficial’, é justificado pela necessidade de se realizar o combate ‘anti-drogas’ e ‘operações humanitárias’, sendo um tipo de retórica preventiva, na qual o Plano Colômbia se traduz como pivô” (p. 163). Como denunciado pelo próprio autor:

as instalações militares do tipo *Forward Operation Locations*, as *FOL's* se caracterizam por serem um determinado tipo de produção e uso político-militar do espaço extremamente seletivo, e que se distribuem por algumas áreas do globo [...]. As *FOL's* formam uma ossatura **preventiva** projetada pelo imperialismo estadunidense sobre a América Latina, redefinindo situações geopolíticas em uma área bastante ampliada, onde espaços como o Caribe, a Amazônia, a Tríplice Fronteira e os Andes caracterizam-se como estratégicos no contexto do novo código (PINA, 2007, p. 162-163. Grifo nosso).

²² “É importante dizer que sigla *FOL* significa *Foward Operating Locations*, enquanto *CSL* expressa *Cooperative Security Locations*. Ambas abreviaturas são utilizadas quando se trata do tema, sendo a primeira (*FOL*) mais comum, pelo menos até o ano de 2004. A denominação *CSL's* foi adotada a partir de 2004, substituindo a terminologia *FOL's*. A mudança na denominação referida está assentada basicamente no acordo entre Estados Unidos e Paraguai para o uso de uma base militar na região estratégica da Tríplice Fronteira, que contribui para a nova geopolítica do imperialismo estadunidense cobrir com um grande arco boa parte da área de responsabilidade do Comando Sul” (PINA, 2007, p. 161).

Essa situação assume feições ainda mais dramáticas na Colômbia em relação aos outros países latino-americanos no início do século XXI com a execução do Plano Colômbia. A emergência associada ao crime de tráfico de drogas, a insurreição armada e de organizações de esquerda, com longa trajetória na vida nacional, e as ações dos grupos de direita conduziram o país a uma crise de governabilidade, colocando em estado de atenção não só os EUA como também os governos dos países vizinhos.

No capítulo seguinte será contextualizado alguns eventos que se sucederam no início da Guerra Fria na Colômbia com o fenômeno “*El Bogotazo*” que marcou profundamente a dinâmica de relações na sociedade colombiana nos anos de 1940 e 1950. Esse episódio violento pode ser considerado o “estopim” para a insurreição dos grupos de guerrilhas políticas (GALEANO, 2010) no país a partir da década de 1960. Esses grupos, no final do século XX, passam a ser alvos do código geopolítico global da prevenção imposta pelos EUA, se intensificando com o Plano Colômbia na virada desse último milênio.

2 ECOS DO “*EL BOGOTAZO*” E A INSURGÊNCIA DE GRUPOS DE GUERRILHAS POLÍTICAS E O LEVANTE CONTRA HEGEMÔNICO NA COLÔMBIA

Durante o período da Guerra Fria, juntamente com as ações desenvolvidas pela política da DSN e do Plano Condor, no Estado colombiano surgiram diferentes organizações de esquerda que adotaram a estratégia da luta armada através de guerrilhas que foram intensificadas pelo fenômeno “*El Bogotazo*” e, seus ecos, no período da “*La Violencia*”. Na década de 1960, dentre as organizações armadas que mais se destacaram, e de algum modo até os dias correntes, são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Ambos, oficializados no ano de 1964, completam 60 anos de existência em 2024.

As FARC são uma das mais capacitadas, equipadas e uma das mais antigas das forças insurgentes do continente sul-americano. Sua luta foi iniciada pela mobilização de camponeses que estavam inconformados pela penosa situação política, econômica e social atravessada por décadas pela Colômbia. Já o ELN pode ser considerada a segunda guerrilha em importância. Formou-se, também devido à diversas insatisfações, a partir de um pequeno grupo de profissionais, estudantes e camponeses, com perfil muito influenciado pela Revolução Cubana.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente 1980 e 1990, o poder militar e efetivo de homens e mulheres que passaram a compor esses dois grupos aumentaram de maneira vertiginosa ao ponto de expandirem rapidamente suas frentes (*fronts*²³) em variadas partes do território do Estado colombiano. As guerrilhas de esquerda, nesse intervalo, conseguem expandir suas frentes devido ao controle da produção de cultivos de coca que, em grande medida, fortaleceram suas ações militares nas disputas territoriais.

A ligação entre a guerrilha e a cultura de folhas de coca é uma das questões mais complexas. Para compreender este processo voltamos à década de 1970, quando o cultivo de coca passa a ser destaque no município de San Vicente de Caguán, no Departamento de Caquetá ao sul da Colômbia.

²³ “Front é um termo militar que designa a linha de frente da guerra, o lugar e o momento em que os inimigos estão tête-à-tête, na iminência da batalha. Sua relação com o conceito de fronteira está inscrita na própria etimologia, que indica uma relação forte e original entre ‘front’ e ‘fronteira’. Mais do que a raiz etimológica comum, podemos perceber uma proximidade nas formas geográficas assumidas pelos fronts de guerra e a fronteira política” (REGO-MONTEIRO, 2014 [c], p. 4).

Ao final da década de 1970, com a chegada das FARC em Caguán, o grupo enfrentou o dilema de autorizar ou proibir os colonos de continuarem a produzir os cultivos de coca. Com a aprovação e a regulação do cultivo, as FARC passam a cobrar imposto dos vendedores e compradores de folhas e pasta de coca que representavam aos traficantes de drogas, provocando novas anomalias e disputas por territórios (FERRO, 2002).

A expansão dos territórios dominados pelos grupos até então citados espalhou-se pelos demais departamentos do país. As guerrilhas de esquerda começam a disputar territórios com os traficantes dos cartéis de Cali e Medellín (este com mais intensidade) e também passam a controlar rotas que seriam utilizadas como redes para o narcotráfico internacional. Algumas delas estão ao sul da Colômbia, em Caquetá, próxima à região amazônica, e ao norte, em Santa Marta, em direção ao mar do Caribe.

Nesse mesmo período, a população civil colombiana enfrenta momentos delicados e de temor com a prática de sequestros tanto por parte dos grupos de guerrilha como por parte dos grupos paramilitares que serão apresentados através de dados divulgados pelo Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH).

Em retaliação aos acordos de paz ou por vinganças, esses atores levaram pânico e morte à sociedade civil colombiana através de diversos atentados, como explosões de imóveis e de aviões com civis, e sequestros dos mais variados tipos em troca de negociações e recompensas. Outras eventualidades serão apresentadas ao longo do trabalho.

Nesse capítulo também será investigado de que forma os EUA atuam com o monitoramento e a composição nodal do Comando Sul (United States Southern Command - USSOUTHCOM), um dos seus Comandos Unificados de Combate criado em 1947 no início da Guerra Fria. O domínio territorial é somado às instalações de bases militares, monitoradas desde o Comando Sul, em território colombiano formando redes e território-redes. O Comando Sul tem como zona de responsabilidade as chamadas zona de trânsito da droga e a zona fonte, no Caribe e na América Latina respectivamente.

Ao final dos anos 1990, com o fortalecimento das frentes das guerrilhas, oriundo do narcotráfico, e os episódios violentos que ocorreram em algumas cidades colombianas, levaram os EUA a caracterizar, dentro do código geopolítico da prevenção (PINA, 2007), as guerrilhas de esquerda como uma ameaça à segurança externa e adotaram um discurso antidrogas e antiterror contra elas, interferindo na soberania nacional do Estado colombiano e com o consentimento da

classe política do mesmo. Aqui, portanto, ocasionou-se em uma escala(da) para mais uma internacionalização do conflito armado colombiano que vem ocorrendo desde os anos de 1960.

Nessa amplitude, também será debatido o conceito de escala com a intensificação da “guerra ao terror” que, conseqüentemente, se agravou com a implementação do Plano Colômbia, em 1999, após uma mudança de reorientação da estratégia militar estadunidense (CAYCEDO, 2005). Consideramos ser um plano de reposicionamento político-militar no Hemisfério Ocidental, sendo um instrumento de militarização dos EUA através de um reordenamento territorial (HAESBAERT, 2006).

Feitas as considerações, optamos por este ser, além do capítulo empírico, também o capítulo teórico-metodológico devido à ocorrência da sobreposição de poderes que vai se instaurando no Estado colombiano com a formação e a expansão das frentes de guerrilhas das FARC e do ELN confrontando com o controle da zona de responsabilidade do Comando Sul. Isso leva à uma outra internacionalização do conflito armado colombiano, dando início ao projeto do Plano Colômbia. Em outros momentos do trabalho foram redigidos alguns conceitos-chave da Geografia, porém sem os seus devidos aprofundamentos como espaço, território, rede e escala.

As práticas imperialistas e a hegemonia dos EUA sobre a América Latina patrocinaram diversos acontecimentos que deram origem às resistências²⁴ e às insurgências de grupos contra-hegemônicos, como as guerrilhas armadas de esquerda na Colômbia, que remodelaram as relações de poder no traçado do século XX e, mais tarde, sendo redefinidos à ordem geopolítica global para o século XXI.

²⁴ “Quem observar os movimentos de resistência, no sentido mais largo da palavra, do mundo de hoje, não tardará a dar-se conta da persistência destes critérios: contra um governo despótico, contra uma potência colonial ou imperialista, contra um sistema econômico ou político considerado injusto e opressivo, o direito de resistência ou de revolução é justificado ora através da referência à vontade popular vilipendiada, e portanto à necessidade de um novo contrato social, ora ao direito natural à autodeterminação que vale não apenas para os indivíduos mas também para os povos, ora à necessidade de abater aquilo que está condenado pela História e de se introduzir no sulco do devenir histórico, que procede inexoravelmente em direção a novas e mais justas formas de sociedade” (BOBBIO, 1990, p. 91).

2.1 Ecos do “*El Bogotazo*” e a insurgência armada na República da Colômbia

Ninguna mano del pueblo se levantará contra mí y la oligarquía no me mata, porque sabe que si lo hace el país se vuelca y las aguas demorarán cincuenta años en regresar a su nivel normal (Jorge Eliécer Gaitán Ayala. 1898-1948).

Para compreendermos a insurgência armada se faz necessário abordar o contexto do fenômeno “*El Bogotazo*”, que foi um dos acontecimentos mais emblemáticos, não só para a Colômbia, mas também para a América Latina em termos de direitos humanos e transformações significativas que sacudiram radicalmente as relações sociais desde então. Até os dias atuais torna-se perceptível os seus efeitos colaterais como veremos a seguir.

Durante o contexto de Guerra Fria, a partir das décadas de 1940 e 1950, na Colômbia se intensificava uma guerra civil, principalmente na capital Bogotá, envolvendo membros e simpatizantes dos partidos políticos Conservador e Liberal. Esse período de terror ficou conhecido como “*La Violencia*”, que:

desta vez, e durante dez anos, entre 1948 e 1957, a guerra camponesa abarcou minifúndios e latifúndios, desertos e semeadas, e vales e matas e páramos andinos, compeliu ao êxodo comunidades inteiras, gerou guerrilhas revolucionárias e bandos de criminosos, e transformou o país num cemitério: calcula-se que deixou um saldo de 180 mil mortos. [...] A violência começou com um enfrentamento entre liberais e conservadores, mas a dinâmica do ódio de classes foi salientando cada vez mais seu caráter de luta social (GALEANO, 2010, p. 149).

Mas, especificamente, o período “*La Violencia*” teve início após o assassinato do candidato popular à presidência da República pelo Partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán²⁵, em abril de 1948.

²⁵ “Jorge Eliécer Gaitán Ayala nasceu em Bogotá em 1903; se destacou como Jurista, escritor e político do Partido Liberal, se formou na Itália e foi graduado como doutor honores da mão do político e criminologista Enrico Ferri, de quem tomaria a influência sobre os partidos socialistas e o exercício de sua profissão como advogado criminologista. Ainda muito jovem, Gaitán e outros estudantes da Universidade Nacional da Colômbia abordaram as ideias de Comte, Spencer, Marx, Hegel e outras fontes de determinismo socialista provenientes principalmente de Europa. Foi prefeito de Bogotá em 1936, Ministro de Educação em 1940, chefe único do liberalismo em 1947 e promotor de grandes manifestações como a ‘Marcha del Silencio’ em 7 de fevereiro de 1948. Embora ele tenha conseguido ser o líder de sua comunidade, muito de seus partidários o temiam e inclusive o depreciavam. Criou a UNIR (Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria) em 1933 como meio de expressão política e se propôs a destruir o forte bipartidarismo que impedia a expressão de novos projetos políticos; uma economia planificada e a conservação das garantias sociais dos trabalhadores, seu direito de aposentadoria por meio da criação do Seguro Social. Sua base política foi uma massa descontente com as disparidades salariais e a crescente desigualdade social, uma notável diferença entre uma elite que ostentava o poder econômico e político e uma imensa maioria desprovida de oportunidades” (Nacional Policía, 2018, p. 63. Tradução nossa).

Com amplo prestígio popular, a morte de Gaitán levou milhares de colombianos às ruas da capital colombiana para protestar contra sua morte. O episódio, também conhecido como “*El Bogotazo*”, ecoou outras ondas de manifestações pelas principais capitais da Colômbia. Gallardo (2005):

el desprestigio de los partidos y de los políticos fue denunciado por Gaitán con su palabra emotiva, la que, a pesar de sus exageraciones, trasuntava sinceridad y convencia totalmente, al punto de suscitar sentimientos de fé absoluta, particularmente entre las gentes más pobres, pero no solamente entre ellas. Por eso, cuando fue asesinado se produjo algo así como una gran explosión sentimental, carente de toda racionalidad. Al asesino, que fue la segunda víctima, nadie pensó conservar-le la vida para esclarecer los hechos. La turba lo arrastró hasta frente al Palacio de Gobierno, porque creía que allí había partido la conspiración criminal (p. 60).

Gallardo (2005), ao investigar os efeitos do Plano Colômbia sobre o Equador, buscou compreender as raízes do conflito armado na Colômbia, incluindo o desenvolvimento de diversos grupos de guerrilha durante a década de 1960, para se chegar à algumas implicações sobre o lado equatoriano na era contemporânea.

Gallardo diz que, já nos inícios dos anos de 1940, enquanto Ministro da Educação, querendo colocar em prática seus ideais de renovação na educação, Gaitán provocou reações contrárias não só de conservadores, como também do próprio Partido Liberal, que se uniram e rejeitaram as eventuais propostas. Dessa maneira, alerta Gallardo (2005, p. 59) que “los que fueron testigos de la relación de Gaitán con los jefes del Partido Liberal, dicen que López Pumarejo²⁶ odiaba a Gaitán y que Eduardo Santos²⁷ lo despreciaba. Por su parte Gaitán acusava López de no haber ejecutado la Ley de Tierras²⁸”.

Dias antes do assassinato de Gaitán, no dia 1º de abril de 1948, ocorria em Bogotá a IX

²⁶ Alfonso López Pumarejo foi presidente da Colômbia entre 1934-1938 e 1942-1945.

²⁷ Eduardo Santos Montejó foi presidente da Colômbia entre 1938-1942.

²⁸ “Lei 200 de 1936 elaborada durante o primeiro mandato de Alfonso López Pumarejo. Mais que a regularização da terra e a reforma agrária, essa lei consistia na abolição de extensas propriedades que dificultava a mobilidade da terra; abertura da fronteira agrícola; aumento da produtividade da terra via concessão de crédito rural; e modernização do trabalho” (SILVA, 2017, p. 87). “Jorge Eliécer Gaitán surge como respuesta a un clamor social agrario asumiendo como un hecho propio la defensa jurídica y el dolor causado en la masacre de las bananeras en 1.928. Gaitán logró dismantelar a la United Fruit Company (hoy Chiquita Brands) compañía dedicada a usurparle la tierra a los campesinos y a pagarle a sus trabajadores con salarios de miseria, prueba demostrada en tan vil acto terrorista. En discurso sobre la masacre de las bananeras sostiene Gaitán ‘...estos militares a quienes el presidente elogia, no disparaban sus revólveres en defensa de la propiedad sino para atacar a la propiedad.’ Y con respecto a la compañía señala: ‘...aquella compañía ha corrompido conciencias, comprado autoridades.’” Disponível em: <https://www.elspectador.com/colombia-20/analistas/ley-de-tierras-con-seguridad-nacional-articulo/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Conferência Internacional Americana. Um dos principais motivos para a realização dessa Conferência era elaborar uma estratégia anticomunista para a defesa do hemisfério através de uma orientação político-militar-estratégica dos EUA, conforme ilustrado por Rojas, político da época na Assembleia Nacional:

punto principal en ellas fue el estudio de las medidas que los países americanos deberían adoptar para conjurar el avance del comunismo en el continente, por los peligros que su expansión traería para la paz, la independencia, la libertad y los atributos espirituales de las naciones congregadas (1956, p. 171).

Nesse sentido, diversos movimentos populares e sindicatos começam a organizar protestos e manifestações contra a Conferência, sendo violentamente reprimidas pelo aparato militar e policial. Desse modo, o governo, para conter as manifestações na cidade, pede para Gaitán apoio para controlar as massas, que “lo hizo este caudillo, contra las protestas del partido comunista y el concepto desfavorable de algunas fracciones de sus mismos partidarios” (ROJAS, 1956, p. 174).

Mesmo com o pedido de Gaitán, a semana foi bastante conturbada em Bogotá. Pois, ao mesmo tempo em que o presidente conservador Luiz Mariano Ospina Perez (1946-1950) se reunia com o secretário de Estado dos EUA, o anticomunista George Mashall, para discutir um plano de união dos países e a criação da OEA, do outro lado, os socialistas cubanos Fidel Castro e Rafael del Pino estavam na Colômbia e haviam marcado uma reunião com Gaitán para discutir a participação do político como orador do Congresso Latino-Americano de Juventude, o que gerou ainda mais tensões entre as partes.

Além disso, Gaitán concorria ao cargo de presidente da República junto com o atual presidente do país, Mariano Ospina Pérez, do Partido Conservador. Nos dias que antecediam as eleições, o gosto popular por Gaitán o fazia crescer cada vez mais nas intenções de voto, a ponto de vencê-las, o que era uma grande ameaça aos interesses da ganância de conservadores e também dos EUA. Então, no dia 9 de abril de 1948, ao sair do seu local de trabalho para se encontrar com Fidel, Gaitán foi surpreendido com um homem armado que o baleou na cabeça e no peito²⁹. Ele foi socorrido e levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

²⁹ “Entre gritos de ¡Mataron al Doctor Gaitán!, o assassino, Juan Roa Sierra, teve seu corpo arrastado por uma turba revoltada e descontrolada ao longo de oito quadras, no trecho que separava o local do assassinato do Palácio do Governo, onde foi amarrado com os braços abertos nos portões do edifício. Aparentemente sem motivações políticas, o assassino apenas alegava ser a reencarnação de Quijada e Santander e, mais tarde, veio a saber-se que era membro da Rosa Cruz” (SUSIN, 2018, p. 44). Com o assassinato de Gaitán, uma série de eventos violentos, como protestos e

Logo, a notícia foi ecoada pelos rádios e uma série de revoltas populares se incendiaram espontaneamente por vários cantos do país entrando em confronto direto contra o governo de Ospina. Muitos municípios foram controlados pelos populares criando “comitês revolucionários” e “milícias de autodefesas camponesas” (PINHEIRO, 2015, p 58).

Pinheiro (2015), ao evidenciar a natureza social e política do conflito armado colombiano a partir das posições das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Estado colombiano, bem como ao avaliar os acordos de paz estabelecidos entre eles, certifica que as FARC têm origem nas guerrilhas camponesas de autodefesa constituídas no período “*La Violencia*”, logo após do evento “*El Bogotazo*”.

Assim afirma que não havia uma organização política que se alinhasse de fato com o processo revolucionário idealizado por Gaitán, o que representou um enorme perigo para os próprios políticos do Partido Liberal e aliados, principalmente, às elites e organizações industriais, que se articularam para manipular os ideais gaitanistas e recolocá-los na disputa entre liberais e conservadores.

Essa estratégia foi uma tentativa de anular a percepção da consciência de classe das camadas populares, que começavam a se enxergar como uma classe em si. Os camponeses e os trabalhadores começavam a ter consciência de que a sociedade era dividida em classes sociais, e não em partidos. E perceberam a dominação do Estado e dos partidos tradicionais frente a classe de proprietários da cidade e do campo, com o apoio explícito e a ingerência dos EUA e de suas corporações empresariais (*id. ibidem*). Desta feita:

la relación establecida entre “*El Bogotazo*” y la evolución de la violencia en el país es estrecha, los sucesos dados a partir de este levantamiento y las acciones ocurridas en los días posteriores crearían precedentes y saberes que se verían involucrados en el surgimiento de frentes de resistencia y de revolución en las regiones. La nueva conciencia de las élites sobre la fuerza del pueblo marcaría una nueva dinámica en la reconfiguración de las estructuras y las lógicas políticas de esta época. Las Fuerzas Militares y de Policía constituyeron un cisma que daría un paso hacia la reingeniería institucional, provocando la reestructuración y despolitización de los agentes del Estado. La agitación política, las rivalidades y rencores que nacieron a raíz de los levantamientos del 9 de abril en las provincias, fueron eje para crear un ambiente de zozobra y tensión que se materializó en acciones armadas. En este contexto el 9 de abril vendría a ser un punto nodal en la creación y consolidación de grupos armados que decidieron oponerse al estamento de gobierno por diferencias políticas o ideológicas (NACIONAL POLICÍA, 2018, p. 63-64).

manifestações, ocorreram não apenas em Bogotá, como também em diversas capitais dos Departamentos (Estados) colombianos, entre eles Medellín, Cali, Barranquilla e Ibagué.

Por isso, esses fatos e experiências tão negativas, somado a outras, foram umas das motivações para a insurgência de grupos de guerrilhas políticas (GALEANO, 2010), inicialmente compostos por camponeses organizados e armados. Daí surgem, a partir da década de 1960, a oficialização de alguns grupos guerrilheiros como as FARC, o ELN (Exército de Libertação Nacional) e o M-19 (Movimento 19 de Abril) que serão aprofundados no próximo subcapítulo. Galeano salienta que:

na Colômbia, a raiva explodia de qualquer maneira, mas não é casual que daquela década de violência tenham nascidos as posteriores guerrilhas políticas que, levando as bandeiras da revolução social, chegaram a ocupar e controlar extensas zonas do país. Os camponeses assediados pela repressão, emigram para as montanhas e ali organizaram o trabalho agrícola e a autodefesa (*id. ibidem*, p. 151).

Com o assassinato de Gaitán, prontamente, o ex-presidente Ospina Perez e o secretário George Marshall acusam o assassinato e os ecos da revolta popular do “*El Bogotazo*” como uma intentona comunista, em que a imprensa compra seus discursos, exigindo a punição aos responsáveis, bem como, a cassação ao Partido Comunista aumentando a perseguição e prisão de comunistas em todo país. Em 1948, o governo colombiano rompe os laços diplomáticos com a URSS, justificando a distância geográfica e diferenças de Estados como motivos.

A morte de Gaitán significou o início de uma “insurreição popular imediata” (GALLEGO, 2006). No início dos anos de 1950, cresce na Colômbia a beligerância. Então, aparecem em diversas partes do país grupos armados compostos por integrantes dos Partidos Liberal e Conservador. Os grupos conservadores obtiveram o apoio de governantes locais. Logo, essa guerrilha começa a se configurar em um contexto social de conflito em expansão, construindo e reconstruindo resistências e criando zonas de autodefesas, que poderiam desaparecer conforme as possibilidades de sobrevivência que a confrontação armada lhe oferecia.

Ambos os lados, as ações foram extremamente violentas, levando à milhares de mortos, feridos e desaparecidos. Essa complexidade é bem assinalada por Pinheiro (2015) quando diz que:

alguns latifundiários liberais, donos de grandes rebanhos de gado, organizaram grupos armados entre os camponeses para a defesa de suas propriedades da “fúria dos conservadores”. Isso acontecia até os camponeses contratados exigirem remuneração melhor, condições sociais apropriadas para o trabalho que exerciam e uma discussão sobre mudanças nas relações de produção e de propriedade. A partir daí, os latifundiários mudaram do encorajamento e incentivo que davam à formação de grupos de autodefesa para denunciá-los como “quadrilhas de bandoleiros”. No departamento de Boyacá, os latifundiários se uniram na condenação aos grupos de autodefesa e estimularam as tropas

do Estado com bonificações em dinheiro para que promovessem a “pacificação”. Na zona rural, muitos gaitanistas – entre camponeses, intelectuais, médicos e advogados locais, apoiadores ou não do Partido Liberal – organizaram-se militarmente para defender suas famílias dos massacres e fuzilamentos, promovidos pelas forças públicas e pelos paramilitares armados pelo latifúndio. Dessa forma, teve início a formação das primeiras guerrilhas camponesas, nos Llanos orientales³⁰ (p. 61).

Todavia, como ilustrado por Gallardo (2005):

desde de la década de los años veinte venían formándose sindicatos de capesinos pobres o ligas agrarias, especialmente en los departamentos de Cundinamarca y Tolima, cuyo propósito era defender las tierras y ampliarse a otras y así mejorar su condición de vida. A ellos comenzaron a acercarse miembros del Partido Comunista a partir de los años treinta. Al desencadenarse la violencia, la raíz del asesinato de Gaitán, esos movimientos campesinos comenzaron a llamarse autodefensas y crearon grupos armados que oscilaban ideológicamente entre el liberalismo y el comunismo, los cuales realizaban fundamentalmente defensa territorial y esporádicas incursiones armadas. Como consecuencia del ataque del Ejército en Villarica (Tolima) en 1955, las autodefensas se desplazaron buscando lugares inaccesibles y se establecieron en Marquetalia, Riochiquito, El Pato, Guayabero, El Duda y Ariari, donde se organizaron, bajo la inspiración comunista, como zonas liberadas a las cuales se comenzó a llamar “repúblicas independientes”. Allí, se organizaron política y militarmente, con la idea de **preparar** una guerra de larga duración, en espera que el Estado colombiano colapsara para darle el golpe de gracia (p. 74. Grifo nosso).

Nesse ímpeto, o governo criou as “guerrilhas de paz” dirigidas pelos oficiais do Exército para “pacificar” os conflitos na zona rural e cessar as guerrilhas de autodefesas que estavam surgindo. Assim, adota-se uma estratégia de massacre, matando famílias camponesas, estuprando mulheres e crianças, onde depois as assassinavam, perfurando-as com as baionetas os seus ventres.

Esses oficiais apropriavam-se de terras, gados e outros bens. Os que eram capturados vivos eram levados aos aviões oficiais e arremassados desde céu aberto, ao mesmo tempo em que eram bombardeados muitos povoados rurais ocupados por camponeses armados e desarmados³¹.

Logo, em agosto de 1950, é anunciado como presidente da República, o conservador Laureano Gómez (1950-1951), que de pronto expõe um caráter repressivo contra as guerrilhas. Através de suas ordens, agilizou o retorno de tropas militares colombianas que estavam à serviço dos EUA para atuar na Guerra da Coreia (1950-1953). Assim, em 1952, estima-se que 1.500

³⁰ A região de Orinoquia faz parte da Colômbia e da Venezuela. Seu relevo é predominantemente plano e a sua principal bacia hidrográfica provém do rio Orinoco. Apresenta também grandes concentrações de bacias petrolíferas. Na Colômbia, envolve os departamentos de Arauca, Casanare, Guaviare, Meta e Vichada.

³¹ Ver mais sobre em Pinheiro (2015).

camponeses foram torturados e mortos por essas mesmas tropas em *El Líbano*, Departamento de Tolima, que fica à 300km de Bogotá.

Nessa onda de violência, essas guerrilhas, em sua maioria integrada por liberais, chegaram a alcançar rapidamente cerca de 20.000 homens (GALLARDO, 2005), e se alocaram em vários departamentos e lugares como Boyacá e Llanos orientales, Cundinamarca, Santander, Antioquia, Caldas, Tolima, El Valle, El Magdalena medio, Sumapaz, Arauca, Meta e Casanare. A heterogeneidade do país foi essencial para essa ocupação, pois “la tremenda compartimentación geográfica y topográfica de Colombia y la abundante vegetación existente, hacían casi imposible controlar y dominar los múltiples estallidos guerrilleros que crecían cada día más y más” (*id. ibidem.*, 2005, p. 65). Mas, no mesmo período é pertinente relatar que:

enquanto isso, nas planícies orientais, as guerrilhas de autodefesa liberais e comunistas tentavam se unificar. Em agosto de 1952, conseguiram realizar uma reunião ampliada e nacional em Viotá, no departamento de Cundinamarca. O Partido Comunista Colombiano foi fundamental no esforço que garantiu a Primeira Conferência do Movimento Popular de Libertação Nacional³², no departamento de Boyacá. Lá, os camponeses em armas organizaram suas primeiras regras sociais e suas tentativas de estabelecer uma coordenação nacional das guerrilhas (PINHEIRO, 2015, p. 70).

As guerrilhas, direcionadas pela política do Partido Comunista, tinham como objetivos gerais promover uma organização de autodefesa camponesa, conduzir a luta política revolucionária, pensando na classe trabalhadora como a protagonista. Além de se opor e combater as forças armadas colombianas, os paramilitares e seus ex aliados. A guerrilha comunista tinha como princípio a luta militar como parte da transformação da luta agrária contra o latifúndio e a favor do campesinato e dos trabalhadores. Mas, ainda sim, haviam bastante divergências entre os grupos enredados³³.

³² “A Lei nº 1 organizava um sistema de justiça, regras para o uso da terra e os direitos e obrigações individuais com relação ao trabalho comunitário. Também foram regulamentadas as normas para o estabelecimento de granjas de produção diária, assentamentos agrários revolucionários e o mercado do gado. A Lei nº 2 tratava da vida cotidiana nas vastas zonas liberadas. Estabelecia um governo de assembleias populares e conselhos distritais encarregados do planejamento da produção, do consumo e da distribuição. Ditava as regras quanto às relações entre os guerrilheiros (combatentes) e os civis. Proibia expressamente a tortura e as políticas de ‘terra arrasada’, bem característica dessa época. Exigia um comportamento humanitário na relação com os outros camponeses apoiadores do Partido Conservador. Legislava sobre o divórcio, o casamento, a igualdade dos direitos para as mulheres e sobre os direitos indígenas” (PINHEIRO, 2015, p. 70-71).

³³ “A unidade construída com as guerrilhas liberais foi possível em torno de três pontos: a defesa dos camponeses, o combate contra o governo repressor e contra a violência dos paramilitares. No entanto, havia diferenças insuperáveis entre os camponeses de orientação liberal e os comunistas organizados em armas. Deixando de lado os motivos filosóficos e estratégicos, foi no cotidiano dos enfrentamentos militares e da organização social que construíam que

Porém, com os anos instáveis, com a crise política que se assolava junto aos prejuízos econômicos, a classe dominante da Colômbia necessitava remodelar sua forma de controlar o poder e tentar enfraquecer as guerrilhas políticas que estavam se organizando e se estruturando. Então, no ano seguinte, em 1953, apoiado pela burguesia, latifundiários e representações políticas, tanto de liberais quanto conservadores, e também por parte da população, o general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) assume a presidência depois de um golpe de Estado³⁴. Esse regime (ditatorial) foi o único governo representado oficialmente pelas Forças Armadas na história da Colômbia. Nesse âmbito, junto ao código geopolítico global da contenção:

Rojas Pinilla foi o general que comandou a repressão a *El Bogotazo* e chefiou os soldados colombianos sob o mando dos EUA, na guerra da Coreia. Nesse período as concepções e as doutrinas do Exército colombiano foram moldadas ou adaptadas ao modelo estadunidense, no contexto da guerra anticomunista e da Doutrina da Segurança Nacional, doutrina que formula a ideia do “inimigo interno”, a ser permanentemente confrontado e exterminado (PINHEIRO, 2015, p. 71).

Nessas circunstâncias, Pinilla, inicialmente, age “imparcialmente”, adotando um discurso de paz. No mesmo ano, começa uma política de anistia geral para que os grupos políticos liberais entregassem suas armas, promovendo uma campanha de desarme, cujo foi aceito por boa parte dos integrantes do movimento. Por outro lado:

lamentablemente, gentes que tenían el alma llena de odio y rencor, asesinaron a numerosos guerrilleros que se habían acogido a la ley. Estos actos hicieron que varios ex combatentes retornaran al monte, en donde permanecían armados algunos grupos agraristas, entre los cuales actuaban miembros del Partido Comunista (GALLARDO, 2005, p. 66).

Outra situação que intensificou esse embate foi a colaboração dos guerrilheiros que entregaram suas armas ao governo e se juntaram ao Exército de Pinilla contra os grupos

explodiu a crise entre os dois grupos. A questão da disciplina dos camponeses em armas foi o primeiro obstáculo, mas não o maior deles. Diferente dos liberais, os comunistas tinham um código de ética que indicava um comportamento respeitoso e militante para com a massa dos camponeses, independente de suas filiações políticas. Os liberais não aceitavam a proposta de unidade com os camponeses simpatizantes dos conservadores. Havia também muitos problemas com relação aos métodos empregados pelos grupos liberais, que não respeitavam os bens dos camponeses” (idem, p. 74).

³⁴ “O golpe de Estado nasceu do consenso das frações da classe dominante de que a situação tinha fugido do controle nas mãos do falangista Laureano Gómez e que era necessário dar um basta à chamada era da violência” (PINHEIRO, 2015, p. 71).

comunistas³⁵ e assassinavam quem era contrário a essa atitude. A desarticulação e a desmobilização das guerrilhas liberais causam grande desconforto na organização das autodefesas camponesas, gerando pontos negativos em relação a seu projeto social alternativo.

De certo, a ditadura de Pinilla, com a sua anistia aos guerrilheiros, conseguiu, com sucesso, fragmentar o movimento de autodefesas e desfazer algumas de suas bases, obtendo vitória sobre os camponeses que resistiam, além de manter o Partido Comunista fora da legalidade política. Todos esses acontecimentos, levam os camponeses das autodefesas a realizarem uma conferência em Marquetalia³⁶, localizado no departamento de Caldas, para refletir e debater o dever da luta armada. Desse jeito:

chegaram à conclusão que não havia condições de manter a luta armada através das autodefesas, diante da situação gerada pela política de “pacificação” implementada por Pinilla, que recebia ajuda dos ex-guerrilheiros liberais. Sozinhos e tendo que pelear também contra os ex-aliados, que agora serviam de guias para o Exército, ou formavam grupos irregulares a serviço da ditadura, os comunistas tomaram a decisão de desmobilizar suas autodefesas por conta e risco, sem aceitar a anistia pelas entregas das armas proposta pelo governo (PINHEIRO, 2015, p. 73).

Com a decisão de desmobilização da guerrilha pelos comunistas, os grupos começam a se dispersar em busca de trabalho e terras. Alguns vão para Huila e Sumapaz, em Cundinamarca, para Villarrica, em Tolima, e Rio Chiquito, em Cauca. Esses grupos dispersos realizavam reuniões com os camponeses, discutindo sua ideologia política e assuntos ligados ao sistema social, ao capitalismo e a organização das massas para elaborar um seguimento capaz de responder os anseios de justiça social dos trabalhadores colombianos. A consequência desse deslocamento proferido pela autodefesa comunista originou-se à organização do movimento camponês em Marquetalia, El Pato, Guayabero, Río Chiquito e Ariani.

Isso em nada foi bem recebido por Pinilla que, ao final de seu mandato, em 1957, declarou que se manteria no cargo até 1962, fato que causou constrangimento com a própria burguesia local

³⁵ São denominados de “limpios”, ou seja, ex-guerrilheiros das autodefesas liberais que se juntaram ao Exército após entregarem suas armas.

³⁶ Marquetalia localiza-se na Cordilheira Central, nas serras de Atá e Iquira, entre os departamentos de Tolima, Huila e Valle del Cauca. Lá encontra-se um dos maiores picos da América Latina e do mundo: o Nevado de Huila, com 5.750m de altitude. “Pouco tempo depois, Marquetalia se transformou em uma das áreas mais produtivas de alimentos dos departamentos de Tolima, Huila e Cauca. Além disso, os camponeses e os índios da região conseguiram construir formas de autogestão democrática, muito diferente das habituais relações capitalistas de produção vivenciadas pelos camponeses” (PINHEIRO, 2015, p. 83).

e estadunidense, e tão pouco aceito pelos guerrilheiros comunistas. Assim sendo, o general deixa o país e uma junta militar³⁷ (1957-1958) passa a conduzir a alteração de um governo militar para um governo civil, agora representado, claro, pela classe política burguesa.

Aqui é formada a Frente Nacional (1958-1974). Por isso, no mesmo ano, o liberal e ex-secretário-geral da OEA³⁸, Alberto Lleras Camargo e, o ex-presidente conservador, Laureano Gómez se encontram para debater os caminhos propostos por essa “nova frente”. Uma das primeiras medidas propostas foi que o exercício entre os dois partidos fosse alternado no poder durante quatro períodos presidenciais consecutivos, criando uma espécie de “democracia interna”.

Dessa maneira, se alternaram na presidência: o liberal Lleras Camargo (1958-1962), o conservador Guillermo León Valencia (1962-1966), o liberal Carlos Lleras Restrepo (1966-1970) e, por fim, o conservador Misael Pastrana Borrero (1970-1974). Mas, mesmo com a alternância entre os dois partidos, conforme denunciado por Pinheiro (2015):

desde o primeiro governo, a Frente Nacional abandonou a pele de cordeiro e o tipo “salvador” das liberdades para seguir a mesma linha política repressora dos governos anteriores. A partilha dos cargos e dos postos no Congresso, que garantia o acordo de nenhum partido ter maioria, e as alterações de quatro em quatro anos do partido no poder foram arranjos encontrados para evitar a crise no interior da classe dominante. A preocupação do conjunto da classe dominante era não romper com a ordem construída até ali; ao contrário, fortalecer politicamente suas instituições e controlar o “inimigo interno”, sob a “Doutrina da Segurança Nacional”. No âmbito internacional, os governos da Frente Nacional se mantiveram firmes aliados dos EUA. [...] A Frente Nacional tinha como estratégia acabar com o movimento agrário, reconhecido e identificado com as autodefesas camponesas comunistas. O movimento agrário chegou à conclusão de que não haveria paz e uma nova etapa de violência estava despontando. Apesar da campanha de denúncia dos movimentos sociais e políticos do país, a região foi totalmente ocupada pelo Exército (p. 80-84).

A Frente Nacional, que governava nessa época (1958-1974) através do monopólio exclusivo do poder dos partidos Conservador e Liberal, não dava acesso à administração pública a outras organizações políticas, muito menos aos membros do Partido Comunista que tinha sido

³⁷ Essa junta militar ofereceu nova anistia aos guerrilheiros comunistas com a devolução das armas e declarou legal o Partido Comunista da Colômbia, porém o mesmo não poderia participar dos processos eleitorais. Nesse sentido, as armas não foram entregues.

³⁸ “Para coroar a sua política, os Estados Unidos resolveram transformar a IX Conferência Interamericana, realizada em Bogotá, numa reunião que lançou as bases da Organização dos Estados Americanos, a OEA. Tratava-se de regulamentar a Pax Americana, mostrando aos vinte signatários da Carta de Bogotá a insignificância de suas querelas fronteiriças e das suas rivalidades provincianas perante a ameaça maior que era a expansão da União Soviética no cenário externo e na presença dos Partidos Comunitas no plano interior” (SCHILLING, 1991, p. 44).

declarada ilegal em 1954. Esta exclusão determinou que vários jovens esquerdistas se juntassem à guerrilha (GALLARDO, 2005).

Todas essas inquietudes e outras mais citadas, durante o período da Frente Nacional, levaram ao surgimento de alguns grupos de guerrilha armada, algumas influenciadas pela ideologia comunista revolucionária (como a chinesa e cubana³⁹), que começam a estabelecer frentes de combate em solo colombiano, rivalizando de vez as relações com o governo. Esses grupos políticos, mesmo ainda em formação, já eram considerados inimigos internos e que deveriam ser contidos.

Sendo assim, uma das justificativas para a criação do Plano Colômbia seria prevenir a atuação desses grupos no início do século XXI, assunto que será trabalhado com mais detalhes em outra parte do texto. O plano foi estabelecido quase 35 anos depois da formação da primeira, e a mais expressiva até hoje, organização armada: as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), em 1964 em Marquetalia⁴⁰. Porém, sua formação se dá muito antes do ano citado, conforme a passagem a seguir:

das organizações guerrilheiras contemporâneas, a primeira a se formar foram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em setembro de 1964. Seguiu orientação marxista-leninista e originara-se nas guerrilhas liberais nascidas nos anos 40, nos *llanos orientales* e na cordilheira central, nos departamentos de Tolima e Huila. Era integrada por frações do Partido Comunista da Colômbia (PCC) e de liberais radicais. O PCC foi criado no final dos anos 20, com orientações de estabelecimento no campo. Durante a década de 50, partes dos Departamentos de Cundinamarca, Huila e Tolima, sob influência comunista, eram chamados de “repúblicas camponesas independentes”, que atraíam refugiados e perseguidos políticos, com ideologias diversas. No início dos anos 60, o governo central bombardeou tais áreas, desencadeando fugas para os *llanos orientales* e para a parte norte das selvas amazônicas. Os novos migrantes formaram grupos de autodefesa e colonização armada, fundada em culturas de subsistência. Foi a base social das FARC, um movimento camponês originalmente de reação à violência oficial e à repressão militar, em áreas sem presença permanente do Estado. Ocorre que essas áreas eram próprias para a plantação de coca, que se espalharia com o avanço irrefreável dos

³⁹ “Nos casos das reformas revolucionárias, como as que tiveram lugar em Cuba e na China, camponeses radicalizados associaram-se a movimentos que mais cedo ou mais tarde se baseariam em movimentos políticos da classe obreira. Essas coalizões apresentaram reivindicações de reforma agrária como parte de uma transformação mais profunda da sociedade. A incapacidade dos interesses dos grandes latifundiários de conter o descontentamento rural pode ser atribuída a uma grande variedade de razões, inclusive os encadeamentos que podem existir através de setores econômicos (latifundiários-industriais urbanos) e à sua incapacidade de isolar e tratar da questão rural independentemente dos movimentos sociais não-rurais. Nesse contexto, os movimentos de reforma agrária foram úteis para transformar toda a sociedade, promovendo o processo de coletivização e reordenando os valores sociais” (PETRAS, 1980, p. 127).

⁴⁰ “Desde el ataque a las ‘repúblicas independientes’, las FARC se dedicaron a organizar grupos de guerrilleros en todo en país, bajo el lema: ‘Desde Marquetalia hasta el triunfo final’” (GALLARDO, 2005, p. 78). A primeira reunião de Marquetalia chamou-se “*Programa Agrário de las Guerrillas*” (id. *ibidem*, p. 62).

mercados da droga no início dos anos 80. O contato dos antigos grupos liberais com os comunistas levou à introdução da disciplina e da organização desses nos grupos guerrilheiros (CASTRO, 2009, p. 27).

Em 1982, as FARC ratificaram e estavam convictos que somente a luta armada era a via para se chegar ao poder, e incorporaram as letras EP em seu nome, Exército do Povo (FARC-EP), agora à serviço de uma revolução socialista, partindo da periferia até o centro do país. Logo, em 1985, é fundado, por uma parcela das FARC, um partido político, com a ajuda do Partido Comunista Colombiano, denominado Unión Patriótica (UP) para participar das disputas eleitorais legais.

No mesmo ano de criação das FARC, outro grupo guerrilheiro nasce, o Exército de Libertação Nacional (ELN), liderados pelos irmãos Fabio e Manuel Vásquez Castaño, que diferentemente das FARC não teve sua origem no campesinato. Surge com a organização de algumas pessoas que situavam-se na cidade, de orientação política maoísta⁴¹, e queriam criar um foco guerrillero inspirado na Revolução Cubana⁴².

Inicialmente, o ELN se constituiu na base da juventude do Movimento Revolucionário Liberal e por profissionais, sindicalistas e universitários comunistas. Também recebeu grande apoio de religiosos católicos, principalmente integrantes do grupo Teologia da Libertação como Camilo Torres e Manuel Pérez.

Poucos anos depois, em 1972, mais um grupo de destaque é formado, o Movimento 19 de abril (M-19), no qual se refere à eleição presidencial de 1970 como fraudulenta. Na ocasião, a fraude eleitoral era contra o candidato do partido da Aliança Popular Nacional (ANAPO), o general

⁴¹ “Todo comunista deve compreender a verdade: ‘O poder político cresce do cano de uma arma’”. Frase de Mao Tsé-tung derivado do discurso de 1938 em “Obras Escolhidas”.

⁴² A natureza socialista da revolução teve origem direta nos interesses estreitamente entrelaçados do capital local e estrangeiro - negando possibilidades de trajetórias alternativas de desenvolvimento. O epicentro da atividade revolucionária, de 1960 em diante, foram as massas urbanas e rurais localizadas nos setores produtivos, ao passo que os empregados em serviços e os estratos leais remanescente da pequena burguesia formavam a retaguarda, apoiando um processo que não podia mais controlar. A transformação de Cuba foi consequência de um processo socialista revolucionário com uma formação social capitalista avançada, com aspectos retrógrados peculiares, impostos pelo papel preponderante do imperialismo. As classes mais diretamente envolvidas na socialização da produção foram as que haviam sido as mais exploradas pelo imperialismo. No grau em que sobreviveu e evoluiu na direção da coletivização, a revolução sempre o fez com apoio e ajuda da classe operária. A erradicação total e rápida das relações capitalistas de propriedade demonstrou a maturidade da sociedade – ou seja, os níveis relativamente altos de consciência anticapitalista no desenvolvimento capitalista. As forças propulsoras do socialismo cubano foram as classes trabalhadora e rural, que lutavam para eliminar a espoliação e promover o aumento do igualitarismo numa sociedade que fosse radicalmente coletivizada e na qual a solidariedade social substituisse a mobilidade individual e a competição (PETRAS, 1978, p. 241).

Rojas Pinilla. Esse movimento foi incorporado com integrantes do partido da ANAPO, com ex-guerrilheiros das FARC, com ex membros do Partido Comunista e universitários, de classe média, que estavam descontentes com a política da esquerda tradicional.

Sua orientação política se baseava no marxismo e no nacionalismo. Ao organizar o M-19, principalmente em áreas urbanas do país, aspiravam conquistar o apoio do partido de Rojas Pinilla, que possuía alta porcentagem do eleitorado colombiano, bem como romper com o domínio e monopólio da Frente Nacional no poder.

O M-19 não obteve a mesma expressividade que as FARC e o ELN. Porém, os anos de 1980 foi o período de maior atividade violenta do grupo. Mas, devido à alguns fracassos de tomada do poder e também as derrotas face às Forças Armadas colombianas, levaram o grupo, em meados da mesma década, iniciar um acordo de paz com governo que só iria se concretizar nos anos de 1990.

Uns dos pontos do acordo incluíam, desde a devolução das armas, cujo foi aceito por boa parte de seus integrantes, até o fim do movimento, além da participação de seus membros na vida política legal. Assim, foi criado o partido Aliança Democrática M-19 (AD M-19). Nas eleições de 1991, obteve a mais alta votação no Congresso colombiano com 27%⁴³.

Também na mesma década, consolida-se o grupo, agora paramilitar, denominado Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), bastante ativo nos conflitos armados entre 1997 e 2006. E como as FARC, o seu desenvolvimento é muito anterior ao ano de sua criação. Inicialmente, receberam apoio das autoridades e da força pública⁴⁴ alegando que consideravam como legítimo defender-se contra o desarme da guerrilha. Mas:

la violencia destacada por los enfrentamientos entre guerrilleros y paramilitares ha cubierto de sangre el territorio de Colombia. [...] Los paramilitares no sólo que han recibido apoyo de los narcotraficantes sino también de diferentes persona y grupos que se han sentido amenazados por la guerrilla o que creen que los insurgentes deben ser eliminados por la fuerza (GALLARDO, 2005, p. 96- 97).

Diante disso, novos grupos guerrilheiros, de menor expressão, mas não menos violentos, foram criados nas décadas de 1960 e 1970, dentre os quais: o Exército Popular de Libertação, o

⁴³ Ver Gallardo (2005).

⁴⁴ “Devido à deficiência das Forças Armadas da Colômbia em controlar às forças guerrilheiras, foi emitido pelo governo o decreto 3.398 de 1965 e a lei 48 de 1968. Promovia a legitimidade do poder paramilitar, com o fim de que existissem grupos civis armados para colaborar com o exército colombiano” (GALLEGO, 2006).

Partido Revolucionário dos Trabalhadores, o Quintin Lame, a Corrente de Renovação Socialista e o Movimento de Esquerda Revolucionário. Estes não obtiveram o sucesso esperado e foram desmobilizados posteriormente, em sua maioria por perdas de combate ou pelos acordos de paz firmados durante o governo de César Gaviria, em 1990.

Portanto, o que temos discutido até aqui, já nos evidencia que parte do território colombiano passa a ser um reduto conflitivo de disputas territoriais de diversos grupos militarizados, seja do lado das Forças Armadas, vinculadas ao governo nacional e contando com o aval dos EUA, seja do lado dos traficantes, dos grupos guerrilheiros e dos paramilitares, das mais divergentes correntes políticas/ideológicas acusadas.

Para uma melhor concepção sobre a promoção do Plano Colômbia no final do século XX, que atendeu as agendas da política externa de segurança dos EUA na América Latina, serão apresentadas algumas variantes em relação à evolução das frentes dos grupos guerrilheiros das FARC e do ELN na Colômbia, bem como suas atuações, das dos grupos paramilitares, e das dos cartéis ligados ao narcotráfico. Sendo assim, outros conceitos-chave fundamentais à Geografia, como espaço e território, são de extrema importância para a análise seguinte.

2.2 Espaço, território e poder: as disputas territoriais e os sequestros em solo colombiano

Os conceitos de espaço e território são de suma importância para a nossa análise afim de apreender as relações de poder que configuraram-se com as disputas territoriais entre as frentes de expansão das FARC e do ELN ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, como as transformações socioespaciais ocorridas em solo colombiano com a prática de sequestros, provocadas tanto por grupos de guerrilha quanto por parte dos paramilitares.

Isto considerado, Henry Lefebvre (2006), em sua obra “A produção do espaço”, compreende o espaço como um processo social que é o resultado de uma dialética que envolve o vivido, o percebido e o concebido. Assim sendo, o vivido é produto das práticas espaciais da vida cotidiana de seus habitantes; o percebido se refere aos sujeitos que o experimentam através dos sentidos em uma prática empírica; e o concebido é uma interpretação da realidade pelas relações

de poder que modificam nosso atuar que pode acabar favorecendo determinada *praxi* (ação) espacial.

Ainda sobre o espaço, nas palavras de Milton Santos (1996), este deve ser considerado como “sistemas de objetos e sistemas de ações”. Os sistemas de objetos dão condição as formas como se dão as ações, e os sistemas de ações geram o desenvolvimento de novos objetos e/ou se faz sobre objetos preexistentes. Nesse sentido, estabelecem-se novas concepções (sistemas de ações) sobre a sua produção (sistemas de objetos), o que redefine territórios e campos de poder⁴⁵.

As contribuições de Lefebvre (2006) e Santos (1996) para o nosso caso podem ser atribuídas as práticas espaciais que os camponeses passam a obter quando assumem optar pela luta na guerrilha armada, o que ocasiona em uma *praxi* (ação) espacial; a prática empírica como sujeitos da defesa do território através do armamento, redefinindo territórios e campos de poder; e o concebimento de uma interpretação sobre o desenvolvimento das relações de poder ao qual estão inseridos.

Por consequência, o conceito de território não está dissociado do conceito de espaço. Logo, o território “é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder*” (SOUZA, 1995). Veremos ao longo do trabalho, especialmente na última parte, que o conceito de território tem alguns tipos e níveis de controle variados a depender do que está se considerando para análise (HAESBAERT, 2004).

Para Raffestin (1993), o espaço e território não são termos equivalentes. O espaço antecede o território. O território é formado a partir do espaço e é o resultado de um ator que realiza um programa de nível qualquer. Ao se apropriar do espaço, esse ator “territorializa” o espaço.

Nessa perspectiva, o território é um espaço onde se projeta um trabalho em que se revela relações assinaladas pelo poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço” (p. 143-144).

Desse modo, “tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação-apropriação” (SUERTEGARAY, 2001). Suertegaray (2001), ao realizar

⁴⁵ Se por um lado a geografia, como saber científico, em suas versões mais ou menos comprometidas, serviu – e ainda serve, vez ou outra – para fazer a guerra, no sentido de constituir um saber instrumentalizado para as ações e as justificativas das guerras, por outro lado, as guerras, de diferentes maneiras, “fazem geografia”, isto é, alteram o espaço habitado, redefinem os territórios e as fronteiras, estabelecem novas concepções sobre o espaço (REGO-MONTEIRO, 2014 [c], p. 2).

uma compreensão objetiva dos conceitos balizadores da ciência geográfica, sustentada em Heidrich (1998), relata que:

a diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território; em parte determinado pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outra parte, por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutro extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder (p. 7).

Todas as considerações feitas até aqui analisam o território como um processo de transformação do espaço, isto é, que envolvem relações de domínio e poder. Portanto, a apropriação do espaço por grupos de guerrilha, em 1964, especificamente se tratando das FARC e do ELN, começa a configurar-se com o domínio de territórios nas partes rurais e com a formação de frentes (*fronts*) de resistências e áreas de combates. Isso decorre logo após os ataques feitos à Marquetalia, que provocou danos sociais irreversíveis não apenas na Colômbia, mas na América Latina, conforme detalhado por Gallardo (2005):

em 1964, a raíz del triunfo de la Revolución Cubana, el presidente Kennedy diseñó un plan contrainsurgente para América Latina, con el fin de evitar otras revoluciones en el continente; a estas medidas diseñadas por el Pentágono se les dio el nombre de Plan LASO y es dentro de este marco cuando el presidente Guillermo León Valencia les declara la guerra a 48 campesinos de la región de Marquetalia, dirigidos por Manuel Marulanda Vélez⁴⁶. Ante la inminencia de la agresión gubernamental, estos 48 hombres se dirigieron al propio Presidente, al Congreso, a los gobernadores, a la Cruz Roja nacional e internacional, a la Iglesia, a las Naciones Unidas, a los intelectuales franceses e demás organizaciones democráticas, para que impidieran el comienzo de una confrontación armada en Colombia con imprevisibles consecuencias. Desdichadamente nadie los escuchó... [...] A los pocos días empezó el gigantesco operativo con 16.000 hombres del Ejército que utilizaron toda clase de armas, incluso bombas bacteriológicas lanzadas por

⁴⁶ 35 años, casado, cinco hijos. Campesino, hijo de campesinos, obligado a transformarse en guerrillero, luego en comandante de guerrillas y ahora en jefe del movimiento guerrillero del Bloque Sur y líder de las masas del Nudo de la Cordillera Central. Para la reacción y el imperialismo, Marulanda es el ‘bandolero Tiro-Fijo’. Con ello pretenden rebajar la estatura de este cuadro político y militar, uno de los combatientes guerrilleros que más pesadillas ha dado a las fuerzas militares oficiales. Es miembro destacado del Comité Central del Partido Comunista y tiene una apasionante trayectoria de lucha revolucionaria de más de quince años. En él se reúnen las mejores condiciones de un cuadro nacional de la revolución. Nunca en él decaen el ánimo de la lucha, su fe en el pueblo, su inclinación a estar pensando y actuando en función de la revolución. Siempre está desarrollando planes de lucha porque entiende que la energía de las masas es inagotable y que del contacto con ellas brotan todos los días tareas nuevas en beneficio de la causa revolucionaria. Tampoco se desespera porque el curso de la lucha sea tortuoso y demorado. En numerosas ocasiones ha explicado que este es un problema de la conciencia popular, y que mientras esa conciencia esté anestesiada por la ideología burguesa, la lucha de los revolucionarios, sus consignas, su línea no prenderán con la suficiente fuerza en el pueblo, único capaz de realizar la revolución (ARENAS, 1972, p. 40).

aviones piloteados por expectos militares gringos... [...] Esos 48 campesinos solamente exigían la construcción de vías de comunicación para sacar sus productos agrícolas, un centro de mercadeo y una escuela para educar sus niños, lo que implicaba del Estado una inversión no superior a cinco millones de pesos (p. 76-77).

O Plano Laso (*Latin American Security Operation*), citado por Gallardo (2005), foi um plano de assistência militar oriundo da Aliança para o Progresso e que foi implantada durante o conflito armado colombiano entre 1962 e 1966. Daí advém a Operação Marquetalia, uma operação militar de alto valor enquadrada no Plano Laso que teve como alvo as guerrilhas alocadas ao sul da Colômbia a partir de 1964 (URUEÑA-SANCHES e DEMER-WODNICKY, 2020). Sobre a cooperação político-militar da Aliança para o Progresso, abordaremos no decorrer do trabalho.

Com o ataque do Estado aos camponeses, é formada a primeira frente das FARC, o *Bloque Sur*, também denominada de “República Independiente de Marquetalia”⁴⁷, comandas por “*Tiro-Fijo*”. Essa frente abrangia uma parte rural ao sul da Colômbia onde o governo colombiano não demonstrava força, como o Departamento de Putumayo, por exemplo.

Dessa forma, tiveram seus principais núcleos de expansão em três áreas do país: no sudeste, nos vales dos rios Ariari, Guayabero, Duda e Caguán, e nos departamentos de Meta, Caquetá e Guaviare; no centro, em Magdalena Medio, principalmente em Puerto Boyacá; e no noroeste, em Urabá, no Departamento de Antioquia.

A expansão das FARC foi favorecida, de certo modo, pela desintegração da Associação Nacional de Usuários Campesinos (ANUC), que não obteve voz suficiente com os governos anteriores para o desenvolvimento de uma reforma agrária, mesmo conseguindo mobilizar cerca de mais de um milhão de camponeses⁴⁸.

Porém, é importante ressaltar que ainda no final dos anos 1970, quando as FARC chegam em Caguán, era uma época de extrema pobreza. Em 1979, com a severa seca e a falta de políticas públicas do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA), que foi incapaz de conter um dos maiores incêndios florestais da Colômbia e que levou ao desmatamento de diversas colheitas e plantações, além das mortes de milhares de cabeças de gado, foram algumas das razões para o início do cultivo de coca nessa região.

⁴⁷ Ver Arenas (1972).

⁴⁸ Ver Gallardo (2005).

As condições ambientais e econômicas presentes na zona de Caguán foram conjunturalmente muito favoráveis ao arranque das culturas ilícitas no final dos anos 1970. Além disso, acrescentam-se as circunstâncias políticas relacionadas com o tipo de presença do Estado com a INCORA. Assim os grupos controladores agiam para seus próprios interesses.

No final da década de 1970, quando a guerrilha começou a se expandir, criaram-se grupos locais de autodefesa, legais e apoiados por forças militares, que procurou defender grandes e médios proprietários da extorsão e sequestros. No entanto, estes primeiros grupos de autodefesa nasceram com o inimigo interno: o narcotráfico.

Com efeito, o núcleo central destes grupos de autodefesa, no Magdalena Médio, foram se transformando em grupos paramilitares quando fazendeiros, políticos e traficantes de drogas faziam buscas para contrariar a expansão territorial das FARC, sabotar as suas intenções eleitorais e bloquear as reformas estruturais que seriam realizadas no caso de um eventual acordo de paz com a guerrilha e o governo.

O epicentro paramilitar de Magdalena O Medio começa a declinar quando o presidente colombiano Virgilio Barco (1986-1990) conseguiu a revogação de todas a legislação que desde 1968 deu fundamento jurídico aos grupos de autodefesa e também das disputas internas que foram desencadeadas pela penetração do narcotráfico⁴⁹.

Quando os grandes traficantes de cocaína, como os de Medellín, decidem pela primeira vez promover e doar sementes de coca a agricultores e indígenas (estes em menor proporção) para cultivo em áreas de colonização fronteiriça, neste caso no departamento de Caquetá, encontram inicialmente a recusa de algumas frentes das FARC em não permitir o cultivo de coca, levando ao conflito de interesses entre os grupos de traficantes e os da guerrilha. É a partir de então que ocorre uma das primeiras aproximações de estabelecimento de acordos entre esses dois grupos (SALGADO, 2010).

Em meio à situação descrita, a guerrilha das FARC teve que tomar uma decisão com enormes repercussões para o seu futuro: proibir o plantio de coca pelos pequenos agricultores e indígenas como antes ou permiti-lo. A pressão social e a falta de oportunidades econômicas para a população levaram à aceitação do plantio dessa cultura ilícita pelo grupo, confiando na possibilidade de regular a produção (FERRO, 2002).

⁴⁹ Ver em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/CatedraBY/modulo-2.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

As FARC, depois de aprovar o cultivo e tomar o poder de regulação, começaram a cobrar impostos chamados de *gramaje*⁵⁰ aos vendedores e compradores de coca que, em sua maioria, eram representantes de grandes traficantes que vinham para essas áreas com o objetivo de comprar matéria-prima para o refinamento da cocaína em seus laboratórios. Além da cobrança desse tipo de imposto, as FARC passam a cobrar impostos pelo cuidado e vigilância tanto dos laboratórios de refinamento da cocaína quanto das pistas por onde chegavam e saíam voos clandestinos para transportar insumos químicos e as próprias drogas.

Com a cobrança de impostos, as FARC tiveram algumas divergências com os traficantes de cocaína, já que esse imposto e essas novas regras favoreciam mais aqueles que arrendavam as terras e os cocaleiros do que os traficantes, porque estes últimos não podiam mais cometer as arbitrariedades e abusos que faziam com os primeiros, como roubar suas mercadorias ou, se for o caso, pagá-las em espécie, ou matá-los por não pagá-los. Apesar disso, os traficantes aceitaram, no início, as regras porque de alguma forma as FARC lhes prestaram um serviço que os beneficiava como o cuidado e a vigilância dos seus laboratórios de refinamento e das suas pistas clandestinas de voo.

Outra finalidade das FARC era se aproximar dos principais centros urbanos, especialmente a capital Bogotá, e as cidades de Medellín e Cali, o que levaria a uma aproximação dos territórios dominados pelos cartéis de drogas de Medellín e Cali, gerando mais tensionalidade junto aos traficantes.

De certo é que esses impostos arrecadados, direta ou indiretamente dos traficantes de cocaína, são inicialmente cobrados no departamento de Caquetá (mais precisamente na região do baixo Caguán), e depois se espalham para outras áreas de Guaviare, como Calamar e Miraflores, levando a primeira vez a uma “bonança da coca”⁵¹ compreendido nos anos 1979 e 1984. Dessa maneira:

há várias décadas, a Colômbia convive com o problema de economias ilícitas no seu território, entre elas o narcotráfico, que se intensificou em meados dos anos 1970. As ações repressivas do governo dos EUA no México e na Jamaica, no final da década de 1960 e início da década de 1970, levaram a uma migração das plantações de maconha para o Departamento colombiano de La Guajira, fortalecendo as atividades dos narcotraficantes colombianos. Quando, no final dos anos 1970, a demanda norte-americana por cocaína superou a maconha, os narcotraficantes colombianos substituíram os pioneiros cubanos

⁵⁰ Ver Ferro (2002) e Salgado (2010).

⁵¹ Ver Salgado (2010).

de Miami no tráfico de cocaína para os EUA. Inicialmente, as máfias colombianas importavam da Bolívia e do Peru, milenares produtores de folha de coca, a pasta-base da coca, que era refinada e transformada em cloridrato de cocaína para ser exportada aos EUA através de rotas pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá. Ao longo da década de 1990, a política norte-americana de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru sob pena de perderem a Certificação, resultou numa migração das plantações para as regiões sul e central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Chocó, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca (MARCELO SANTOS, p. 173-174).

A partir década de 1980, em sua VII Conferência, as FARC começam a multiplicar suas frentes, na busca por novos territórios, através de um plano de desenvolvimento estratégico cujo previa passar de 13 frentes para 27 e, posteriormente, para 48 visando a longo prazo. Cabe lembrar que nem todas as frentes das FARC aceitaram fazer parte dos negócios relacionados ao narcotráfico. Muito pelo contrário. Isso foi um dos motivos de fortes redefinições entre os movimentos idelizados pelo grupo.

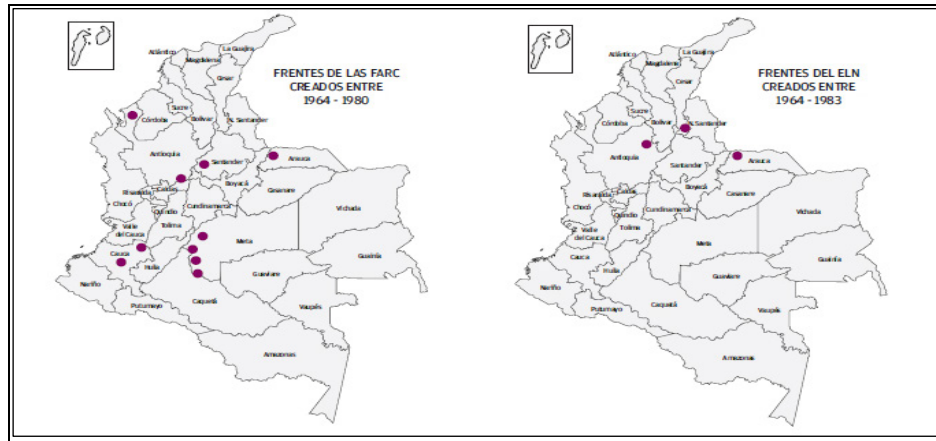
Já o ELN nasceu em Magdalena Medio, Simacota, San Vicente e El Carmen de Chucurí, no Departamento de Norte de Santander, e dominam territórios nas porções norte e nordeste do país, próximas as fronteiras com a Venezuela, sobretudo em áreas concentradas em energia e petróleo, sendo o seu eixo de expansão.

Após passar por um período fragilizado na década de 1970, com os ataques do Exército colombiano, as perdas de lutas internas e as mortes dos irmãos Vásquez Castaño (1973), começa uma reestruturação no grupo com a fusão com o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria Patria Libre (MIR-Patria)* em 1987, o que beneficiaria a sua atuação mais ampla na década de 1990. Na figura 06, observa-se a expansão dos *fronts* das FARC e do ELN entre as décadas de 1960 e 1980. Enquanto na figura 07, destaca a expansão dos grupos ao final da década de 1990.

A ação de expandir os grupos de guerrilhas gerou um sangrento choque com os paramilitares que eram contratados por narcotraficantes, e diga-se de passagem, com o apoio das Forças Armadas colombianas. As FARC também buscavam justiça em resposta aos assassinados cometidos contra os integrantes da UP⁵².

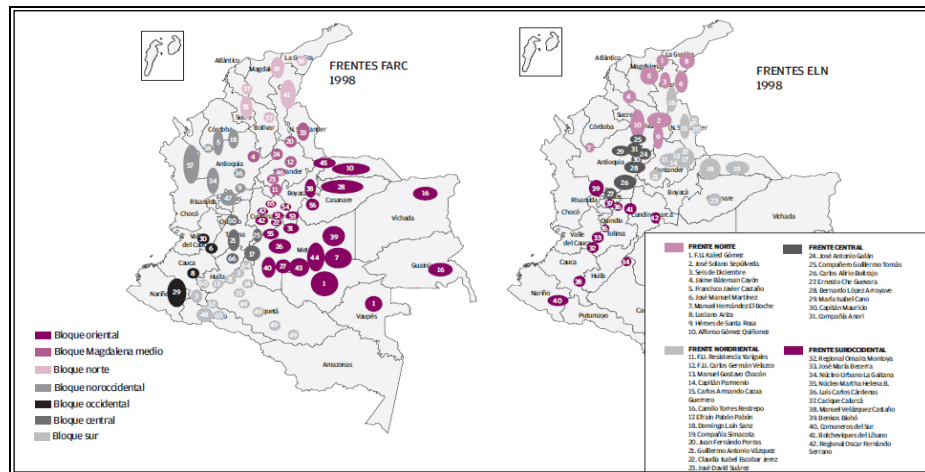
⁵² “Até o início dos anos 90, cerca de 2.000 de seus membros foram assassinados por matadores profissionais e paramilitares. A experiência marcou a postura dos remanescentes das FARC e desestimulou posições mais moderadas e de comprometimento com a deposição das armas” (CASTRO, 2009, p. 30).

Figura 6 - Frentes das FARC e ELN entre as décadas de 1960 e 1980



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi⁵³.

Figura 7 - Frentes das FARC e do ELN na década de 1990



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi⁵⁴.

Outras práticas, como sequestros, incluindo políticos, militares, policiais e civis, também são adotadas como formas de retaliação aos ataques contínuos do Estado e ao não cumprimento dos acordos de paz; o que também possibilitou a aquisição de recompensas para resgates e a negociação para a libertação ou troca por aliados políticos. Ataques à delegacias e postos militares,

⁵³ Fonte de informação: Oficina del Alto Comisado para la Paz. Retirado de: <https://zero.uexternado.edu.co/cincuenta-anos-de-cambios-en-el-conflicto-armado-colombiano-1964-2014/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

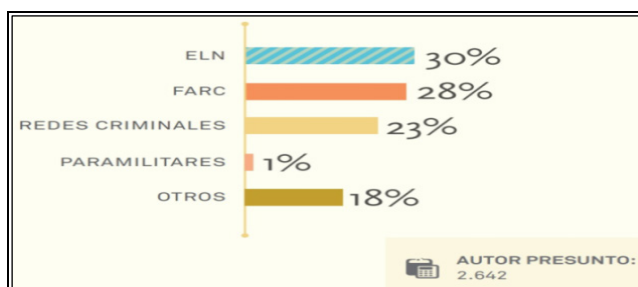
⁵⁴ Fonte de informação: Oficina del Alto Comisado para la Paz. Retirado de: <https://zero.uexternado.edu.co/cincuenta-anos-de-cambios-en-el-conflicto-armado-colombiano-1964-2014/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

bem como homicídios de soldados e policiais, eram frequentes para a apreensão de armas, munições e equipamentos⁵⁵. Por consequência:

La violencia desatada por los enfrentamientos entre guerrilleros y paramilitares ha cubierto de sangre el territorio de Colombia. Adonde ha ido la guerrilla, la han seguido los paramilitares para disputarle en dominio del terreno y la adhesión de las gentes. Las victimas principales a sido las poblaciones que son acusadas, sea por los guerrilleros o por los paramilitares, de ser miembros o informantes del bando adversário. Bajo esa sospecha, guerrilleros y paramilitares han cometido terribles masacres que han obligado a pueblos enteros a abandonar sus tierras, casas y cultivos para salvar la vida (GALLARDO, 2005, p. 96).

Como pode ser observado no gráfico 01, o volume de sequestros ocorridos na Colômbia, entre 1990 e 1995, o ELN foi responsável por 30% e as FARC 28% dos sequestros, o que representa mais da metade de um total de 2.642 casos. Nesse mesmo período, os grupos paramilitares foram responsáveis por 1%. Por sua vez, o gráfico 02 apresenta o número de sequestros feitos apenas por grupos paramilitares entre 1970 a 2010 na Colômbia. E entre o período de 1990 a 1995, foram registrados 38 sequestros por parte dos paramilitares. Enquanto, de 1996 a 2005, houve um disparo por esse tipo de delito praticados por esses grupos, sendo mais de mil casos registrados. Sobre as atuações dos grupos paramilitares na Colômbia, estes serão abordados mais adiante no subcapítulo 4.4.

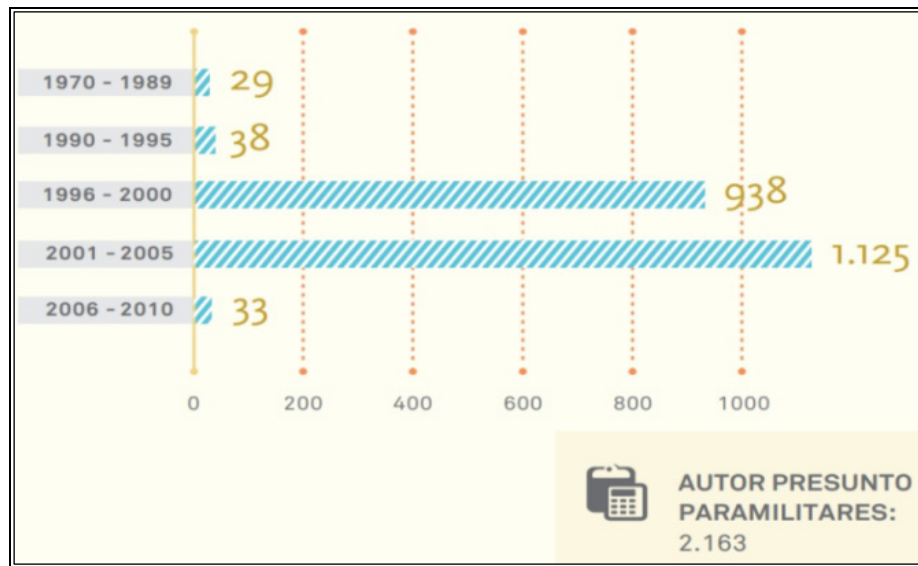
Gráfico 1 - Volume de sequestros na Colômbia
entre 1990 a 1995



Fonte: Centro Nacional de Memoria Histórica (2010).

⁵⁵ Ver Castro (2022).

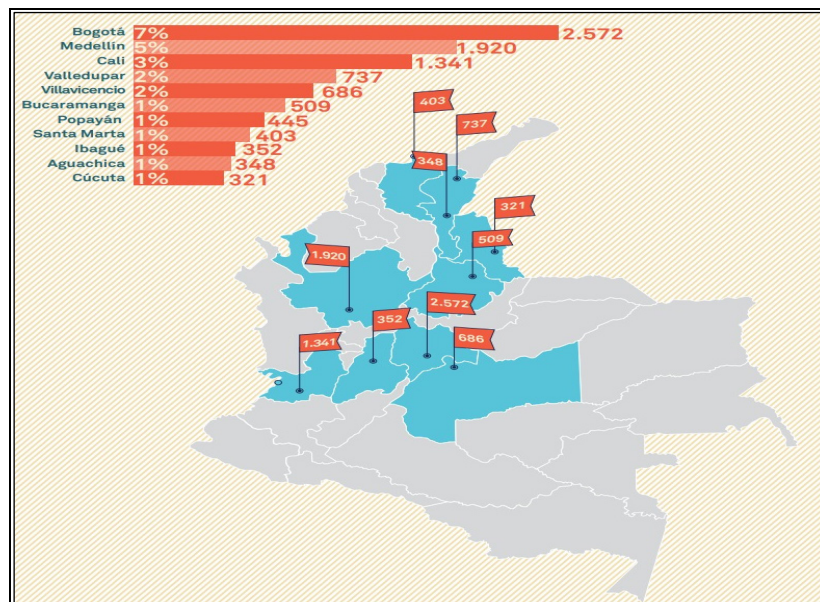
Gráfico 2 - Sequestros cometidos por grupos paramilitares na Colômbia entre 1970 a 2010



Fonte: Centro Nacional de Memoria Histórica (2010).

O gráfico 03 divulga uma espécie de *ranking* sobre o volume de sequestros em alguns municípios na Colômbia entre os anos de 1970 a 2010. Nesse intervalo, a capital Bogotá concentra 7% desse volume com mais de 2.500 casos registrados, seguida por outras duas importantes cidades, Medellín com 5% (1.920) e Cali com 3% (1.341).

Gráfico 3 - Volume de sequestros na Colômbia entre 1970 a 2010



Fonte: Centro Nacional de Memoria Histórica (2010).

A figura 08, ilustra uma marcha em Bogotá contra a falta de soluções e respostas sobre os civis sequestrados pelo ELN. Essa marcha também mobilizou centenas de pessoas em várias cidades da Colômbia e do mundo no dia 20 de julho de 2008, dia da independência da Colômbia.

Figura 8 - Marcha em Bogotá contra os sequestros (2008)



Fonte: Julián Ortega Martínez/equinoXio⁵⁶.

Igualmente, houveram ataques provocados a mando dos cárteis de drogas contra o Estado e as próprias guerrilhas⁵⁷, que afetaram o comportamento social e o modo de vida da população em geral. Esse elevado número de sequestros e de atentados, como será visto, levam terror à sociedade civil colombiana. E nesse sentido, retornamos ao conceito de território. Haesbaert (2004) destaca a importância de analisar o território como um espaço que não é neutro, mas sim um espaço de disputas de poder, seja através da perspectiva de terra (*territorium*), onde predomina a

⁵⁶ Retirado de: <https://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/c/colombia>. Acesso em: 24 abr. 2024.

⁵⁷ En 1981, el M-19 secuestró a Marta Nieves Ochoa, hermana del Clan Ochoa, miembros del Cartel de Medellín. Como reacción, se creó el grupo Muerte A Secuestradores – MAS – por parte de los narcotraficantes que conformaban este Cartel, con lo que se dio origen a una respuesta paraestatal a los secuestros cometidos por las guerrillas contra la élite política y económica. La aparición de estos grupos se configuró como un mecanismo de lucha contrainsurgente, y reflejó la connivencia entre agentes del Estado y actores privados vinculados con el narcotráfico y con los terratenientes. La extensión del brazo armado contra las guerrillas desencadenó en la ilegalidad, cuando se emprendieron acciones de barbarie contra diferentes sectores sociales, violándose los derechos humanos y el Derecho Internacional Humanitario. (...) Grupos armados como el MAS, creados para la protección de los narcotraficantes, (...) sirvieron de agentes aglutinantes para la conformación de bandas paramilitares, que bajo su dirección y financiación se extendieron geográficamente (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013, p. 31-32).

dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de acumulação de capital; seja sob uma concepção de terror/aterroizar (*terreo/territor*).

Não nos caberia ensaiar aqui uma história fatigante sobre essa trajetória espinhosa, semeada pelo temor de morrer, tanto na cidade quanto no campo, com o terror causado por uma série de eventos violentos. Porém, se faz necessário para a compreender esse conceito de território abordado por Haesbaert (2004).

Assim, em 6 de novembro de 1985, o grupo guerrilheiro M-19 entrou e ocupou o Palácio da Justiça, sede do Judiciário colombiano (equivalente ao Supremo Tribunal Federal no Brasil), que fica no centro de Bogotá, mantendo 350 reféns entre magistrados e conselheiros de Estado.

Os confrontos que se seguiram com a ofensiva das Forças Armadas pelo controle do Palácio resultaram em 98 mortes, incluindo todos os 11 juízes da Suprema Corte e 11 pessoas desaparecidas⁵⁸. Na Colômbia, esse trágico episódio, que durou cerca de 28 horas, também ficou conhecido como “Holocausto do Palácio da Justiça” e como “Operação Antonio Nariño”⁵⁹.

Quatro anos mais tarde, em 27 de novembro de 1989, uma bomba derrubou um Boeing 727 da companhia aérea Avianca que sobrevoava o município de Soacha, perto da capital Bogotá, matando todos os 107 ocupantes. O explosivo estava em uma maleta de um jovem recrutado pelo cártel de Medellín, que embarcou achando que carregava um gravador. O objetivo de Escobar era matar o candidato a presidente César Gaviria, mas que não se encontrava no voo.

No mesmo ano, agora em 6 de dezembro, um ônibus com 500 quilos de dinamite explodiu em frente à sede do Departamento Administrativo de Segurança (DAS) em Bogotá, deixando 70 mortos e mais de 500 feridos. Escobar queria eliminar o então general Miguel Maza Márquez, diretor do DAS, que sobreviveu ao ataque. Um ano depois, em 1990, em ano eleitoral, também em Bogotá, um carro-bomba explode, conforme pode ser visto no enunciado da reportagem do jornal local “*El Espectador*”:

⁵⁸ Segundo depoimentos prestados a uma Comissão da Verdade, em 2005, Pablo Emilio Escobar Gaviria, teria pago 2 milhões de dólares ao M-19 para que o grupo tomasse o Palácio da Justiça. Na ocasião, Escobar era um dos maiores e mais poderosos narcotraficantes da Colômbia, cujo comandava o cártel da cidade de Medellín abastecendo o mercado internacional de drogas. Disponível em: <https://karonte.com.br/pablo-escobar/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

⁵⁹ Antonio Nariño foi um político, militar colombiano. Um dos líderes durante o processo de independência do país em 1780.

El 12 de mayo de 1990 un carro bomba cargado con 100 kilos de dinamita explotó en el populoso barrio de Quirigua, en Bogotá. Diecisiete personas murieron en uno de los ataques de la guerra sin cuartel declarada por el narcotráfico⁶⁰.

E também como demonstrado pelo diário “*El País*” mencionando outras cidades:

La víspera del Día de la Madre se convirtió en Colombia en una jornada de luto y dolor. Tres coches bomba explotaron en la tarde del sábado (madrugada de ayer en España) dejando un saldo de 24 muertos y más de un centenar de heridos, muchos de ellos de gravedad. Dos de los atentados terroristas ocurrieron en Bogotá, y el otro, en la ciudad de Cali, la tercera en importancia del país. En Medellín, otras 12 personas fueron asesinadas⁶¹.

Durante os anos 1990, a situação vai se deteriorando e não muda. A crise política continua e o número de assassinatos aumenta. Esta década de 1990 terá destaque ao longo do capítulo. Assim sendo, alguns meses antes da execução do Plano Colômbia, em abril de 1999, como mais exemplo de “*terreo/territor*”, seis integrantes do ELN armados sequestraram o voo 9463, mais uma vez da companhia aérea Avianca. A aeronave seguia de Bucaramanga à Bogotá com 41 passageiros e cinco tripulantes a bordo. O avião pousou em uma pista clandestina, onde os guerrilheiros conduziram os reféns à selva, permanecendo (alguns, por quase um ano) até a sua libertação. Além da extorsão, o ataque tinha como objetivo pressionar o Presidente Pastrana a desmilitarizar uma zona na parte sul de Bolívar e a realizar uma troca de prisioneiros por reféns⁶².

Segundo levantamento do Observatório de Memória e Conflito do Centro Nacional de Memória Histórica, de 1958 a 2018, o conflito armado colombiano deixou 262.197 vítimas fatais. Dentre os quais, 215.005 eram civis e 46.813 eram combatentes. Um total de 94.754 mortes são atribuídas aos paramilitares, 35.683 à guerrilha e 9.804 aos agentes do Estado. O Observatório se baseou em dez modalidades de violência, entre elas ações bélicas, sequestros, desaparecimentos forçados, violência sexual, massacres, recrutamento de menores e atentados terroristas⁶³.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/pase-por-encima-de-los-muertos-article-559629/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

⁶¹ Disponível em: https://elpais.com/diario/1990/05/14/internacional/642636001_850215.html. Acesso em: 15 abr. 2023.

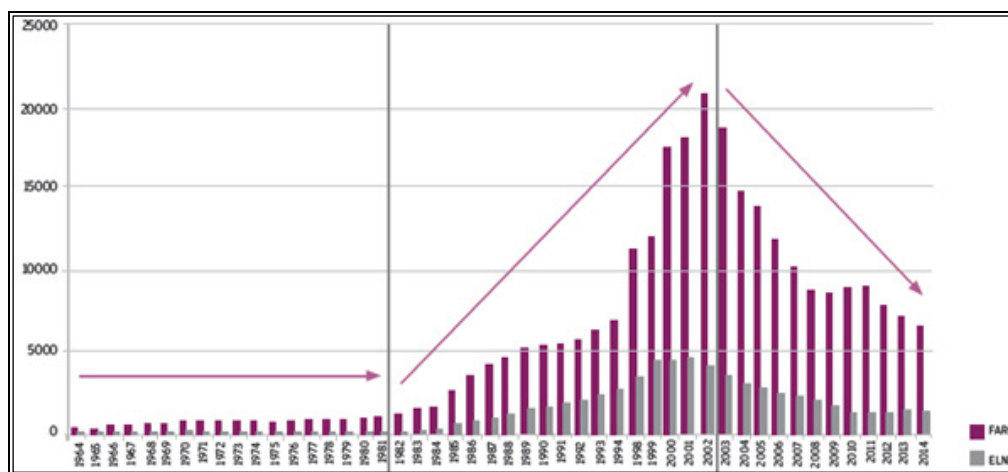
⁶² Ver Abdenur (2018).

⁶³ Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/262-197-muertos-dejo-el-conflicto-armado/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

De igual maneira, é relevante destacar que, ao final dos anos de 1990 para o início dos anos 2000, estima-se que as FARC contavam com mais de 20.000 membros, distribuídos em quase 100 frentes. Em 2003, esse número foi reduzido para 16.500. O ELN contava com 4.500 integrantes, o que não quer dizer que não tenha uma alta capacidade de combate e resistência⁶⁴ (ver gráfico 04).

Todas essas experiências colocam a Colômbia como um dos pontos centrais da política externa de segurança dos EUA, remodelando suas políticas intervencionistas na América Latina com o fim da Guerra Fria. Os grupos armados de esquerda, especialmente os sexagenários FARC e ELN, juntamente com as ações dos paramilitares e o “sequestro” da sociedade colombiana, passam a ficar em evidência sendo intitulados inimigos de “Conflitos de Baixa Intensidade” (CAYCEDO, 2005) até a década de 1990, título que mudará com a política de preparo e reorientação da militarização estudunidense através do Plano Colômbia, no qual o complemento entre o espaço, o território e o poder é a via crucis para seu amadurecimento.

Gráfico 4 - Evolução do número de integrantes das FARC e do ELN (1964-2014)



Fonte: Oficina del Alto Comisado para la Paz⁶⁵.

No entanto, torna -se necessário compreender como os EUA, por meio da vigilância e do controle militar desde o Comando Sul, pautados em uma política de “combate ao narcotráfico internacional”, dominam os espaços aéreos, marítimos e terrestres latino-americanos através de

⁶⁴ Ver Gallardo (2005).

⁶⁵ Retirado de: <https://zero.uexternado.edu.co/cincuenta-anos-de-cambios-en-el-conflicto-armado-colombiano-1964-2014/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

uma forte militarização com as instalações e o monitoramento de bases militares que sustentam a manutenção e o prolongamento de uma cadeia de redes e, consequentemente, de território-redes.

2.3 Redes e território-redes: o domínio territorial latino-americano desde o Comando Sul

Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes (RAFFESTIN, 1993, p. 157).

O conceito de rede, na Geografia Crítica, vem sendo destaque em inúmeras discussões quando se trata da reconfiguração do espaço e, no pensamento de Milton Santos (1996, p. 270-271), “a existência das redes é inseparável da questão de poder. (...) A palavra *poder* deve ser aqui reconhecida (como) a capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização”.

Desse modo, visto pelo ângulo do código geopolítico da contenção, transmutando-se, mais tarde, para o da prevenção (TAYLOR e FLINT, 2002 e PINA, 2007), as classes dominantes estadunidenses criam, junto ao DoD, os Comandos Unificados de Combate, em que essa organização irá controlar outras organizações, abalando, de forma direta, as estruturas das Forças Armadas dos países da América Latina. O desenvolvimento do Plano Colômbia entra nessa linha de conduta. E como reforçado por Ceceña (2006):

La presencia militar explícita, la instalación de bases de operación de los cuerpos de seguridad y el ejército de Estados Unidos en tierras latinoamericanas es una de las señales que marcan los márgenes de in-dependencia de la dinámica regional y el grado de sometimiento a intereses y estrategias provenientes de nudos conflictivos de más alto nivel. La creciente militarización es uno de sus mecanismos evidentes de aseguramiento de la contribución general del continente al apuntalamiento de la hegemonía estadounidense en el mundo, y Colombia es a la vez plataforma estratégica y modelo de intimidación (p.10).

Essa divisão espacial, atualmente, conta com onze comandos que estão sob a supervisão dos EUA, monitorando os espaços aéreo, terrestre e marítimo do planeta, assim como fora dele. Os recortes territoriais são determinados pelo Pentágono originando as zonas de responsabilidade, que podem ser redefinidas conforme os códigos geopolíticos. São sete comandos geográficos e quatro

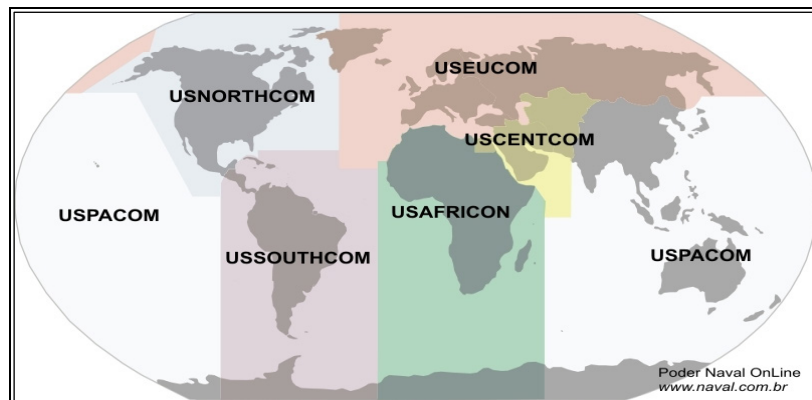
comandos funcionais, compostos por frotas, como estão representados na tabela 01 e no mapa 05, respectivamente.

Tabela 1 - Comandos Unificados de Combate dos EUA

Ano de criação	Nomes	Sede
1947	United States Indo-Pacific Command (USINDOPACOM)	Havaí (EUA)
1947	United States Southern Command (USSOUTHCOM)	Flórida (EUA)
1952	United States European Command (USEUCOM)	Stuttgart (Alemanha)
1983	United States Central Command (USCENTCOM)	Flórida (EUA)
1987	United States Special Operations Command (USSOCOM)	Flórida (EUA)
1987	United State Transportation Command (USTRANSCOM)	Illinois (EUA)
1992	United States Strategic Command (USSTRATCOM)	Nebraska (EUA)
2002	United States Northern Command (USNORTHCOM)	Colorado (EUA)
2002	United States Space Command (USSPACECOM)	Colorado (EUA)
2007	United States Africa Command (USAFRICOM)	Stuttgart (Alemanha)
2010	United States Cyber Command (USCYBERCOM)	Maryland (EUA)

Fonte: Departamento de Defesa dos EUA⁶⁶. Elaboração do autor.

Mapa 5 - Divisão espacial segundo os Comandos Unificados de Combate dos EUA



Fonte: Poder naval⁶⁷.

De acordo com o DoD:

⁶⁶ Retirado de: <https://www.defense.gov/Resources/Military-Departments/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

⁶⁷ Ver: <https://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

O Plano de Comando Unificado é um documento confidencial do poder executivo preparado pelo presidente do Estado-Maior Conjunto que atribui missões; planejamento, treinamento e responsabilidades operacionais; e **áreas geográficas de responsabilidade** dos comandos combatentes. Os cocoms funcionais operam em todo o mundo através das **fronteiras geográficas** e fornecem capacidades únicas aos comandos e serviços **combatentes geográficos**, enquanto os cocoms geográficos operam em áreas de operação claramente delineadas e têm um foco **militar regional** distinto. (www.defense.gov/Resources/Military-Departments. Tradução e grifos nossos)⁶⁸.

Nessa descrição, podemos ver que a palavra “*geographic*” aparece de forma incisiva dada a sua importância estratégica para o controle militar em diversas áreas do globo. Esses subcomandos estão interligados através das redes, em que o seu desenvolvimento ganha impulso com a era da globalização. Porém, antes, esses subcomandos, com seus posicionamentos e áreas de responsabilidade, costumam estar vinculados à alguma estratégia. Portanto:

O imenso envolvimento norte-americano global delineado na representação das grandes regiões geoestratégicas exige **poder militar** excepcionalmente forte, capaz de presença decisiva onde se faça necessário – o que não pode ser viável em conflitos locais que envolvam grande ou mesmo média potência regional [...]. Esse **poderio militar** já existe em nível que o faz não defasável abertamente por forças organizadas de Estados e, embora suas forças principais (as do *Big stick* estratégico) estejam sediadas normalmente no território norte-americano, parte dele está distribuído no mundo, para **rápido emprego**. No linguajar estratégico, estar **pré-posicionado**: tropa terrestre e meios aéreos em regiões críticas (os meios aéreos, facilmente reforçados em curto prazo), ao amparo de acordos regionais; e meios navais usufrutuários da liberdade proporcionada pela não-territorialidade (*sic*) do alto-mar, nos mares próximos dela. O **pré-posicionamento** é particularmente conveniente no tocante ao material, pois a tropa, desde que em contingentes limitados, hoje muito inferiores aos dos exércitos de massa do século XX, é transportável via aérea (FLORES, 2004, p. 61. Grifos nossos).

Estes subcomandos, como organizações espaciais que se utilizam do discurso da segurança global para pré-posicionar-se, são aprimorados com a necessidade do aumento dos fluxos de informações de acordo com a dinâmica territorial desempenhada. Tanto a circulação quanto a comunicação de informações são as armas para que determinadas redes tornem-se instrumentos de poder do imperialismo estadunidense.

Dessa maneira, “a densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhada em diferentes parceiros – regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe

⁶⁸ “The Unified Command Plan is a classified executive branch document prepared by the chairman of the Joint Chiefs of Staff that assigns missions; planning, training and operational responsibilities; and geographic areas of responsibility to combatant commands. Functional cocoms operate worldwide across geographic boundaries and provide unique capabilities to geographic combatant commands and the services, while geographic cocoms operate in clearly delineated areas of operation and have a distinctive regional military focus”. Retirado de: www.defense.gov/Resources/Military-Departments. Acesso em: 04 jun. 2023.

à circulação crescente de tecnologias, de capitais e de matérias-primas. Em outras palavras, a rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente essas duas **estratégias**: circular e comunicar” (DIAS, 1995, p. 147. Grifo nosso).

Ainda sobre as redes, Raffestin (1993) colabora com o debate quando alega que “a circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade. Por serem complementares, estão presentes em todas as **estratégias** que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (p. 200. Grifo nosso). Para Raffestin (1993):

Toda prática espacial, mesmo que embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. [...] Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. A estrutura tessituras-nós-redes é exteriorizada por um grupo (p. 150-151).

Com as análises de Raffestin, a estrutura tessituras-nós-redes é o espelho da reestruturação de controle territorial do Comando Sul na América Latina. Assim, Milton Santos (1993) diz que a partir das, o que ele denominou de horizontalidades e verticalidades.

Segundo Santos (1993), as horizontalidades seriam os domínios da contiguidade, ou seja, o domínio das relações de vizinhanças que estão reunidas em determinados lugares por meio de uma continuidade territorial. Enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes entre si e conectadas por todas as formas e processos sociais. O que queremos dizer com essa passagem é como o Comando Sul, com a aceleração dos fluxos de informações e o controle territorial através de pontos distantes, simultaneamente domina e *(re)*configura as apropriações do espaço latino-americano e dos Estados que o compõem.

Milton Santos também resgata a ideia de espaço banal, proposta pelo francês François

Perroux, depois levada ao Brasil por um de seus discípulos, Jacques Boudeville, para trazer de forma expressiva como pode ser atribuída a formação do território e a expansão de redes, retratando que:

A ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terrenos nas disciplinas territoriais: as redes. As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quicá divergentes ou opostas (id. *ibid.*, p. 16).

Nesse sentido, quanto ao avanço das redes e do fluxo de informações, como instrumentos de poder por meio da coexistência entre a conexidade (qualidade de conexo), a instantaneidade e a simultaneidade (DIAS, 1995), não podem ser passíveis de análises sem que se façam articulações com outras categorias relevantes, como a técnica e a fluidez. A dominação do território e o concebimento das redes andam lado a lado para proporcionar o maior aperfeiçoamento de ambas.

Em relação ao avanço das técnicas e a sua atribuição às redes, Milton Santos (1996) afirma que os suportes das redes encontram-se, agora, parcialmente no território por meio das forças naturais dominadas pelo homem, o que ele denominou ser o espectro eletromagnético, bem como das forças desenvolvidas pela inteligência contida nos objetos técnicos. Sendo assim, quando o fenômeno rede se torna absoluto é quando ele próprio se conserva. Logo, os suportes das redes se tornariam pontos. E para o desenvolvimento de pontos, como um dos acessórios da técnica, a fluidez cumpre um papel determinante, nos sentidos universal e multifuncional, como continua o autor:

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas que são um dos suportes da competitividade, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. [...] Mas a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. Ao contrário do imaginário que o acompanha, a desregulação

não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas. A fluidez atual é, pois, um resultado da realização conjunta de três possibilidades, provindas da existência de: 1) formas perfeitas universais; 2) de normas universais e, ao mesmo tempo, de uma desregulação universal; e 3) de uma informação universal, que é base, também, de um discurso universal (id. *ibid.*, p. 274-275-276).

Portanto, o conceito de território volta para o nosso debate, pois “mais recentemente, nas sociedades ‘de controle’ ou ‘pós-modernas’ vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais ‘zonal’ ou de controle de áreas para um ‘território-rede’ ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território” (HAESBAERT, 2005, p. 6778).

Não obstante, Haesbaert (2006) assegura que o território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não estaria ligado somente à fixidez e à estabilidade de uma fronteira bem definida, mas absorve também o movimento, as diversas formas de mobilidade, isto é, se caracterizando não apenas como um território-zona, mas um território-rede.

Nesse sentido, como expressado por Carvalho (2010), “esta perspectiva, em particular, confere ao território a possibilidade do movimento, da fluidez e das conexões, permitindo uma ponte conceitual com a rede enquanto elemento constituinte do território”, formando o binômio território-rede (SOUZA, 1995 e HAESBAERT, 2004). Então:

resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito [...], aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis. [...] (HAESBAERT, 2004, p. 348).

Becker (1988 e 1995) ressalta o papel da velocidade nessa nova configuração em que a logística é marcada por uma nova fase de inteligência militar inerente à velocidade. Para a autora, “a partir de então, o que conta é a seleção de veículos e vetores para garantir o movimento perene – envolvendo o controle do tempo presente e futuro – a seleção de lugares a ela se subordinando” (op. cit., 1995, p. 291). Logo, de acordo com Becker, seria o casamento entre os vetores ecológico e tecnológico, formando o vetor tecno(eco)lógico.

Destarte, o território-rede, com os avanços das técnicas e da fluidez, conduz a um conjunto que gera a formação da “*dominação de espectro completo*” (CECENNA, 2005), isto é, a dominação

do espaço que condiciona ainda mais poder para o imperialismo dos EUA. Segundo a autora, existem alguns mecanismos para se chegar a essa condição de domínio. Estrategicamente os três são: “a superioridade tecnológica, o reordenamento territorial e a universalização de normatividades reprodutoras de relações de poder” (id. *ibid.*, p. 49).

O primeiro elemento, a tecnologia, tendo como foco a esfera militar, dentro do contexto do sistema capitalista de militarização, é utilizada de forma a privilegiar os espaços de controle e obter vantagens que possam garantir a construção e a manutenção do poder, se convertendo em uma política de Estado. Com o avanço da técnica cria-se um sistema de inteligência de alcance global assegurado por uma rede de comunicações que capta qualquer tipo de informação em tempo real.

Outras características são a superioridade de manusear o espaço com o controle de mares e o espaço aéreo adquirindo áreas exclusivas e livres de interferências; bem como a geração de novos materiais e sistemas para seus grupos bélicos em função dos recursos e/ou pontos geográficos que são considerados estratégicos⁶⁹.

O segundo mecanismo a ser levantado é o asseguramento da dominação melindrosa do território mundial, envolvendo de forma simultânea componentes físicos, históricos e culturais. Aqui, a militarização, evidentemente, tem como uma de suas estratégias defender os interesses primordiais que ultrapassam as fronteiras dos EUA, dentre os quais a obtenção de recursos. Logo:

o desenvolvimento e uso de tecnologia com um caráter **estratégico** auspicia uma agressiva política de reordenamento de territórios, que contempla desde a dissolução das atuais fronteiras e o redesenho dos espaços geopolíticos, até o reforço da presença direta dos corpos de segurança estadunidenses no sentido mais amplo: invasões ao estilo das do Afeganistão e Iraque; monitoramento e colocação de radares; instalação de bases militares; instalação de quartéis de inteligência; livre trânsito de agentes da Central Intelligence Agency (CIA), da Drug Enforcement Administration (DEA), do Federal Bureau of Investigation (FBI) ou outros similares; reformulação dos usos do território mediante planos como o Colômbia, que abarca paulatinamente a área andina completa, e o Pueblo Panamá ou a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)⁷⁰, que, embora

⁶⁹ “O critério para determinar seu caráter estratégico deriva da essencialidade dos recursos em questão, que pode ser referida tanto ao caráter massivo como ao caráter essencial de seu uso (em atividades de fronteira ou nas que definem o conjunto). Mesmo assim, os territórios ou localizações estratégicas referem-se a **pontos** cujo raio de ação permite o **controle** de uma ampla região, à sua proximidade com **recursos** essenciais (petróleo, biodiversidade, água, alguns metais), à mobilidade potencial que possibilitam, ou à proximidade com movimentos de **insurreição** ou **resistência**” (Ceceña, 2005, p. 52. Grifos nossos).

⁷⁰ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma proposta feita pelo então presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro 1994. Seu objetivo era eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, com exceção de Cuba, formando assim uma área de livre comércio, cuja data limite para entrar em vigor seria o final de 2005. Ao longo desse período e através da Campanha Internacional Contra a ALCA, organizações da sociedade civil e movimentos sociais do continente se uniram em

privilegiando a circulação de capitais e mercadorias, implicam uma ocupação total (CECEÑA, 2005, p. 52. Grifo nosso).

O terceiro, e último mecanismo apresentado por Ceceña, como já citado anteriormente por Santos (1996), se encaixa na criação de normas universais. A perda de soberania, como a dos países latino-americanos, é explícita como conclui a autora:

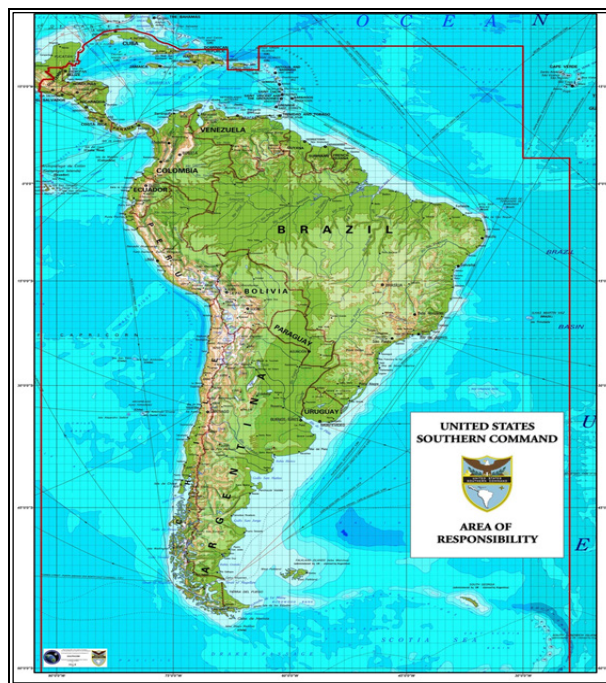
o terceiro mecanismo, que fecha o círculo, corresponde à criação de normatividades universais tanto no terreno da guerra – através de organismos como a OTAN ou a ONU – e de gestão econômica global – mediante a implantação de critérios determinados supranacionalmente pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio, entre outros –, como no econômico – através do estabelecimento de equivalentes ou referentes gerais tecnológicos, que estabelecem os padrões da produção, da organização produtiva e da concorrência. A imposição destas normas beneficia em todos os casos a quem estiver melhor armado para a concorrência – inclusive no terreno militar – e transfere o âmbito de decisão para instâncias supranacionais que impedem a autodeterminação interna dos países⁷¹ (op. cit., p. 53).

Com todos esses atributos exibidos até então, os Comandos Unificados dos EUA vêm adotando uma série de estratégias territoriais com a regulação e desregulação de suas normas e, conseqüentemente, de suas cadeias de redes no mundo e na América Latina, o que não deixa de incluir as bases militares. No tocante a essa questão, na definição das relações de poder, vamos nos concentrar apenas no Comando Sul, já que o seu papel indutor exercido é se responsabilizar pelo monitoramento e comando de bases militares que estão concentradas na América Latina e no Caribe (ver mapa 06).

oposição a esse projeto de liberalização comercial e suas conseqüências nefastas para o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos povos do Sul (MINEIRO, 2021, p. 27).

⁷¹ Vale a pena lembrar que o DoD apóia a criação de normas internacionais para os serviços integrados de informação em amplitude de banda, e é pioneiro na pesquisa, desenvolvimento e avaliação de criptografia, de verificação de tecnologia de computação e de serviços e produtos seguros de informação e de suas regras de uso. Foi o responsável em promover um protocolo único para as comunicações internacionais (TCP/IP), garantindo por este meio sua supremacia sobre o sistema global de comunicações (CECEÑA, 2005, p. 53).

Mapa 6 - Zona de responsabilidade do Comando Sul



Fonte: USSOUTHCOM⁷².

Criado em 1947, o Comando Sul tem como ponto central o Canal do Panamá, tendo como zona de responsabilidade o Caribe, a América Central e a América do Sul, com exceção de México, Guiana Francesa e Porto Rico, que fazem parte do Comando Norte. Esse comando, ligado fortemente ao Pentágono, fica responsável por monitorar a chamada zona de *trânsito da droga* (*transit zone*, o Caribe) e a chamada zona fonte (*source zone*, Bolívia, Colômbia e o Peru), como também dar cobertura à sua estratégia global de “guerra ao terror”⁷³.

As bases militares alocadas em países latino-americanos, especificamente as colombianas, não necessariamente pertencem de fato aos EUA. Assim sendo, é indispensável retornar à temática das *FOL*'s em virtude de terminologia que tem sido utilizada no lugar de bases militares com a intenção de acobertar as intenções que vão muito além do “combate ao narcotráfico”. Segundo Pina (2007), o Departamento de Defesa dos EUA não caracteriza as *FOL*'s como bases militares, mas sim como acordos entre o governo estadunidense e os governos dos Estados anfitriões, nos quais se permite aos EUA o acesso a instalações militares que já existem, porém que são propriedade e que estão sendo operadas pelos Estados que abrigam as bases e aeroportos a serem

⁷² Disponível em: <https://www.southcom.mil/About/Area-of-Responsibility/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

⁷³ Ver Pina (2007).

utilizados. Pina enfatiza que nem todas as bases militares aloçadas na América Latina se tornaram *FOL's*.

As bases aéreas e/ou navais deveriam possibilitar aos EUA: “1) o comando e o controle do tráfego aéreo em qualquer situação; 2) a utilização de pistas de decolagem capazes de suportar aeronaves de diversos tamanhos e pesos (pistas com no mínimo 2.480m); 3) o reabastecimento e recuperação de aeronaves danificadas (rampas, hangares, cuidados técnicos...)” (PINA, 2007, p. 165). Considerando tais disposições, as *FOL's* de Reina Beatriz (Aruba), Hato (Curaçau), Comalapa (El Salvador) e Manta (Equador) cumpriram as exigências e receberam investimentos estadunidenses para se enquadrarem às novas demandas do imperialismo. Vale ressaltar que as quatro *FOL's* referidas estão entre as maiores bases dos EUA na América Latina e no Caribe (*id. ibidem.*, 166).

No caso da militarização estadunidense com o Plano Colômbia, as normas voltam-se também para os grupos guerrilheiros de esquerda com a invenção da política de combate ao narcotráfico, a serem comentadas mais adiante. Sem embargo, como notificado por Pina (2007), ancorado em Caycedo (2005):

[...] a principal questão na zona de responsabilidade do Comando Sul é a da presença guerrilheira na Colômbia, país onde os EUA, a partir de Miami, aplicou um plano estratégico no final da década de 1990. Ao analisar o Plano Colômbia e seus impactos regionais, Caycedo (2005) afirma que os Estados Unidos, em suas intervenções, mantêm uma prática de “guerra pela prevalência, associada à guerra preventiva” (p. 63), através da forte militarização implementada na América Latina, que é parte de uma “guerra pelo domínio mundial” (p. 58). É cada vez mais necessário dispor antecipadamente os meios, é crucial dominar “antes”. [...] O Comando Sul, através das instalações militares (*FOLs*), define um território rede complexo, de múltiplas estratégias que tem sua configuração alterada a partir do Plano Colômbia, em 1999 (p. 151-154).

Caycedo (2005) debate o impacto regional do conflito interno colombiano na América Latina, tendo como foco o Plano Colômbia. Argumenta que o Plano Colômbia trata-se de uma orientação político-militar vinda desde Washington, dada a potencialidade geopolítica estratégica da Colômbia para os EUA. A respeito disso, “a importância da América Latina para a ideologia imperialista estadunidense se encontra em três áreas gerais: comércio, margens de lucro e controle energético e de outros recursos estratégicos” (PETRAS, 2005, p. 205). A dependência dos EUA em relação à esses recursos, como o petróleo por exemplo, essencial para a sua reprodução de capital e poder bélico, é assunto de segurança nacional que envolvem operações militares, com

tecnologias de ponta abrangendo uma grande área de cobertura nos setores de comunicação e transportes⁷⁴. Assim:

áreas que, até recentemente ficaram relativamente à margem do desenvolvimento capitalista se tornam estratégicas, como o Oriente boliviano, o Chaco paraguaio e argentino, a Patagônia argentina (Gutiérrez, 2004), além dos Cerrados brasileiros, la gran sabana venezolana e, ainda, toda Bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) que, sobretudo nos seus contrafortes andinos abriga uma diversidade biológica ainda maior, condição que se prolonga por toda a América Central, desde o Panamá até Puebla no México, onde a tropicalidade também está associada a gradientes altimétricos na Sierra Madre, inclusive a região da Selva de Lacandona. Além dos enormes recursos de diversidade biológica e água, essas áreas abrigam, como já o indicamos, enormes recursos energéticos, sobretudo de gás – a Bolívia detém as maiores reservas da América desse recurso –, de petróleo na Amazônia equatoriana e peruana, assim como na fronteira colombiano-venezuelana e, também, no México (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 166-167).

Em relação à superioridade militar dos EUA, os mapas 07, 08 e 09 mostram como estão espacializadas as bases militares estadunidenses em territórios da América Latina. Muitas dessas bases estrategicamente estão em áreas de grande biodiversidade e recursos naturais. No mapa 07, observa-se entre oito e nove pontos que representam bases militares dentro do território colombiano.

As figuras evidenciam o controle de bases militares situadas em grandes áreas de reservas naturais em algumas regiões dos Andes e da Amazônia, além de populações, que são monitoradas e subordinadas desde o Comando Sul. Para tanto:

La entrega del Canal de Panamá se acompaña con la instalación de nuevas bases en El Salvador, Ecuador y Aruba-Curaçao, y acelera la toma de terreno en el área colombiana. El acuerdo se establece en 1999 para sentar bases de operación a distancia (FOL, Forward Operating Locations) a cargo del Comando Sur del Ejército estadounidense con acceso restringido para el personal local. La base de Manta en Ecuador, concedida por diez años renovables a partir de 1999, es una punta de lanza para la penetración de toda el área andino-amazónica y constituye un refuerzo destacado para las operaciones del **Plan Colombia**, que se encuentra en proceso de consolidación y ampliación. Dentro de Colombia las bases se han multiplicado, colocándose **estratégicamente** para cubrir el área colombiana desde el Oriente y, al mismo tiempo, la frontera con Venezuela. Estas se complementan con la base FOL en Aruba-Curaçao para controlar el paso del Darién que conecta Colombia con Panamá, la entrada a la selva amazónica y la salida de petróleo venezolano hacia el Oeste (CECENÁ, 2006, p. 25. Grifos nossos).

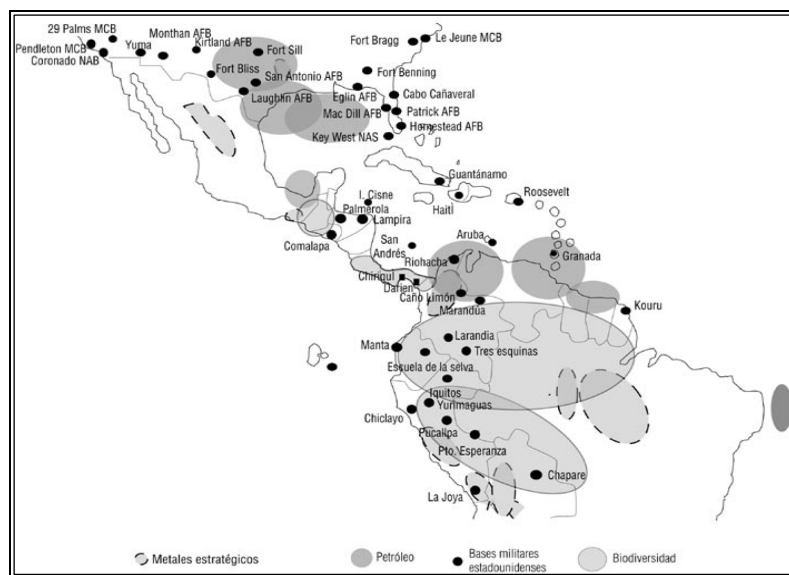
⁷⁴ “El ciclo de producción es acelerado a través de mecanismos espaciales como nudos, tramas y redes (vías de comunicación y transporte) cuyo objetivo de darle movilidad y flexibilidad al capital” (ARZATE, 2022, p. 116).

Mapa 7 - Bases militares na América Latina e no Caribe sob supervisão do Comando Sul



Fonte: Observatório Latinoamericano de Geopolítica⁷⁵.

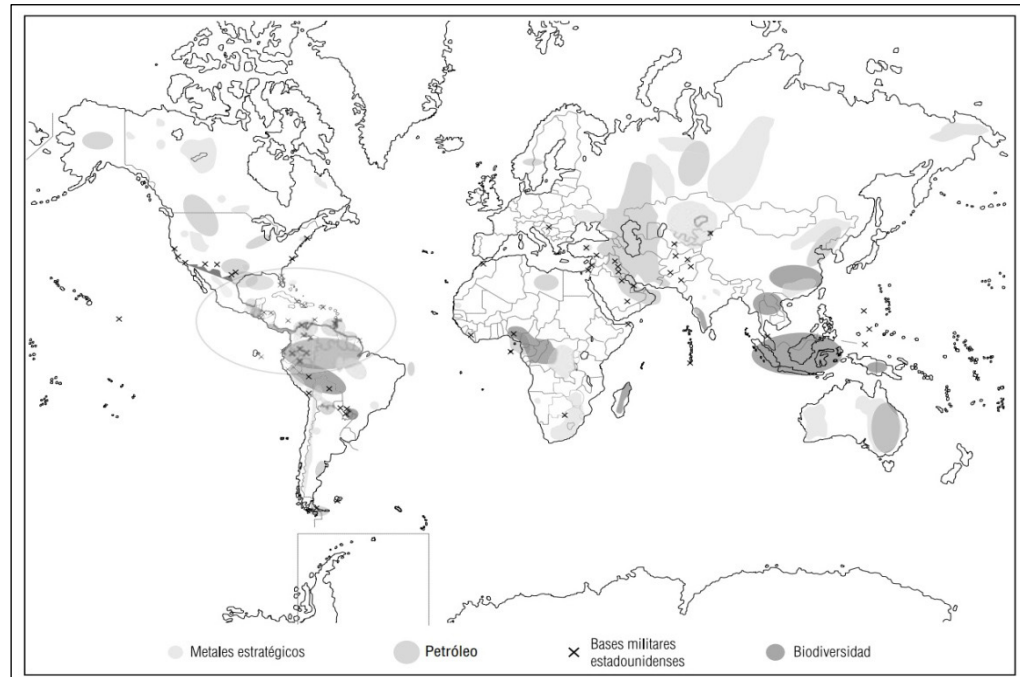
Mapa 8 - Biodiversidade, recursos energéticos e bases militares estadunidenses na América Latina



Fonte: Ceceña, 2006.

⁷⁵ Retirado de Ceceña, 2013.

Mapa 9 - Biodiversidade, recursos energéticos e bases militares estadunidenses no mundo



Fonte: Porto-Gonçalves (2006).

Porém, o aperfeiçoamento dessas bases militares, controladas desde o Comando Sul, como as de Tres Esquinas mencionado por Ceceña (2006), ao mesmo tempo acentuam as desigualdades sociais que, de forma calamitosa, perduram por décadas na sociedade colombiana sem perspectiva de redução. Dessa forma, a autora denuncia que as velhas bases militares que foram revitalizadas em Tres Esquinas se converteram em grandes centros de comunicação e inteligência com sofisticadas instalações de uso exclusivo dos militares estadunidenses, cerca de 500 efetivos em solo colombiano, em que as mobilizações de oficiais e de suas tropas começam a ser corriqueiras, mesmo sendo repudiadas pela população local que é violada e afetada pela prostituição, pelo estupro e pela perturbação da vida com a presença dos estadunidenses, que acarretam no deslocamento de suas terras e na situação de violência e da paramilitarização que os acompanha (*id. ibid.*, p. 26). Dentre os vários contrastes apresentados sobre esse domínio territorial na América Latina mediante as redes, podemos considerar as palavras de Milton Santos (1996) que:

há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um

processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (p. 278-279).

Pina (2007) constatou uma “territorialização militar em rede” na América Latina através da dispersão e interconexão de bases militares situadas em diferentes pontos, que acatam aos EUA dispor de um posicionamento estratégico ao entorno das maiores reservas de biodiversidade e água doce do planeta, como visto nos mapas anteriores.

Atualmente, os EUA possuem ao redor de 800 bases militares posicionadas em mais de 80 países por todo o mundo⁷⁶. Nessa tessitura, a Colômbia é o país da América Sul a abranger o maior número de bases militares controladas pelas Forças Armadas estadunidenses (9) (ver tabela 02 e mapa 10) que estão sob a responsabilidade do Comando Sul, sendo o Plano Colômbia determinante nessa fração. Panamá (12), Porto Rico (12) e Peru (8) acompanham o Estado colombiano⁷⁷.

Tabela 2 - Bases militares situadas na República da Colômbia

1) Apiay: base aérea Luiz Fernando Gómez Niño, localizada nas imediações da cidade de Villavicencio, Departamento de Meta.
2) Malambo: base aérea Alberto Pauwels Rodríguez, localizada perto do município de Malambo, Departamento do Atlântico, 700 km ao norte de Bogotá, vizinha da cidade de Barranquilla.
3) Palanquero: base aérea Capitán Germán Olano, no município de Porto Salgar, Departamento de Cundinamarca, 190 km ao norte de Bogotá.
4) Tolemaida: base aérea José Inocencio Chincá, em Melgar, Departamento de Tolima, no centro do país, 100 km ao sul de Bogotá.
5) Larandía: base militar conjunta do Exército, da Força Aérea e da Armada, a que também tem acesso à Polícia Nacional. Se encontra no Departamento de Caquetá.
6) Bahía Málaga: base naval que aloja parte da Força Naval do Pacífico. Está localizada a 20 km de Buenaventura na costa desse oceano, em um ponto equidistante entre Equador e Panamá.
7) Cartagena: base naval que aloja parte da Força Naval do Caribe. Estava localizada perto da cidade histórica, mas foi transferida para a ilha de Tierrabomba.
8) Tres Esquinas: base aérea Capitán Ernesto Esguerra Cubides, localizada no município de Solano, Departamento de Caquetá, perto da confluência dos rios Orteguaza e Caquetá.
9) Puerto de Turbo: localizada no Departamento de Antioquia, sobre o oceano Atlântico e muito próximo com a fronteira com o Panamá.

Fonte: Boron, 2012. Adaptado e traduzido pelo autor.

⁷⁶ Disponível em: https://www.lasexta.com/noticias/internacional/cuantas-bases-militares-tiene-estados-unidos-europa-mundo_202202256218d68be2af800001810d7e.html. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁷⁷ Ver mais em: <https://www.granma.cu/mundo/2018-08-09/bases-militares-de-eeuu-en-america-latina-y-el-caribe-el-plan-suramerica-09-08-2018-17-08-04>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Mapa 10 - Países latino-americanos com mais bases militares controladas desde o Comando Sul



Fonte: Territorios vigilados (Telma Luzzani e Alejandro Acosta Hechavarría)⁷⁸.

Sobre a hegemonia e a militarização estadunidenses no mundo, Arzate (2022), muitas vezes se guiando nos escritos de Ceceña, faz reflexões teóricas sobre a “espacialidade da dominação” e destaca o espaço como fonte de produção social ligadas à projetos de dominação, assim demonstrando as estratégias históricas da espacialidade dos governos latino-americanos subordinada aos EUA. Caracteriza esse porte militar dos EUA como uma “espacialidade da dominação”, no qual o Plano Colômbia é uma de suas estratégias de dominação e apropriação de recursos naturais e humanos na América Latina⁷⁹. Por esse conceito, Arzate (2022) expõe que:

⁷⁸ Retirado de: <https://www.granma.cu/mundo/2018-08-09/bases-militares-de-eeuu-en-america-latina-y-el-caribe-el-plan-suramerica-09-08-2018-17-08-04>. Acesso em: 01 ago. 2023.

⁷⁹ Segundo Ceceña (2007, p 10), “en estos planes estratégicos combina intereses económicos relacionados con el acceso a zonas privilegiadas por sus dotaciones materiales, con una acción de control directo sobre poblaciones y puntos geográficos determinantes. Así es como el control de algunas rutas porosas de negocios no regulados y altamente rentables, junto con el interés de penetrar la cuenca amazónica y supervisar la conexión entre el norte y el sur del continente, en esa pequeña cintura donde América se quiebra, por un lado, y por otro la impronta de combatir insurgencias de larga historia, lleva al establecimiento del Plan Colombia, que hoy abarca desde la frontera entre Colombia y Panamá hasta el sur de Perú, aunque con la reciente autoexclusión de Ecuador”.

la espacialidad de la dominación es un tipo de praxis orientada a la garantizar la acumulación a través de la dominación e instrumentalización de los espacios; es una praxis estratégica, funcional y violenta, represiva, donde la conflictividad rige la reproducción social. La espacialidad de la dominación “es transformar el espacio, adecuarlo a las nuevas mercancías, a las nuevas tecnologías y los nuevos negocios. Cuadricular el territorio, ordenarlo, hacerlo funcional y productivo” (CECENIA, 2007, p. 12). La espacialidad de la dominación del sujeto hegemónico es la base material e inmaterial de la superioridad estadounidense a nivel global; el acceso irrestricto a los denominados recursos estratégicos de América Latina son condición necesaria para el despliegue militar-estratégico, económico y político a nivel mundial. La competencia del sujeto hegemónico frente a otros capitalistas (háblese de China o Rusia) depende del control del espacio latinoamericano (p. 124-125).

O Plano Colômbia, deve ser encarado como um instrumento de militarização partindo da concepção de “instrumentalização dos espaços” como exposto por Arzarte (2022). “A instrumentalização espacial traz como consequência a produção de espaços estratégicos, que por seu *valor*, resultado das relações de poder, são objetos de disputas e conflitos territoriais em que as implicações locais são de alcance global, é dizer, são geopolíticos” (*idem*, p. 117).

Essa “instrumentalização dos espaços” com o Plano Colômbia é a consolidação do projeto hegemônico estadunidense no Hemisfério Ocidental, às ordens e desordens dos Comandos Unificados de Combate dos EUA. Seu ciclo de produção é acelerado através das fragmentações espaciais que são unificadas por pontos, nós, redes e território-redes.

A implementação do Plano Colômbia, ao final do século XX, como parte da militarização estadunidense, trata-se de uma recolonização militar na América Latina (CARVALHO, 2010), assim como um plano geopolítico estratégico de reposicionamento político-militar para o reordenamento territorial dos EUA no continente americano, vinculado ao código geopolítico da prevenção (PINA, 2007).

Esse plano passa a ser concebido através de um discurso fantasioso de “guerra às drogas” por meio de uma política antinarcóticos sobre os Estados latino-americanos, embutido também em um plano contrainsurgente, em variados níveis de escala, que continuará a levar implicações para o conflito interno colombiano conduzidas a uma “nova” internacionalização, como se verá a seguir.

2.4 As escala(das) da internacionalização do conflito armado colombiano: o inimigo agora é outro

Como visto no capítulo anterior, a América Latina torna-se, para os EUA, uma das regiões do mundo mais importantes, seja minimamente para controlar o acesso aos recursos naturais e humanos que tem a região para continuar despertando a voracidade do império e do capital; seja para promover uma política de manutenção de domínio sobre os territórios latino-americanos e caribenhos através de uma espécie de retarguarda militar no Hemisfério Ocidental.

Boron (2012), ao analisar a geopolítica do imperialismo estadunidense e a importância estratégica militar da América Latina para a sua política externa, afirma que a segurança militar que os EUA promovem nessa região, a torna uma periferia submetida ao apetite do seu império, que saqueia e domina os recursos naturais e os povos existentes, gerando com isso uma vasta zona crônica de instabilidades e turbulências políticas.

De acordo com Boron (2012), isso é resultado da Doutrina Monroe⁸⁰; das causas estruturais das centenas intervenções militares estadunidenses; de inúmeros “golpes de mercado” e golpes de Estados; de tantos assassinatos políticos, subornos, campanhas de desestabilização e de ruptura dos processos democráticos e reformistas perpetrados contra a região da América Latina.

Além do mais, em função do desenvolvimento tecnológico da indústria de petróleo, a América Latina tem chamado a atenção, desde a muito tempo, por ser um ponto estratégico onde se encontram as maiores reservas dessa riqueza no mundo, vide Venezuela⁸¹, um dos principais

⁸⁰ “Estados Unidos não têm amigos permanentes, têm objetivos e interesses permanentes”. Frase dita por John Quincy Adams, ex-secretário de Estado do ex-presidente James Monroe (1817-1825)” (BORON, 2012, p. 64). Essa passagem reflete bem as pretensões hegemônicas estadunidenses nos dias atuais.

⁸¹ “En todo caso, nuestra América es la región del planeta que puede ofrecer un suministro más cercano, previsible y seguro a Estados Unidos, dato harto significado cuando las reservas del centro imperial no alcanzan para más de diez años y las fuentes alternativas de aprovisionamiento son cada vez más lejanas, problemáticas e inciertas, toda vez que el Medio Oriente y Asia Central ha entrado en un ciclo de creciente inestabilidad política. El petróleo venezolano puede llegar a Houston en cuatro o a lo sumo cinco días de navegación, transitando por el Caribe – que el Pentágono y los estrategas del imperio definen como un “mar interior” de Estados Unidos – completamente monitoreado e controlado por un rosario de bases navales que lo conviertan en la ruta marina más segura del planeta. El proveniente del Medio Oriente, en cambio, emplea más de treinta, casi siempre unos treinta y cinco días para llegar a destino, y debe sortear obstáculos de todo tipo (por ejemplo, atravesar el Estrecho de Oruz o, al dar la vuelta por el Cuerno de África, enfrentarse a los piratas somalíes) y trasitar por una ruta mucho más larga y de fletes más costosos que la que se origina en Venezuela” (BORON, 2012, p. 70).

membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esse produto é fundamental para o padrão de consumo estadunidense⁸².

Não por acaso, como se tem mostrado, ao longo do século XX, os EUA impuseram práticas predatórias para a exploração da natureza e o desperdício de inúmeros recursos naturais para sustentar o seu padrão exarcebado de consumo no sistema capitalista, que é essencial para o império e para a própria sobrevivência do sistema. “*É a causa disso que se tem produzido nos últimos anos uma vigorosa **militarização** das relações hemisféricas*”⁸³ (BORON, 2012, p. 74. Grifo nosso e tradução nossa).

Quase cem anos depois do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense Theodoro Roosevelt (1901-1909)⁸⁴, ao final do século XX e início do XXI, temos alguns atores que estão engajados no discurso da Doutrina Monroe, sendo a militarização com o Plano Colômbia fruto desse princípio. É o caso do ex-presidente Bill Clinton (1993-2001) que interviu na soberania nacional colombiana e o “iniciador” do Plano Colômbia; do secretário de Estado, agora do ex-presidente George W. Bush (2001-2009), Colin Powell, que reforçou a importância da América Latina e do Caribe para os EUA com atrevimento de aprovar o mais rápido possível a ALCA sem o consentimento dos países latinoamericanos; do próprio Bush com a acentuação da “guerra global

⁸² “De acuerdo con informaciones proporcionadas por el Mineral Information Institute de Estados Unidos, este país debe importar el 100% del arsénico, columbo, grafito, maganeso, mica, estroncio, tantalum y trium que requiere, y el 99% de la bauxita y alúmina, 94% del tungsteno, 84% del estaño, 79% del cobalto, 75% del cromo y 66% del níquel. Como asegura esta institución, cada estadunidense que nace consumirá a lo largo de su vida 1.315.000 kilogramos de minerales, metales y combustibles: 415 kilogramos de cobre, 544 de zinc, 14.530 de mineral de hierro, 5,93 millones de pies cúbicos de gas, 272.597 litros de petróleo, 244.335 kilogramos de carbón, y así sucesivamente. Estos datos ilustran con elocuencia el enorme peso que ejerce sobre el planeta Tierra el sostenimiento del patrón de consumo establecido por el capitalismo norteamericano, tan sólo en Estados Unidos. Huelga añadir que los países latinoamericanos son grandes productores de la mayoría de estos minerales, metales y combustibles requeridos por el consumidor estadunidense” (BORON, 2012, p. 72-73).

⁸³ “Es la causa de esto que se ha producido en los últimos años una vigorosa militarización de las relaciones hemisféricas” (BORON, 2012, p. 74).

⁸⁴ Boron (2012) informa que Roosevelt, como o “aperfeiçoador” da Doutrina Monroe, no Discurso de Estado da União de 1904 levado ao Congresso, mencionou: “Si una nación demuestra saber como actuar con eficiencia y decencia razonables en asuntos políticos y sociales, y si matiene el orden y cumple con sus obligaciones no tiene por qué temer una interferencia de los Estados Unidos. Sin embargo, un crónico mal proceder, o una impotencia que conduce al debilitamiento de los lazos de una sociedade civilizada pueden, en América, o donde sea, exigir la intervención de alguno país civilizado; y en el Hemisferio Occidental en casos flagrantes de mal proceder o impotencia, la adhesión de Estados Unidos a la Doctrina Monroe puede forzar a Estados Unidos, a pesar de su reluctancia, a ejercer un poder de policia internacional. (...) En la medida en que nuestros vecinos del Sur obedezcan las leyes primárias de una sociedade civilizada pueden estar seguros de que serán tratados por nosotros con un espíritu de cordial y colaborativa simpatía” (p. 65).

ao terror”; e da ativa participação de outro ex-presidente, Barack Obama (2009-2017), nas comemorações dos “quinze anos” do Plano Colômbia; temas os quais mostraremos mais adiante.

Os três presidentes acima citados, concomitantemente com as classes dominantes colombianas navegando na Doutrina *Respice Pollum*, foram imprescindíveis para a articulação da implementação do Plano Colômbia como um instrumento de militarização na América Latina. Assim, Caycedo (2005) reitera que:

o Plano Colômbia, posto em prática durante as administrações Pastrana-Clinton em 2000, e concebido como um **plano contrainsurgente sob o disfarce de um plano antinarcótico**, alterou seus objetivos de primeiro plano para destacar o antiterrorismo como elemento central principalmente por duas razões: a mudança no enfoque estratégico de Washington e a mudança interna na orientação político militar do regime colombiano. Ambas as mudanças estão relacionadas; cada uma delas tem a ver com visões convergentes, mas distintas. A primeira acenta as bases do domínio mundial e fornece **instrumental** para seus auxiliares regionais; a segunda olha pra dentro, com a ideia de resolver com mãos alheias e ajuda exterior os conflitos históricos sociopolíticos internos e a incapacidade de gerar uma liderança regional correspondente a sua potencialidade geopolítica estratégica. A interação destas duas condutas afeta negativamente a região, a América Latina e o Caribe em seu conjunto, quando conduz à “**internacionalização ativa**” do conflito, no mesmo momento e processo em que se tenta montar uma integração hemisférica fundada em acordos bilaterais de livre comércio – e na sua potencial sistematização na ALCA – como expressão da hegemonia dos Estados Unidos (p. 57. Grifos nossos).

A “internacionalização ativa” expressada por Caycedo significa também à internacionalização do conflito armado colombiano. Nessa condição, acreditamos ser extremamente relevante analisar esse âmbito através do conceito de escala, denunciando como os EUA forçosamente queriam “resolver” os problemas internos da Colômbia - não respeitando a soberania do país e os contextos histórico-sociais que desencadearam na luta social armada dos grupos guerrilheiros.

A escala, em seus mais variados níveis, não deve ser apenas compreendida como uma fração que indica uma relação entre as medidas do real e a representação gráfica do território. Mas também para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e concepção do real (CASTRO, 1995), já que algumas implicações do conflito interno colombiano estão relacionadas às ações externas das políticas estadunidenses.

Nesse sentido, vamos nos escorar na escala geográfica através de uma concepção marxista de reprodução social. Esta se trata de uma “escala de preocupações humanas” (RACINE,

RAFFESTIN, RUFFY, 1983), nas quais transcendem as preocupações técnicas que somente se interessam pelas variâncias das escalas geográficas em si.

Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983), a escala seria a mediadora entre uma dada intenção e dada uma ação, pois “nenhuma ação é possível sem sua prévia representação” (p. 133). Logo, a organização de uma representação seria “o espetáculo da tomada original do poder” (RAFFESTIN, 1993).

Becker (2004), por exemplo, ao analisar a militarização sucedida na escala da Amazônia Sul-americana, afirma que ao redor da mesma se converteu em “um verdadeiro ‘cordão sanitário’ em nome da contenção da crise colombiana” (PINA, 2007, p. 106).

Para o contexto colombiano, que tem sido apresentado até aqui e a representação do Plano Colômbia como instrumento de poder dos EUA na América Latina, vamos nos apoiar também na expressão adotada por Souza (2013) ao analisar a escala sob uma “construção social da(s) escala(s)”. Souza revela que as escalas de análise não são imutáveis e que elas seriam produtos de mudanças tecnológicas, dos modos de organização humana e da luta política. A escala não seria uma categoria pré-existente à espera para ser aplicada, mas sim um modo de contextualizar as concepções da realidade.

Isso significa que diferentes escalas se (re)constituem e são (re)contituídas por meio de uma estrutura histórico-geográfica de interações sociais. O que Souza (2013) quer dizer é que esse tipo de análise não seria apenas ligada à interação entre as escalas, mas também o peso que cada uma delas compõe e que a sua abrangência física não está definida, seja em “escala local”, “escala regional” ou “escala nacional”, sendo parte de um processo de criação histórica (p. 191). Logo, o autor denomina esse processo como uma “política de escalas”, se caracterizando como:

um conjunto entre a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc) (id. ibdem., p. 196).

Dessa forma, Souza considera determinante alguns níveis escalares dentro dessa “política de escalas” sob uma estrutura histórico-geográfica, que julgamos ser necessário para a análise devido à contextualização de como o Plano Colômbia se tornou um instrumento de militarização na América Latina para as demandas estratégicas da política externa de segurança dos EUA.

Logo, vale lembrar que após a Revolução Cubana, intensificou-se a política de repressão dos EUA na América Latina. Na década de 1960, foi formada a Aliança para o Progresso durante o governo do ex-presidente estadunidense John Kennedy (1961-1963). Por sua vez, esta aliança foi desenvolvida com o ajuda de um militar da reserva, o general Maxuel Taylor (1901-1987), que modificou a concepção do tratamento da “ordem pública” na América Latina.

A Aliança para o Progresso veio acompanhada diante de um discurso de auxílio humanitário para satisfazer as necessidades básicas dos Estados latino-americanos com o lema “casa, trabalho e terra, saúde e escola”⁸⁵. Porém, com interpretações mais próximas ao do nosso trabalho, Silva (2008) atribui à Aliança para o Progresso como um veículo de estratégia e um plano dos EUA para conter os avanços de movimentos revolucionários (p. 27). O autor ainda destaca que esta aliança tratou-se de uma “propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política e de um instrumento de intervenção das lutas sociais da América Latina” (op. cit., p. 227).

Pereira (2011) apurou a Aliança para o Progresso por meio dos acordos para treinamentos militares firmados entre os EUA e os países latino-americanos. Segundo o autor, a administração de Kennedy interviu nos processos políticos dos Estados latino-americanos com a prestação de apoios e suportes à líderes, movimentos e instituições de ideais anticomunistas, conduzida também por uma guerra ao ex-governo cubano de Fidel Castro.

A Aliança para o Progresso veio acompanhada diante de um discurso fantasioso de auxílio humanitário para satisfazer as necessidades básicas dos Estados latino-americanos com o lema “casa, trabalho e terra, saúde e escola”. Mas, uma das primeiras estratégias adotadas pelos EUA, logo no início da década de 1960, foi querer combater colombianos que consideravam como traficantes e os responsáveis pela utilização crescente do uso de cocaína e maconha por jovens estadunidenses de classe média.

Segundo Oliveira e Rodrigues (2021), em 1961, numa tentativa de padronizar o combate às drogas e criar uma política internacional, foi estabelecida a Convenção Única sobre entorpecentes em que se presenciou a forte influência dos EUA sobre a Liga das Nações da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa convenção já se notava que o tema “drogas” não era necessariamente a eliminação do narcotráfico, mas criar uma política que pudesse ser seguida

⁸⁵ Ver: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/john-kennedy-cria-alianca-para-progresso-visando-conter-comunismo-10005300>. Acesso em: 23 jun. 2023.

por todos os países do mundo, incluindo retaliações àqueles que se opusessem às ordens estadunidenses.

A intenção de Kennedy era romper com a noção básica de que as Forças Armadas latino-americanas teriam somente como responsabilidade defender seus territórios de um ataque externo. Com isso, o governo estadunidense utilizou a ajuda militar para convencer e conduzir os oficiais militares a se concentrarem na segurança interna e no desenvolvimento nacional (op. cit., p. 309).

À vista disso, na Colômbia, a Aliança para o Progresso de Kennedy e de Maxuel Taylor teve como intenção destruir ou dispersar os núcleos de organização vinculadas à luta armada do campesinato. Os fatores externos para conter o comunismo dentro dessa estratégia estadunidense provocaram uma ação político-militar para tentar aniquilá-los.

De acordo com Schilling (1991), a Aliança para o Progresso traz consigo a doutrina da contrainsurgência e tratava-se de uma remodelação da instrução militar no continente americano, adaptando as Forças Armadas latino-americanas à luta antiguerrilha (p. 51). Nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da bipolaridade da Guerra Fria, para esse primeiro momento, os conflitos relacionados às guerrilhas armadas de esquerda na Colômbia entram na modalidade de Conflitos de Baixa Intensidade, tanto na forma como no conteúdo. Mas, agora, com um adendo:

a doutrina da contrainsurgência fez com que não apenas a política externa dos Estados Unidos retomasse os princípios intervencionistas como implicasse ainda em uma reciclagem da função das Forças Armadas latino-americanas. Os militares não seriam apenas os guardiões das normas constitucionais, mas passariam a exercer eles próprios o poder. [...] A doutrina contrainsurgência e a Aliança para o Progresso eram as duas faces da mesma moeda [...] (op. cit., p. 52).

Os esforços militares queriam derrotar a luta guerrilheira sem nenhum tipo de negociação, a não ser a rendição desses grupos. E a partir da década de 1980, com o governo colombiano de Belisario Betancur (1982-1986), é que se tem o primeiro reconhecimento em ver a guerrilha armada de esquerda como uma possível fonte de interlocução para promover mudanças sociais e institucionais, dando início a um eventual acordo de paz no país.

Por esse ângulo, a escala à nível nacional, com sua dada importância, se caracteriza “por ser um território ocupado por um Estado formalmente soberano” (SOUZA, 2013, p. 210). Mas, os EUA com suas políticas externas de segurança invadem territórios e fronteiras de Estados nacionais desqualificando soberanias e defesas de países latino-americanos. Logo, a escala internacional pode ser a melhor que representa a conjuntura que estamos abordando. Esta escala, por sua vez,

acaba se desdobrando em outras duas variáveis: a escala (ou nível) de grupos de países e a escala (ou nível) global.

A escala de grupo de países corresponde aquela que agrega dois ou mais países formando um grupo com critérios dos mais diversificados, dentre os quais, pode ser uma combinação de aspectos políticos e econômicos, como um bloco econômico, ou um aspecto político-estratégico-militar, como a OTAN e o próprio Plano Colômbia.

A outra escala internacional, de nível global, compreende à fenômenos de ordem econômica no âmbito do sistema capitalista (a globalização econômico-financeira) ou a uma área de abrangência de uma entidade mundial. Mas, como demonstrado por Souza (2013):

A relevância da escala global é dupla: por um lado, pode ser o nível na qual a dinâmica do sistema mundial, a qual interfere nas dinâmicas nacionais e subnacionais, se realiza em sua plenitude [...]; por outro lado, devido ao fato de que entidades e organismos mundiais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial exercem um efeito de orientação e coordenação, em matéria de política econômica e de outros tipos de políticas, setoriais ou espaciais (p. 213-214).

Assim, antes mesmo da década de 1990 com a interferência dos EUA com o Plano Colômbia na América Latina, o caso colombiano tanto se enquadra em uma escala internacional de grupos de países, afetando as dinâmicas nacionais em seu território e, conseqüentemente, influenciando no seu conflito interno; quanto numa escala global de ordem econômico-financeira.

A figura 09 nos mostra em detalhes a escala internacional de grupos de países. O Plano Colômbia como uma representação política-estratégica-militar entre os EUA e a Colômbia, e a Coluna Móvel Teófilo Forero⁸⁶ das FARC-EP que representa um grupo armado de esquerda também de cunho político-estratégico-militar, são dois pontos no espaço que atuam diante da escala internacional através de aspectos políticos que provocaram mais instabilidade em território colombiano.

Essa base móvel foi criada em 1993 e é considerada umas das unidades militares mais temidas e ativas à sudoeste da Colômbia, abrangendo os blocos Sul e Oriental com a finalidade de proteger o secretariado do grupo. Um dado adicional, é que o raio de ação dessa coluna móvel

⁸⁶ A criação dessa Coluna móvel foi uma resposta da secretaria das FARC às três brigadas móveis criadas pelo governo do ex-presidente César Gaviria (1990-1994) para combatê-las e foi batizada com esse nome em memória do secretário nacional da organização do Partido Comunista Colombiano, Teófilo Forero, assassinado em Bogotá em fevereiro de 1989.

centrou-se na chamada “zona de distensão”⁸⁷, uma zona desmilitarizada entre o governo colombiano e o secretariado das FARC para realizar os primeiros diálogos para estabelecer o acordo de paz. Sua base estava localizada em Algeciras, no Departamento de Huila, onde incluía um corredor que passava pelos municípios de San Vicente del Caguan, El Doncello e Porto Rico, dentre outras cidades vizinhas.

Figura 9 - Plano Colômbia como intervenção estrangeira



Fonte: Autor desconhecido. Sem data. Arquivo do Jornal *El Tiempo*⁸⁸.

Nesse momento oportuno para a política externa de segurança dos EUA, em 1996, é realizada, em Lima, na capital peruana, a Conferência Especializada Interamericana sobre Terrorismo e planos de ação para a Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo. Os EUA se viram na necessidade de reinventar um novo inimigo dentro do código geopolítico da prevenção com o “fim” da Guerra Fria, já que a perseguição a uma possível ameaça comunista não existia mais.

E é nesse ápice que a internacionalização do conflito armado colombiano passar a ser ainda mais impulsionada dentro dos bastidores de Washington. “Sem” a sombra da URSS, numa escala

⁸⁷ A “zona de distensão”, foi uma zona desmilitarizada em San Vicente del Caguan, no Departamento de Caquetá, concedida pelo governo do ex-presidente Pastrana (1998-2002) através da Resolução 85 de 14 de outubro de 1998, para avançar nos diálogos e no processo de paz com as FARC-EP, cujo intuito era pôr fim ao conflito armado colombiano. Essa zona foi criada em novembro de 1998 e entrou em vigor em janeiro de 1999, oito meses antes da implantação do Plano Colômbia. Compreendia uma área de, aproximadamente, 42.000 quilômetros quadrados e era composto pelos municípios de La Uribe, Mesetas, La Macarena e Vista Hermosa no departamento de Meta. A zona foi extinguida em fevereiro de 2002, meses antes do fim do mandato de Pastrana.

⁸⁸ Ver: <https://www.comisiondelaverdad.co/el-plan-colombia>. Acesso em: 13 jul. 2023.

internacional de âmbito regional, o inimigo agora é outro: os grupos de guerrilha armada de esquerda da Colômbia.

Em 1997, em processos contraditórios, nessa escalada para uma nova internacionalização do conflito armado colombiano, o ELN e as FARC foram declaradas como organizações terroristas pelos EUA⁸⁹, designação que reforçou o apoio de Washington à luta do governo colombiano contra a guerrilha. Lembrando, contudo, que essa escala internacional é de âmbito regional circunscrita na América Latina. Então, nesse período:

Londres orquestrou uma campanha para proteger o regime do presidente Ernerto Samper Pizano (1994-1998), do qual o governo Clinton nos EUA havia apontado a sua aberta convivência com os cartéis do narcotráfico. Para isto, a Câmara dos Lordes chegou a organizar uma comissão de defesa de Samper Pizano. A partir daí ocorreu uma mudança drástica na política estadunidense para a Colômbia, que, durante todo o governo Pastrana, passou a promover preferencialmente o “diálogo” com a narcoguerrilha das FARC e do ELN (EIR, 2001, p. 170).

Sobre o discurso da narcoguerrilha é importante mencionar que se trata da forma como as elites e as classes dominantes, pejorativamente, encaram esse contexto do conflito interno colombiano. A relação entre os atores das guerrilhas de esquerda e os paramilitares/narcotraficantes, que agem na ilegalidade, será determinada pelos interesses individuais. Logo, quando estes coincidem, a relação entre eles tende a ser pacífica; mas quando não, o relacionamento tende a ser tenso e violento. Como visto, nem todas as frentes das FARC foram absorvidas pelos negócios do narcotráfico.

Portanto, a ideia de narcoguerrilha, como afirmou o embaixador dos EUA Lewis Tambas durante a década de 1980 e com o reforço dos veículos de imprensa e de comunicação⁹⁰, seria que os narcotraficantes e os guerrilheiros de esquerda formavam uma sociedade estável para desestabilizar o Estado colombiano. Porém, como já apresentado anteriormente, a relação entre esses grupos está bastante conflituosa.

Assim essa ideia pejorativa foi predominando ao longo da década de 1990 com os governos dos ex-presidentes César Augusto Gaviria Trujillo (1990-1994) e Ernerto Samper Pizano (1994-1998).

⁸⁹ Disponível em: <https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

⁹⁰ Ver Penagos-Carreño (2015).

No governo de Andrés Pastrana (1998-2002) foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – “*Cambio para construir la paz 1998-2002*” para negociar com os movimentos insurgentes de esquerda. O plano, como uma espécie de “*Plano Marshall*”, presumia ampliar programas de desenvolvimento social e econômico entendendo que o combate direto com o narcotráfico era uma questão “secundária”.

Essa condição preocupou os EUA que aprovaram uma resolução para cortar de imediato a assistência antinarcóticos para a Colômbia, caso as iniciativas do ex-presidente fracassassem e os grupos guerrilheiros de esquerda intervissem no processo da erradicação militarizada nas plantações de coca. Com isso:

a “*diplomacia por la paz*” do governo Pastrana formalizou a internacionalização do conflito colombiano ao passo que solicitou a cooperação de múltiplos atores externos, no entanto, com a falta de envolvimento da comunidade internacional, sobretudo no auxílio financeiro e as dificuldades estruturais para cumprir os objetivos declarados, inviabilizou-se a estratégia inicial do governo, resultando numa relativa ineficácia. Assim, altera-se a perspectiva a ponto de recorrer a uma aliança tática com os EUA, de modo que, na busca pela resolução de seus problemas internos, adotou-se uma linguagem que os norte-americanos estariam dispostos a cooperar: o governo colombiano apresentou a Colômbia como um país “problema” que era incapaz de garantir o monopólio estatal do uso da força e promover o controle do território frente o avanço do poder do narcotráfico e das guerrilhas (MERCADANTE, 2019, p. 9).

Assim, o Plano Colômbia, embrionário desde meados de 1998 nesse joguete de interação e ação, começa a sair do papel para se sobrepor em territórios da América Latina. Sendo assim:

cinco principais fatores abriram espaço sobre a discussão e a necessidade da implantação do Plano Colômbia, sendo eles: a dificuldade do Estado colombiano de conter cartéis como o de Medellín e o de Cali e, posteriormente, os micro cartéis dispersos em regiões distintas do país; o ciclo de ampliação dos recursos econômicos provocados pela disseminação e pela intensificação do tráfico de drogas, que aumentava a violência, estendia a corrupção e, por conseguinte, engrandecia o poder dos paramilitares e das guerrilhas na Colômbia; a retirada do mecanismo de “Certificação”, sob o qual os Estados Unidos aplicavam sanções e pressões aos países latino-americanos ao mesmo tempo em que monitoravam seus estímulos no combate ao narcotráfico, caracterizando o território como uma “narcodemocracia”, depreciando a imagem da Colômbia frente ao exterior; os interesses de grupos econômicos, políticos e sociais na política de internacionalização da doutrina de aniquilação do tráfico de estupefacientes, beneficiando seus propósitos; e a necessidade de auxílio estrangeiro para encarar os confrontos nacionais (CAIXETA e MENDONÇA, 2018, p. 11-12).

Em junho de 1999, meses antes da assinatura do Plano Colômbia, ocorre uma reunião entre Richard Grasso, presidente da Bolsa de Valores de Nova York na época, e o ex-comandante Raúl

Reyes (1948-2008), um dos principais líderes e porta-voz internacional sobre os mais diversos acordos e assuntos internacionais envolvendo as FARC. Grasso proclamou que o pacto com Reyes exemplificou a estratégia de Wall Street de ser “muito agressiva na tentativa de buscar mercados e oportunidades internacionais”⁹¹. Aqui observa-se uma escala global de ordem econômico-financeira (SOUZA, 2013).

A reunião na selva amazônica, batizada como “*El abrazo de Grasso*”⁹² (ver figura 10), representou a proximidade entre os mercados financeiros de nível global e as guerrilhas das FARC. Para tanto, nessa via de mão-dupla da escala internacional, o avanço da militarização dos EUA sobre os territórios da América Latina também pode ter sido responsável por fortalecer, em parte, o mercado internacional do narcotráfico colombiano.

Figura 10 - “*El abrazo de Grasso*”



Fonte: Ancol (Fernando Ruiz)⁹³.

⁹¹ Disponível em: https://larouchepub.com/eiw/public/2008/eirv35n11-20080314/eirv35n11-20080314_046-raul_reyes_and_the_grasso_abrazo.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023; https://larouchepub.com/spanish/other_articles/2008/0401_grasso_defiende.html. Acesso em: 29 jul. 2023.

⁹² Ver EIR (2001).

⁹³ Ver: https://larouchepub.com/spanish/reir/privado/anteriores/anteriores2003/2003_21/economic.html. Acesso em: 21 jul. 2023.

A Colômbia, agora como principal país abastecedor do mercado consumidor de cocaína dos EUA, tem o seu conflito interno envolvido em uma série de elementos que passam a ser considerados como ameaças, que são identificadas pelos EUA como: a criminalidade transnacional, especificamente o tráfico de drogas e de armas; a perda de controle do Estado sobre o território; e a consequente ausência de implementação da lei, além da presença de grupos insurgentes de esquerda (HERZ, 2002).

Agora, o Estado colombiano representa um grande interesse geopolítico em termos de comércio, origem de migrantes e o efeito do conflito sobre a segurança da região andina. Ao mesmo tempo, a Colômbia passa a ser responsável por 80% da cocaína que chega aos EUA e uma dimensão cada vez maior da heroína passa a ser consumida pelos estadunidenses (op. cit., p. 87).

Portanto, em 1999, o Plano Colômbia é lançado sobre o discurso dispendioso de uma política de estratégias antinarcóticos e de erradicação (militar) de cultivos de coca, com dois componentes essenciais: um militar e outro social. Além dos EUA, contou com o financiamento da União Europeia, de países europeus de fora do bloco, Japão e algumas agências multilaterais.

Os meios de comunicação conseguiram, com sucesso, distrair a opinião pública da escalada militar em curso e os seus possíveis efeitos econômicos, sociais e ambientais com as fumigações generalizadas com glifosato⁹⁴ (ÁLVAREZ, 2002). De início, os oficiais do governo colombiano insistiram em dizer que o conjunto do Plano Colômbia seria 25% militar e 75% econômico e social. Mas, a contribuição de Washington para o Plano seria ao contrário: 80% da ajuda, entre 2000 e 2001, beneficiava os setores militar e policial (VAICIUS, 2002).

Carvalho (2010), ao verificar as bases constitutivas da reconfiguração das relações de poder na América Latina através de uma correlação de forças resultantes através de uma “recolonização x resistências”, aponta que:

Na América Latina, as relações entre Estados Unidos e Colômbia exemplificam como determinados objetivos da política externa estadunidense são alcançados com a

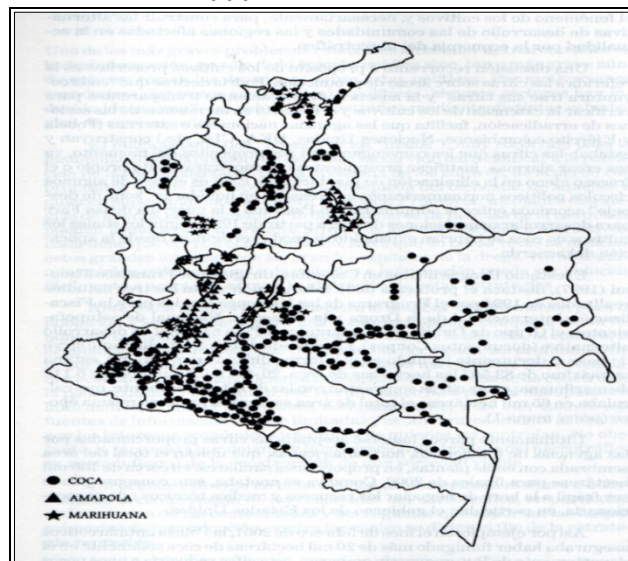
⁹⁴ El glisofato, como es un herbicida no selectivo, su utilización debe contemplar parámetros técnicos, su uso debe ser mediante aplicaciones dirigidas ya sea con mangueras o pistolas y, en lo posible, por aspersión terrestre para evitar contaminar otras especies vegetales, animales y cuencas hídricas. La fumigación aérea supondría la existencia únicamente de monocultivos ilícitos de gran extensión y ubicados en lugares de difícil acceso, suposición equivocada que ha conllevado a atacar todo tipo de cultivos de manera indiscriminada, dejando de cumplir la única función para lo cual se ha legitimado su uso: erradicar los cultivos ilícitos. Todo el entorno es afectado desfavorablemente: la flora, la fauna, el equilibrio ambiental, las cuencas hídricas, el suelo; lo que se traduce en deforestación, erosión, agotamiento de fuentes de agua, pérdida de la biodiversidad, contaminación y disminución de alimentos. En su conjunto significa deterioro de la salud y calidad de vida de los colectivos. Disponível em: <http://www.mamacoca.org/ed-especial1/tcap05.htm#fn1>. Acesso em: 07 jul. 2023. Sobre o glifosato, este será abordado no subcapítulo 4.3.

combinação de diferentes ações. O Plano Colômbia, por exemplo, materializa as políticas de combate ao narcotráfico aplicadas pelos Estados Unidos articulando, no plano interno, ações voltadas para a produção de um eficiente arsenal discursivo de combate às drogas. Para isso, justifica-se o dispêndio de um volume maior de recursos, cuja aprovação depende da capacidade do executivo em obter o apoio do legislativo (muito influenciado pela opinião pública) para aprovação de leis visando, no âmbito do Congresso Nacional estadunidense, uma maior dotação orçamentária para a indústria bélica e para empréstimos aos Estados que serão alvo da ação preventiva dos Estados Unidos (p. 134).

Com a virada do último milênio, incidem o andamento do Plano Colômbia, a partir dos anos 2000, e os impactos relacionados aos eventos nas torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 em Nova York. A nova matriz que predomina na política externa dos EUA, a doutrina de “guerra ao terror”, altera as estruturas e os processos do conflito armado que tende a reafirmar seu campo político hegemônico no hemisfério ocidental através de um reordenamento territorial para reforçar o campo militar para a capacidade de combate das forças estadunidenses e seus aliados colombianos, levando à cabo a sua internacionalização.

Para Caycedo (2005), isso se deve com a mudança de ênfase do Plano Colômbia em relação à ação contrainsurgente sob o rótulo antiterrorista. Para o autor, o Conflito de Baixa Intensidade é elevado à categoria que representa a política exterior dos EUA. O Plano Colômbia se caracteriza como um programa de erradicação de cultivos de uso ilícito (ver mapa 11) no contexto da luta antinarcóticos, “mas a nova ênfase desmantela a aparência exclusivamente antinarcóticos e desvenda a verdadeira orientação de fundo” (op. cit., p. 60).

Mapa 11 - Cultivos ilícitos na Colômbia em maio de 2000



Fonte: Defensoria do Povo.

Essa modificação no código geopolítico da prevenção, isto é, costurando intenções e ações, merece especial atenção, conforme a continuidade:

a virada à qual aludimos significa o convencimento e a decisão dos governantes de pôr fim, de maneira taxativa e definitiva, à luta armada guerrilheira. O regresso à velha postura conta agora com fatores externos de impulsão: o intervencionismo militar e a aliança estratégica implícitos no Plano Colômbia; a nova doutrina de Washington; as mudanças introduzidas pela ajuda militar, armamentista e tecnológica no quadro geral do enfrentamento. A presença de empreiteiros e mercenários estadunidenses marca um fato novo no processo atual. A ampliação da guerra aérea, que predomina sobre ações em terra, o aumento da ajuda para inteligência militar em tempo real, o desdobramento da política de “segurança democrática” em termos de rede de informantes, cooperadores e soldados camponeses, que integram e institucionalizam parte dos aparelhos paramilitares na política oficial, mostram uma modificação na estratégia, um compromisso maior e uma exigência crescente de resultados por parte das forças militares do país (CAYCEDO, 2005, p. 62).

Nesses propósitos, o Plano Colômbia foi uma das primeiras experiências militares dos EUA na América Latina no século XXI. Trata-se de um plano de reposicionamento político-militar, isto é, um plano estratégico do ponto de vista da política externa de segurança estadunidense. O Plano Colômbia tende a reafirmar o campo político hegemônico dos EUA no Hemisfério Ocidental através de um reordenamento territorial, seja para reforçar o seu campo militar, seja para expandir a capacidade de combate das Forças Armadas estadunidenses e de seus aliados.

Assim, como afirmado por Haesbaert (2006), “a ‘ordem’ vem sempre acompanhada de seu par indissociável, a ‘desordem’, que não deve simplesmente, a priori, ser combatida, pois ela pode estar sendo a manifestação de uma nova ordem, de um novo ordenamento” (p. 117). Para Carvalho (2010):

[...] no plano externo, a política estadunidense de combate ao narcotráfico se insere nos processos mais gerais de recolonização militar da América Latina e o Estado colombiano representa uma espécie de “cabeça-de-ponte” desse projeto. Através do Plano Colômbia, por exemplo, os Estados Unidos têm injetado uma quantidade considerável de recursos para a modernização do aparato bélico colombiano (cujas armas e equipamentos militares são adquiridos junto às fábricas de armamentos estadunidenses); combatem as duas guerrilhas esquerdistas atuantes no país (as FARC-EP e o ELN) que controlam uma significativa extensão do território; e ainda, conseguiram a autorização do governo colombiano para a instalação de novas bases militares no país, o que tem gerado a insatisfação dos países vizinhos que acusam a Colômbia e os Estados Unidos de iniciarem uma escalada militar na região (p. 134).

O Plano Colômbia, como instrumento de militarização, combina um arcabouço de estratégias para a acumulação de capital, reordenando a instrumentalização do espaço latino-americano, penetrando por dentro e por fora, dominando riquezas naturais e recursos humanos. Os

EUA estão “posicionando-se com tropas e equipamentos a espera do momento oportuno para passar a ofensiva” (BORON, 2012, p. 75). O remodelamento das medidas do uso dos meios de comunicação das doutrinas também sustenta essa estratégia.

Nessa vigorosa ofensiva, com o Plano Colômbia na América Latina, há um plano de reposicionamento político-militar, de médio a longo prazo, em que os aparatos militar e policial se destacam entre as sucessões de ex-presidentes estadunidenses e colombianos no poder entre os anos de 1998 e 2018 que serão expostas agora no terceiro capítulo.

3 O PLANO COLÔMBIA: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS, POLÍTICA EXTERNA DOS EUA NA COLÔMBIA E INTENSIFICAÇÃO MILITAR

Este terceiro capítulo se dedica à implementação do Plano Colômbia através da apresentação de dois documentos oficiais elaborados pelo governo colombiano em conjunto com o Departamento Nacional de Planejamento (DNP) e o Ministério da Defesa Nacional da Colômbia. O primeiro documento é de 1999, ano de início do Plano Colômbia, chamado “*Plan Colombia: plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado*” e o segundo é de 2015, ano que de maneira suspeita seria dado como o seu encerramento, denominado de “*Plan Colombia: una alianza exitosa*”. Esses dois documentos nos servem como bases metodológicas para acompanhar a evolução dos investimentos e das assistências militares e policiais ligadas ao Plano Colômbia.

Ainda de acordo com DNP, em um outro documento, intitulado “*Plan Colombia: Balance de los 15 años*”⁹⁵, o Plano Colômbia foi composto em três fases: 1) *Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado* (2000-2006); 2) *Estrategia de fortalecimiento de la democracia y el desarrollo* (2007-2009); e 3) *Iniciativa de desarrollo estratégico para Colômbia* (2010-2015).

Nesse sentido, o capítulo se subdivide em outros três subcapítulos chamados de Plano Colômbia I, Plano Colômbia II e Plano Colômbia III, em que cada um deles representa a alternância nas sucessões presidenciais dos EUA e da República da Colômbia entre os anos de 1998 e 2018. São eles, respectivamente: Bill Clinton (1993-2001) e Andrés Pastrana (1998-2002); George W. Bush (2001-2009) e Álvaro Uribe (2002-2010); Barack Obama (2009-2017) e Juan Manuel Santos (2010-2018).

O período que corresponde ao Plano Colômbia I se trata da debilidade da soberania do Estado colombiano sobre o seu território em relação aos EUA. Durante o governo Pastrana houve, de certa forma, um tímido diálogo entre o seu governo e as guerrilhas de esquerda. De início, previu-se que o Plano Colômbia seria encerrado no ano de 2005.

Logo, o período do Plano Colômbia II foi o que mais absorveu os investimentos e as assistências militares e policiais para o Plano Colômbia, muito em decorrência da política global

⁹⁵ Ver em: https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Sinergia/Documentos/PLAN_COLOMBIA_Boletin_180216.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

de “guerra ao terror” de Bush, adotada após os atentados de 11 de setembro em Nova York nos EUA, e também pela “Política de Segurança Democrática” imposta por Uribe, tendo Santos como seu Ministro da Defesa, declarando guerra aos grupos de guerrilha de esquerda na Colômbia, além de romper os diálogos de paz com elas. O código geopolítico da prevenção ganha campo no sentido de penetração dos EUA através de treinamentos sofisticados nas forças armadas e policiais colombianas, e monitoramento de bases militares em território colombiano.

O Plano Colômbia III foi o período em que houve um declínio acentuado nos fundos de investimentos do Plano Colômbia devido à crise econômica global de 2008 e a retomada de diálogos e negociações entre o governo Santos e as FARC, que se iniciou em 2012 com a formação do Acordo de Paz que foi assinado em 2016 em Havana (Cuba). Esse intervalo, de acordo com a classe de ex-presidentes apresentada, seria uma transição voltada para o encerramento do Plano Colômbia após 15 anos de execução.

Aqui também serão expostas as transformações do Plano Colômbia ao longo dos anos mencionados através de índices e dados sobre a segurança e defesa condicionadas à política externa estadunidense. Nos subcapítulos 3.2 e 3.3, alguns dados sobre a militarização do Plano Colômbia foram extraídos de materiais disponíveis pelo Monitor de Assistência de Segurança (SAM, sigla em inglês).

O SAM é um programa do Centro de Polícia Internacional (CIP) que rastreia e analisa os programas de assistência no setor de segurança e vendas de armas dos EUA em todo o mundo. Esse monitor informa sobre as tendências e questões relacionadas à assistência externa estadunidense, desde os anos 2000 até o presente ano, em que buscam promover a máxima supervisão das ajudas militar e policial, das vendas de armas e da formação de profissionais.

Além do SAM, outros gráficos, tabelas e cifras serão divulgadas por um dos principais veículos de imprensa e comunicações da Colômbia, o jornal *El Espectador*, baseado em dados do UNODC (Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito) e WOLA (Escritório de Washington para Assuntos Latino-Americanos).

3.1 Plano Colômbia I – Bill Clinton (1993-2001) e Andrés Pastrana (1998-2002): a debilidade da soberania nacional colombiana

Desde finales de 1997 el trabajo del Centro para las Políticas Internacionales en Washington comenzó a concentrarse en Colombia, ya que la ayuda militar para Colombia se estaba duplicando más o menos cada año (VAICIUS, 2002).

O Plano Colômbia nasceu em meados de 1998 quando o presidente colombiano Pastrana apresentou um pacote de ajuda social e econômica para as áreas rurais da Colômbia gerando o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com o “*Cambio para construir la paz 1998-2002*”. E em 17 de setembro de 1999, através de um acordo bilateral com o ex-presidente estadunidense Bill Clinton, é oficializada a criação do Plano. A essa parceria estamos chamando de Plano Colômbia I.

Dessa forma, as considerações sobre a execução o Plano foram discutidas primeiramente nos EUA, em Washington, sem o consenso ou a participação direta de representações e/ou associações colombianas que há décadas estavam engajadas em uma solução para o conflito interno colombiano, o que demonstra a debilidade na soberania do Estado colombiano sobre o seu próprio território antes mesmo da oficialização do Plano⁹⁶, indo de encontro com os anseios da política externa de segurança estadunidense.

O processo de preparação do Plano Colômbia desenvolveu um documento “elaborado” pelo governo colombiano em 1999 e serviu de base para a elaboração de um projeto de lei em outubro no Congresso dos EUA (*ALIANZA Act*)⁹⁷ e sua posterior aprovação – após um acordo correspondente aos procedimentos da legislação estadunidense – na forma de um “pacote de ajuda”

⁹⁶ Según diplomáticos no estadounidenses, el esbozo del “Plan Colombia” fue redactado en inglés, no en español. El programa militar (armas, entrenamiento, Infraestructura de inteligencia) se inició a finales de 1999, pero “el gobierno colombiano todavía tiene que presentar un programa coherente de inversión social” a mediados del presente año, y pocos gobiernos están “dispuestos a comprometerse con un proyecto estadounidense para limpiar su patio trasero” con el uso de medios ya conocidos por aquellos que no optaron por lo que se llama la “ignorancia intencional” (CHOMSKY, 2000, p. 10).

⁹⁷ A versão do Plano Colômbia se sustenta no projeto de lei S1758, denominado *Alliance with Colombia and the Andean Region (ALIANZA) Act of 1999*, apresentado pelos senadores republicanos Coverdell, Dewine e Glaseley frente ao Congresso estadunidense. Ver em: <https://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/oidhaco2.html#Proyecto>. Acesso em: 08 ago. 2023; <https://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/p/plan-colombia>. Acesso em: 26 abr. 2024.

que foi sancionado por Bill Clinton em junho de 2000. O Plano Colômbia tinha como previsão de encerramento o ano de 2005.

E na definição do Departamento de Estado dos EUA o “*Plan Colombia: plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado*” torna-se uma estratégia para enfrentar alguns desafios, dentre eles: a promoção do processo de paz, a luta contra o narcotráfico, a reativação da economia e o fortalecimento da democracia na sociedade colombiana (ÁLVAREZ, 2001, p. 28). De início, o custo estimado foi de US\$ 7,558 milhões, dos quais US\$ 3,525 milhões viriam da ajuda internacional e o restante deveria ser fornecido pelo governo colombiano.

Esse documento, que terá parte traduzida por nós, parte do princípio de que a Colômbia enfrenta um desafio de recuperação e da consolidação das responsabilidades do Estado como “a promoção da democracia, o monopólio da aplicação da justiça, da integridade territorial, da geração das condições para o emprego, o respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana, e a conservação da ordem pública (...) agravadas pelas forças desestabilizadoras do narcotráfico” (Gobierno de la República de Colombia, 1999, p. 129).

Sobre a questão do Estado, nesta análise, tanto a respeito das classes dominantes como das dominadas, tem o papel principal de organização nesse planejamento. Ele representa e organiza as classes dominantes a um interesse político de longo prazo e composto por várias frações de classes burguesas. Portanto:

inclusive é a institucionalidade do Estado que possui a legitimidade para definir quais grupos se beneficiarão de sua tutela, pois é capaz de conciliar ou arbitrar os interesses diferenciados das distintas frações internas da classe burguesa e, ao mesmo tempo, exercer pressão e domínio sobre as classes dominantes dos Estados periféricos e/ou de menor poder de negociação (CARVALHO, 2010, p. 29).

Com o Estado colombiano sob a tutela dos EUA, de início o referido documento, “em nome” da paz e prosperidade, pauta que seria necessário um plano de ações sustentado em dez estratégias que se vem seguir:

1. “Uma estratégia econômica que gere empregos, que fortaleça a capacidade de arrecadação do Estado e que ofereça uma força econômica viável para combater o narcotráfico (...)”.

2. “Uma estratégia fiscal e financeira que adota severas medidas de austeridade e ajuste para promover a atividade econômica e recuperar o tradicional prestígio da Colômbia nos mercados financeiros internacionais (...)”.
3. “Uma estratégia de paz voltada para acordos de paz negociados com a guerrilha (...), que também devem fortalecer o Estado de Direito e a luta contra o narcotráfico (...)”.
4. “Uma estratégia de defesa nacional para reestruturar e modernizar as Forças Armadas e as Polícias, para que recuperem o Estado de Direito e proporcionem segurança em todo o território nacional (...)”.
5. “Uma estratégia judicial e de direitos humanos a fim de reafirmar o Estado de Direito e assegurar justiça igual e imparcial para todos (...)”.
6. “Uma estratégia antinarcóticos em parceria com os demais países envolvidos em alguns ou todos os elos da cadeia (...) para combater todos os componentes do ciclo das drogas ilícitas e impedir o fluxo dos produtos desse tráfico que alimenta a violência contra a guerrilha e outras organizações armadas (...)”.
7. “Uma estratégia alternativa de desenvolvimento (...) que contemple atividades de proteção ambiental (...) para preservar as áreas de selva e acabar com a perigosa expansão de cultivos ilícitos na Bacia Amazônica e nos vastos parques naturais, que são ao mesmo tempo áreas de imensa biodiversidade e de vital importância para a comunidade internacional (...)”.
8. “Uma estratégia de participação social que visa uma conscientização coletiva (...)”.
9. “Uma estratégia de desenvolvimento humano que garanta serviços adequados de saúde e educação para todos os grupos vulneráveis (...)”.
10. “Uma estratégia de orientação internacional que obedece aos princípios da co-responsabilidade, da ação integrada e do tratamento equilibrado do problema da droga (...)”.

Essas estratégias são explicadas ao longo de cinco capítulos formando a medula espinhal do documento. Se inicia pelo panorama da economia; continua na estratégia antinarcóticos; o terceiro capítulo se dedica a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos; o quarto à democratização e o desenvolvimento social; e por fim com o processo de paz no quinto capítulo. De sua leitura, se podem coletar propostas mais concretas dentre os diferentes campos e o aprofundamento das intenções do Plano Colômbia. Segundo Álvarez (2001), na apresentação do eixo econômico pode-se considerar três aspectos principais:

- 1) na visão do governo Pastrana há uma estreita relação entre os anseios do plano e a estabilização da economia para o retorno ao equilíbrio fiscal;
- 2) o governo colombiano requer assistência financeira internacional para “consolidar suas reformas econômicas e ao mesmo tempo aumentar o fluxo de recursos para financiar o esforço militar e satisfazer as necessidades sociais para reduzir, ao mínimo, o impacto negativo da consolidação fiscal;
- 3) que o plano contribuiria na estimulação de investimentos privados para a recuperação e geração de empregos ao devolver a confiança aos investidores, permitindo um melhoramento das condições para atrair o investimento estrangeiro e promover a expansão do comércio.

Em suma, o que autor quer considerar é que o Plano Colômbia deve ser compreendido como um componente estratégico de acumulação e como condição para alavancar uma nova onda de reformas econômicas do comitê neoliberal que estava à frente da administração de Pastrana (op. cit., p. 31). Porém, será na estratégia antinarcóticos que se revela o componente militar do Plano com focos integrados e objetivos estratégicos.

Nesta parte frisa-se que o Plano em sua “missão nacional”⁹⁸ consiste em: “assegurar a ordem, a estabilidade e o cumprimento da lei; garantir a soberania nacional do território; proteger o Estado e a população civil de ameaças provenientes de grupos alçados em armas de organizações criminais; romper os laços entre esses grupos e da indústria da droga que os apoia” (ÁLVAREZ, 2001, p. 31). Para isso:

El fortalecimiento de la Policía Nacional y de las Fuerzas Armadas mediante un proceso de modernización, reestructuración y profesionalización es un paso esencial para que una y otras adquieran la capacidad de restablecer el estado de derecho y restaurar la seguridad de los colombianos en todo el país, y al tiempo impedir las incursiones de grupos

⁹⁸ O capítulo dois, relacionado às estratégias antinarcóticos, possui alguns elementos adicionais para o Plano Colômbia com o subcapítulo denominado “Declaração da Missão”.

irregulares y de grupos delictivos, especialmente los grupos asociados con el narcotráfico (Gobierno de la República de Colombia, 1999, p. 144).

Já os objetivos estratégicos partem da busca de uma redução de cultivos de plantações de coca em 50% (equivalente a cerca de 125.000 hectares na época) durante os seis primeiros anos de execução do plano, também se concentrando nas Forças Armadas para realizar essa função, especialmente em Putumayo e na parte sul do país. Não por acaso, local de grande controle territorial e número de combatentes das FARC, sendo esta ação denominada pelo governo estadunidense de “*push into Southern Colombia*” (ofensiva ao sul da Colômbia)⁹⁹.

Nunca é demais enfatizar que em meados dos anos 1990, os cultivos de coca na Colômbia se concentravam em sua maioria no departamento de Guaviare. E desde os finais de 1995, os EUA já mantinham um programa de fumigação em São José de Guaviare, se implementando de maneira significativa também na Bolívia e no Peru. Aviões que pertenciam ao Departamento de Estado voavam diariamente nesta área, aplicando glifosato sobre a vegetação de camponeses e os cocaís.

Um dos erros mais graves dos EUA em Guaviare foi fumigar durante anos sem indenizar os camponeses afetados, o que contribuiu para que o montante total de coca continuasse crescendo no país e que o centro do cultivo rumasse em direção ao sul, para o interior da selva amazônica que era controlado pelas FARC.

Além disso, entre 1995 e 1998, as FARC estavam ganhando praticamente todas as batalhas contra o exército colombiano (GALLARDO, 2005). Por esta razão, desde 1999, Putumayo era considerado o novo epicentro da coca e, portanto, essa ofensiva ao sul no início do Plano Colômbia (ver mapa 12).

⁹⁹ Ver Vaicius (2002).

Mapa 12 - Bloco sul das FARC (2015)



Fonte: Fundación Paz e Reconciliación¹⁰⁰.

Em função disso, importante comentar que Orozco (2004), mediante uma visão crítica das consequências da política antiterrorista dos EUA em relação à América Latina após o 11 de setembro de 2001, onde demonstra que a implementação do Plano Colômbia significou não só a perda de autonomia na política antinarcóticos como também sobre os assuntos do narcotráfico na luta contra-insurgente, denuncia que é necessário levar em conta que as áreas onde se concentra a ofensiva do Plano Colômbia seriam aquelas onde predomina o controle das guerrilhas insurgentes, enquanto grandes regiões produtoras de coca como Urabá Antioquia e Chocó, Córdoba e a região de Catatumbo são excluídos na fronteira com a Venezuela, locais onde o controle territorial é quase exclusivo por grupos paramilitares.

Retornando aos objetivos estratégicos, estes se baseavam nos seguintes pontos: fortalecer a luta contra o narcotráfico e desmantelar as organizações de traficantes mediante esforços integrais dirigidos pelas forças armadas; fortalecer o sistema judicial e combater a corrupção; neutralizar o sistema financeiro dos narcotraficantes e aproveitar seus recursos para o Estado; neutralizar e combater os agentes da violência aliados com os narcotraficantes; integrar as iniciativas nacionais aos esforços regionais e internacionais; fortalecer e ampliar os planos de desenvolvimento alternativo nas áreas afetadas pelo narcotráfico.

Assim, o Plano concebido dentro desses seis anos contemplou três fases de execução: na primeira fase, o "esforço judicial, policial e militar de baixo nível" terá como alvo o Putumayo e o sul (em 1 ano); na segunda fase, vai para o sudeste e centro do país (de 2 a 3 anos); e na terceira,

¹⁰⁰ Retirado de: <https://www.pares.com.co/post/las-zonas-del-bloque-sur-de-las-farc>. Acesso em: 07 jul. 2023.

os “esforços integrados” se estendem por toda a geografia colombiana (de 3 a 6 anos) (ÁLVAREZ, 2001, p. 31).

Há, todavia, os elementos básicos da estratégia antinarcóticos que compreendem ações para “assegurar a proteção da democracia e dos direitos humanos”, assim como o desenvolvimento de operações aéreas, fluviais e marítimas e o aumento da capacidade operacional das Forças Armadas através do “maior uso de operações conjuntas com a polícia antinarcóticos; fortalecer os esforços conjuntos entre a Colômbia e os EUA; melhorar a proteção das próprias forças; integrar forças para obter e analisar inteligência; aumentar o número de tropas empregadas nas operações; aumentar a mobilidade nas selvas, com ênfase nas operações aéreas e fluviais; melhorar a capacidade das unidades para realizar operações conjuntas”. E também inclui “teste e desenvolvimento de agentes de controle biológico ambientalmente seguros e confiáveis, a fim de encontrar novas tecnologias de erradicação” (Gobierno de la República de Colombia, 1999, p. 148). Em resumo:

la estrategia antinarcóticos revela que el Plan Colombia es además un plan esencialmente **militar**, que debe ser concebido como parte de una más amplia estrategia de dominación basada en el uso de la fuerza, que debe empezar en el sur de Colombia (territorio de control insurgente) y ha de extenderse en los próximos seis años a todo el país. La estrategia antinarcóticos se basa en gran medida en las lecturas que el Banco Mundial viene elaborando sobre los conflictos armados tras el derrumbe del socialismo soviético y de Europa del Este (ÁLVAREZ, 2001, p. 32. Grifo nosso).

Álvarez prossegue denunciando que essas estratégias tratam-se de uma sustentação de hipóteses das agências americanas sobre a suposta “narcoguerrilha”. E, além dessa faceta militar, o Plano possui outras caras: uma para enfrentar o questionamento do sistema jurídico e as violações permanentes dos direitos humanos por parte do Estado colombiano no marco do conflito armado social e político; outro para atender as vítimas de violência e deslocamento forçado interno (incluindo aquele gerado pelo Plano), por meio da democratização e desenvolvimento social (chamado componente social), que engloba estratégias alternativas de desenvolvimento nas regiões afetadas por cultivos ilícitos e pelo conflito armado; e por último, o Plano se refere ao “processo de negociação que busca chegar a um acordo negociado com a guerrilha com base na integridade territorial, na democracia e nos direitos humanos” (op. cit., p. 33).

O financiamento do Plano Colômbia correspondeu 63% aos setores de segurança e justiça (chamado componente militar); 21,6% correspondeu ao componente social; 14% para a política econômica; e 0,8% para o apoio ao processo de paz (ver tabela 03). Outras fontes financiadoras

revelaram que 46,6% do financiamento relacionado ao Plano foi um financiamento internacional com uma forma de “ajuda”. Até o momento, apenas o chamado componente militar parece ter sido garantido. Desse modo:

se puede entonces aseverar que el llamado carácter integral del Plan, en sentido estricto, no resulta de su autodefinición como un Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado. Más bien, en nombre de tales enunciados se está en presencia de una política antinarcóticos, que prolonga y profundiza la estrategia estadounidense en ese campo y, por esa vía, busca dividendos económicos, políticos, militares y sociales tendientes a consolidar una estrategia de acumulación de capital en marcha, acompañada de esperados cambios en el balance militar en la guerra contrainsurgente, de modificaciones en el ordenamiento jurídico existente y de un cierto componente social que posibilite la construcción de legalidad y de legitimidad. Todo ello, para desplegar un proyecto de dominación subregional estadounidense y de estabilización y reproducción del actual régimen político excluyente y antidemocrático del bloque dominante de poder en esa área (op. cit., p. 34).

Como verificado, a cooperação em segurança e justiça seria a área a receber o maior financiamento internacional. E isso adquire mais sentido e sustentação para o plano de reposicionamento político-militar quando se considera o “pacote de ajuda” dos EUA em julho de 2000 para o financiamento internacional do Plano Colômbia.

Dessa forma, o referido financiamento assumiu na prática, não somente um financiamento de guerra contrainsurgente, representando a escalada da “ajuda militar” estadunidense (ver tabela 04), mas também um financiamento do instrumento de militarização na América Latina, e por essa via, a crescente intervenção na soberania nos assuntos internos da Colômbia.

Tabela 3 - Resumo de programas do Plano Colômbia segundo fontes de financiamento¹⁰¹ (em dólares)

Área	Total	Estado	Crédito	Financiamento externo
Política econômica	1.056.75	225.92	8.13	822.70
Democratização e desenvolvimento social	1.637.31	690.66	72.16	974.49
Processo de paz	54.04	6.00	0.00	48.04
Cooperação em segurança e justiça	4.810.00	2.741.00	289.00	1.780.00
Total	7.558.10	3.663.60	369.28	3.525.22

Fonte: Álvarez, 2001.

¹⁰¹ Segundo a versão inicial. De acordo com a Equipe Nizkor, entre dezembro de 1998 e dezembro de 1999, foram elaboradas seis versões diferentes para a execução do Plano Colômbia, tanto em inglês quanto em espanhol. A versão utilizada por Álvarez (2001) é a que se torna referência, ou seja, é a versão oficialmente entregue pela União Europeia em outubro de 1999.

Tabela 4 - “Ajuda militar” dos EUA para a Colômbia (em dólares)

	1997	1998	1999	2000
Ajuda militar (Forças Armadas e polícia)	86.562.950	110.232.000	305.337.00	709.000.000

Fonte: Álvarez, 2001.

Por agora, o que queremos constatar é que a Colômbia se converteu rapidamente no principal país receptor da “ajuda militar” e assistência policial estadunidense no Hemisfério ocidental e o terceiro no mundo depois de Israel e Egito, ultrapassando a Turquia. Segundo Chomsky (2000), ainda em 1999, a Colômbia já recebia mais ajuda militar dos EUA do que toda a América Latina e o Caribe juntos.

As indicações do autor podem ser apreciadas na tabela acima. De 1997 a 1999, se apresentou um aumento considerável na “ajuda militar” em mais de três vezes. E de 1999 a 2000, a ajuda se estendeu em mais de US\$ 400 milhões adicionais, o que demonstra um grande interesse dos EUA na questão colombiana. Isso se reflete em diversos momentos, como expressado por Clinton na XXX Conferência do Conselho das Américas, realizada em maio de 2000 na cidade de Washington, afirmando que “necessita de toda a ajuda da Colômbia para ganhar a luta pela área de livre comércio das Américas para provar que liberdade e mercado livre andam de mãos dadas”¹⁰².

Meses depois, com o sancionamento do “pacote de ajuda”, 65% foi destinado à Colômbia; enquanto 21% ficou reservado para financiar as diferentes agências estadunidenses envolvidas na política externa dos EUA na região em nome da política de “guerra às drogas”¹⁰³; os restantes 14% foi distribuído entre os países da chamada “linha de frente”¹⁰⁴ (ver tabela 05).

Tabela 5 - Composição do “pacote de ajuda” dos EUA nos anos 2000 (em dólares)

Pacote total da ajuda	1.319.1
Suporte para locais de última geração nos EUA em operação no exterior (US\$ 61,3 milhões - Aeroporto Eloy Alfaro, Manta, Equador; US\$ 10,3 milhões - Aeroporto Reina Beatriz, Aruba;	116.5

¹⁰² Álvarez (2001, p. 37).

¹⁰³ A chamada “guerra às drogas” tornou-se uma cruzada transnacional a partir da década de 1970. Ainda no período da Guerra Fria, estabelece conexões um tanto improváveis com o discurso anticomunista. Ela transita do âmbito interno norte-americano, com a criminalização dos grupos sociais mais críticos às políticas conservadoras do governo dos Estados Unidos, associados ao consumo de drogas, para o âmbito externo, ao longo dos anos 1980, tendo como foco os países produtores de coca e cocaína da região andina da América do Sul (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 183).

¹⁰⁴ “El significado de primera línea - aparentemente un término del lenguaje militar- fue introducido en la ley que aprobó el paquete de ayuda para referirse a los países limítrofes con Colombia: Bolivia, Brasil, Ecuador, Panamá, Perú y Venezuela.” (ibidem).

US\$ 43,9 milhões - Aeroporto Internacional Hato, Curaçao; US\$ 1,1 milhão, planejamento e design)	
Departamento de Defesa - Região Andina - Coleta de Informações	7.0
Departamento de Defesa - Programa de Inteligência Classificada	55.3
Operações dos EUA apoiam aeronaves radares - P3	68.0
Departamento do Tesouro - Programa de Rastreamento de Drogas	2.0
Departamento de Defesa - Aeronave de Reconhecimento	30.0
Ajuda ao Peru (27 milhões para interdição; US\$ 5 milhões para desenvolvimento alternativo)	32.0
Ajuda à Bolívia (US\$ 25 milhões para interdição; US\$ 85 milhões para desenvolvimento alternativo)	110.0
Ajuda ao Equador (US\$ 12 milhões para interdição, US\$ 8 milhões para desenvolvimento alternativo)	20.0
Ajuda para outros países (Panamá, Brasil)	18.0
Transferência de ajuda para a Colômbia	860.3

Fonte: Álvares, 2001.

Dos US\$ 3.525.22 milhões oriundos do financiamento internacional para a Colômbia, US\$ 860.3 milhões são demandados pelo “pacote de ajuda” estadunidense. E podemos observar que US\$ 278.8 milhões se destinou para reforçar, e também reposicionar, a presença militar dos EUA na América Latina e no Caribe. Já os US\$ 860.3 milhões da transferência de ajuda para a Colômbia pode ser averiguado a seguir (tabela 06), conforme aprovação no Congresso em Washington.

Entretanto, o que podemos apurar é que 74% dessa transferência foi direcionado para às Forças Armadas e à Polícia Nacional, e os outros 26% foram repartidos entre os programas de desenvolvimento alternativo, administração de justiça, direitos humanos, deslocados e paz. Lembrando que, dos US\$ 519.2 milhões do total da assistência militar, US\$ 416.9 milhões (80,3%) seriam injetados no sul do país com a, já mencionada, “ofensiva ao sul da Colômbia”.

Tabela 6 - Composição da transferência de ajuda dos
EUA para a Colômbia nos anos 2000 (em
dólares)

Assistência militar	519.2
Assistência policial	123.1
Desenvolvimento alternativo	68.5
Deslocados	37.5
Direitos humanos	51.0
Reforma judicial	13.0
Estado de direito/Ministério Público	45.0
Paz	3.0
Total	860.3

Fonte: Álvarez, 2001.

Trata-se da conformação de três batalhões antinarcóticos com sede na base militar de Tres Esquinas. O restante, US\$ 102.3 milhões, foram utilizados para apoiar as operações das Forças Armadas nas áreas de interdição aérea, marítima e terrestre, e para o treinamento de militares para a reforma judicial e de direitos humanos.

Dos US\$ 642.3 milhões, somados as ajudas militar e policial, um pouco mais da metade (51%), quase US\$ 328 milhões, foram usados para envios de helicópteros. US\$ 234 milhões para adquirir 18 “Black Hawk” (16 para o exército e 2 para a polícia) e US\$ 120 milhões para 42 “Super Huey” (30 ao exército e 12 à polícia).

Para culminar, esse preparo e reposicionamento no hemifério deixa cada vez mais evidente que o Plano Colômbia se compromete a ser um instrumento de militarização estadunidense, sendo a Colômbia um dos seus principais beneficiários. Esse “pacote de ajuda”, “doador” por Clinton e “aceito” por Pastrana é, sem sombra de dúvidas, uma ação para propiciar a intervenção militar camuflada por uma hipocrisia e mascarada sob a ajuda humanitária e a precaução ao desenvolvimento social colombiano, deixando muito bem encaminhado todos os pressupostos para as futuras representações presidenciais em ambos os países.

3.2 Plano Colômbia II – A doutrina Bush (2001-2009) e as políticas de combate do governo de Álvaro Uribe (2002-2010)

O Plano Colômbia, na virada do último milênio, sofre uma reorientação para ser executado. Assim, como já apontado por Caycedo (2005), o Plano Colômbia é transmutado de uma política antiinsurgente e antidrogas e passa para a dimensão da política de “guerra ao terror” almejada pelo, então, novo presidente estadunidense eleito George W. Bush em 2001, principalmente, após os atentados ocorridos em setembro de 2001.

Porém, essa também seria uma oportunidade, altamente favorável, para o sucessor de Pastrana, Álvaro Uribe Vélez, que assumiu a presidência colombiana na segunda metade de 2002 sob discurso violento contra os grupos armados de esquerda. Aqui, denominaremos essa conexão como Plano Colômbia II.

No entanto, é preciso salientar que quase paralelo ao Plano Colômbia também estava em curso um projeto conhecido como Iniciativa Regional Andina (IRA)¹⁰⁵. Durante a administração do ex-presidente estadunidense Ronald Reagan (1981-1989), foi adotada a política de “guerra às drogas”, que se seguiu com ênfase no governo posterior de George W. Bush (1989-1992) e deu origem à Iniciativa Andina¹⁰⁶ em setembro de 1989. Anunciada no mandato de Bush (pai) para combater os produtores de coca, esse programa expandiu sua política para além da interdição das fronteiras, atuando em alguns países da América Latina e do Caribe.

Perante a isso, a Iniciativa Andina teve como principais objetivos: fortalecer a capacidade institucional dos governos da Colômbia, do Peru e da Bolívia para dismantelar os grupos de guerrilha de esquerda dedicados, sobretudo ligados ao narcotráfico; aumentar a eficiência dos operativos de segurança contra o tráfico de cocaína, sobretudo com assistência militar, para facilitar a entrada policial em zonas de difícil acesso; fortalecer e diversificar as economias dos países andinos para desestimular o cultivo de cocaína (BUONO, 2001).

Quase dez anos depois do governo de Bush (1989-1993), Bush (2001-2008), lembrando que o primeiro foi pai do segundo, segue a cartilha da política de “guerra às drogas” da Iniciativa Andina. Contudo, o nome do projeto assume, “agora”, uma característica mais refinada, a suposta estratégia de luta antidrogas passa ser atendida como de caráter regional, ou seja, os países vizinhos deveriam se preparar para os possíveis efeitos em seus territórios (PONCE, 2002, p. 254).

Em 2001, durante a III Cúpula das Américas, o governo Bush inaugura a IRA, na cidade de Quebec, no Canadá. O projeto muda apenas de nome, pois sua essência permanece. O desenvolvimento fronteiriço, dirigido pela categoria militar, forneceu equipamentos, armas, helicópteros e controles policial e militar para interceptação de drogas.

Cabe ressaltar que, em abril de 2001, Bush lançou também um dos planos de assistência mais ambicioso para toda a região andina. Foi a Iniciativa Andina Antidrogas (*Andean Counterdrug Initiative*), que previa o fornecimento de recursos para o combate ao narcotráfico na Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e Brasil. Além do Plano Colômbia, a IRA e a Iniciativa Andina

¹⁰⁵ A Iniciativa Regional Andina (IRA) vigorou durante todo o governo do ex-presidente estadunidense George W. Bush (2001-2008). A IRA foi apresentada a fim de concentrar as operações antidrogas não só na Colômbia, mas em toda a região andina, como Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e partes do Panamá e do Brasil.

¹⁰⁶ A Iniciativa Andina tinha como um dos seus objetivos aprimorar o treinamento das forças armadas sul-americanas para operações de combate às drogas com a participação de assessores do exército estadunidense sob a responsabilidade do Comando Sul.

Antidrogas aparecem como formas de intervenção militar estadunidense na América Latina. Dessa maneira, a Colômbia se destaca ainda mais no recebimento do apoio internacional em relação ao Plano voltada para segurança da região. A IRA previa, para o ano fiscal de 2002, um orçamento total de US\$ 882.3 milhões (ver tabelas 07 e 08).

Tabela 7 - Apoio internacional ao Plano Colômbia nos anos 2000 (em dólares)

Doações especificamente ao Plano Colômbia (US\$ 1.323 milhões)		
Estados Unidos	Lei de julho de 2000	860
Estados Unidos	Proposta da “Iniciativa Regional Andina”	363
Espanha	Conferência de Madrid	100
Doações que podem ser para o Plano Colômbia, mas não está claro (US\$ 151 milhões)		
Nações Unidas	Conferência de Madrid	131
Noruega	Conferência de Madrid	20
Doações ao processo de paz e não exatamente para o Plano Colômbia (US\$ 570 milhões)		
Europa		355
Japão		175
Canadá		40

Fonte: Vaicius, 2002.

Tabela 8 - Valores da Iniciativa Regional Andina em 2001 (em dólares)

Colômbia	399
Peru	206.1
Bolívia	143.5
Equador	76.5
Brasil	26.2
Panamá	20.5
Venezuela	10.5
Total	882.3

Fonte: Pagliari, 2009.

Na tabela 07, observa-se que as “doações” dos EUA que tratam especificamente do Plano Colômbia e da proposta da IRA forma as maiores. E não por acaso, na tabela seguinte, a Colômbia foi a maior receptora dos valores relacionados à IRA em 2001, primeiro ano do governo Bush.

Para Tokatlian (2002), a Iniciativa Andina, criada ao final da década 1980, reforça o Plano Colômbia e apostava em uma visão que se concentrava principalmente na repressão do negócio lucrativo das drogas nas áreas de cultivo, processamento e tráfico, que fortaleceu um cerco de intervenção em torno da Colômbia diante da eventualidade de um descontrole do conflito interno colombiano. Para tanto:

a partir da Iniciativa Regional Andina do Plano Andino (2001), uma tentativa de Bush em fornecer apoio financeiro aos países daquela região – principalmente a região ao sul do Panamá, os EUA procuraram dar assistência a seus “aliados” (Colômbia, Equador, Bolívia), persuadir aos países “duvidosos” (Peru) e pressionar os “opositores” (Venezuela, Brasil e Argentina). O objetivo era estabelecer uma política comum contra o narcotráfico na Colômbia. Em termos reais, porém, a iniciativa significou a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, folha de coca e papoula, a proibição de carregamentos destinados aos EUA e a Europa, a extradição de condenados por narcotráfico e maior vigilância nos postos fronteiriços a fim de frear a movimentação de supostos terroristas de um país e para outro, o que gerava risco à segurança nacional (VILLA e OSTOS, 2005, p. 15).

Bush imputa a guerra ao terrorismo na Colômbia rotulando apenas os grupos de guerrilha de esquerda, apontando para um retrocesso em matéria de paz e provocando ambiguidades em matéria de narcotráfico (TOKATLIAN, 2002).

De certa maneira, com a mudança de reorientação do Plano Colômbia, sua política orçamentária também sofreu com fortes impactos negativos (ver tabela 09) devido às atenções voltadas para o Oriente Médio com os grupos islâmicos, como a Al-Qaeda e Talibã, no Afeganistão, considerados como terrorista, sendo um “novo inimigo” a ser prevenido e combatido antes que os grupos armados na Colômbia, do ponto de vista estadunidense.

Tabela 9 - “Pacote de ajuda” dos EUA entre os anos 2000 e 2001 para a Colômbia
(em dólares)

Destinação	2000	2001	Total
Operações ao sul da Colômbia	512	88	600
Interceptação	238	102	341
Erradicação de cultivos	68	28	96
Cultivos alternativos	92	53	145
Proteção aos direitos humanos	45	48	93
Total do pacote de ajuda suplementária	954	318	1273
Ajuda atual	150	150	300
Total do pacote	1104	468	1573

Fonte: Equipe Nizkor, 2000.

Entre os anos 2000 e 2001, podemos verificar que, em quase todos os quesitos, houve redução na transferência de dólares para o “pacote de ajuda” para a Colômbia. Nas operações ao sul da Colômbia, essa redução foi bruscamente sentida em quase seis vezes de um ano para outro, enquanto na erradicação de cultivos, a queda foi pouco menos de duas vezes.

Diante de tal situação, em maio de 2002, o Plano Colômbia começa a ganhar contornos bem diferentes daqueles apresentados, de início, com Pastrana. Com a eleição do presidente de

extrema direita Álvaro Uribe¹⁰⁷ ocorre uma modificação no cenário político sobre as conversações do governo colombiano com a guerrilha. Sob o lema “Mão firme, coração grande”, Uribe ganha as eleições desse ano.

Uribe estava disposto a recuperar o controle do Estado sobre o território nacional adotando o denominado “*Programa Estratégico de Seguridad Democrática*”, ou também conhecido por “Política de Segurança Democrática”, se concentrando em fortalecer os aparatos oficiais de segurança, expressando um propósito de terminar com as guerrilhas de esquerda no período de quatro anos e pedindo ao povo colombiano para apoiar as Forças Armadas, a Polícia Nacional e os órgãos de segurança de Estado. Em paralelo a essa visão:

Na carta de apresentação da política de segurança democrática em 16 de junho de 2003, o presidente Uribe enfatizou que a preocupação central do governo é “recuperar a ordem e a segurança – requisito essencial para a vigência real das liberdades e direitos humanos”. O objetivo geral desta política que “é uma política de Estado de longo prazo...”, “é reforçar e garantir o Estado de Direito em todo o território, mediante o fortalecimento da autoridade democrática...” para que se possa cumprir com o propósito da segurança democrática que é “a proteção de todos e cada um dos habitantes de Colômbia”. Esta política se centra em três pilares: a proteção dos direitos de todos os cidadãos; a proteção dos valores, da pluralidade e das instituições democráticas; e a solidariedade e a cooperação de toda a cidadania em defesa dos valores democráticos, pois a participação democrática requer o desempenho de um papel ativo em todos os assuntos públicos, e na defesa das liberdades de todos (PAGLIARI, 2009, p. 171).

Assim, Uribe determinou alguns objetivos para a implementação do programa como:

- Defender a ordem democrática e o Estado de direito;
- Consolidar o controle estatal sobre o território nacional;
- Fortalecer o controle estratégico do Estado em todo o território do país com o fim que as autoridades legítimas possam exercer suas obrigações sem a obstrução e pressões dos guerrilheiros, paramilitares, narcotraficantes ou delinquentes comuns;
- Forjar em todas as forças de segurança, especialmente nas Forças Armadas e na Polícia Nacional, a mais alta capacidade profissional e elevados valores morais, éticos e cívicos.

No entanto, longe destes objetivos e da construção de “sociabilidade para a paz”, a implementação da “Política de Segurança Democrática” agravou a intervenção militar estrangeira no crônico conflito interno da Colômbia, no qual participam a polícia e o exército colombianos, os

¹⁰⁷ Em seu primeiro mandato (2002-2006), Uribe foi eleito com 53% dos votos válidos. Houve um elevado índice abstenção, considerando apenas cerca de 11 milhões de eleitores que votaram, em um total de 24 milhões.

paramilitares e os grupos guerrilheiros (FARC e ELN). O Exército e os esquadrões antidrogas foram e continuam a ser diretamente equipados e treinados em ações de contrainsurgência por parte dos EUA.

Portanto, o governo Uribe manteve-se empenhado na luta contra as drogas e contra o terrorismo, alinhando-se a doutrina de Bush e intensificando a sua aproximação com os EUA para ampliar e modernizar as forças de segurança colombianas. Com essa política, as forças armadas adotaram uma postura mais ofensiva, onde se reordenaram e se reposicionaram para o maior aprimoramento da eficiência de sua segurança e serviços de inteligência.

Logo, no primeiro ano de governo, em 2003, Uribe começa a legitimar sua política de combate às guerrilhas com a criação do Plano Patriota¹⁰⁸, sendo uma “espécie” de fase de execução do próprio Plano Colômbia. O conteúdo do Plano Patriota se tratou de um documento secreto, exclusivamente militar, com propósito de reestabelecer o pleno domínio do Estado sobre os territórios ao sul da Colômbia, onde operavam as FARC.

Além do mais, esse plano teve como principal esforço se concentrar nessas áreas fixadas como objetivos prioritários, empregando um conjunto de forças do Exército, da Força Aérea e, em algumas situações, também os elementos da Infantaria da Marinha, com a finalidade de um estrito controle territorial para desmobilizar e/ou desintegrar as frentes de guerrilha das FARC.

Para esse efeito, o Plano Patriota se concentrou nessa força tarefa na localidade de Tres Esquinas (confluência dos rios Orteguaza e Caquetá), que ficou responsável pelo comando de operações. A partir daí, operando sobre alvos de alto valor estratégico e tático, realizaram infiltrações em parte da selva, que estava sob o domínio das FARC, com o fim de recuperar progressivamente o controle do governo sobre o território nos departamentos de Caquetá, Vichada, Guaviare, Vaupes e Meta. Segundo Gallardo (2005), a princípio:

el Plan Patriota centró su acción en bloquear y cortar los corredores estratégicos que las FARC utilizaban para recibir suministros, desde la cuenca del Océano Pacífico, hacia sus bloques Sur y Oriental, así como impedir que la guerrilla controlara la parte oriental de la Cordillera de los Andes. y el centro del país, cerca de Bogotá, Cali, Medellín y otras ciudades importantes (p. 207).

¹⁰⁸ O Plano Patriota foi um plano militar na Colômbia desenvolvido durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) com o apoio financeiro dos EUA em um esforço para combater os grupos guerrilheiros das FARC-EP e o ELN. O plano foi parte da Política de Segurança Democrática implementada pelo mesmo governo.

Para cumprir tais missões, foram criadas as Brigadas Móveis para atuar na Cordilheira dos Andes com os batalhões de alta montanha. Para se chegar esse obtivo final do Plano Patriota, sempre amparado no Plano Colômbia, foram realizados os seguintes objetivos intermediários:

- Neutralizar a capacidade operacional das guerrilhas com a finalidade de que suas ações contra a população e os ataques e emboscadas à força pública desaparecessem ou diminuíssem;
- Alcançar o domínio territorial e o controle eficaz das zonas de gravitação estratégica (centro do país) e de sustentação logística e operativa das guerrilhas;
- Fortalecer a capacidade operacional das forças militares (número de combatentes, moral, treinamentos, equipamentos, apoio de fogo, transporte – particularmente aéreo –, inteligência e abastecimento) e continuar com sua reorganização para conseguir sua máxima eficácia de combate;
- Destruir e neutralizar as fontes de financiamento da guerrilha (GALLARDO, 2005).

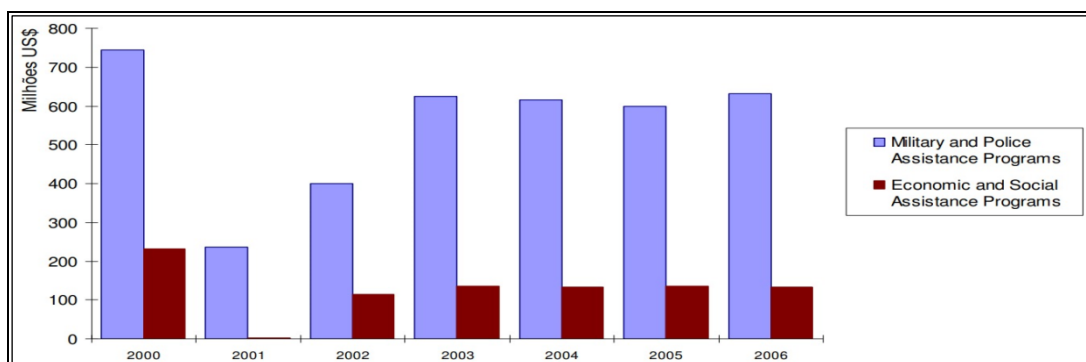
Isto posto, o objetivo final era subjugar a força de vontade da luta dos guerrilheiros, demonstrando que não havia nenhuma possibilidade de tomada de poder através das armas. Nesse intuito, o Plano Patriota foi esboçado para ser exercido em três fases:

1) Alistamento e implantação: Plano Meterero para as vias de circulação e batalhões alta de montanha; 2) Execução: Operação Liberdade, Operação “J.M.”¹⁰⁹, Força de Implantação Rápida ou *Fuerza de Despliegue Rápido* (FUDRA) e doze brigadas móveis; 3) Consolidação: desarticular as estruturas das FARC localizadas nas zonas rurais e o plano *Furza de Tarea Conjunta Omega* (FUTCO).

Toda essa nomenclatura armada durante o primeiro mandato do governo de Uribe, aumentou vertiginosamente os recursos militares e os gastos com defesa, mantendo o envolvimento, cada vez maior, da política externa de segurança dos EUA de Bush no conflito interno colombiano (ver gráfico 05). De 2003 até 2006, praticamente se manteve estável os valores destinados para as assistências militar e policial dos EUA para o Plano Colômbia, tendo como respaldo o Plano Patriota. Lembrando que o ano de 2005 seria aquele onde o Plano Colômbia se encerraria. Fato que não aconteceu.

¹⁰⁹ O general Jorge Enrique Mora Rangel, conhecido como J.M., foi quem planejou as estratégias a se seguir nas selvas ao sul da Colômbia onde se havia a maior concentração de membros das FARC-EP.

Gráfico 5 - Valores da ajuda dos EUA para a Colômbia entre 2000 a 2006
(milhões de dólares)



Fonte: Pagliari, 2009.

Conforme as próprias palavras da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, em sua ida à Colômbia em maio de 2005:

[o] Plano Colômbia formal, de cinco anos, está chegando ao fim, mas nosso compromisso com a Colômbia, não. A assistência militar, policial, judicial e econômica que estivemos provendo pôs a Colômbia no caminho de uma maior segurança, de cuidar do problema das drogas e de lidar com o narcoterrorismo de maneira eficaz (MARCELO SANTOS, 2006, p. 75. Retirado de: Folha de São Paulo, 10/7/2005).

Essa afirmação da secretária alegando a eficácia contra o “narcoterrorismo” é reforçada por Uribe quando menciona, no mesmo encontro, que “o grande inimigo da democracia colombiana é o terrorismo” (ibidem). Porém, segundo as investigações de James J. Brittain (2005), o Plano Patriota (e também o Plano Colômbia, de acordo com nossas concepções), desde a sua implementação, foi relatado como a única verdadeira aliança de poder e proficiência militar que começou a desgastar os guerrilheiros, ou seja, o que ele quer manifestar é que o que estava acontecendo não era uma guerra ou a destruição dos guerrilheiros, mas uma campanha de desinformação propagada pelo Estado colombiano.

Tratou-se de uma propaganda de direita, para esconder a verdadeira realidade do que estava ocorrendo no sul da Colômbia: uma expansão das FARC-EP, das suas bases de apoio e número de combatentes. Para Brittain (2005):

As FARC-EP, não apenas mantiveram seu poder no sul da Colômbia por meio de uma estratégia de passividade, mas também agiram para impedir certos ataques militares contra camponeses que vivem na região. A estreita relação entre o campesinato e as FARC-EP permaneceu consistente por mais de quatro décadas e é extremamente visível em grande

parte da zona rural da Colômbia. Desde o início do Plano Patriota, algumas características sociogeográficas observáveis sobre as alianças das FARC-EP com o campesinato rural mudaram. A razão para esta mudança é o fato de que a ofensiva do Plano Patriota não visa apenas os guerrilheiros, mas também sua base de apoio civil. Desde sua implementação, o Plano Patriota resultou em baixas, deslocamentos e mortes de não combatentes. Durante os estágios iniciais do Plano Patriota, o general James Hill, ex-chefe do Comando Sul do Exército dos EUA, afirmou que a campanha começou “com um ataque às áreas rurais onde os camponeses locais apóiam as FARC”. Essa declaração não apenas declarava que o Plano Patriota havia sido lançado, também deu a entender que a estratégia visava as pessoas que apóiam a necessidade de mudança sociopolítica na Colômbia. Isso foi evidenciado em reportagens de vários jornais, incluindo o *The Guardian*, que afirmou que as forças de segurança do Estado “realizaram dezenas de incursões e detiveram” pessoas no sul da Colômbia, não sob a acusação de rebelião ou assassinato, mas “por suspeita de dar comida e apoio aos rebeldes” (Tradução nossa)¹¹⁰.

Assim, como já mencionado que os militares colombianos têm um histórico aterrador de cometer abusos de direitos humanos contra não-combatentes, as FARC-EP decidiram limitar sua presença visível em áreas campesinas na esperança de diminuir os níveis de violência contra as populações rurais nas regiões extensas de suas próprias bases, conseguindo aliviar parte da pressão de seus apoiadores camponeses e indígenas. Portanto, o Plano Patriota não diminuiu a ameaça representada pelas FARC-EP. Ao contrário, a força do grupo guerrilheiro aumentou. Entre os anos de 2002 e 2004, as FARC-EP realizaram 900 ataques contra 907 nos quatro anos anteriores (ibidem).

Essas notícias falsas foram determinantes para a reeleição de Uribe em 28 de maio de 2006. Marcada por uma abstenção de 54% dos eleitores, o presidente foi reeleito com 62% dos votos, dispensando segundo turno. Essa vitória deve ser creditada muito ao Plano Patriota, dando continuidade à militarização do Plano Colômbia e ao Programa Estratégico de Seguridad Democrática. Em 2007, 14.408 militares colombianos foram treinados por instrutores

¹¹⁰ The FARC-EP, however, has not merely retained its power in southern Colombia through a strategy of passivity, but has actually moved to prevent certain military attacks against campesinos living in the region. The close relationship between the peasantry and the FARC-EP has remained consistent for well over four decades and is extremely visible throughout much of rural Colombia. Since the beginning of Plan Patriota, however, some observable socio-geographical characteristics concerning the FARC-EP's alliances with the rural peasantry have changed. The reason for this shift is the fact that the Plan Patriota offensive is not only targeting the guerrillas, but also their civilian support base. Since its implementation, Plan Patriota has resulted in noncombatant casualties, displacements and deaths. During the early stages of Plan Patriota, General James Hill, former head of the U.S. Army's Southern Command, stated that the campaign began “with an attack on rural areas where local peasant farmers support the FARC”. This statement not only declared that Plan Patriota had been launched; it also hinted that the strategy was to target the people who support the need for sociopolitical change in Colombia. This has been evidenced in reports in various newspapers including *The Guardian*, which stated that state security forces have “carried out dozens of raids and detained” people in southern Colombia, not on charges of rebellion or murder, but “on suspicion of giving food and support to the rebels” (BRITTAIN, 2005). Disponível em: <https://reliefweb.int/report/colombia/colombia-objective-reality-plan-patriota-response-subjective-propaganda>. Acesso em: 24 set. 2023.

estadunidenses, configurando-se como o país que mais teve militares treinados pelos EUA no período na região (SANTOS FILHO e CEPIK, 2020).

Nesse sentido, de acordo com o escritório de contabilidade do governo dos EUA, denominado de Government Accountability Office (GAO) (ver tabela 10), nos dois primeiros anos de reeleição de Uribe, os valores de assistências prestados ao Exército colombiano e à Polícia Nacional praticamente se mantiveram equivalentes, enquanto no ano de 2008 há uma redução acentuada nos valores injetados, chegando a baixos patamares em relação ao seu primeiro mandato.

Tabela 10 - Assistência dos EUA prestada ao Exército colombiano e à Polícia Nacional de 2000 a 2008 (em dólares)¹¹¹

Serviço/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total ^e
Exército colombiano	683.5	192.8	257.1	443.4	445.5	394.7	382.8	373.5	268.4	3,441
Aviação do Exército	^a	^a	78.0	140.8	155.2	127.5	143.2	129.6	69.7	844.1
Forças Terrestres do Exército	^a	^a	9.7	6.3	18.1	13.4	22.2	17.7	16.4	103.7
Segurança de infraestrutura	^a	^a	6.0	93.0	4.0	4.0	4.0	4.0	0.0	115.0
Interdição aérea ^b	Não programado	Não programado	14.0	8.0	7.1	0.0	4.6	18.8	10.0	62.5
Interdições costeira e fluvial	^a	^a	0.0	0.0	26.2	11.8	19.1	19.2	13.0	89.3
Outros ^c	134.9	190.9	149.4	195.4	234.8	238.1	189.7	184.4	159.2	1,676
Não alocado ^a	548.6	1.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	550.5
Polícia Nacional da Colômbia	134.3	40.0	138.8	164.5	172.2	190.9	204.5	217.6	155.0	1,417
Erradicação	^a	^a	37.4	63.7	44.2	82.5	81.7	82.0	66.5	457.9

¹¹¹ Para obter dados de financiamentos consistentes e comparáveis de cada um dos departamentos e agências envolvidas, o escritório de contabilidade do governo dos EUA se refere ao financiamento como “fornecido”, embora isso possa não ter sido obrigado ou gasto. Fontes de financiamento incluem que o Estado financiou ACI, INCLE, FMF, IMET, NADR e o financiamento antinarcóticos de defesa. Funcionários do Estado observaram que os dados de financiamento representam valores alocados, que não refletem nenhum orçamento subsequente ou reprogramação que possa ter ocorrido ou restrições impostas aos fundos pelo Congresso devido aos requisitos de certificação relativos aos direitos humanos ou preocupações ambientais sobre o programa aéreo de pulverização.

^a O Estado não alocou dotações por categoria de programa nos anos fiscais de 2000 e 2001.

^b Esta categoria aborda o programa State's Air Bridge Denial.

^c Inclui o financiamento antinarcóticos da Defesa (que teve uma média de US\$ 147 milhões entre os anos fiscais de 2000 a 2008), que não pôde alocar por categoria de programa; uma parte do Programa de Segurança de Voo Crítico do Estado; e a Defesa forneceu apoio de aviação para evacuações médicas no campo de batalha.

^d Inclui outras despesas importantes, como uma parte do Programa de Segurança de Voo Crítico do Estado.

^e Os números podem não somar devido a arredondamentos.

Serviço aéreo	^a	^a	67.5	62.3	71.2	70.0	70.5	69.0	52.5	463.0
Interdição	^a	^a	24.3	21.0	41.0	16.9	16.5	16.5	16.5	152.7
Presença policial em zonas de conflito	Não programado	Não programado	4.8	15.5	13.8	20.1	19.4	18.7	0.0	92.1
Outros ^d	18.7	0.0	4.9	2.0	2.0	1.4	16.4	31.5	19.5	96.4
Não alocado	115.6	40.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	155.6
Total	817.8	232.8	395.9	607.9	617.7	585.6	587.3	591.1	423.4	4,859.5

Fonte: United States Government Accountability Office (GAO) (2008, p. 28). Elaborado, traduzido e adaptado pelo autor.

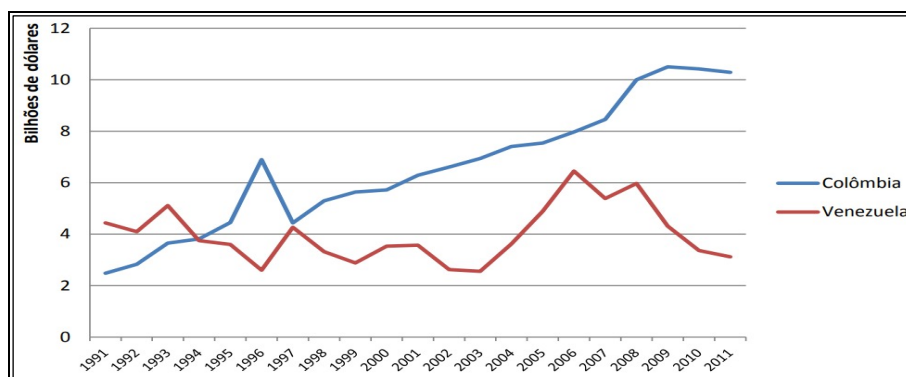
Essa variação pode ser explicada por algumas mudanças ocorridas na própria política externa dos EUA no que tange ao repasse para outros projetos de seu interesse e, principalmente, pelas dificuldades financeiras enfrentadas por Bush com a crise econômica global/neoliberal no ano de 2008, se refletindo nos dois anos seguintes do governo de Uribe e no orçamento anual para o Plano Colômbia.

Mesmo com essa variação na assistência de segurança dos EUA, a Colômbia ainda assim, de forma indiscutível, foi o principal país receptor das importações de armas e de defesa dos EUA na América Latina e no Caribe, correspondendo a 65,2% entre 2000 e 2009 (*idem*) (ver gráficos 06, 07 e 08).

Nos gráficos 06 e 07, apresentamos as comparações dos gastos de defesa e de efetivos militares entre a Colômbia e a Venezuela, devido ao fato deste último país ser considerado o “grande inimigo e ameaça” dos EUA na América Latina, além de Cuba, com a entrada de Hugo Chávez na presidência venezuelana (1999-2013) e sua sucessão com Nicolas Maduro (2013-presente). Assim, podemos comparar as extremidades entre os aliados e não-aliados dos EUA na América do Sul. Segundo Rego-Monteiro (2014, p. 203-204):

Colômbia e Venezuela seguem opções distintas em relação ao efetivo militar. A Colômbia conta com forças armadas profissionais apartadas da sociedade, em atuação permanente no conflito interno contra guerrilhas e com treinamento permanente dos Estados Unidos (86.405 militares e policiais treinados entre 1999 e 2012). Já a Venezuela possui um efetivo cerca de três vezes menor do que o colombiano, sem treinamento dos Estados Unidos (2.725 militares e policiais treinados entre 1999 e 2012, sendo que a maioria destes treinamentos ocorreu antes de 2004, depois disso foram somente 201 treinados), mas com uma política de engajamento social dos militares e mobilização dos reservistas, com a fusão povo-exército e valorização dos reservistas.

Gráfico 6 - Gastos em defesa, comparação entre Colômbia e Venezuela
(1991-2011)



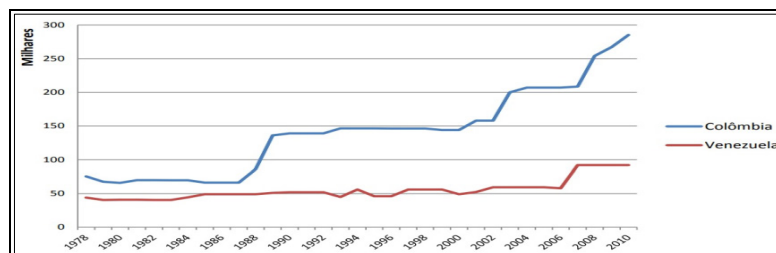
Fonte: Rego-Monteiro, 2014[b].

No gráfico 06, verifica-se uma tendência crescente de aumento dos gastos colombianos, com exceção dos anos 1996 e 1997, quando uma forte queda se seguiu a um acentuado aumento de gastos. Já a Venezuela, durante o mesmo período, oscilou entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 5,1 bilhões até 2003. De 2003 a 2006, deu início a uma aceleração dos gastos em defesa, chegando ao valor máximo de US\$ 6,5 bilhões.

No caso dos efetivos militares (gráfico 07), a Colômbia segue um crescimento constante desde a década de 1980, com saltos em 1987-1989, 2002-2003 e 2007-2008. Enquanto isso, o efetivo venezuelano permaneceu quase que igual até 2006, quando teve um acréscimo considerável. Em 1985, o efetivo colombiano era 35% maior do que o venezuelano. Em 2010, essa diferença era de 310% (Rego-Monteiro, 2014 [b]).

Importante salientar que do efetivo colombiano, cerca de 50% referia-se à Polícia Nacional, sob comando do Ministério da Defesa, enquanto no caso da Venezuela somente 25% do efetivo correspondia à Guarda Nacional, considerada como quarta força militar. De igual maneira, a diferença entre os dois efetivos estritamente militares, excluindo-se as forças policiais, era de aproximadamente 72 mil pessoas (*ibidem*).

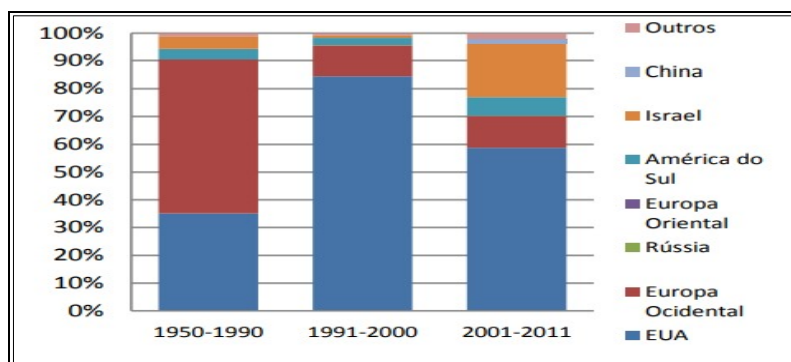
Gráfico 7 - Efetivos militares, comparação entre Colômbia e Venezuela (1978-2010)



Fonte: Rego-Monteiro, 2014[b].

Logo, o gráfico 08 evidencia o contingente da origem de armas adquiridas pela Colômbia entre 1950 e 2000. Entre 1950 e 1990, boa parte desse armamento foi proveniente da Europa Ocidental, representando quase 55%. Porém, com a Colômbia reforçando seus laços com os EUA, entre os anos de 1991 e 2000, mais de 80% das armas passaram a ser oriundas dessa parceria, caindo para pouco menos de 60% entre 2001 e 2011. Nesses mesmos anos, Israel foi o segundo maior fornecedor de armas para a Colômbia, um dos aliados incondicionais dos EUA em questões sobre a militarização no mundo.

Gráfico 8 - Origens das armas da Colômbia (1950-2011)

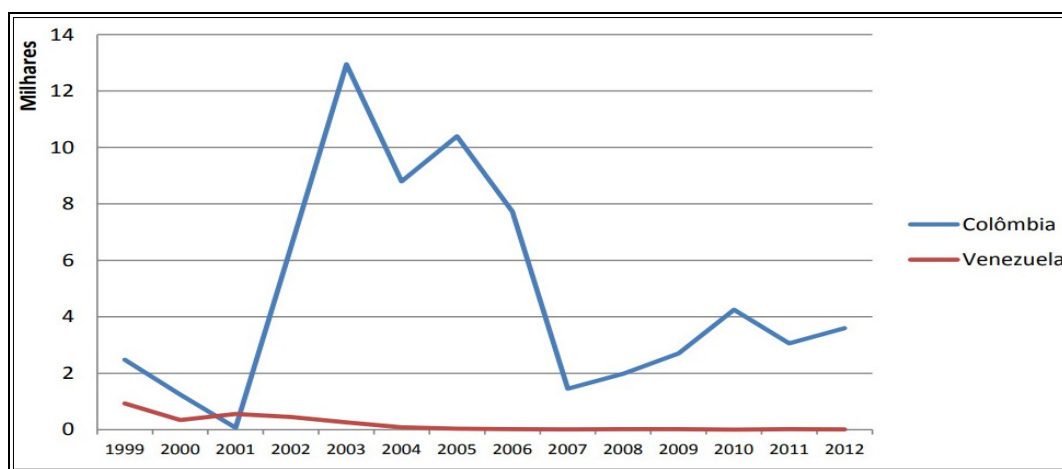


Fonte: Rego-Monteiro, 2014[b].

Conforme pode ser observado no gráfico 09, Colômbia e Venezuela continuam a apresentar opções distintas em relação aos efetivos militares. A Colômbia tem suas forças armadas profissionais apartadas da sociedade que estão em permanente atuação no conflito interno contra as guerrilhas e com treinamento constante dos EUA (86.405 militares e policiais treinados entre 1999 e 2012).

Já a Venezuela possui um efetivo cerca de três vezes menor do que o colombiano, sem treinamento dos EUA (2.725 militares e policiais treinados entre 1999 e 2012, sendo que a maioria destes treinamentos ocorreu antes de 2004, depois disso foram somente 201 treinados), mas com uma política de engajamento social dos militares e mobilização dos reservistas, com a fusão povo-exército e valorização dos reservistas (REGO-MONTEIRO, 2014[b], p. 204, apud VARGAS VELÁSQUEZ, 2008, p. 232).

Gráfico 9 - Militares treinados pelas Forças Armadas dos EUA na Colômbia e na Venezuela (1999-2012)



Fonte: Rego-Monteiro, 2014[b].

Nessa tessitura, ao longo do governo Uribe, os efetivos militares colombianos aumentaram de 203.300 em 2002 para 267.600 em 2010, enquanto a Polícia Nacional aumentou seus efetivos de 110.100 para 158.400 no mesmo período (SANTOS FILHO e CEPIK, 2020, p. 9).

3.3 Plano Colômbia III – Barack Obama (2009-2017) e Juan Manuel Santos (2010-2018): *una alianza exitosa*

Após os dois mandatos do governo Uribe, Juan Manuel Santos Calderón assume a presidência colombiana em 2010, sendo reeleito em 2014. Mesmo como Ministro da Defesa durante o período de Uribe, logo no início do seu novo mandato, os dois políticos se distanciaram

e Santos iniciou a promoção de novos diálogos para os acordos de paz entre o governo e as FARC. Entre os anos de 2012 e 2016, foram negociadas as pautas que formaram o Acordo de Paz em Havana, ponto que será mostrado no subcapítulo 4.1. Nessa lógica:

por sua vez, a partir de 2011 foi iniciado um processo de transformação militar no Exército que se estendeu para as demais forças. O objetivo declarado era preparar as forças colombianas para a nova situação pós-conflito armado. Desse modo, a transformação das instituições militares colombianas incluiu atualização doutrinária, mudanças no perfil de emprego, além de uma diminuição do número de efetivos. No total, a redução foi de 38.130 militares entre 2013 e 2017 (SANTOS FILHO e CEPIK, 2020, p. 10).

Concomitantemente a essas modificações no contexto da política de militarização do país sulamericano, também ocorreram outras nos EUA. A partir da eleição do democrata Barack Obama (2009-2017), primeiro presidente negro a assumir o cargo, o foco do governo estadunidense era combater os efeitos da crise econômica de 2008, diminuindo os investimentos da assistência militar para os outros países. Além disso, a maioria das cadeiras compostas por democratas no Congresso Nacional dos EUA passaram a exigir maiores intervenções e respeito aos direitos humanos ao invés da assistência antiterrorista. Porém:

Houve um retorno na ênfase ao combate ao narcotráfico e outras “novíssimas ameaças” na América Latina, cada vez mais vinculadas pelos militares e políticos dos Estados Unidos ao ‘bolivarianismo’ e aos conflitos econômicos e ideológicos. O governo Obama, ao mesmo tempo que apoiou a Aliança do Pacífico e governos considerados mais próximos dos Estados Unidos, como Macri na Argentina e Santos na Colômbia, considerados alternativas aos projetos do Brasil e, principalmente, da Venezuela, também procurou normalizar as relações com Cuba. Em paralelo, o aprofundamento da crise venezuelana começava a repercutir nas organizações de integração regionais. Nesse sentido, as relações com a Colômbia acompanharam a crise do multilateralismo regional na América Latina (*ibidem*).

Portanto, em março de 2015, foi apresentado pelos governos dos dois países, um documento chamado “*Plan Colombia: una alianza exitosa*”¹¹² em comemoração ao décimo quinto aniversário, fazendo uma linha do tempo de execução do plano, o que estamos nos referenciando como Plano Colômbia III. Por isso, alguns gráficos que serão apresentados irão até o ano 2014/2015, antes do final do mandato de Santos em 2018.

O documento foi fragmentado em dois: *Liderazgo colombiano* e *Liderazgo bipartidista y sostenido de los Estados Unidos*. Este último enlace engloba um tópico chamado “*Del Plan*

¹¹² Ver em: <https://online.fliphtml5.com/eaza/iunr/#p=43>. Acesso em: 10 out. 2022.

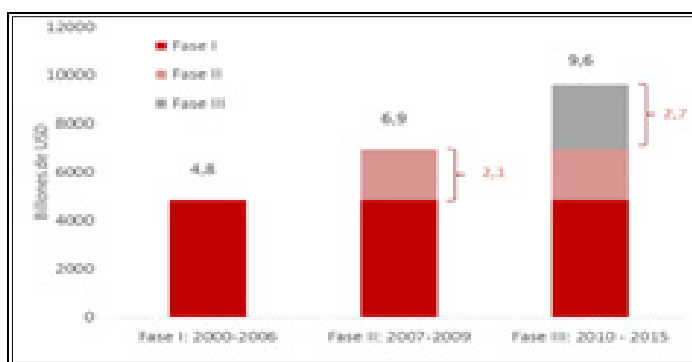
Colombia a la Nueva Colombia”, se subdividindo em outros três (*Recuperación de la seguridad; Construyendo una Nueva Colombia; El fin del conflicto armado*).

Em sua primeira página, o documento, com a assinatura de Santos, enaltece o Plano Colômbia como uma das maiores ambições e iniciativas da política exterior, bem como a aliança de maior sucesso na história recente entre os dois países, agradecendo “os esforços de homens e mulheres das Forças Armadas colombianas na luta contra o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado”.

Porém, antes de tratarmos do documento oficial mencionado, há um outro documento elaborado pelo Departamento Nacional de Planeación (DNP) intitulado “*Plan Colombia: Balance de los 15 años*”, que diz que o Plano Colômbia foi composto por três fases: 1) *Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado* (2000-2006); 2) *Estrategia de fortalecimiento de la democracia y el desarrollo* (2007-2009); e 3) *Iniciativa de desarrollo estratégico para Colômbia* (2010-2015).

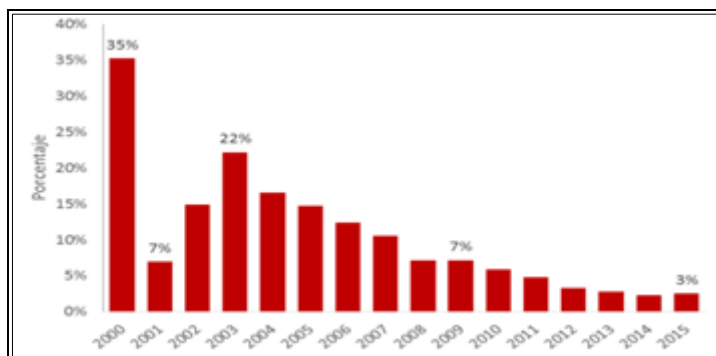
Como pode ser observado no gráfico 10, na transição da primeira para a segunda fase, boa parte dela concentrada no Plano Patriota de Uribe, é onde houve o ápice dos recursos destinados ao Plano Colômbia, enquanto no gráfico 11 temos a variação, e o declínio a partir de 2004, da cooperação dos EUA em relação ao setor de defesa da Colômbia.

Gráfico 10 - Evolução dos recursos do Plano Colômbia entre 2000 e 2015 (em dólares)



Fonte: Departamento Nacional de Planeación, 2016.

Gráfico 11 - Cooperação dos EUA para o setor de defesa da Colômbia entre 2000 e 2015 (%)

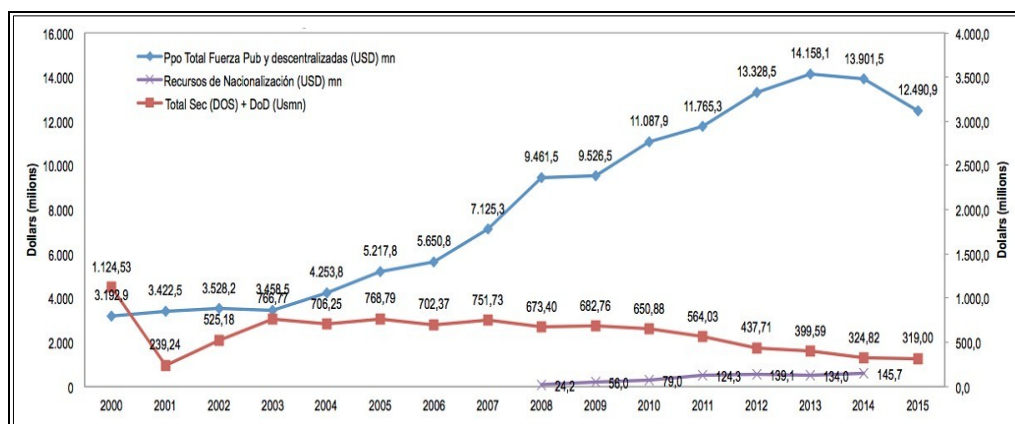


Fonte: Departamento Nacional de Planeación, 2016.

Desta maneira, voltando ao primeiro documento, os dois governos frisam que o elemento fundamental na implementação do Plano Colômbia é que os recursos provenientes dos EUA sempre têm sido um complemento aos investimentos e recursos nacionais destinados ao fortalecimento dos setores de defesa e segurança.

Assim, desde 2000 até 2015, os EUA investiram cerca de 9,6 bilhões de dólares. No mesmo período, a Colômbia destinou mais de 1,31 bilhão de dólares para financiar o funcionamento e realizar os investimentos no setor de defesa, o que representou 7% da “ajuda” dos EUA para os recursos nacionais investidos na Colômbia (ver gráficos 12 e 13).

Gráfico 12 - Cooperação dos EUA – Plano Colômbia X Recursos nacionais entre 2000 e 2015 (em dólares)



Fonte: Ministério da Defesa¹¹³.

¹¹³ Retirado de: *Plan Colombia: una alianza exitosa*.

Gráfico 13 - Cooperação dos EUA para o setor de defesa da Colômbia entre 2000 e 2015 (em dólares)



Fonte: Ministério da Defesa¹¹⁴.

No ano de 2015, os recursos de cooperação dos EUA representaram 2,5% do orçamento nacional para o setor de defesa. O ano de maior “contribuição” dos EUA ao Plano Colômbia, o ano 2000, estes recursos chegaram a representar 35%. E à medida que os recursos de apoio dos EUA ao Plano Colômbia vinham se reduzindo, de maneira gradual, os recursos do orçamento nacional destinados ao setor de defesa e segurança aumentaram constantemente, passando de 3 bilhões de dólares em 2000 a 14 bilhões em 2013 e 12 bilhões em 2015.

Também é importante assinalar que, desde os anos 2000, empresas privadas estadunidenses foram fundamentais para o desenvolvimento do Plano Colômbia com a coalizão de entidades como a Aliança de Negócios Estados Unidos-Colômbia (U.S-Colombia Business Partnership), o Conselho das Américas, o Conselho de Relações Internacionais, o Diálogo Interamericano, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, dentre outros mais.

Portanto, mais um detalhe relevante do Plano Colômbia foi o “compromisso e apoio da sociedade civil, do setor privado nacional e estrangeiro na Colômbia” (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 10), isto é, além do aumento do orçamento nacional para o setor de defesa e segurança, o governo colombiano impôs aos cidadãos e as empresas com maiores rendimentos a pagar impostos adicionais para fortalecer as Forças Armadas e a Polícia Nacional, bem como reforçar os investimentos de programas econômicos e sociais nas zonas de conflito. A seguir alguns desses aportes:

¹¹⁴ Retirado de: *Plan Colombia: una alianza exitosa*.

- 1) Bônus de solidariedade para a paz (1999-2000): foram arrecadados 613 milhões de dólares para a realização de investimentos sociais e de infraestrutura de grandes proporções em zonas de conflitos.
- 2) Imposto para preservar a segurança democrática (2002-2003): nesse período arrecadou-se 922 milhões de dólares. Foi criado, principalmente, para providenciar imediatamente recursos para as Forças Armadas, a Polícia Nacional e os demais órgãos do Estado que interviram na guerrilha armada.
- 3) Imposto de renda (2004-2006): arrecadação de 593 milhões de dólares. Em agosto de 2003, o governo colombiano aprovou um imposto extraordinário sobre a riqueza/fortuna com o propósito de arrecadar recursos adicionais para dotar as Forças Armadas de maiores e melhores capacidades para combater o terrorismo, o narcotráfico e o crime organizado. Esse imposto recaiu, inicialmente, sobre pessoas físicas e jurídicas, cujo imposto de renda eram superiores a um milhão de dólares (taxa de câmbio de 2003). Novamente se recebeu apoio explícito do setor privado para o seu procedimento no Congresso.
- 4) Imposto de renda (2007-2010): arrecadação de 4 bilhões de dólares. No ano de 2006, com outra aprovação do Congresso Nacional, o governo colombiano decretou o financiamento de investimentos adicionais para o fortalecimento das capacidades contra o crime organizado Forças Armadas e da Polícia Nacional. O imposto também foi arrecadado entre pessoas físicas e jurídicas, porém com rendas líquidas superiores a 1,5 milhão de dólares.
- 5) Imposto de renda (2011-2014): arrecadação 9 bilhões de dólares. Em 2010, mais uma aprovação é imputada pelo Congresso Nacional colombiano. Esse novo imposto de renda foi para continuar o processo de fortalecimento das Forças Armadas e da Polícia Nacional. O imposto arrecadado, entre pessoas físicas e jurídicas, foi de renda líquida superior a 500 mil dólares. O governo previa arrecadar cerca de 22 bilhões de dólares entre 2015 e 2018. Boa parte desse recurso se destinou ao aumento das Forças Armadas e da Polícia Nacional, que desde 2003 vinham crescendo para mais de 50.000 efetivos no caso das Forças Armadas e mais de 80.000 no caso da Polícia Nacional (*Plan Colombia: una alianza exitosa*, 2015, p. 10-14).

Com todos esses impostos, podemos chegar a conclusão de que a sociedade colombiana, em seu conjunto, em especial trabalhadores e empresas de “maiores rendas”, entraram em um estrangulamento tributário para financiar os orçamentos nacionais, o que não exclui o Plano Colômbia. O total de impostos diretos e indiretos arrecadados à níveis nacional e territorial, como

porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), o que denominaram de pressão fiscal, aumentou de níveis de 14% (2000) para 20% (2013).

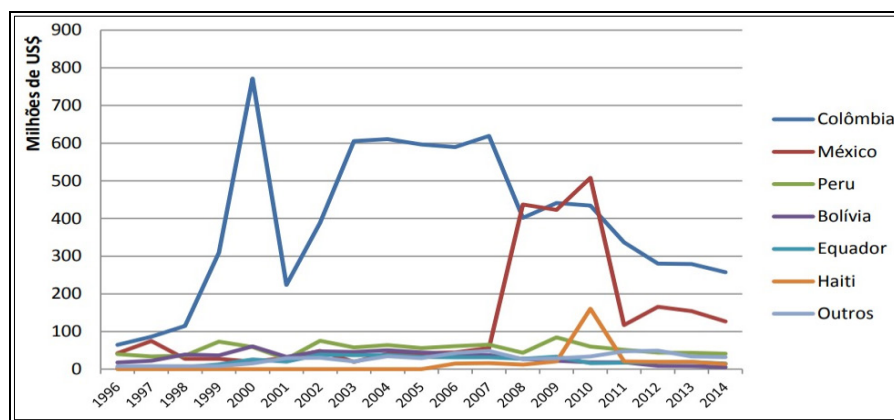
Logo, o assunto final da primeira parte do documento, firmado entre Santos e Obama, se refere primeiramente, não por acaso, aos investimentos para o fortalecimento das capacidades da Força Pública. Os recursos gerados através da arrecadação de impostos, envolvendo pessoas físicas e jurídicas, mais uma vez é mencionado como um dos aportes para o fortalecimento das capacidades das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

Em termos gerais, do imposto de renda, aproximadamente, 2/3 dos recursos se destinaram aos investimentos e 1/3 para o seu funcionamento (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 14). Assim, conforme descrito no próprio documento, as principais áreas de investimentos estão relacionadas ao/à:

- aumento do efetivo de tropas;
- fortalecimento da capacitação de inteligência e investigação criminal;
- fortalecimento da capacitação para o controle territorial e a desarticulação de grupos terroristas/criminais: mobilidade (aérea, terrestre, fluvial e marítima), construção de bases militares e estações de polícias, combate noturno e aéreo, operações especiais, equipamentos e doação);
- fortalecimento de capacitação estratégicas;
- bem estar das tropas (sanidade, reabilitação, oradia, educação e recreação);
- nacionalização de equipes, sistemas, centros de treinamentos e centros logísticos/manutenção (*PLAN COLOMBIA: UNA ALIANZA EXITOSA*, 2015, p. 14).

Dessa forma, por meio de arrecadação de impostos e os constantes investimentos aplicados no setor de defesa e segurança para a permanência do Plano Colômbia, mesmo com a redução da “ajuda financeira” da política externa estadunidense ao longo dos anos, ainda assim a Colômbia foi um dos principais países a receber assistência militar e policial dos EUA na América Latina entre 1996 e 2014 (ver gráfico 14).

Gráfico 14 - Assistência militar e policial dos EUA para os países da América Latina (1996-2014)



Fonte: Rego-Monteiro, 2014 [b].

Entre 2007 e 2010, o México ultrapassa e alterna com a Colômbia devido à implementação da Iniciativa Mérida¹¹⁵, medida lançada entre os governos do México e dos EUA para combater o narcotráfico mexicano inspirada no Plano Colômbia.

Contudo, essa primeira parte do documento finaliza com os tópicos: “fortalecimento do tecido social”, ligados as redes e programas de apoio social, e “transparência e prestação de contas”. Em relação a este último, foram realizadas “sessões públicas de prestação de contas” e “comitês de ética e transparência”. Essas sessões públicas nada mais eram do que sessões televisionadas, e muitas das vezes ao vivo para todo o país, com o fim de manipular a população sobre as estratégias de segurança, bem como dos números dos orçamentos e investimentos utilizados para fortalecer a capacitação das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

¹¹⁵ Em junho de 2008, o presidente dos EUA, George W. Bush, e do México, Felipe Calderón, concordaram com a Iniciativa Mérida (conhecida como Plano Mérida ou Plano México). Como na Colômbia com o Plano Colômbia, o objetivo da assistência inicial dos EUA era erradicar o cultivo de drogas, interceder na carga de drogas, combater o narcotráfico e prender criminosos. Calderón também persuadiu o Congresso mexicano a aceitar um aumento de 24% no orçamento da segurança para 2007. De acordo com autoridades estadunidenses, as ações e iniciativas de Calderón, como a recente extradição de vários grandes traficantes de drogas para os EUA, demonstrou um novo nível de compromisso com o combate ao narcotráfico. O Plano Mérida foi dado como mais um tratado internacional de segurança estabelecido pelos EUA para combater o narcotráfico e o crime organizado. Bom lembrar que o início do Plano Mérida foi executado no período do governo de Barack Obama. O que também é importante dizer é que, embora o Plano Mérida tenha uma concentração no México, a ajuda financeira dos EUA se estendeu a países da América Central e do Caribe, como Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Haiti e República Dominicana. No entanto, esses países nunca receberam e até hoje não receberam nem a metade do que os Estados Unidos investiram no México. Em 2021, os dois países anunciaram o “fim” da Iniciativa Mérida, resultando em uma “nova” aliança sobre defesa e segurança, chamada agora de Entendimento Bicentenário. Ver mais em: https://www.revcienciapolitica.com.ar/num10art3.php#_ftn1. Acesso em: 18 out. 2023.

Em 2007, ainda como Ministro da Defesa Nacional, Santos decidiu implementar os “comitês de ética e transparência” para a prestação de contas sobre o imposto de renda. Estes comitês reuniam periodicamente representantes dos principais setores econômicos do país com a intenção do Ministério da Defesa apresentar uma “atualização” dos diferentes projetos para a capacitação das Forças Armadas e da Polícia Nacional financiados com os recursos oriundos do imposto de renda.

Então, paralelo a esta passagem, na segunda parte do documento, *Liderazgo bipartidista y sostenido de los Estados Unidos*, afirma que, desde o início, o Plano Colômbia se trata de um plano bipartidário, materializando-se na aprovação de orçamentos de cooperação na faixa de 10 bilhões de dólares (2000-2015), levando a creditarem esses montantes para maior ação militar ou para maiores investimentos no “pós-conflito”¹¹⁶.

Esse tipo de recurso foi destinado a apoiar as estratégias de segurança e o fortalecimento institucional desenhadas e implementadas pelos diferentes governos tanto da Colômbia como dos EUA. Dessa forma, os recursos de cooperação marcados pelo Plano Colômbia foram investidos prioritariamente no fortalecimento das seguintes capacitações das Forças Armadas e da Polícia Nacional:

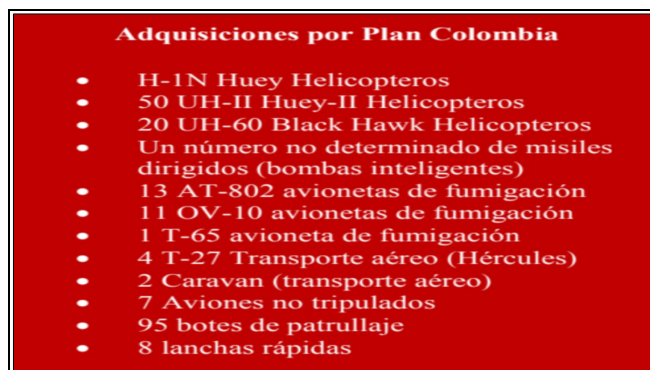
- Mobilidade aérea: aviões e helicópteros que permitiam o transporte de tropas para melhorar a capacidade de respostas em um eventual ataque. A Colômbia passou de 35 helicópteros em 1999 para mais de 200 em 2014, o que a constitui como a segunda maior frota de helicópteros do Hemisfério Ocidental, atrás apenas dos EUA.
- Erradicação de cultivos ilícitos e interdições de drogas (aérea, marítima, terrestre e fluvial).
- Treinamento e capacitação: profissionalização de soldados, contraguerrilha, treinamento de forças especiais, pilotos de avião e helicópteros, antisequestro, antiextorsão, antinarcóticos, inteligência, logística e manutenção de diversos equipamentos e sistemas.
- Inteligência: equipamentos e sistemas de inteligência e vigilância.
- Centro de treinamentos e manutenções (*PLAN COLOMBIA: UNA ALIANZA EXITOSA*, 2015, p. 20).

Em outros aspectos, no mesmo período, as brigadas móveis passaram de 3 para 36, se criaram 8 batalhões de alta montanha e 52 esquadrões móveis. As Forças Armadas contavam com

¹¹⁶ A palavra pós-conflito está posto entre aspas por nós devido ao fato de confrontarmos essa ideia colocada pelas autoridades colombianas ao decorrer do capítulo IV, já que após a assinatura do Acordo de Paz de 2016 o conflito interno colombiano continua.

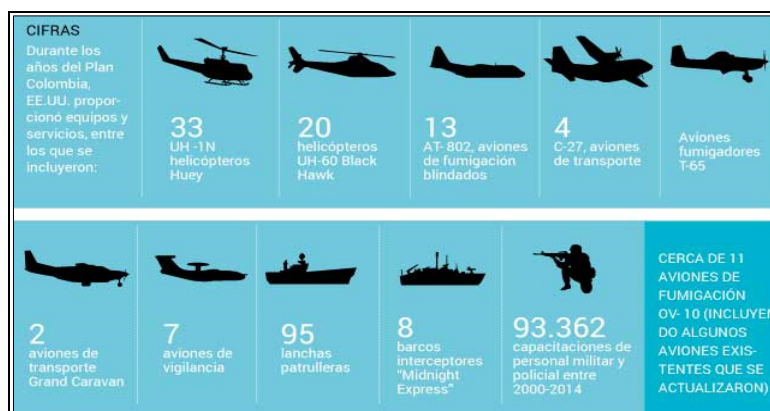
51 batalhões de treinamentos e instruções, mais de 600 instrutores e 35 pistas de treinamentos (ver figuras 11 e 12). Para além, a Colômbia passou de menos de 23.000 soldados em 1998 para mais de 88.000 em 2014 (DNP, 2016).

Figura 11 - Aquisições do Plano Colômbia entre 1999 e 2014



Fonte: Departamento Nacional de Planeación, 2016.

Figura 12 - Cifras do Plano Colômbia em 2015 (Jornal *El Espectador*)



Fonte: WOLA e UNODC¹¹⁷.

Segundo descrito no documento, a medida que havia o fortalecimento das capacitações nacionais e a diminuição do orçamento de cooperação do Plano Colômbia, os governos dos dois países desenvolveram um processo gradual de transferência de responsabilidade sobre a operação e manutenção de diferentes componentes de apoio.

¹¹⁷ Retirado de: Reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.

Esse processo, como uma “devolução de soberania do território” dos EUA para a Colômbia, foi chamado de “nacionalização”. Desde 2008, a Colômbia destinou mais de 700 milhões de dólares para financiar o processo de nacionalização, passando de 24 milhões de dólares em 2008 para 145,7 em 2014 (ver tabela 11).

Tabela 11 - Recursos destinados ao processo de “nacionalização” do Plano Colômbia entre 2008 e 2014

Ano	Milhões de dólares
2008	\$ 24,2
2009	\$ 56,0
2010	\$ 79,0
2011	\$ 124,3
2012	\$ 139,1
2013	\$ 134,0
2014	\$ 145,7
Total	\$ 702,3

Fonte: Ministério da Defesa, 2015¹¹⁸.

Chegando ao tópico “*Del Plan Colombia a la Nueva Colombia*”, o Plano Colômbia é declarado como “un elemento fundamental de cada una de las políticas y estratégicas de seguridad y fortalecimiento institucional del gobierno colombiano de ese siglo” (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 24).

Logo, este mesmo tópico é dividido em outras três partes. Inicia-se pela “recuperação da segurança”, mostrando alguns números em relação aos combates apenas com os grupos armados de esquerda, como as FARC e o ELN. Por exemplo, em conformidade com o Ministério da Defesa da Colômbia, “depois de 15 anos de uma ofensiva sustentada por parte das Forças Armadas, as FARC passaram de 25.000 homens armados aos finais dos anos 1990 para 6.000 na atualidade. O ELN, por sua vez, passou de 5.000 para 1.200” (idem, p. 25). Esses números serão contestados no item 4.4 com os falsos positivos de Uribe.

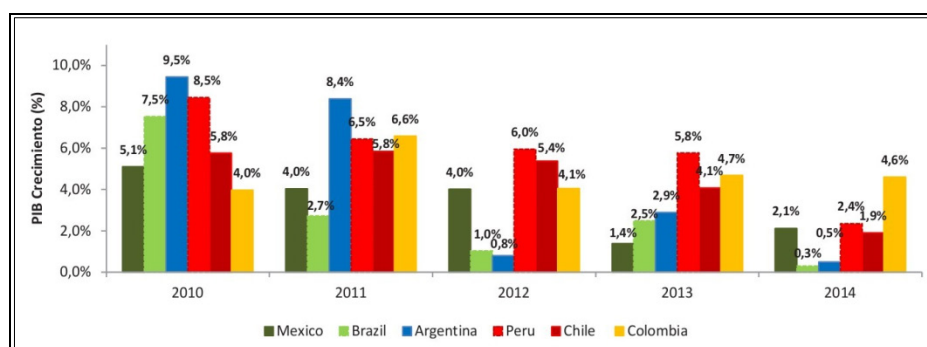
A segunda subseção deste tópico, *Construyendo una Nueva Colombia*, aponta, através de um discurso fantasioso, para a “recuperação da segurança, do fortalecimento das instituições democráticas e o aumento da presença territorial do Estado que tiveram impactos positivos na criação de um ambiente favorável para os investimentos e o crescimento econômico”. Em 2013,

¹¹⁸ Retirado de *Plan Colombia: una alianza exitosa* (2015).

ocorre a adesão da Colômbia à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Colômbia deixou de ser a quinta maior economia da América Latina e do Caribe nos anos 2000 para se tornar a terceira maior à nível regional, depois do Brasil e do México. O setor privado representou cerca de 75% da economia colombiana no mesmo período. O crescimento do PIB do país esteve associado, junto à acumulação de capital, reformas tributárias, ao neoliberalismo e aos incrementos dos setores privados, passando de 230 bilhões de dólares em 2000 para 307 bilhões em 2014 (ver gráfico 15).

Gráfico 15 - Crescimento do PIB entre 2010 e 2014 (em porcentagem)



Fonte: Ministerio de Defensa, 2015.

Assim, na passagem a seguir, perceberemos o quanto os conceitos de rede, território e escala, com os códigos geopolíticos, são mais que determinantes para a apropriação do espaço e de recursos naturais para o poder do capital e a manutenção do Plano Colômbia como um plano de reposicionamento político-militar que vem ocorrendo desde o início da sua execução. A princípio:

dentro desse crescimento de investimentos, o setor de mineração e energia merece um capítulo à parte. Na medida que se recuperou a segurança e a presença estatal ao longo do **território**, se abriram oportunidades de **exploração** e aproveitamento dos **recursos naturais** que antes eram inviáveis. Adicionalmente ao melhoramento das condições gerais de segurança, nossas **Forças Armadas**, com a **cooperação dos EUA**, desenvolveram capacidades para a **proteção** da infraestrutura vial e energética do país. Se criaram unidades especialmente dedicadas e equipadas com **meios tecnológicos** para a **vigilância** e o **monitoramento** da infraestrutura, assim como meios de mobilidade para uma resposta mais rápida e efetiva, ajudando a **prevenir** possíveis ataques. Este processo foi acompanhado com uma reforma estrutural à institucionalidade do setor, a qual foi determinante para a atração de investimentos e o desenvolvimento de um dinâmico setor de mineração e energia. Como resultado, em menos de 15 anos, a Colômbia se converteu em uma **potência regional** de mineração e energia. [...] De fato, de acordo com o World Economic Forum, Colômbia é o primeiro país da América Latina e o sétimo em **nível global** no índice de desempenho da infraestrutura geral de energia. [...] Com este fim,

viemos trabalhando para consolidar **interconexões**, tanto com a América Central e América do Norte, via Panamá, como com a **Região Andina**, com o objetivo de **conectar** as Américas desde o Chile até a Califórnia. [...] O país conseguiu consolidar uma **rede** de acordos comerciais que lhe permite chegar com preferências a 1,5 milhão de **consumidores** dos EUA, União Europeia, Suíça, Canadá, México, Peru, Chile, Mercosul, Aliança do Pacífico, Coreia do Sul, Japão, entre outros. Como resultado desses esforços, nosso comércio exterior se multiplicou por cinco, alcançando níveis de aproximadamente 120 bilhões de dólares em 2014 (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 31-32. Tradução e grifos nossos¹¹⁹).

E por último, a terceira parte do tópico especificado e encerrando o documento geral, *El fin del conflicto armado*, expõe o reconhecimento do apoio e respaldo dos EUA ao Plano Colômbia, bem como da União Europeia, de outros países europeus de fora do bloco, do Canadá e do Japão. Organizações de apoio político e econômico como a Mesa de Coordenação e Cooperação Internacional para a Colômbia, conhecida como “Grupo de Cartagena”, também são agraciados pelo governo colombiano pelas parcerias bilaterais e multilaterais. Portanto, o documento é finalizado de forma irônica como se o conflito armado colombiano tivesse sido finalizado após os 15 anos de execução do Plano Colômbia. Segue o parágrafo:

Não há dúvidas, que um acordo do fim do conflito armado será a conclusão bem sucedida destes 15 anos de esforços, sacrifícios e trabalho em conjunto. Tal como recebemos seu respaldo para fortalecer as capacidades das nossas Forças Armadas e nossas instituições democráticas, esperamos que essa etapa final também contemos com seu impagável apoio para conseguir uma adequada transição pós-conflito e começar assim a construção, na próxima geração de colombianos, de uma paz estável e definitiva. Obrigado de novo. Somos exitosos, somos aliados (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 41. Tradução nossa¹²⁰).

¹¹⁹ Dentro de este crecimiento de la inversión, el sector minero y energético merece un capítulo aparte. A medida que se recuperó la seguridad y la presencia estatal en todo el territorio, se abrieron oportunidades para la exploración y el uso de recursos naturales que antes eran inviables. Además de mejorar las condiciones generales de seguridad, nuestras Fuerzas Armadas, con la cooperación de Estados Unidos, desarrollaron capacidades para proteger la infraestructura vial y energética del país. Se crearon unidades especialmente dedicadas y equipadas con medios tecnológicos para la vigilancia y monitoreo de infraestructuras, así como medios de movilidad para una respuesta más rápida y efectiva, ayudando a prevenir posibles ataques. Este proceso estuvo acompañado de una reforma estructural de las instituciones del sector, que fue decisiva para atraer inversiones y el desarrollo de un sector minero-energético dinámico. Como resultado, en menos de 15 años, Colombia se ha convertido en una potencia minera y energética regional. (...) De hecho, según el Foro Económico Mundial, Colombia es el primer país de América Latina y el séptimo a nivel mundial en el índice general de desempeño de infraestructura energética. (...) Para ello venimos trabajando en consolidar las interconexiones, tanto con Centro y Norte América, vía Panamá, como con la Región Andina, con el objetivo de conectar las Américas desde Chile hasta California. (...) El país logró consolidar una red de acuerdos comerciales que le permite llegar a 1,5 millones de consumidores en EE.UU., Unión Europea, Suiza, Canadá, México, Perú, Chile, Mercosur, Alianza del Pacífico, Corea del Sur, Japón, entre otros. Como resultado de estos esfuerzos, nuestro comercio exterior se multiplicó por cinco, alcanzando niveles aproximados de 120 mil millones de dólares en 2014 (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 31-32).

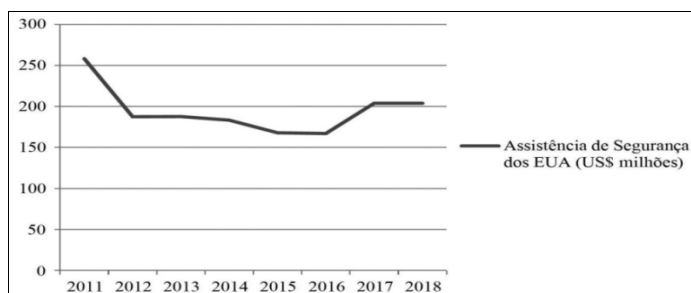
¹²⁰ No hay duda de que un acuerdo para poner fin al conflicto armado será la culminación exitosa de 15 años de esfuerzos, sacrificios y trabajo conjunto. Así como recibimos su apoyo para fortalecer las capacidades de nuestras

Este documento começa a dar por concluído o fim do conflito armado colombiano e uma possível paz com o desenvolvimento de um acordo com as guerrilhas de esquerda. Em decorrência disso (ver gráfico 16):

no que se refere aos valores da assistência na área de segurança, percebe-se uma continuação da tendência de queda, de US\$ 305,3 milhões em 2010 para 187,5 milhões em 2012. A partir de 2013 houve estabilização nos valores, chegando a US\$ 203,9 milhões em 2018. Predominou a assistência antinarcóticos nos valores repassados para a Colômbia, equivalente a 77,5% do auxílio norte-americano. Em relação ao número de militares colombianos treinados, houve uma significativa redução, passando de 4.249 em 2010 para 1.524 em 2018. Por outro lado, apesar de ter continuado a ser o principal país da região a receber treinamento de instrutores dos EUA, em termos relativos, houve uma diminuição importante na sua posição, sendo responsável por 31,8% do total regional. No que tange à aquisição de armamentos e demais equipamentos militares pela Colômbia, dois fatos se destacaram. Em primeiro lugar, apesar de os EUA terem continuado a ser o principal fornecedor, percebeu-se nitidamente uma diversificação de parceiros comerciais. Enquanto em 2010 eram responsáveis por 65,2% das importações de material de defesa, passaram a responder por 35,2% em 2018. (SANTOS FILHO e CEPIK, 2020, p. 11).

E uma última reflexão com relação a este assunto, Boron (2012, p. 91) afirma que contrariamente as ilusões que brotaram ao calor da “Obamamania”, a presidência do ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2009 não se desviou nem um pouco do caminho trilhado por seus antecessores reacionários. Obama assinou, junto com a de Uribe, o tratado pelo qual a Colômbia cedeu o uso de sete bases militares aos EUA. No ano de 2016, foi a vez de Santos receber o prêmio, no mesmo ano do Acordo de Paz realizado em Havana (Cuba).

Gráfico 16 - Variação da assistência de segurança dos EUA para a Colômbia (2011-2018)



Fonte: Santos Filho e Cepik, 2020¹²¹.

Fuerzas Armadas y nuestras instituciones democráticas, esperamos que en esta etapa final también cuentemos con su invaluable apoyo para lograr una adecuada transición al posconflicto y así iniciar la construcción, en el próxima generación de colombianos, de una paz estable y definitiva. Gracias de nuevo. Somos exitosos, somos aliados (MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p. 41).

¹²¹ Retirado de: Security Assistance Monitor.

O Acordo de Paz assinado em 2016 entre o governo colombiano de Santos e as FARC não só ocasionou mais tensionamentos no conflito armado colombiano, como também proporcionou uma gama de desafios a serem enfrentados por sua sociedade que, por muitas décadas, vem convivendo com graves problemas socioespaciais.

4 “QUINZE ANOS” DO PLANO COLÔMBIA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Figura 13 - “Quinze anos” do Plano Colômbia



Fonte: Leo Parra.

Na figura 13, podemos observar na charge acima (da esquerda para a direita) os ex-presidentes colombianos Santos, Uribe e Pastrana, seguidos pelos ex-presidentes estadunidenses Bill Clinton, Obama e Bush comemorando o décimo quinto aniversário do Plano Colômbia e, como consequência, o seu encerramento. E ao fundo, temos o Tio Sam utilizando uma nota de dólar enrolada que, supostamente, estaria sendo utilizada para inalação de uma substância similar à cocaína.

Essa “comemoração” entre os governos de ambos os países se deve à finalização do Plano Colômbia com assinatura do Acordo de Paz que seria efetuado em 2016 entre o governo colombiano de Santos com as FARC. Após a assinatura, esse período começa a ser referenciado como uma espécie de “pós-conflito”, como se o fim do Plano Colômbia significasse também o fim das guerrilhas na Colômbia.

Porém, após a assinatura do Acordo de Paz, ocorreram uma série de eventos que implicaram ainda mais sobre o conflito interno colombiano. Portanto, de maneira proposital, as palavras “quinze anos” no título desse capítulo estão entre aspas como forma de alertar sobre essa finalização do Plano Colômbia em 2015.

O objetivo deste último capítulo é se concentrar sobre os assuntos relacionados às contradições do Plano Colômbia e os desafios em relação à sua implementação, evidenciando tais

paradoxos e os obstáculos. Se tratam de contradições e desafios sobre diversos e dos mais complexos a serem encarados e superados tanto pelo próprio Estado colombiano quanto por sua sociedade civil afim de amenizar os efeitos negativos do seu conflito interno, já que foi implicado diante do processo de militarização da política externa de segurança e defesa dos EUA nas duas primeiras décadas do século XXI na América Latina.

Assim, iniciamos este capítulo abordando os principais tópicos que foram estabelecidos no Acordo de Paz denominado de “*Acuerdo General para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*” (subcapítulo 4.1) e as suas implicações que levaram à dissidência das FARC e a consequente volta à guerrilha armada com a formação da “Segunda Marquetalia” (subcapítulo 4.2).

O subcapítulo 4.3 adverte para as contradições do programa de erradicação do Plano Colômbia em plantações de terras campesinas, consideradas ilícitas pelos órgãos governamentais, que não significou a diminuição do tráfico de entorpecentes, bem como explanar o agravamento em relação aos deslocamentos internos em territórios colombianos.

Dando prosseguimento, o subcapítulo 4.4 aponta para outra contradição do Plano Colômbia quando se trata do aumento dos grupos paramilitares, se tornando inimigos das guerrilhas de esquerda e também, em parte, do Estado colombiano. Os grupos paramilitares atuaram em consonância durante o governo do presidente Uribe, e formaram na Colômbia uma composição que Posso (2017) denomina de “Complexo Paramilitar”. Nesse subcapítulo será denunciado também o envolvimento do mesmo presidente no escândalo que ficou conhecido como “falsos positivos” em 2018.

E por último, o subcapítulo 4.5 traz à luz o fortalecimento militar da OTAN e a inclusão da Colômbia na organização como aliada estratégica em 2018, o que lhe conferiu ser o primeiro país latino-americano a receber essa condição. O Plano Colômbia, sem dúvidas, foi o principal projeto e responsável para que a Colômbia chegasse esse patamar.

Dessa forma, o subcapítulo aponta que o encerramento do Plano Colômbia não se concretizou em 2015 com a assinatura do Acordo de Paz de 2016, mas sim foi se concretizando até o final da vigência do governo de Juan Santos em 2018, tendo como consequência a entrada da Colômbia na OTAN como aliada estratégica.

Assim, serão divulgados alguns trechos de outros dois documentos oficiais dos Comandos Unificados de Combate dos EUA. O primeiro documento, elaborado pelo Comando Sul em 2008,

tem o nome “*USSouthcom Strategy 2018*” ou Estratégias para o Comando Sul 2018 (ECS 2018). O segundo chama-se “*Joint Visión 2020*. Forças Armadas dos EUA: nos preparando para o amanhã (2000)”, ou Visão Comum 2020, tendo uma vigência de 20 anos.

Esses documentos não tratam de forma precisa sobre o Plano Colômbia, mas sim com o processo de militarização dos EUA na América Latina no percurso das duas primeiras décadas do século XXI para se prevenir, permanentemente, de uma “futura guerra hipotética”, conduzidos pelo código geopolítico global da prevenção e (re)configurando as relações de poder.

Ao longo do capítulo IV, o conceito de território volta ao debate devido à sua polissemia que ajuda a contribuir para a compreensão de alguns contextos relacionados às transformações socioespaciais no conflito interno colombiano. O território também é uma construção relacional geohistórica, multiescalar, produto e produtora da sociedade com dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021). Os autores nos trazem algumas abordagens do conflito armado e da construção de paz desde uma significação do território.

Sobre os contextos do conflito interno colombiano, como forma temática, serão apresentados ora durante as fases de execução do Plano Colômbia, ora após a assinatura do Acordo de Paz em 2016, trazendo algumas relevâncias até o ano de 2020. Essas transformações estão inseridas em uma complexidade que envolve o conflito interno colombiano em uma multiterritorialidade produzida por diferentes atores (HAERBAERT, 2004).

4.1 O Acordo de Paz de 2016

Ainda em 2012, iniciam-se as aproximações e os diálogos de paz entre o governo nacional da Colômbia, de Santos, com as FARC. Os representantes se reuniram em uma cerimônia na cidade de Havana, na República de Cuba, em decorrência da Reunião Exploratória realizada na capital, entre 23 de fevereiro e 26 de agosto de 2012, para colocar um fim, em definitivo, ao conflito armado que assola o país há mais de seis décadas.

Sobre a ideia de paz, acreditamos ser não meramente a ausência de violência, se não uma construção permanente e sempre imperfeita, na qual sua abordagem deve levar em conta os diferentes

aspectos sociohistóricos, culturais e estruturais em cada sociedade (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021, *apud* GALTUNG, 1969; MUÑOZ; BOLAÑOS, 2011).

Assim, as negociações seguiram até novembro do ano de 2016 quando o acordo foi firmado entre o presidente Santos e um dos líderes das FARC, Rodrigo Londoño Echeverri, conhecido como “Timochenko”. Noruega, Venezuela e Chile também serviram de “testemunhas” perante o processo. Importante lembra também que no mesmo ano, o ex-presidente dos EUA, Barack Obama, foi o primeiro presidente, em quase noventa anos, a fazer uma visita oficial à capital cubana. Importante mencionar que em março de 2017, também tinha sido lançado um acordo de paz entre o governo colombiano e o o ELN.

O documento sobre o Acordo de Paz de 2016, chamado de *Acuerdo General para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*, apresenta uma agenda de negociações composta pelas seguintes partes: reforma rural, participação política, fim do conflito, soluções aos problemas de drogas de uso ilícito, vítimas e implementação; temas sobre os quais são compromissos importantes no contexto social do conflito armado, criando-se assim o Plano Marco de Implementação com tempo médio entre 10 e 15 anos de execução.

Essas negociações de paz no governo de Santos foram necessárias devido ao fracasso da zona de desmilitarização do governo Pastrana, a expansão dos grupos paramilitares à nível nacional e a consolidação da “Política de Segurança Democrática” e o Plano Patriota de Uribe. Por conseguinte:

es preciso identificar la relación existente entre estas problemáticas con el desarrollo y prolongación de la guerra, dentro de las cuales cabe destacar como principales causas la estructura de la propiedad rural y el régimen de producción y acumulación sobre las que se ha configurado una estructura de poder, basada en la concentración extrema de la riqueza y la profundización de la desigualdad social. Así mismo, es importante señalar cómo el sistema jurídico y político que se ha mantenido vigente, ha sido funcional a las élites gobernantes y ha contribuido sustancialmente a su permanencia en el poder (CASTAÑO, 2018, p. 2).

Dessa maneira, reconhecendo também parte dessa realidade, o governo colombiano e as FARC buscavam corrigir os elementos causais e as estruturas dos conflitos social e armado, particularmente associados ao problema agrário e ao acesso à terra (que vem antes mesmo de os tempos de “La Violencia”), a profunda exclusão do regime político (a alternância de poder da Frente Nacional, por exemplo) e a ausência de uma política de Estado orientada de forma eficiente para erradicar o fenômeno do narcotráfico (*ibidem*).

Castaño (2018) é um dos responsáveis por analisar a implementação dos acordos de paz na Colômbia, juntamente com a equipe do *Centro de Pensamiento y Seguimiento a los Diálogos de Paz*, apresentando alguns desafios, possibilidades e os avanços quanto à implementação do Acordo de Paz de 2016.

Então, o Acordo de Paz de 2016 se baseia em um tema central que é sobre o número de vítimas, que será visto no subcapítulo 4.4. E por esta razão foi formado o Sistema de Vítimas, Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição e a Jurisdição Especial para a Paz (JEP) para compensar as consequências do confronto. Vejamos agora, na tabela 12, os pontos que foram estabelecidos no processo de paz e os seus conteúdos correspondentes.

Como visto, uma das pautas do acordo era garantir a ampliação do sistema democrático na Colômbia, promovendo e impulsionando novas representações políticas, além da abertura para novos partidos e/ou movimentos para a disputa política, seja para exercer forças de oposição ou constituir-se como alternativas de poder.

Tabela 12 - Pontos e conteúdos do Acordo de Paz até janeiro de 2016 entre o governo colombiano e as FARC

Ponto acordado	Conteúdo
Reforma rural integral, rumo a um novo campo colombiano	Acesso integral à terra e melhoria do uso da terra: programas e mecanismos para que os camponeses sem terra ou com terra insuficiente e as comunidades rurais mais afetadas pelo conflito tenham maior acesso à terra, bem como bens e serviços que garantam seu bem-estar integral.
	Planos Rurais Nacionais: contemplam ações de grande porte para prover bens e serviços públicos em termos de infraestrutura, serviços sociais e incentivos à produtividade.
	Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET): serão o principal instrumento para agilizar a implementação dos planos nacionais nas regiões priorizadas.
	Segurança alimentar: sistema de segurança alimentar e nutricional que busca erradicar a fome no campo colombiano, por meio de medidas como o fortalecimento dos mercados locais e regionais, campanhas de manejo alimentar adequado e programas especiais contra a fome.
Participação política: abertura democrática para construir a paz	Nova abertura democrática: promover a inclusão de novas vozes na cena política, o fortalecimento de garantias para a oposição, maior participação ou representação no Congresso da República das comunidades mais afetadas pelo conflito.
	Maior participação cidadã: ações para fortalecer e dar garantias aos movimentos e organizações sociais e promover a participação e incidência das comunidades nos processos de planejamento territorial.
	Rompendo o vínculo entre política e armas: ações que buscam uma ruptura definitiva entre política e armas e as garantias de que aqueles que as deixaram para a transição para a política não serão objeto de violência.
Solução para o problema das drogas ilícitas	Substituição e erradicação de cultivos de uso ilícito: criação do Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito, em parceria com comunidades e autoridades nacionais,

	departamentais e locais, por meio de seus Planos alternativos integrais de substituição e desenvolvimento municipais e comunitários.
	Combate ao crime organizado e ao narcotráfico: estratégia que visa dismantlar e processar as redes de narcotráfico no território, bem como fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.
	Programas de prevenção do consumo e saúde pública: articular as instituições do Estado e coordenar um processo conjunto com as comunidades e famílias, para realizar ações de prevenção do consumo e reabilitação e inserção do consumidor nas comunidades.
Vítimas do conflito	Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição: criação de um sistema que combine mecanismos judiciais e extrajudiciais para alcançar a maior satisfação possível dos direitos das vítimas, garantir a responsabilização pelo ocorrido, garantir a segurança jurídica dos participantes do Sistema, e contribuir para garantir a convivência, a reconciliação e a não repetição do conflito. O Sistema é composto por: 1. Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição: terá como objetivo colaborar no esclarecimento do ocorrido, promover e contribuir para o reconhecimento das vítimas e incentivar a convivência nos territórios. A Comissão criará espaços nos níveis nacional, regional e territorial, a fim de favorecer a participação dos diferentes setores da sociedade. 2. Unidade de Busca de Pessoas Dadas Desaparecidas no Contexto e Devido ao Conflito: tem como objetivo apurar o que aconteceu com as pessoas dadas como desaparecidas no contexto e pelo conflito, contribuindo para a satisfação dos direitos das vítimas à verdade e reparação total. 3. Jurisdição Especial para a Paz (JEP): exercerá funções judiciais e cumprirá o dever do Estado colombiano de investigar, processar e punir os delitos cometidos no contexto e devido ao conflito armado, especialmente os mais graves e representativos. 4. Medidas de reparação integral para a construção da paz: o fim do conflito representa uma oportunidade única para fortalecer o Programa de Reparação Integral das vítimas que o Estado vem implementando. Por isso, foram acordados atos de reconhecimento de responsabilidade coletiva, fortalecimento de processos coletivos de reparação, ampliação de estratégias de reabilitação psicossocial, implementação de processos coletivos de retorno e fortalecimento de processos de restituição de terras, entre outros. 5. Garantias de Não Repetição: serão o resultado dos mecanismos e medidas do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, das medidas que serão acordadas no ponto 3 do “Fim do Conflito” e tudo o que foi acordado no Acordo Final.
Implementação	Compromisso com a promoção, respeito e garantia dos direitos humanos: implementação de diferentes medidas relacionadas com o fortalecimento dos mecanismos de promoção, prevenção e proteção dos direitos humanos e proteção dos defensores dos direitos humanos.

Fonte: OACP, 2016¹²². Traduzido e adaptado pelo autor.

Desse modo, em 2017, as FARC tornam-se um partido político chamado Força Alternativa Revolucionária do Comum, mantendo as iniciais do nome do grupo armado. No início do ano de 2021, devido ao fracasso nas urnas nas eleições colombianas de 2018¹²³, o mesmo partido muda de nome, COMUNES, para dissociar-se da imagem das FARC como grupo guerrilheiro.

¹²² Retirado de: DNP. Disponível em: <https://pazvictimas.dnp.gov.co/Como-se-responde-a-los-efectos-del-conflicto/Paginas/acuerdoparalaterminaciondelconflicto.aspx>. Acesso em: 11 nov. 2023.

¹²³ O partido obteve apenas 0,34% dos votos válidos em todo o território colombiano, isto é, cerca de 53 mil votos. Segundo estimativas, os cálculos entre os analistas eram entre 80 mil e 150 mil votos esperados. Ver mais em: https://elpais.com/internacional/2018/03/20/colombia/1521506281_198402.html. Acesso em: 15 nov. 2023.

Contudo, para que todos esses pontos, com seus conteúdos, pudessem ser colocados em prática com a devida severidade, para Castaño (2018), passados dois anos desde o acordo firmado em 2016, o processo de implementação ainda enfrenta, na atualidade, grandes desafios para assegurar seu efetivo cumprimento para construir uma paz “estável e duradoura”. Em função disso, sua contribuição torna-se evidente quando este apresenta dez recomendações que servem de insumo para que esta efetividade ocorra e os desafios possam ser enfrentados¹²⁴.

Apesar das incertezas que atualmente persistem sobre as negociações, chegar a um acordo com estas características oferece uma possibilidade de consolidar uma “paz plena”. Denominar o conflito interno colombiano como “pós-conflito” implica em uma extensão ainda maior nos combates que poderiam ser evitados, gerando mais incertezas por uma solução política e definitiva do conflito armado e a conquista de uma relativa paz.

Sobre o conceito de paz territorial, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021) dizem que embora difundido e adotado por algumas organizações acadêmicas é difuso, impreciso e polissêmico, e que muitas vezes está relacionada como uma abordagem que defende a consolidação da democracia – com a legitimidade das instituições e mecanismos do Estado com a participação cidadã – em regiões periféricas, onde tradicionalmente não tem existido, ou não existe, como consequência do conflito armado colombiano.

Contudo, os autores afirmam que a ideia de paz territorial deve ser criticada porque esta se limita a assumir o território como um recipiente que deve ser preenchido, em um cenário, dentro um contexto ou uma unidade administrativa com certos limites; o que reduz a paz à presença das instituições estatais e de mercado nas regiões afetadas pelo conflito (*apud* Cairo, 2018); privilegia o externo sobre os interesses do local, ou seja, pressupondo a participação das comunidades apenas como forma de legitimar o que lhes é imposto e considera que são poucos os intervenientes atos violentos que violaram os direitos das comunidades, atores ilegais, deixando de lado que, em muitos casos, há regiões onde o mesmo Estado ou membros do setor produtivo têm sido atores do conflito envolvidos em casos de violação dos direitos humanos (*apud* Bautista, 2017).

Isto posto, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021) mostram que outros autores defendem pensar tanto no conflito quanto na paz, desde uma abordagem territorial, como uma construção geosócio-histórica, ou seja, para construir a paz deve-se primeiro entender como o conflito criou o território, e assim compreendê-lo como um agente passivo que deve ser esvaziado de uma coisa

¹²⁴ Ver Castaño (2018).

para preencher outra (*apud* Bautista, 2017; Courtheyn, 2019; Peña, 2019). O que os autores querem dizer é que deve-se reconhecer as territorialidades do conflito interno colombiano numa complexa rede de relações de poder.

Entre diferentes atores, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021), com base em uma leitura multiescalar e multidimensional do território, colocam no centro do debate as importantes experiências e sentidos de paz que comunidades tiveram, e com as quais devemos aprender a territorializar a paz (*apud* Peña, 2019), porque só assim poderão ser promovidas novas territorialidades não violentas.

As estratégias para a paz territorial devem partir do reconhecimento de que a guerrilha tinha legitimidade social nas áreas onde historicamente atuou, mas em outras, onde atuaram por menos tempo e a sua presença foi principalmente coerciva, provavelmente têm rejeição social que é um obstáculo adicional para a construção da paz (*apud* González et al., 2017; Cairo et al., 2018).

Desta forma, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021) levantam uma discussão sobre a paz territorial a partir da justiça social e espacial (*apud* Jiménez-Martín, 2016), o que implicaria em um planejamento territorial culturalmente inclusivo, socialmente equitativo e ambientalmente justo (*apud* Cairo et al., 2018). Isto significa reconhecer as formas como o conflito afetou cada região e torna visível o papel dos atores desarmados em diferentes escalas, tanto no conflito, bem como as possibilidades de construção da paz.

Os autores, por isso, chamam a atenção para a necessidade de pensar o local no rural, desde o sentido de lugar (da casa, da fazenda e da calçada) para as vítimas do campo, com a objetivo de alcançar uma verdadeira reparação e justiça territorial, esta seria “a territorialização mais eficaz quando se fala em estabelecer pós-acordos no campo” (*apud* Nates et al., 2017: 76).

Portanto, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021) assinalam que a estrutura institucional atual da Colômbia não está preparada para esses novos desafios. Seria necessário realizar algumas reformas em diferentes escalas. Os autores também ressaltam a maneira como o conflito armado tem sido historicamente uma das principais barreiras para a consolidação de uma gestão territorial como ferramenta voltada para as políticas públicas na Colômbia.

Por gestão territorial, ambos compreendem como um trabalho desenvolvido por diversos atores sociais, que se interagem em um determinado espaço, com o intuito de dinamizar um futuro comprometedor com interesses em projetos, programas e estratégias de ação (*ibidem*, p. 224).

Portanto, consideram que a gestão territorial deve ser mediada pela associatividade e processos de governança territorial¹²⁵.

As políticas públicas destinadas à gestão territorial devem ser construídas desde as bases sociais, principalmente com a participação das comunidades de camponesas e de minorias étnicas, cujas têm sido historicamente as mais afetadas pelo conflito armado.

Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021) reafirmam que umas das causas históricas do conflito armado é a desterritorialização (que veremos adiante), a partir de práticas violentas como a desapropriação derivada da concentração de terras por parte de algumas elites regionais e nacionais que controlam as políticas de Estado para o seu próprio benefício. Isso dificulta a gestão territorial como uma ferramenta de construção de bem estar coletivo e justiça social nos territórios que estão incluídos nos marcos do Acordo de Paz de 2016 (*apud* Centro Nacional de Memória Histórica, 2016).

Sobre um dos marcos do Acordo, a lei 1776 de 2016, denominado de *Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (ZIDRES)*¹²⁶, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021), citando Bedoya (2019), estendem suas críticas a lei pelo fato de conter medidas para aluguéis de terrenos baldios para atividades agroindustriais. Essa situação colocava em desvantagem os camponeses que não contavam com recursos econômicos para competir com as grandes empresas, mesmo que a lei promovesse a incorporação de pequenos camponeses através de alguns benefícios.

Nesse sentido, é importante abordar o territorial de maneira que se reconheça as relações multidirecionais entre espaço, política e sociedade, para que as estratégias definidas no Acordo de Paz se implementem em um contexto de processos geo-históricos concretos (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* CAIRO, 2018).

Assim, os desafios da implementação das pautas do Acordo de Paz de 2016 devem se preocupar em sanar as dívidas históricas referente à falta de confiança nas instituições do Estado e reduzir as desigualdades entre o campo e a cidade para a conquista de uma realidade de paz tangível. Logo, o que verifica-se é uma grande distância daquilo que foi acordado e as realidades socioespaciais na Colômbia, se tratando assim de uma contradição do Plano Colômbia.

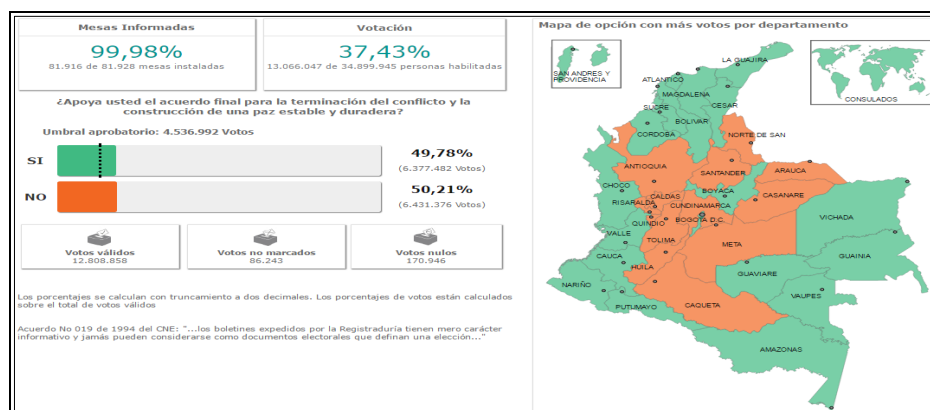
¹²⁵ Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021), inspirados em Farinós (2008), define governança territorial como uma forma de territorializar o espaço conforme as visões, desejos e interesses de seus agentes.

¹²⁶ Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=74057>. Acesso em: 12 dez. 2023.

4.2 As dissidências das FARC e a “Segunda Marquetalia”

Após o acordo firmado, em outubro de 2016, foi realizado um referendo para que os cidadãos colombianos fossem às urnas para aceitar ou não o acordo estabelecido entre o governo nacional e as FARC. A possibilidade da participação política por parte dos líderes guerrilheiros e a absolvição de todos aqueles que reconhecessem seus crimes foram alguns dos entraves durante a votação. Com a pergunta: “Você apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?”, o resultado foi de uma abstenção de mais de 60% dos votos, em que 50,2% dos colombianos decidiram dizer “não” ao acordo, enquanto 49,7% disseram “sim” (ver figura 14).

Figura 14 - Resultado do referendo na Colômbia em 2016



Fonte: Organização Comunista Internacional¹²⁷.

O plesbicio, e a consequente derrota das FARC perantes as urnas, foi um duro golpe para o seguimento das pretensões em relação ao Acordo de Paz de 2016. Porém, antes mesmo da sua assinatura final em Cuba, já haviam divergências e desentendimentos internos entre os combatentes com o que estava sendo negociado, como o temor aos efeitos que os quadros de justiça podiam ter e a falta de garantias de segurança, tanto para os ex-combatentes como para suas famílias e comunidades. Assim, é importante mencionar que:

¹²⁷ Ver: <https://marxismo.org.br/plebiscito-de-acordo-de-paz-derrotado-qual-o-proximo-passo-para-a-colombia/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

durante el desarrollo de una guerra o un conflicto armado, es habitual que surjan nuevas facciones dentro de los grupos armados rebeldes, insurgentes o paramilitares. Esto ocurre porque, aunque en la mayoría de los casos se comportan como un solo cuerpo armado que persigue objetivos comunes, al final están conformados por diferentes individuos con costumbres, liderazgos, imaginarios, identidades e intereses distintos. Esta heterogeneidad los hace susceptibles a divisiones y fragmentaciones. Aunque las disidencias pueden surgir durante cualquier fase del conflicto armado interno, la evidencia indica que suelen aparecer con mayor frecuencia en medio de las negociaciones de paz. Durante ellas se produce un punto de inflexión en la organización respecto a los objetivos comunes y de carácter histórico que genera desconfianza, incertidumbre, rechazo o inconformismo, y que, a su vez, puede aumentar el riesgo de fragmentación (VANEGAS, 2018, p. 17).

Vanegas (2018) foi um dos diretores do setor de dinâmicas de conflitos e negociações de paz da *Fundación Ideas para la Paz* (FIP)¹²⁸ e também explora os processos internos e externos que impactaram as rupturas das FARC-EP durante as negociações de paz entre 2012 e 2016. Ele afirma que, entre divisões e fragmentações¹²⁹, estima-se que, entre 2002 e 2011, se desmobilizaram individualmente cerca de 13.600 combatentes das FARC, sendo o ano de 2008, o ano de cifra máxima com 3.027 pessoas, sendo qualificadas internamente como traidores. Logo, o surgimento e a evolução de dissidências, bem como as deserções, não dependem apenas de um fator interno ou externo.

Um exemplo de um possível fator externo estaria relacionado às dificuldades na adequação das zonas e pontos transitórios de normalização e aos atrasos na implementação da reinserção coletiva. Isso teria causado a partida em massa de ex-membros, muitos dos quais teriam se tornado parte de dissidentes. Se deve ter em conta também que durante a fase de negociação na capital cubana houve transferência de componentes das FARC para outros grupos como o ELN e o Exército Popular de Libertação (EPL).

¹²⁸ A *Fundación Ideas para la Paz* (FIP) é uma organização não-governamental criada em 1999, ano de criação do Plano Colômbia, por alguns empresários colombianos. É um dos principais centro de estudos da Colômbia nas áreas de paz e segurança. Ver mais em: <https://ideaspaz.org/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

¹²⁹ Uma das principais mudanças que podem experimentar os grupos guerrilheiros durante um conflito é a sua fragmentação. Esta se apresenta em ao menos três dimensões: 1) por número de organizações (um movimento pode se dividir em várias frações que eles podem competir uns com os outros ou agir como grupos coesos que agem separadamente, mas como parte da mesma organização); 2) por nível de institucionalização (um movimento pode ser fragmentado dependendo da força e nível de articulação de regras formais e informais que justificam suas ações. Em movimentos débeis institucionalizados, as organizações trabalham de forma independente com um baixo ou nenhum nível de coordenação, enquanto que aqueles com sólida institucionalização trabalham com alto grau de cooperação e interação); e 3) por distribuição de poder (um movimento pode ser fragmentado dependendo da forma em como o poder é distribuído dentro dela. Quanto mais disperso, maior o nível de separação; quanto mais concentrado, a probabilidade de que se divida é menor. Esta distribuição pode ser causada por vários fatores internos, bem como as políticas que os regem, níveis eficiência organizacional, coesão e alianças, entre outros. e também por fatores externos, como mudanças no suporte que fornecem parceiros estratégicos. Este por sua vez pode depende do grau de institucionalização e o número de organizações existentes (VANEGAS, 2018, p. 45-46. Tradução nossa).

Um outro fator, como mais um exemplo, agora interno, ocorreu em 10 de julho de 2016 na Frente 1 Armando Ríos das FARC, que operava nos departamentos de Vaupés, Guaviare e Meta, quando manifestou sua decisão de não participar do processo de desmobilização e entrega das armas, reivindicando a luta para combater as causas estruturais do conflito interno colombiano¹³⁰. O anúncio foi rebatido pelos líderes do Bloco Comandante Jorje Briceño, provocando a expulsão de parte do secretariado das FARC de cinco outras frentes por considerar que haviam violado os princípios de disciplina que caracterizava a organização.

Nesse sentido, segundo Vanegas (2018), há uma degradação interna pela perda ou substituição rápida desses líderes que não mantiveram coesão, lealdade e disciplina, princípios fundamentais à organização armada das FARC, que é regida por normas, códigos, regras, estatutos, regulamentos e hierarquias que favorecem sua longevidade. Desde então há registros de surgimento de outros grupos dissidentes, além das dissidências das FARC, que vem atingindo outros países sulamericanos como o Equador (ver figura 15 e gráfico 17).

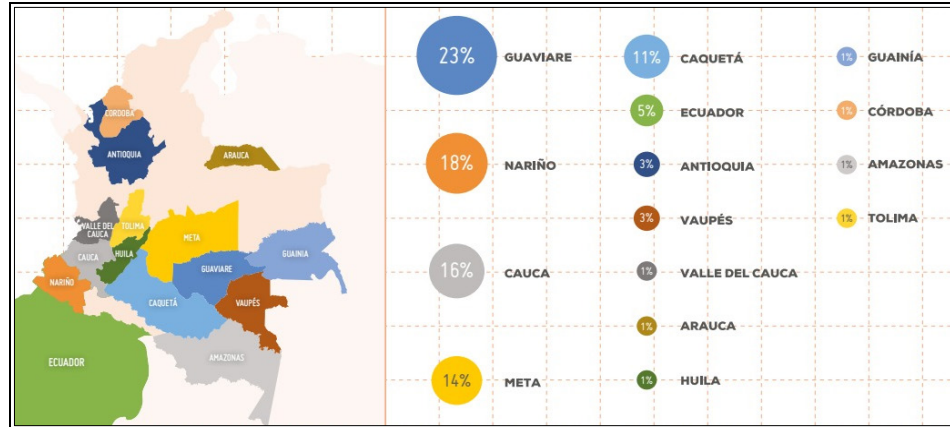
Na figura 15, podemos observar que o Equador, com 5%, representa mais da metade das dissidências confirmadas em relação à quatro departamentos que estão território colombiano (Antioquia e Vaupés, com 3% cada, Valle de Cauca, Arauca e Huila, com 1% cada). No gráfico 17, podemos visualizar que, além de suas ações na Colômbia, os grupos dissidentes começam a evoluir a partir do ano de 2018 em solo equatoriano. Por consequência, Vanegas (2018) atesta que:

o termo dissidência refere-se ao “ato de discordar” e “afastar-se de uma doutrina comum, crença ou conduta”. Este significado pode ser aplicável para qualquer nível organizacional, incluindo exércitos regulares, irregular ou ilegal. [...] Nesse sentido, os atores armados ilegais não podem ser vistos como corpos totalmente coesos que desafiam o Estado, mas um conjunto mutável de atores com uma identidade central compartilhada, mas com alianças maleáveis e interesses divergentes. [...] Portanto, às vezes eles podem ser “divididos, multiplicar, criar coalizões, desaparecer, ressurgir como entidades separadas ou simplesmente ser substituído por outro grupo”, que pode manter alianças com o grupo original ou quebrar completamente laços (p. 45-46. Tradução nossa¹³¹).

¹³⁰ Os principais argumentos da 1ª Frente para desistir do processo foram: a política do Estado colombiano visava apenas desarmar e desmobilizar os guerrilheiros e não resolver os problemas sociais e econômicos do país; a paz não se fazia silenciando armas e bombas, mas resolvendo os graves problemas que afligem a sociedade; o desarmamento visava apenas que a burguesia subjuguasse os pobres à vontade para conduzi-los à escravidão moderna; não podia haver desmobilização porque a luta guerrilheira era e continuaria sendo a busca incondicional de uma solução para os problemas de desigualdade e miséria da maioria dos colombianos (VANEGAS, 2018, p. 25. Tradução nossa).

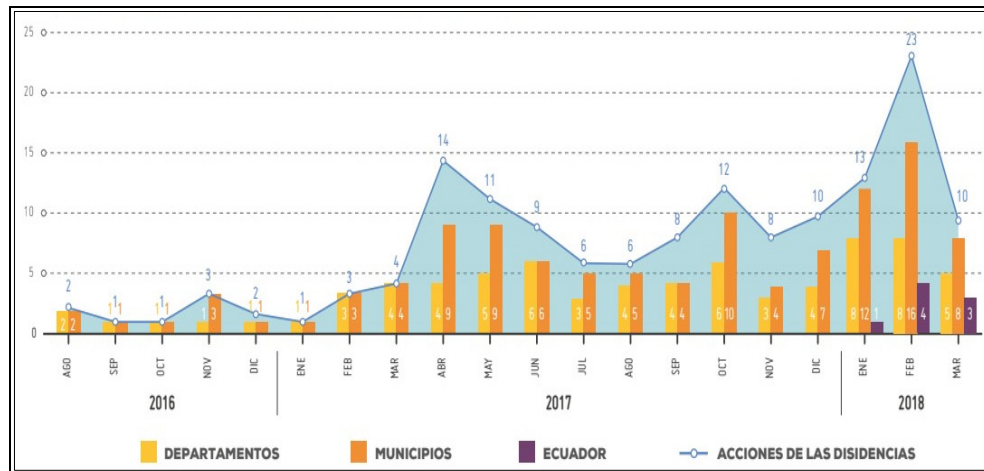
¹³¹ El término disidencia se refiere a la “acción de disidir” y a “separarse de una doctrina común, creencia o conducta”. Esta acepción es aplicable a cualquier ámbito organizacional, incluyendo ejércitos regulares, irregulares o ilegales. (...) En ese sentido, los actores armados ilegales no pueden ser vistos como cuerpos totalmente cohesionados que desafían al Estado, sino un conjunto cambiante de actores con una identidad central compartida, pero con alianzas maleables e intereses divergentes. (...) Por lo que en ocasiones pueden “dividirse, multiplicarse, crear coaliciones,

Figura 15 - Porcentagem das ações atribuídas às dissidências confirmadas na Colômbia (por departamento) e no Equador (10 de julho de 2016 a 27 de março de 2018)



Fonte: FIP¹³².

Gráfico 17 - Ações das dissidências confirmadas na Colômbia (por departamentos e municípios) e no Equador (10 de julho de 2016 a 27 de março de 2018)



Fonte: FIP¹³³.

desaparecer, resurgir como entidades separadas o simplesmente ser reemplazados por otro grupo”, que pueden mantener alianzas con el grupo original o romper completamente lazos (VANEGAS, 2018, p. 45-46).

¹³² Retirado de Vanega (2018).

¹³³ Retirado de Vanegas (2018).

Importante esclarecer que a FIP não pode afirmar exatamente em que municípios fazem presença desses grupos porque a unidade territorial de um município é extremamente extensa e os grupos armados não medem sua presença territorial sob uma divisão político-administrativa.

Assim, para melhor compreensão sobre o fenômeno da dissidência no caso dos grupos armados, se deve partir de que são coletivos com dinâmicas internas próprias, que podem ser abordados através de três enfoques: 1) abordagem ideológica, que coloca os atores no centro e aborda questões relacionadas com identidade, sistema de crenças, etnia ou religião; 2) abordagem behaviorista, que examina as motivações e interesses para participar de determinado grupo, como a arrecadação para benefício próprio através da guerra; e 3) abordagem sistêmica, que vê grupos armados como organizações sociais dentro do qual existem dinâmicas internas de controle, disciplina, liderança, lealdade e seguidores, bem como estratégias de poder (VANEGAS, 2018, p. 46).

Vale ressaltar, que dentro desses fatores e enfoques, as trajetórias tomadas pelos ex-combatentes são das mais variadas. Alguns decidiram continuar alçando armas para se integrar à estruturas dissidentes, se conformaram em participar das redes de narcotráfico, ou se uniram à outras estruturas armadas.

Já outros, pelo contrário, não continuaram na luta armada porque estavam desacreditados e quiseram se retirar das FARC, outros optaram pela reintegração da Agência para Reincorporação e a Normalização (ARN) ou retornaram aos seus lugares de origem, mas ainda se desconhecem alguns paradeiros. Alguns dos que optaram pela reintegração através da ARN, poucos meses ou anos depois, abandonaram esses espaços, havendo o risco de entrar para dissidências.

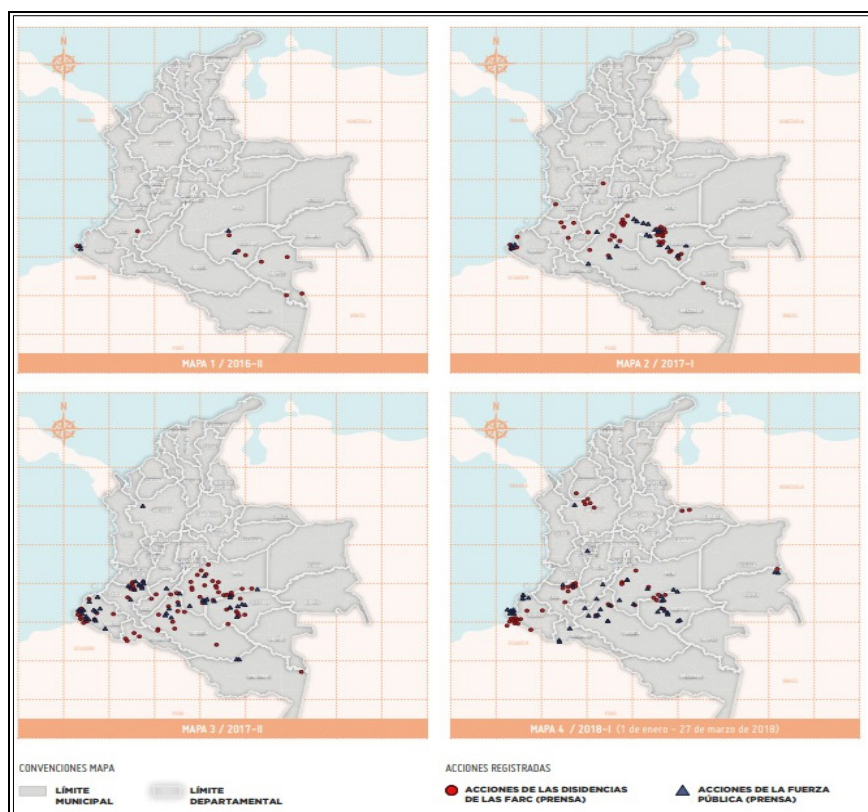
Aqueles dissidentes que continuaram a seguir na luta armada pelos motivos citados levaram o Estado a lançar o “Plano Estratégico Militar de Estabilização e Consolidação Vitória”¹³⁵ em resposta ao avanço e a evolução da dissidência. Durante os primeiros meses de aplicação ocorreram neutralizações, capturas, submissões de voluntários, abatimento de líderes, apreensão de material de guerra, localização e destruição de mão de obra de laboratórios e o confisco de insumos para processamento de cocaína.

¹³⁵ Seu principal objetivo era aumentar a presença do Estado nas áreas de influência das FARC com base em uma ação unificada de todos os níveis da institucionalidade. Este plano, que entrou em vigor em janeiro de 2017, identificou dezessete áreas de atenção prioritária dentro das quais focalizando em 160 municípios onde convergem fatores desestabilizadores (...) (VANEGAS, 2018, p. 42).

Esse novo plano tem como arcabouço as regras e ações que foram impostas com o Plano Colômbia, contribuindo para novas implicações no conflito interno colombiano e aguçando as tensões entre os grupos armados de dissidentes, as guerrilhas de esquerda, as Forças Armadas e a Polícia Nacional, conforme pode ser visto na figura 16. De acordo com a figura, em um curto intervalo de 2 anos (2016-2018), aumentaram expressivamente o número de ações tanto da dissidência da FARC quanto da Força pública colombiana.

É difícil estabelecer qual a porcentagem que se refere aos ex-membros das FARC e quantos são com seus novos membros. Fontes oficiais consultadas pela FIP, entre 2016 e 2017, informam que essas cifras devem ser altas, cerca de 1.500, mas o número poderia ser maior devido à proporção entre ex-membros do grupo guerrilheiro e novos recrutas. Porém, sem dúvidas, a dissidência que mais impactou sobre os atritos do Acordo de Paz de 2016 foi a “Segunda Marquetalia”.

Figura 16 - Ações de dissidências das FARC e das forças públicas colombianas (2016-2018)



Fonte: FIP¹³⁶.

¹³⁶ Retirado de Vanegas (2018).

Em 29 de agosto de 2019, através de um vídeo de 32 minutos divulgado na internet, feito em algum lugar na fronteira entre a Colômbia e Venezuela, cercada por um grupo de ex-comandantes das FARC, Iván Márquez¹³⁷, o número 2 da organização e uma das vozes diretas e representações do grupo nas negociações do Acordo de Paz de 2016, anunciou o retorno às armas apontando traições do Estado. Recordando que Marquetalia foi o local de origem da criação das FARC na década de 1960.

Em seu discurso, ao lado de outros líderes como Jesús Santrich¹³⁸ e El Paisa¹³⁹, Márquez alegou que o Estado colombiano não cumpriu com suas obrigações mais importantes que seria garantir a vida de seus cidadãos e, principalmente, evitar assassinatos por motivações ou razões políticas. A esse respeito, o mesmo qualificou como “desarmamento ingênuo” das FARC, já que os assassinatos não cessaram.

Ainda de acordo com o líder, em um pequeno intervalo de dois anos (2017-2019), mais de 500 lideranças de movimentos sociais e 150 membros das FARC foram mortos em meio à

¹³⁷ Iván Márquez, cujo nome verdadeiro é Luciano Marín Arango, tornou-se membro político da 14ª Frente das FARC em 1985 e foi o número 2 do grupo armado e considerado o principal líder da “Segunda Marquetalia”. Ele foi o chefe da delegação negociadora das FARC em Havana e o comandante do Bloco caribenho. Também foi um dos negociadores das FARC no fracassado processo de paz entre 1999-2002 com o governo de Pastrana. Em 2023, Márquez foi dado como morto após um atentado do exército colombiano na Amazônia venezuelana, mas reapareceu em vídeo gravado em maio de 2024. Ver mais em: <https://elpais.com/america/2024-05-11/el-lider-guerrillero-ivan-marquez-reaparece-tras-ser-dado-por-muerto-con-un-video-en-apoyo-a-la-constituyente-de-petro.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

¹³⁸ Seuxis Pausias Hernández Solarte, codinome Jesús Santrich, incorporou-se às FARC em 1991 na 19ª Frente. Entre suas responsabilidades, estava principalmente encarregado das comunicações e propaganda da guerrilha através da rede de estações das FARC-EP, como a Rede Bolivariana de Rádio “Voz da Resistência”, da qual foi um dos fundadores em 1993. Também participou das negociações de paz durante o governo de Pastrana. Em 2019, antes de compôr a “Segunda Marquetalia”, Santrich assumiu um dos cargos na Câmara de Deputados da Colômbia. Em 2021, em Serranía del Perijá, zona binacional fronteira entre El Chalet e a vereda Los Laureles, dentro de território venezuelano, Santrich foi assassinado, aos 53 anos, depois de estar viajando em uma caminhonete que foi fuzilada por militares colombianos. Como a localização pertence ao estado venezuelano de Zulia, o assunto foi tratado como uma violação à soberania do território do país vizinho por parte da Colômbia.

¹³⁹ Hernán Darío Velásquez, conhecido por El Paisa, ingressou nas FARC no início dos anos de 1980 com apenas 17 anos. Em 1993, foi chefe da Coluna Móvel Tepofilo Forero. Esta organização foi inicialmente constituída como uma unidade de elite para salvaguardar o Secretariado das FARC-EP e que respondia formalmente ao Bloco Sul. El Paisa foi morto em uma emboscada no estado fronteiro de Apure, no oeste da Venezuela. Fontes de informações da Colômbia e Venezuela afirmam que ele foi assassinado por aliados de Gentil Duarte, mais um dissidente das FARC e rival que também foi morto em 2022.

indiferença e indolência do Estado¹⁴⁰. O grupo foi referido, pejorativamente, pelo governo do ex-presidente colombiano Iván Duque (2018-2022) como “Narcotalia”¹⁴¹.

Os dois pontos que aprofundaram a divisão para a formação da dissidência foram a entrega de armas¹⁴² e o abandono dos princípios marxistas-leninistas do partido Força Alternativa Revolucionária Comum (FARC) criado em 2017, que surgiu após o desarmamento desta guerrilha, e sua aproximação com a democracia liberal, o qual negava a identidade revolucionária das FARC.

No primeiro ponto, durante as negociações com o governo em Havana para abordar o “fim do conflito”, uma delegação diferente foi designada daquela que estava sendo conduzida por Márquez devida à sua posição irredutível de que as armas deveriam ser deixadas paulatinamente à medida que a reintegração e outros acordos fossem garantidos.

Dessa forma, a “Segunda Marquetalia” virou-se em torno de duas estratégias: primeiro, a disseminação de seu projeto ideológico e a publicação de mensagens políticas (especialmente reações a conjunturas nacional e internacional); e segundo, a expansão territorial através da absorção da dissidência das FARC pré-existentes ou a criação de novas frentes armadas (VANEGAS, 2018).

A partir de junho de 2020, a “Segunda Marquetalia” contava com 14 estruturas territoriais com cerca de 650 integrantes¹⁴³ (ver mapa 14). Sua força é composta por ex-membros das FARC que saíram do processo de reincorporação ou que se rearmaram, mas, principalmente, por novos recrutas colombianos e venezuelanos.

Sobre a experiência no processo de reincorporação de ex-combatentes da guerrilha na região do Caribe colombiano, por exemplo, esta pode ser descrito como uma reconfiguração social do território (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* RICO e ESCOBAR, 2020). No passado, segundo os autores supracitados, estes transitavam como guerrilheiros, exercendo

¹⁴⁰ Ver em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46853867>. Acesso em: 01 fev. 2024.

¹⁴¹ Para o governo colombiano se trata de uma estrutura dedicada exclusivamente ao negócio de narcotráfico como fonte de financiamento, que comete atos terroristas, desmatamento e assassinatos contra líderes sociais, defensores de direitos humanos e reincorporados das FARC. Como o resto das dissidências, a “Segunda Marquetalia” foi classificada como Grupo Resíduo Organizado Armado (GAOr), categoria estabelecida na Portaria 037 de 2017 do Ministério da Defesa da Colômbia.

¹⁴² Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/06/14/america/1497402771_631903.html. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁴³ Disponível em: https://www.swissinfo.ch/spa/colombia-conflicto_ong-dice-que-segunda-marquetalia-es-un-grupo-ilegal-con-poca-articulaci%C3%B3n-/47918908. Acesso em: 02 fev. 2023.

Mas, na atualidade, habitam o mesmo espaço como pessoas desarmadas, sem camuflagens, na qual implica uma relação diferente com os moradores locais não pela distância ou verticalidade de um exército que se impõem através do controle das armas, senão desde uma horizontalidade de pertencer e projetar-se com os outros no mesmo território.

Voltando a “Segunda Marquetalia”, esta está longe de ter a dimensão e as capacidades das FARC. Mas a emergência da dissidência é, justamente, um dos principais desafios durante as fases de negociação e implementação do Acordo de Paz de 2016, bem como para a resolução do conflito interno colombiano. Em 2021, essa dissidência entra para a lista de grupos terroristas dos EUA, enquanto as FARC foram retiradas¹⁴⁵.

As ações do Plano Colômbia e as desavenças que se sucederam para se chegar ao desacordo de paz intensificaram de forma brutal o fenômeno da dissidência das FARC, que segundo o INDEPAZ, seriam cerca de 4.500 integrantes, agrupados em torno de 40 estruturas¹⁴⁶, além da manutenção e do surgimento de outras dissidências que rivalizam no território colombiano. Após nove anos do “fim” do Plano Colômbia, as dissidências das FARC estão fragilizadas, mas não derrotadas.

4.3 A fumigação em terras campesinas e os deslocamentos forçados

Um dos discursos do Plano Colômbia era ser um programa de erradicação de cultivos de folha de coca. Assim, as principais estratégias para combater a sua produção e narcotráfico foram os serviços de fumigação aérea nos cultivos de coca, a erradicação manual de cultivos ilícitos, o controle de precursores químicos utilizados no processamento de coca, a detecção e destruição de laboratórios para o processamento da folha (cristalizadores) e a apreensão de carregamentos de drogas para o exterior. Dessas estratégias antidrogas, a pulverização aérea de plantações ilícitas foram umas das principais investidas que mais recursos orçamentários foram alocados desde o início do Plano Colômbia.

¹⁴⁵ Ver em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-59479547>. Acesso em: 11 dez. 2023.

¹⁴⁶ Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-colombia/ex-farc-mafia/#:~:text=De%20acuerdo%20con%20estudios%20de,menos%204.500%20integrantes%20en%20armas>. Acesso em: 13 jan. 2024.

Sendo assim, os serviços de pulverização aérea de herbicidas contra cultivos ilícitos foram executados por empreiteiros estadunidenses que trabalhavam para empresas como a DynCorp International¹⁴⁷. Essas empresas usavam pequenos aviões para fumigar plantações de coca com substâncias como o *Roundup*, herbicida produzido pela empresa estadunidense Monsanto que desenvolveu e patenteou a molécula de glifosato em 1970 e passando a comercializá-la em 1973.

O glifosato é o princípio ativo desse herbicida que também contém um surfactante, polioxietilenamida (POEA), que ajuda a permitir que o glifosato penetre na planta e a destrua. O objetivo da fumigação com glifosato é inibir a enzima responsável pela síntese dos aminoácidos aromáticos, impedindo assim que a planta permaneça viva. Esta substância é absorvida através da folhagem da planta, sendo apenas eficaz se estiver crescendo, pois a fumigação não é eficaz para prevenir que sementes germinem.

Apesar da grande quantidade de recursos e esforços que foram investidos nessa estratégia antidrogas com o Plano Colômbia, na maioria das avaliações disponibilizadas por Camacho e Mejía (2013), apoiando-se em outros autores sobre o assunto, o impacto do glifosato nas plantações de coca e na produção de cocaína indicou que ele apresentou uma baixa (ou nula) eficácia. Os autores argumentam que a área cultivada aumentou apesar dos esforços de erradicação se intensificarem, e que os produtores compensavam a erradicação cultivando coca de forma mais extensiva. Essas evidências sugerem que os incentivos para produzir outros cultivos em substituição ao cultivo da coca podiam ter maior potencial para reduzir a oferta de coca do que erradicação.

Os mesmos autores afirmam que o padrão de cultivo de coca na Colômbia após a implementação da primeira fase do Plano Colômbia, entre 2001 e 2005, indicavam que os resultados da erradicação aérea reduziam o cultivo de coca primeiramente através da geração de um deslocamento significativo da população, ou seja, gerado por violência e a interrupção indiscriminada da agricultura em locais com cultivo de coca. A consequência disso foi que os custos sociais e econômicos dos serviços da pulverização não foram considerados e abordados explicitamente pelo governo.

¹⁴⁷ Criada em 1946, foi uma empresa privada militar estadunidense que começou como uma empresa de aviação, fornecendo suporte à operações de voo, treinamento e orientação, desenvolvimento internacional, suporte de inteligência, operações de contingência, segurança em operações e manutenção de veículos terrestres. Em 2020, a DynCorp foi comprada pelo conglomerado “Amentum de serviços de apoio à defesa”, com sede em Germantown, em Maryland. Em 21 de abril de 2021, o nome DynCorp foi extinto e os funcionários e serviços foram transferidos para Amentum.

Em outro estudo, de 2001 a 2006, utilizam a distância de cada município até a base aérea de pulverização mais próxima como instrumento de campanhas de pulverização. A intuição dessa estratégia residia no fato de que a medida em que os aviões de pulverização se afastavam da área onde os helicópteros da Polícia Antinarcóticos podia protegê-los de grupos armados que tentam derrubá-los, a pulverização ficava mais cara e com isso diminuía. Os resultados desse estudo indicavam que as políticas de erradicação (fumigação e erradicação manual) não foram eficazes: o efeito causal de um aumento de 1% na erradicação é um aumento um pouco menor que 1% na coca cultivada (CAMACHO e MEJÍA, 2013, p. 7).

E em mais uma investigação, os autores se apoiaram na variação exógena na pulverização aérea que ocorreu após o atrito diplomático entre os governos da Colômbia e do Equador sobre os efeitos negativos que a pulverização na zona fronteira entre estes dois países causava na população e no meio ambiente em território equatoriano. Esse atrito diplomático levou a um compromisso do governo colombiano a não realizar mais campanhas de fumigação aérea de cultivos ilícitos em uma faixa de 10km dentro do território colombiano e na fronteira com o Equador. Ao comparar a evolução dos cultivos de coca nessa faixa com os da faixa de 10 km, descobriram que a pulverização aérea reduziu as plantações de coca, mas o efeito, embora estatisticamente significativo, foi bastante pequeno. Na ocasião, os autores descobriram que cada hectare adicional pulverizado com glifosato reduzia as plantações de coca entre 0,15 e 0,20 hectares em média.

Além de possivelmente não ser muito eficaz na redução do cultivo de coca, a pulverização aérea com glifosato pode ter efeitos negativos em diferentes dimensões. Sobre o meio ambiente, o efeito da pulverização também gera desmatamentos, contaminação de fontes de água e diminuição da disponibilidade de alimentos (de acordo com alguns autores e cientistas o glifosato pode reduzir a germinação de sementes entre 24 e 85%).

Há problemas também relacionados à fauna, em que associam a pulverização com a redução das populações de roedores e insetos, indicando os impactos negativos da pulverização no desenvolvimento fisiológico dos anfíbios. No entanto, existem alguns estudos que indicam que não é encontrado atividade residual do glifosato no solo. Prova disso é que há uma rápida recuperação das lavouras pulverizadas através do replantio bem-sucedido da coca, nascimento de outras plantas, ou ambos.

Outros estudos apontam a inconveniência da pulverização do ponto de vista social, onde a pulverização aérea está relacionada com o aumento do deslocamento forçado (*desplazamiento forzado*) da população, que será visto adiante, e assim os processos de pulverização geraram, e continuam a gerar, desconfianças da população civil em relação às instituições governamentais.

Há indícios também que a pulverização gerou problemas dermatológicos na população exposta, entre as quais estão queimaduras, irritações e vermelhidão na pele. Uma outra correlação entre a pulverização e as diferentes doenças respiratórias está a irritação das vias respiratórias inferiores e até mesmo câncer do pulmão. Há casos inclusive de envenenamento em humanos, com sintomas de dor gastrointestinal, vômitos, disfunção pulmonar, destruição de células sanguíneas de glóbulos vermelhos, erosão gastrointestinal, pressão arterial baixa e danos nos rins. Além disso, a exposição à pulverização está associada a problemas de fertilidade e menor concentração de esperma nos homens.

Outro dado relevante documentado pelos autores é o efeito que a pulverização pode causar com abortos e más formações no feto. Apontam que os agrotóxicos afetam a regulação do ciclo embrionário, desenvolvendo o feto de maneira anormal e afirmando que a exposição ao pesticida antes da gravidez está associada a abortos durante o primeiro trimestre de gestação. Eles também indicam que a exposição direta do pai a grandes quantidades de pesticida também está associada a um alto risco de morte do bebê, um risco que é ainda maior se a exposição ocorreu durante os três meses anteriores à gestação. Há denúncias também de casos de anencefalia¹⁴⁸ associados à exposição direta da mãe ao pesticida durante o período pré-natal.

Existem ainda pesquisas que encontraram alguns indícios (embora menos) sobre a prevalência de transtornos mentais, como sintomas de depressão, ansiedade, distúrbios neurais, diminuição da sensibilidade ao toque, reflexos de anormalidades e disfunções psicomotoras. Em relação às doenças neurodegenerativas, encontraram evidências de uma possível relação entre exposição à agrotóxicos no trabalho e, conseqüentemente, vir a sofrer de doenças como a de Parkinson e a de Alzheimer.

Mas, adicional a isso, o principal questionamento de Camacho e Mejía (2013) sobre as pulverizações e os seus efeitos causadores com as análises de variáveis apresentadas, é que isso tem relação direta com a pobreza. Em áreas de terras campesinas mais pobres e isoladas há maior

¹⁴⁸ É uma má formação rara do tubo neural, caracterizada pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana, proveniente de defeito de fechamento do tubo neural nas primeiras semanas da formação embrionária.

presença de plantações de folha de coca, pulverização com glifosato e maior prevalência de problemas de saúde, com os quais a relação entre essas variáveis pode ter sido adulterada.

Com base em suas evidências, esses autores chegaram à conclusão que as tentativas para reduzir o cultivo de coca deveriam se concentrar em desenvolver uma infraestrutura pública local e o acesso ao mercado, em conjunto com esforços para reduzir a pobreza e investir em desenvolvimento alternativo.

Logo, os resultados, ligados aos problemas de saúde devido à exposição ao glifosato e aos serviços de pulverização em áreas de cultivos ilícitos, divulgados pelos autores supracitados foram feitos através da utilização da base de dados do Registro Individual de Prestação de Serviços de Saúde (RIPS), contendo registros individuais de consultas, emergências, internações e procedimentos médicos realizados em todas as instituições prestadoras de serviços de saúde na Colômbia.

Este estudo fez uso do banco de dados de consultas médicas entre 2003 a 2007, período o qual se remete ao primeiro mandato do governo de Uribe, onde Plano Colômbia teve a sua fase de operação mais contundente como visto nos capítulos passados. Desse modo, cada observação do banco de dados continha informações sobre as consultas prestadas como a data e o município em que foram realizadas, os diagnósticos das avaliações, a instituição de saúde que prestou o serviço e o valor de cada consulta, além do registro dos pacientes atendidos onde continham a idade e o sexo de cada um deles.

Na amostra foi verificado que 1,8% e 5,3% das consultas de diagnóstico dermatológicos e respiratórios podem ter sido causados pela pulverização de glifosato respectivamente. É importante dizer que não foi possível obter informações nem inferir sobre os indivíduos que não frequentaram as consultas médicas durante os seis anos abrangidos pelo período do estudo dos autores. Além disso, foram utilizadas informações de consultas de pré-natal e internações relacionadas a entregas do banco de dados RIPS. Para esta amostra de 2,5 milhões de observações, que corresponderam a mulheres que relataram consulta de pré-natal e/ou parto, 7% delas sofreu um aborto.

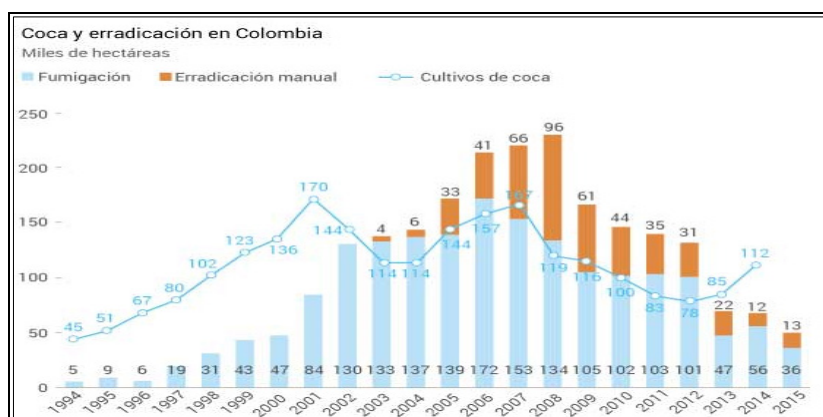
Outra característica importante da investigação é relativo às informações sobre os cultivos ilícitos que provêm de imagens de satélite georreferenciadas que foram tomadas uma vez ao ano, nos últimos dias de dezembro devido à nebulosidade. Esses dados puderam ser encontrados à nível municipal e anual, em que foi medido o número de hectares cultivados com coca no final de cada ano entre 2003 e 2007.

Os dados da pulverização aérea foram fornecidos pela Polícia Nacional da Colômbia, sendo recolhidos por meio de georreferenciamento localizados nos mesmos planos utilizados nas atividades de pulverização. Mais precisamente, quando uma aeronave está em atividade de pulverização e a válvula se abre para realizar essa pulverização, um dispositivo grava e registra a coordenada geográfica, e a mesma coisa acontece quando a válvula se fecha. Com isso, fica registrada uma linha ou traço da pulverização, que posteriormente é processado pelo pessoal das Nações Unidas para calcular o número de hectares pulverizados em cada área.

Já os dados de erradicação manual foram coletados por uma equipe do governo chamada de Grupos Móveis de Erradicação, que levam consigo dispositivos de rastreamento por satélite que permitem fazer uma localização bastante precisa dos locais onde são realizados os trabalhos de erradicação manual e medir a área e as parcelas de coca destruída. Tanto os dados de pulverização aérea quanto os dados de erradicação manual se têm à nível municipal e são realizadas diariamente.

O gráfico 18 apresenta uma cronologia entre 1994 a 2015, onde é possível atentar para o número de hectares de fumigação, erradicação manual e cultivos de coca. Entre 2002, início do Plano Colômbia, e 2008, ano de crise global, as atividades de fumigação ficaram quase que nos mesmos níveis, com exceção para o ano 2006. Enquanto também houveram aumentos tanto na erradicação manual e quanto nos cultivos de coca. Este último começa a ter uma redução brusca desde 2007 até o ano de 2012 devido às políticas de combate de Uribe.

Gráfico 18 - Cultivos de coca, fumigação e erradicação manual na Colômbia (1994-2015)

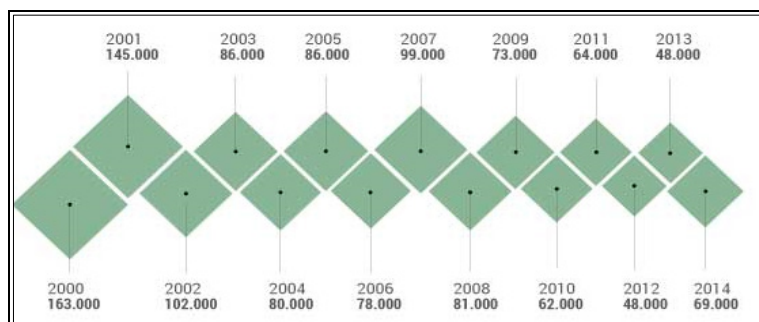


Fonte: WOLA e UNODC¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Retirado de reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.

O gráfico 19, que é uma espécie de censo sobre os cultivos de coca no país entre 2000 e 2014, podemos ver que, apesar dos esforços para a erradicação da coca, os cultivos se mantiveram praticamente estáveis entre 2003 e 2006, atingindo seu maior ápice no ano de 2007, mas bem abaixo dos números em relação aos anos 2000 e 2001.

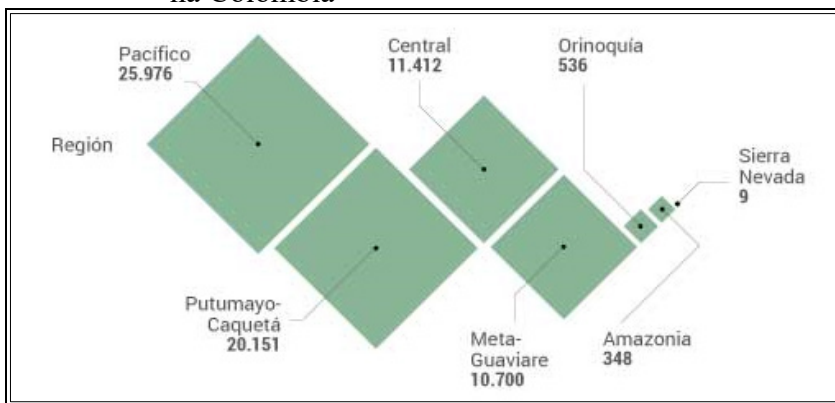
Gráfico 19 - Censo de cultivos de coca na Colômbia entre 2000 e 2014 (por hectares)



Fonte: WOLA e UNODC¹⁵⁰.

No gráfico 20, temos as regiões onde houve o maior acúmulo de cultivos de coca na Colômbia no último dia do ano de 2014 e com somas que chegam a cifras de mais de 69.000 hectares. A região do Pacífico (25.976 hec.) absorve grande parte desse tipo de cultivo, seguida pelas regiões de Putumayo e Caquetá (20.151 hec.).

Gráfico 20 - Áreas de cultivos de coca calculadas em 31/12/2014 na Colômbia



Fonte: WOLA e UNODC¹⁵¹.

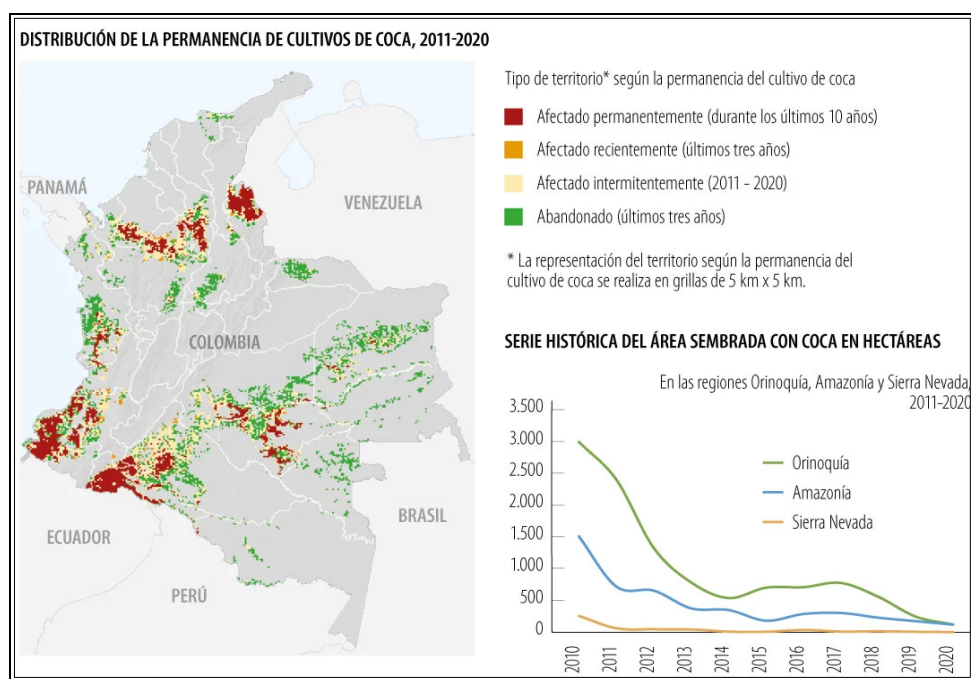
¹⁵⁰ Retirado de reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.

¹⁵¹ Retirado de reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.

A figura 29 nos mostra a movimentação do cultivo de coca na Colômbia entre os anos de 2011 e 2020. De acordo com a densidade dos cultivos medida em hectares por quilômetro quadrado, em 2020 continuou a tendência à formação de núcleos com alta concentração de plantio, representados em enclaves produtivos principalmente em áreas fronteiriças com Equador e Venezuela e departamentos como Catatumbo, Putumayo e Nariño, bem como na zona central do país, como Bajo Cauca e Bolívar.

Na legenda da figura 17, onde leia-se “afectado permanentemente” quer dizer que são territórios que apresentaram cultivos de coca de forma contínua nos últimos dez anos; “afectado recentemente” são aqueles onde os cultivos apareceram pela primeira vez nos últimos três anos; “afectado intermitentemente” são os que apresentaram cultivos de forma ininterrupta desde 2010; e “abandonado” são os territórios que não apresentaram cultivos de coca nos últimos três anos.

Figura 17 - Movimentação dos cultivos de coca na Colômbia (2011-2020)



Fonte: SIMCI e UNODC¹⁵².

Segundo informações do Observatório de Direito Ambiental da Universidade Externado da Colômbia, a fumigação foi suspensa pela Corte Constitucional em 2017 até que o governo

¹⁵² Retirado de: <https://www.larepublica.co/economia/los-cinco-departamentos-que-concentran-la-produccion-de-cocaina-segun-la-unodc-3452425> (acessado em: 03/03/2024).

cumprisse seis orçamentos que garantiriam a proteção do meio ambiente e a saúde das comunidades. Em 2021, depois de quatro anos da suspensão, o governo nacional decidiu retomá-la¹⁵³.

De fato, a pulverização com glifosato é mais uma contradição do Plano Colômbia, pois, como verificado, a Colômbia continua sendo um dos principais países produtores e exportadores de cocaína no mundo e os mercados consumidores preferidos são os mesmos, ainda que tenha tido uma redução dos cultivos ilícitos.

Contudo, os números publicados mascaram uma drástica realidade da crise humanitária que tem sido provocada pelo fenômeno das migrações no território colombiano. E, em grande parte, o conflito armado igualmente é responsável por esses deslocamentos forçados. As implicações vão desde a perda de direitos sociais, terras abandonadas por camponeses e reapropriadas por paramilitares ou guerrilheiros até o grande número de trabalhadores rurais que se deslocam, alguns indo em direção para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e sua reinserção na sociedade. Ademais, muito do que foi produzido com o Plano Colômbia também agravou de forma severa esse retrato social.

O desenraizamento de quase quatro milhões de pessoas exiladas dentro do território nacional¹⁵⁴ é uma das consequências mais notáveis do conflito interno que vive a Colômbia por mais de seis décadas. Sendo uma migração forçada, em que muitas vezes a vida da população está

¹⁵³ Sobre os orçamentos são eles: 1) Determinar que na estrutura do Programa de Erradicação de Cultivos Ilícitos por Pulverização Aérea com Glifosato ou dos programas que o substituíssem, fossem incorporadas garantias reais de proteção à saúde; 2) o risco da atividade deveria ser continuamente avaliado; 3) o processo de tomada de decisão inclui uma revisão automática das decisões. Se fossem alertados novos riscos que possam advir de diferentes entidades, sem decisão fundamentada pelo Conselho Nacional de Entorpecentes (CNE), a atividade deve ser automaticamente suspensa; 4) a investigação realizada deve ter garantias de imparcialidade; 5) no âmbito do programa de erradicação, deveriam ser estabelecidos procedimentos abrangentes; 6) as decisões tomadas no âmbito desse processo de decisão deveriam ser baseadas em evidências objetivas e conclusivas. Ver mais em: <https://medioambiente.uexternado.edu.co/glifosato-erradicador-de-ambiente-salud-y-cultivos-ilicitos/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

¹⁵⁴ Na Colômbia, falta um sistema de informação que mostre as tendências da mobilidade interna. O conflito social, político e militar que o país vive é o contexto em torno do deslocamento forçado, o que restringe ainda mais a obtenção da informação. Aqueles que estão relacionados com o tratamento do problema têm diferentes formas de analisá-lo, valorizá-lo, tratá-lo e construir alternativas; suas respostas correspondem às conotações políticas de cada um. Três atores são identificados que estão constantemente presentes: as comunidades e as populações diretamente afetadas, organizações não governamentais nacionais e internacionais, organizações ou instituições internacionais e governamentais responsáveis por planejar, desenhar e executar políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Atualmente, tanto a base de informações do Registro Único de População Deslocada (RUPD) quanto as organizações sem fins lucrativos funcionários do governo estimam a população afetada pelo deslocamento em cerca de 4 milhões; algumas fontes até o consideram superior. (RUIZ, 2011, p 163. Tradução nossa).

em perigo, os movimentos não são planejados. É um processo caótico em que a população é desenraizada violentamente (RUIZ, 2011).

A contribuição do autor denuncia que a migração forçada é um movimento de curta distância que aumenta as condições de pobreza dos afetados e ocorre com maior intensidade em territórios estratégicos, principalmente os que detêm grande riqueza natural ou naqueles com alguma importância geopolítica notável, sejam aqueles onde se situam na zona central do país, sendo o mais desenvolvido, ou em territórios fronteiriços com grandes interesses geopolíticos e econômicos.

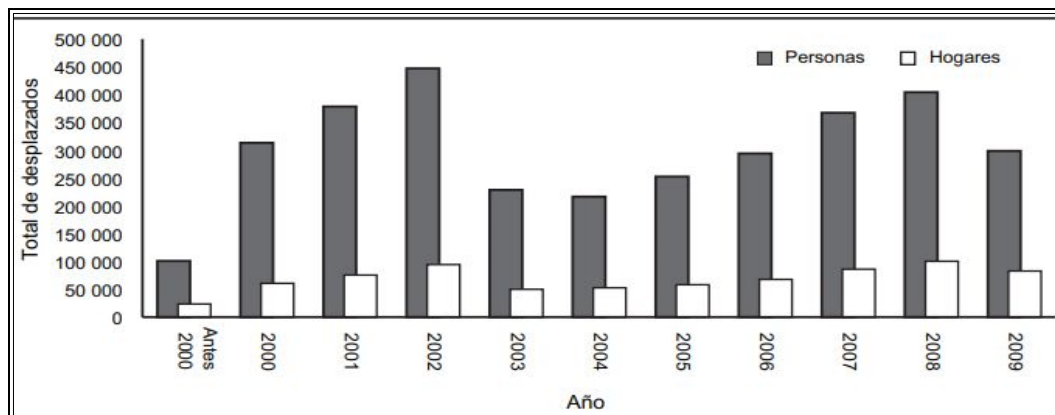
Essas migrações antecedem, e muito, o período do Plano Colômbia. Cabe mencionar que os deslocamentos forçados não são unicamente resultados da presença de autores armados, mas está ligada à posse da terra e as propensões de grandes proprietários de terras e das classes dominantes antes mesmo do fenômeno *El Bogotazo*. Para Ruiz (2011):

a violência é uma ferramenta que facilita a expropriação da terra para alocá-la em maior medida à exploração extensiva pecuária e, em menor escala, a produção industrial, comércio e construção de macropjetos de infraestrutura. Assim, estabelecem uma relação entre deslocamento, violência e apropriação de terras como consequência do exercício da violência sobre a população rural (p. 143).

A Colômbia lhe corresponde a uma das taxas mais altas de migrações internas no mundo, compartilhando essa triste realidade com Angola, Sudão, Afeganistão e Iraque. A evolução da acumulação da propriedade da terra coincide com a intensificação do deslocamento forçado. A estratégia para a maior concentração da propriedade rural tem sido o deslocamento forçado. O abandono forçado da terra por parte da população é determinado pelas forças de expulsão, segundo o autor. Assim, as maiores motivações para a mudança estão no local de origem e não nas atrações que os locais de origem poderiam oferecer na chegada.

No gráfico 21, se observa o deslocamento forçado por volumes de pessoas (*personas*) e famílias (*hogares*) afetadas entre 2000 e 2009. O deslocamento forçado, durante esses anos, apresentou flutuações e picos críticos: em 2002 foram mais de 450.000 de pessoas deslocadas. O processo mostra um certo declínio nos anos posteriores, quando chegou a superar 400.000 em 2008. Essa é uma condição permanente e contínua de expulsão e expropriação. Conforme apontado por Ruiz (2011, p. 164), em termos demográficos, esses movimentos migratórios de caráter forçado têm rostos feminino e infantil.

Gráfico 21 - População e famílias deslocadas na Colômbia (2000-2009)

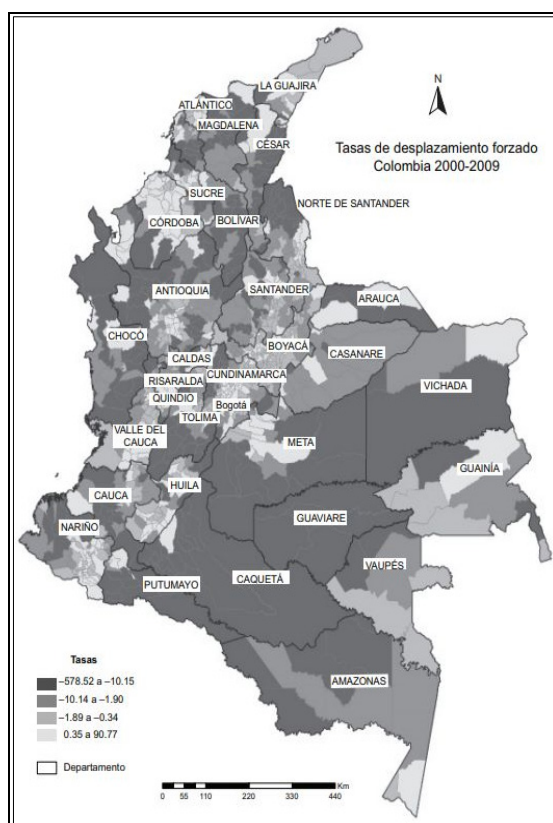


Fonte: Ruiz, 2011.

O deslocamento forçado afeta de maneira significativa a vida da população colombiana, incrementado pelas condições da pobreza urbana e da segregação socioespacial em grandes e médias cidades; também aumentou a pobreza e despovoamento rural que determinou uma nova geografia e organização espacial em todo o território nacional.

O mapa 15 mostra as taxas médias anuais de perda ou ganho de população atribuída à migração interna por deslocamento forçado entre 2000 e 2009. Podemos verificar que as maiores taxas no período referido estão ao sul da Colômbia como Putumayo, Caquetá e Guaviare, e também há forte deslocamentos na parte leste como Meta, Arauca e Vichada.

Mapa 15 - Localização geográfica de
deslocamento forçado na
Colômbia (2000-2009)



Fonte: RUPD¹⁵⁵.

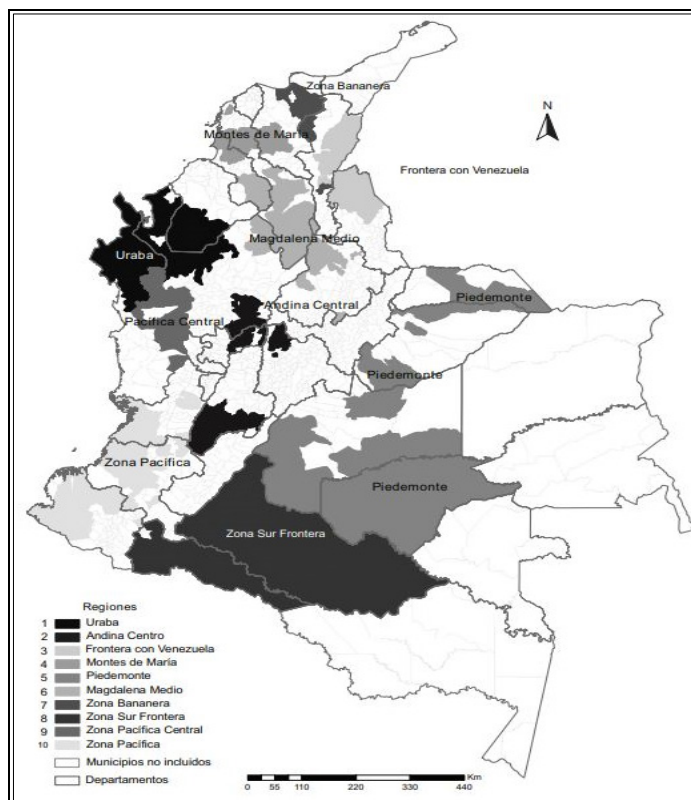
O mapa 16 mostra que as regiões emergentes de maior expulsão da população nos municípios colombianos entre 2000 e 2009. Assim, percebe-se que outra medida ao efeito da migração devido ao deslocamento forçado é romper os limites político-administrativos dos municípios e se espalhar por extensas regiões que compartilham suas características econômica, social ou geográfica.

Entre os anos citados, as regiões de Putumayo, Caquetá (*zona sur frontera*), Chocó, Urabá, Antioquia, Córdoba e Huila apresentaram as mais altas taxas de expulsão entre os municípios da Colômbia. E no ano 2019, algumas destas regiões ainda permanecem com mais altas taxas de

¹⁵⁵ Retirado de Ruiz (2011).

expulsão (Putumayo – 1.086, Caquetá – 1.773, Chocó – 6.090, Antioquia – 12.760, Arauca – 1.787)¹⁵⁶.

Mapa 16 - Regiões emergentes com as mais altas taxas de expulsão nos municípios da Colômbia (2000-2009)



Fonte: RUPD¹⁵⁷. Retirado de: Ruiz (2011).

No entanto, mesmo com as considerações feitas, esse fenômeno dos deslocamentos forçados necessita ainda de algumas observações a serem abordadas do ponto vista territorial, já que acreditamos que não se trata apenas de um desenraizamento violento como relatado por Ruiz (2011). Assim, Haesbaert (1994, p. 214) afirma que, “mais do que a desterritorialização

¹⁵⁶ Ver em: <https://rutasdelconflicto.com/notas/el-desplazamiento-forzado-colombia-no-solo-les-ha-arrebatado-el-territorio-las-victimas>. Acesso em: 26 dez. 2023.

¹⁵⁷ Retirado de Ruiz (2011).

desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”.

Assim, o território, em qualquer sentido tem a ver com poder, mas não apenas ao “poder político”, e sim também ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. O território, mergulhado tanto em relações de dominação como em apropriações sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004 e 2005).

Logo, o território, em seus diferentes rearranjos, ao mesmo tempo funcional e simbólico, exerce domínio sobre o espaço para realizar “funções” e produzir “significados”. O território é funcional a medida que o é usado como “recurso”, seja para proteção ou abrigo, ou como fonte de “recurso naturais” e “matérias-primas”. Assim, “para os ‘homogeneizados’, o território adquire um caráter com volumes iguais de funcionalidade (‘recurso’) e identidade (‘símbolo’). (...) Nesse caso, o território não se refere apenas à função ou ao ter, mas sim ao ser” (*id ibdem*, 2005, p. 6776-6777).

O que queremos dizer é que o território ocupado pela população do campo, digo em relação às populações campesina, indígena e afrodescendente da Colômbia, é atribuído a um sentimento identitário, de pertencimento, em que suas funções e uso da terra não estão diretamente ligadas ao valor de venda e/ou troca como mercadoria, mas como uma forma para garantir sua própria subsistência, isto é, “o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (*id ibdem*, 2004, p. 360).

Levando isso em consideração, com a expulsão dos camponeses de seus territórios, esses deslocamentos forçados se encaixam no que Haesbaert (1995) denomina de “aglomerados de exclusão” que:

seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica. A desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes produz assim anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes (p. 193).

Desse modo, o mesmo autor reitera que existem três tipos gerais de aglomerados (op. cit. p. 195):

- os aglomerados “radicais”, que seriam muito precários e instáveis, onde os acampamentos são as formas mais típicas de manifestações do espaço, cuja sobrevivência só pode ser garantida com assistência internacional e as relações sociedade-território são das mais fragilizadas, podendo aprofundar de vez os indivíduos numa completa desterritorialização em que o único objetivo é a sobrevivência da sua própria existência física;
- os aglomerados “tradicionais”, relacionados à situações particulares de exclusão social e fome, geralmente através de uma segregação socioespacial que aprisiona grupos em áreas ecologicamente frágeis e/ou isoladas, e por fim;
- os aglomerados “transitórios” ou conjuntural, que submergidos por múltiplas redes e territórios, se reconstitui continuamente no seu espaço, reincorporando seus membros numa desordem estabelecida pela violência e pelo medo, como no caso das famílias camponesas da Colômbia que tiveram que abandonar seus territórios devido ao seu deslocamento forçado.

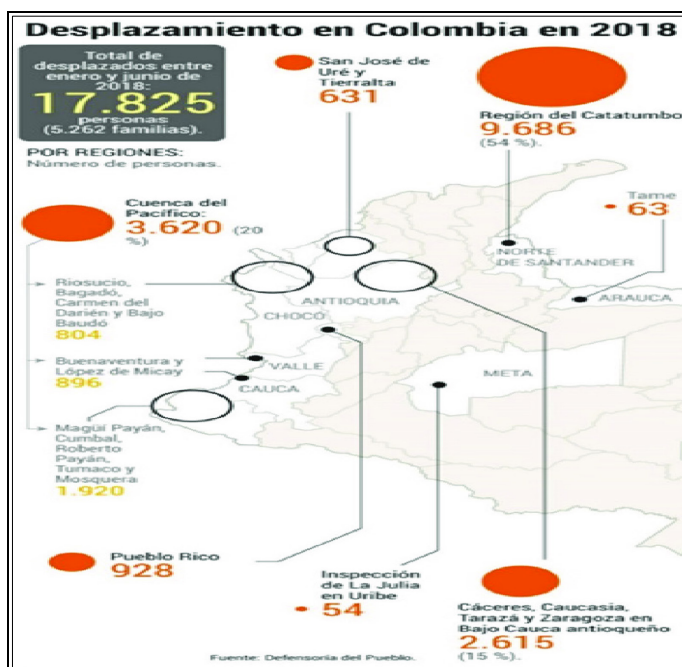
Não estamos afirmando que este caso se restringe a este tipo de aglomerado, também podendo ser analisado pelos demais tipos de aglomerados apresentados devido à sua tamanha complexidade. Haesbaert (2004) ainda se atribui aos aglomerados “atomizados”, quando condiz à grupos relativamente muito menores, ou mesmo famílias e indivíduos isolados, e os aglomerados “de massa”, como os grandes fluxos de refugiados.

Entretanto, como pode ser apurado na figura 18, somente no primeiro semestre de 2018, mais de 17.800 pessoas e 5.200 famílias tiveram suas terras e direitos arrancados pela obrigação de moverem-se de maneira violenta e massiva no território colombiano. A região de Catatumbo, ao norte da Colômbia, área cocaleira e de fronteira com a Venezuela, absorve o maior percentual em relação a esses números, com 54%, cerca de quase 9.700 indivíduos deslocados no período.

Sabemos que o Plano Colômbia não foi o propulsor direto dos deslocamentos forçados. Mas podemos admitir que suas ações militares, juntamente com o uso de glifosato na erradição de cultivos ilícitos, implicaram ainda mais sobre essa situação, assim como a do próprio conflito interno colombiano.

A partir de uma abordagem territorial dos contextos do conflito interno colombiano, vemos a dimensão simbólica quanto as representações, imaginários e valores dos diversos tipos de populações e grupos que se vinculam a sua identidade coletiva através de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Figura 18 - Deslocamentos forçados na Colômbia
entre janeiro e junho de 2018



Fonte: Defensoría del Pueblo¹⁵⁸.

Por sua vez, por exemplo, o processo de retorno de uma comunidade que foi desenraizada de seu território alguns anos antes, implica a sua reterritorialização em meio à violência vivida no mesmo espaço e à memória de vida prevista para ser constituída ali, somadas as novas dinâmicas econômicas, sociais e institucionais que produzem o território logo após o retorno.

Podemos perceber como o conflito armado na Colômbia transforma o território quando obriga suas populações a abandonarem suas terras, implicando em um processo de desterritorialização que, simultaneamente, leva a uma territorialização nos diferentes lugares de destino (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* HAESBAERT, 2013).

Como visto, umas das implicações no conflito interno colombiano são os cultivos de coca em regiões onde as possibilidades de comercializar outros produtos são escassas, no qual está relacionado aos contextos onde as guerrilhas conseguiram posicionar seu poder no território a nível social, econômico e político (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* VÁZQUÉZ, 2014 e NARVÁEZ, 2018).

¹⁵⁸ Ver: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-3-DESPLAZAMIENTO-INTERNO-EN-COLOMBIA-2018_fig3_334222868. Acesso em: 21 dez. 2023.

Ao impor ao campesino a obrigação de plantar a coca, se altera sua relação com a terra, passa de práticas territoriais associadas ao cultivo de diversos alimentos relacionados ao seu estilo de vida, a uma relação instrumental com esse tipo de produto. Isso se configura em uma desterritorialização sem deslocamento (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021), pois são impostas aos campesinos novas lógicas territoriais sem a necessidade de se deslocarem.

Porém, algumas comunidades organizadas também têm realizado ações para resignificar seus territórios para desligá-los do sentimento de dor e sofrimento que deixaram marcas violentas, e começaram a dotá-los de um novo sentido mais associado à sobrevivência, à dignidade de suas vítimas através da memória e uma ação social solidária apartada da violência, sendo assim reconhecidos como comunidades ou territórios de paz (*ibidem*, 2021).

Uma dessas iniciativas para dotar de significados diferentes os seus territórios, marcados pela violência e o medo, são as denominadas *ciudadanías comunicativas* no setor rural na cidade de Medellín. Estas podem ser entendidas pela capacidade coletiva dos cidadãos para expressar suas demandas ou reivindicações sociais através de ações simbólicas na esfera pública e nos contextos marcados pelo conflito armado com o propósito de resguardar as memórias das vítimas e denunciar as injustiças (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* TAMAYO; NAVARRO, 2017).

Muitas comunidades que foram vítimas do conflito armado colombiano buscam defender seus territórios não apenas dos grupos armados, mas também dos projetos impulsionados por empresas privadas e pelo Estado que representam grandes riscos ambientais, econômicos e socioespaciais.

De acordo com os anteriores, outra vez mais apoiados em Bedoya (2019) e agora pensando na ideia de uma política agrária para a Colômbia, que também se estabelece como um dos principais desafios a ser consolidado na perspectiva do Acordo de Paz de 2016, deve seguir três linhas de ação: 1) reconfigurar o modelo que coloque no centro das atenções camponeses, jovens e mulheres rurais; 2) repensar a ocupação e o uso do território a partir de um novo reordenamento do mesmo; e 3) revisar a estrutura de posse de terra desde um enfoque do desenvolvimento humano e de igualdade (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021, p. 225).

Compreender esses desafios que representa a complexa realidade colombiana atual e as implicações institucional e social do Acordo de Paz de 2016 significa ser um dos passos para a construção de uma sociedade que possa tramitar suas diferenças de forma não violenta e para, desse

modo, contribuir à justiça social e territorial na Colômbia. Isto inclui a participação cidadã no cenário das políticas públicas nos territórios e uma revisão da estrutura de organização territorial nas distintas escalas do Estado.

4.4 Paramilitares e Álvaro Uribe: os falsos positivos como terrorismo de Estado

O vínculo entre Álvaro Uribe e os paramilitares colombianos são relativamente íntimos. Conforme informações do jornal “La silla vacía”, declarações feitas pelo ex-paramilitar, Pablo Hernán Sierra, alegam o envolvimento do ex-presidente com os paramilitares das autodefesas no departamento de Antioquia. O mesmo disse que “todos os líderes dos grupos de autodefesa sabiam que Álvaro Uribe era a referência política deles, e que ele deu o fuzil e depois o tirou deles”¹⁵⁹.

Sierra, no momento, também afirmou que “os fundadores da Segurança Democrática foram as autodefesas” e ficou mais conhecido porque, em 2011, o deputado Iván Cepeda apresentou ao Ministério Público uma declaração sua e de outro ex-paramilitar, Juan Guillermo Monsalve Pineda, que afirmava que Uribe e seu irmão Santiago haviam participado da fundação da Autodefesas Unidas da Colômbia, em San Roque, em Antioquia, e teriam atuado na formação do grupo paramilitar Bloco do Metro. Monsalve é filho do ex-mordomo da fazenda Guacharacas da família Uribe Vélez que fica também localizada em San Roque.

Iván Cépeda informou que, segundo o ex-paramilitar, o Bloco Metro foi criado em resposta a uma incursão do Bloco Bernardo López Arroyave, do ELN, na fazenda Guacharacas, na qual levaram 600 cabeças de gado, além de incendiar a fazenda. Assim, pela primeira vez um chefe de Estado teve que comparecer frente a um juiz para assumir responsabilidade penal na Colômbia.

Esse grupo paramilitar, com outros mais, aplicaram uma série de assassinatos na Colômbia, deixando a situação do conflito interno colombiano ainda mais tensa. E uma outra questão sobre Uribe está relacionada ao escândalo que ficou conhecido como falsos positivos. Segundo dados da

¹⁵⁹ *La Silla Vacía* é um meio de comunicação digital fundado em 2009 com jornalismo independente da Colômbia. Ver mais em: <https://www.lasillavacia.com/la-silla-vacia/detector-de-mentiras/detector-exparamilitar-s%C3%AD-dijo-que-uribe-conform%C3%B3-las-auc>. Acesso em: 18 out. 2023.

JEP, pelo menos, 6.400 casos de falsos positivos foram registrados nos seis primeiros anos do governo de Uribe¹⁶⁰.

Os falsos positivos, com casos registrados desde o final da década de 1970 na Colômbia, fazem referências aos homicídios de civis pobres, muitos deles jovens e deficientes mentais, que são induzidos e cooptados pelas Forças Armadas colombianas com promessas de trabalho em partes rurais e remotas do país.

Após a chegada, as Forças Armadas colombianas os matam e os apresentam para as autoridades como membros da guerrilha que foram mortos em combates. A intenção é inflar a contagem do número de corpos relacionados à guerrilha para receber recompensas, promoções e outros benefícios para a ajuda militar¹⁶¹.

Essa prática se acentuou no decurso da política de “Segurança Democrática” de Uribe, onde o governo avaliava o desempenho do Exército através da quantidade de mortes, se caracterizando como um terrorismo de Estado. Lembrando que com a chegada de Uribe à presidência, reforçou-se uma política baseada no enfrentamento militar que entre 2002 e 2010 deixou a cifra de 3,3 milhões de vítimas, que somadas às do período de Pastrana, representam 70,13% do total registrado em toda a história (CASTAÑO, 2018, p. 3).

Em 2020, Uribe foi concedido à prisão domiciliar por casos de corrupção e adulteração de testemunhas¹⁶², sendo absolvido anos depois por falta de provas, mas o imbróglio continua em caso de justiça. Além disso, ele foi um dos protagonistas da campanha contra o Acordo de Paz de 2016, e também é considerado o padrinho político do ex-presidente Iván Duque (2018-2019) que seguiu seus passos no processo de militarização.

Todavia, regressando os grupos paramilitares, estes surgem na Colômbia como um mecanismo de defesa da propriedade privada e de combate contra a guerrilha de esquerda ligadas à classe campesina. No entanto, com o tempo, esses grupos paramilitares estabeleceram ainda relações de clientela com as elites locais, o que permitiu suas infiltrações nos governos locais;

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/28/ex-presidente-alvaro-uribe-sera-julgado-por-suborno-e-fraude-processual-na-colombia>. Acesso em: 22 set. 2023.

¹⁶¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/may/08/colombia-false-positives-scandal-casualties-higher-thought-study>. Acesso em: 05 dez. 2023.

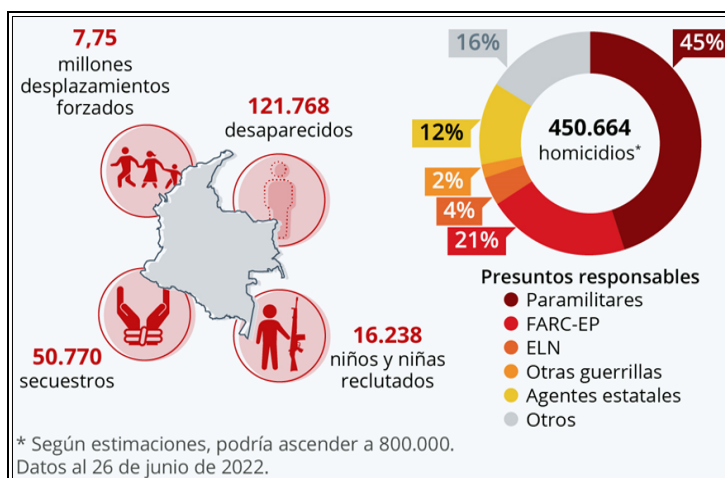
¹⁶² Na Comissão de Acusações da Câmara dos Deputados, se abriram quatro processos contra o ex-presidente Uribe sem maiores desenvolvimentos judiciais. Mas a investigação apontou até condenação por parapolítica ou por aliança com paramilitares de quase todos os seus colaboradores mais próximos, o que mostrou a dimensão da macro organização criminosa que atuou a partir do Estado nas últimas décadas (POSSO, 2017, p. 8).

clientela com as Forças Armadas, como já comentado nos itens anteriores; e com as redes de narcotráfico, que dão origem a um uso excessivo da violência em defesa de seus interesses políticos e econômicos. Atualmente, apesar da desmobilização das AUC, os grupos paramilitares continuam controlando territórios nos quais o Estado colombiano não está presente e fazendo da violência um elemento cotidiano na sociedade colombiana.

Pode-se dizer, inicialmente, que os assassinatos eram realizados em áreas onde se concentrava a presença de grupos guerrilheiros de esquerda. Mas com o passar do tempo e a aproximação que os paramilitares tiveram com as elites locais, a exemplo de Uribe, e com os setores das Forças Armadas e das redes do narcotráfico, a violência mudou-se para as áreas onde a presença de civis afetava seus os interesses econômicos e políticos.

As ações dos paramilitares acabaram tendo tantas ou mais vítimas de civis que os guerrilheiros de esquerda, como podemos comprovar na figura 19. Entre 1985 e 2018, os paramilitares foram responsáveis por 45% da taxa de homicídios na Colômbia, acompanhado por 21% das FARC. Segundo estimativas do *Informe Final Comisión de la Verdad* de dados reunidos e apresentados no dia 22/06/2022, o número de homicídios já poderia ultrapassar a marca de 800.000 casos.

Figura 19 - Saldo do conflito armado na Colômbia e número de vítimas (1985-2018)



Fonte: Informe Final Comisión de la Verdad¹⁶³.

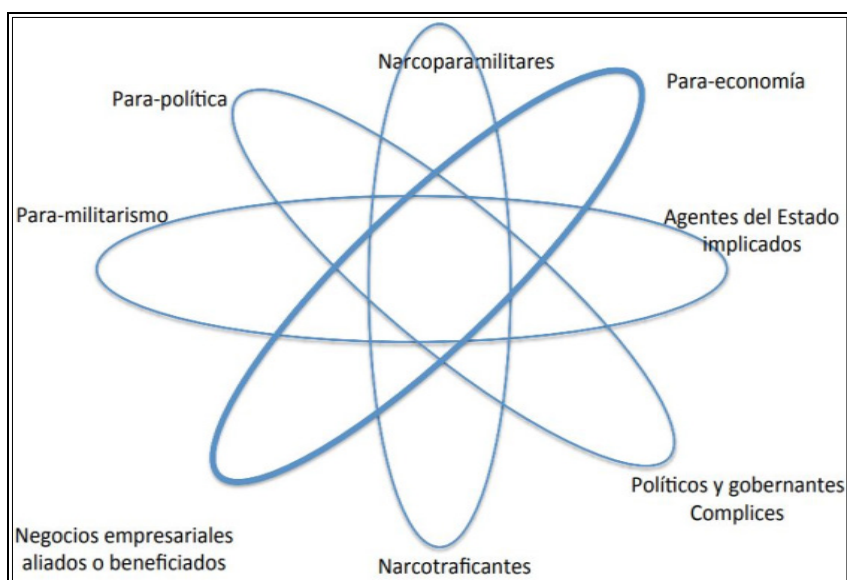
¹⁶³ Disponível em: <https://es.statista.com/grafico/19344/numero-de-victimas-del-conflicto-armado-en-colombia/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Posso (2017) aborda a complexidade das atuações dos paramilitares na Colômbia. Ele é presidente do INDEPAZ e especialista em ciências da complexidade. Também foi Ministro da Saúde da Colômbia de 1990 a 1992; foi um dos signatários do acordo de convocação da Assembleia Constituinte de 1990; fundador do Centro Memória e Paz, e dos responsáveis pelas negociações de paz entre 1984 a 2024. Logo, Posso (2017) faz a seguinte ponderação sobre os grupos paramilitares:

La definición de grupos armados privados (siempre de criminalidad común) como paramilitares supone que no están constituidos para enfrentar al Estado sino para fines de lucro o de poder asociado a esos objetivos y, además, que para sus operaciones establecen vínculos con agentes estatales o actúan de manera regular en complicidad con ellos, sean autoridades civiles o militares de nivel nacional, regional o local. Se establece así una alianza o interacción de beneficios compartidos o intercambio de favores y se le permite a una organización privada armada ejercer la violencia en contra de la población o selectivamente en contra de personas para imponer un orden mediante el terror. El elemento esencial que le da carácter paramilitar a un grupo privado que usa la violencia es la delegación del uso de la fuerza por parte de agentes del Estado, ya sea por acción o por omisión, para su ejercicio continuado o sistemático. El paramilitarismo es entonces el complejo de actores públicos y privados que asumen funciones de seguridad pública – incluidos servicios de contrainsurgencia - y ejercen la violencia armada para fines de lucro o de privatización del poder (p. 4).

Então, como apontado pelo autor, há uma complexidade de atores públicos e privados que atuam junto aos grupos paramilitares. E dessa forma, o mesmo conclui uma ideia de um complexo paramilitar (ver figura 20) existente na Colômbia.

Figura 20 - O complexo paramilitar na Colômbia



Fonte: Posso, 2017.

Em relação a este, se trata de uma aliança múltipla entre grupos armados organizados para negócios ilegais, parapolíticos e empresários da paraeconomia, que possuem níveis de cumplicidade com agentes do Estado, inclusive membros da força pública. Se entrelaçam com as modalidades passadas e para fins lucrativos, assumindo funções de ordem de criminalidade, como operações de “limpeza social”, imposição de ditaduras locais e controle de territórios (*idem ibidem*).

Como ilustrado, existem múltiplas alianças representadas por diversos tipos ou perfis de grupos paramilitares, que na história recente da Colômbia tem tido um papel violento na sociedade em meio ao conflito interno colombiano com guerras civis e violência generalizada. Entre os tipos de grupos e ações paramilitares podemos destacar:

- 1) O paramilitarismo institucionalizado: quando o Estado promove grupos privados armados com funções de segurança, inteligência ou colaboração permanente com a força pública para garantir a ordem pública, a defesa da propriedade privada e a expansão das ações contrainsurgência. Alguns exemplos são as guardas formadas nos anos 1950, os grupos de civis armados em apoio à política de contrainsurgência desde o início da Frente Nacional, o chamado “Conviver” ou a cadeia de informantes organizados e adotados pelas Forças Armadas no âmbito da “Segurança Democrática” de Uribe;
- 2) O paramilitarismo por cumplicidade: quando agentes do Estado ou pessoas jurídicas ou físicas, financiam e/ou beneficiam de forma sistemática ou contínua as ações de violência de grupos armados que exercem a justiça privada ou assumem funções de segurança pública e contrainsurgência;
- 3) A parapolítica ou política paramilitar: quando um grupo ou aliança política recorre à violência por parte de grupos armados para obter cargos públicos eleitos pelo povo ou reproduzir a captura ou cooptação de instituições estatais e obter benefícios por meio de intimidação e corrupção contínua ou sistemática. Essa modalidade atua desde frações de partidos políticos ou cargos no poder do Estado que firmam alianças e pactos com grupos armados e milícias com fins eleitorais¹⁶⁴ e de captura do Estado. Os pactos entre os setores políticos e paramilitares foram amplamente documentados nos processos de parapolítica, em especial do DAS;

¹⁶⁴ Os processos de Justiça e Paz, apesar de suas limitações, forneceram subsídios sobre a parceria entre políticos de vários departamentos e paramilitares. O enfraquecimento da parapolítica forçou recomposições nas eleições de 2006, 2007, 2010, 2011, 2014 e 2015, e nos governos das regiões, mas alianças são mantidas com os sucessores ou herdeiros da parapolítica em muitos departamentos e nos partidos majoritários no Congresso da República (POSSO, 2017, p. 8).

4) A paraeconomia ou paramilitarismo empresarial: são pessoas físicas ou jurídicas engajadas em capturar negócios de entidades públicas para apreender contratos e aluguéis e recorrem a grupos armados para acumular terras, riquezas e recursos naturais, dentre outros. Para esses fins lucrativos, ocorrem relacionamentos de cumplicidade direta, indireta ou silenciosa com a violência armada paralela à ação legítima da força pública. Alguns exemplos são os negócios de mineração e petróleo apoiados por negociações armadas e a imposição de contratos à entidades públicas com o apoio de grupos armados;

5) Os narcoparamilitares: é uma forma de paramilitarismo voltadas para os negócios do narcotráfico e da lavagem de dinheiro. Esses grupos privados armados para fins lucrativos desempenham funções de segurança pública e, às vezes, contrainsurgência contando para isso com a cumplicidade ou omissão de agentes do Estado e da força pública. Eles controlam territórios, capturam instituições estatais, imputam a justiça privada, apropriam-se de bens, recursos e rendimentos à força e praticam sistematicamente a corrupção em seus negócios e de seus aliados. Também buscam controlar os poderes do Estado, promovendo políticos e alianças com governantes ou com facções partidárias locais ou nacionais (POSSO, 2017, p. 5-6).

Em suma, o complexo paramilitar pode ser representado por várias relações e autonomias relativas de cada um de seus componentes. Na dinâmica do complexo paramilitar, e conforme os períodos ou circunstâncias de governo, é diferente o peso de cada um dos atores. O funcionamento do complexo como instrumento de contrainsurgência ou força de ordem irregular foi determinado por um período de definições estaduais e/ou governamentais, e pelo narcoparamilitarismo e a parapolítica.

Sobre o fenômeno da parapolítica, Rojas-Granada e Cuesta-Borja (2021), sustentados por outros autores (GONZÁLES, GUTIERREZ, NIETO, APONTE e RODRÍGUEZ [2012]) explicam que o fenômeno da parapolítica está baseado no conceito de arena de ação, onde os grupos paramilitares e a classe política no leste da Colômbia (Meta e Casanare) trocam bens e serviços, cooperam entre si para atingir objetivos comuns e particulares, e suas posições de poder são disputadas, o que impacta nas transformações territoriais e afeta instituições, populações e até o meio ambiente.

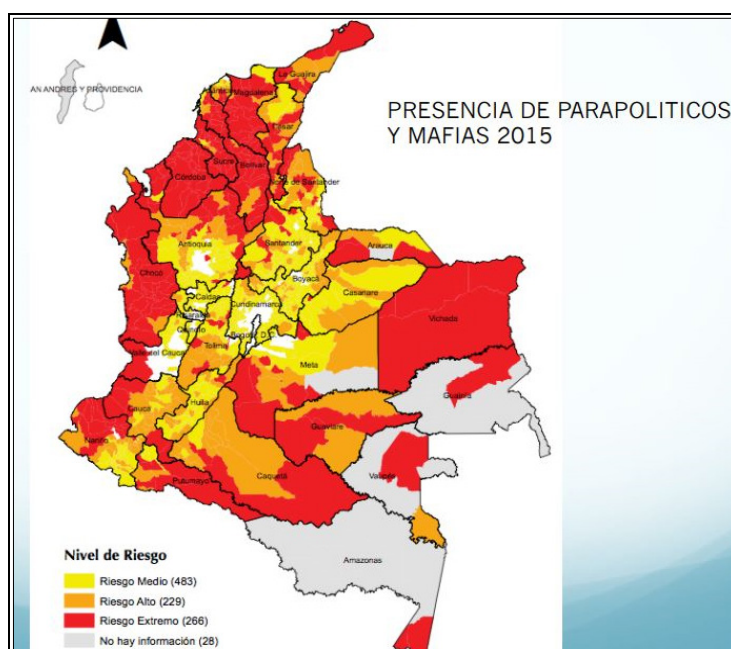
Por sua vez, em um estudo realizado no departamento de Putumayo (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* MAHECHA, 2016) sobre as transformações territoriais, ocorreram mudanças na estrutura do desenvolvimento socioespacial derivado do modelo de

desenvolvimento capitalista extrativista. E para entender essas transformações, os autores abordaram a forma de ação entre diferentes atores: as comunidades (indígenas, camponesas e afrodescendentes), o Estado, as empresas transnacionais e grupos armados ilegais (insurgentes e paraestatais). É neste quadro que há a produção do espaço através da dinâmica das transformações territoriais provocadas pelo conflito armado e pela disputa pelos recursos naturais.

Segundo Posso (2017), nessa última década, a aliança que tende a dominar é a paraeconomia com o narcoparamilitarismo. As modalidades de paramilitarismo se apresentaram ao longo do século XX com uma série de combinações que também são registradas no século XXI. Dessa forma, as figuras 33 e 34 nos exibem a presença e a movimentação de parapolíticos e narcoparatraficantes no território colombiano entre 2007 e 2016.

No mapa 17, a presença de parapolíticos apresentam risco extremo em 266 municípios que estão localizados nas porções norte, leste, oeste e sul da Colômbia em 2015, no final do Plano Colômbia. O mapa 18 ilustra os municípios com presença contínua e a intensidade do avanço dos grupos narcoparamilitares entre os anos de 2007 a 2016, período de vigência e final do Plano Colômbia. Sua presença também concentra-se em territórios que estão ao norte, leste, oeste e sul da Colômbia.

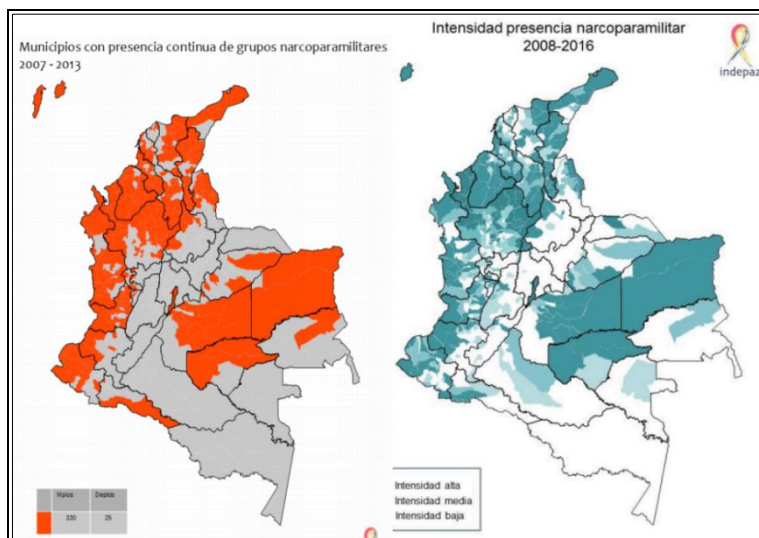
Mapa 17 - Presença de parapolíticos na Colômbia em 2015



Fonte: MOE¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Retirado de Posso (2017).

Mapa 18 - Presença de narcoparamilitares na Colômbia
(2007-2016)



Fonte: INDEPAZ¹⁶⁶.

Nos anos de 2015, 2016 e início de 2017, se têm registrado a recomposição territorial da presença narcoparamilitar e o rearmamento paramilitar devido às mudanças nas relações políticas e militares associados à trégua unilateral das FARC e à relativa diminuição do confronto desse grupo com a força pública. Essa recomposição foi acelerada com o andamento dos pactos em Havana e, especialmente, desde o início da assinatura dos Acordos de Paz de 2016.

O complexo paramilitar tem participado ativamente no conflito interno colombiano e no modelo de acumulação de capital, apropriando-se da riqueza e do poder por meio da violência e do terror, que tragicamente atingiram mais de 10 milhões de vítimas diretas, boa parte relacionada à população rural (camponeses, indígenas e afro-colombianos), com centenas de milhares de pessoas mortas, instituições capturadas, políticos corrompidos, territórios inteiros disputados e persistentes ditaduras locais ou sub-regionais.

Em adição a isso, Posso (2017) acusa que a violência armada tem sido um instrumento para a desapropriação e a acumulação de terras e territórios e continua protegendo as grandes empresas¹⁶⁷. Diz ainda que o deslocamento forçado foi o objetivo dos agentes econômicos aliados

¹⁶⁶ Retirado de Posso (2017).

¹⁶⁷ Recentemente, a multinacional exportadora de bananas Chiquita Brands foi declarada responsável pelo financiamento de grupos paramilitares na Colômbia, desempenhando um papel de violência em Urabá e Madalena contra os camponeses. Esta foi a sua forma de agir no conflito armado colombiano, segundo o Relatório Final da Comissão da Verdade. O financiamento milionário da multinacional bananeira, com até 1,7 milhões de dólares aos

aos narcoparamilitares e ao complexo paramilitar. Pelo menos 50% desse deslocamento significou o abandono de mais de 10 milhões de hectares e a transferência de boa parte para a propriedade privada e o usufruto de terceiros, o que resulta em um padrão de acumulação.

E a resposta do Estado para essa situação foi implementar, a partir de janeiro de 2017, o “Plano Vitória para a consolidação e a estabilização das regiões” (*id ibidem*, p. 20). O objetivo inicial foi assumir o controle dos territórios onde estavam localizados ou tiveram maior influência das FARC e que ficavam em situação de risco devido à presença do tráfico de drogas, garimpo ilegal, tráfico de pessoas ou contrabando, e disputas com diversos poderes legais ou ilegais. Estima-se que mais de 65.000 integrantes das Forças Armadas dedicaram-se a essa grande operação.

Nessa estratégia de “ação integral de consolidação territorial”, a ofensiva da força pública queria neutralizar atores violentos “para proteger a população e apoiar programas institucionais”. O Plano Vitória incorporou como um dos seus eixos a participação da Polícia Nacional e das Forças Armadas em uma ofensiva em larga escala para tomar territórios camponeses com operações militares para erradicar os cultivos de coca. Nos primeiros meses de 2017, o governo de Santos privilegiou a política de militarização contra produtores camponeses contrários aos acordos de lavouras de Havana de uso ilícito, que ficaram em segundo plano e limitados aos acordos de substituição voluntária.

Nesse rearranjo espacial, o complexo paramilitar parece permanecer “intocável” pelos aparelhos de Estado, em que as guerrilhas de esquerda são sempre os objetivos a serem combatidos. Portanto:

o Plano Vitória é uma ação de guerra, ocupação militar de territórios nos quais a força pública chega com armas, mas sem recursos ou abordagem necessária para responder às necessidades da população; o Estado de novo apresenta sua cara de presença policial e militar mas não tem recursos ou a estratégia de planos integrais de desenvolvimento territorial acompanhados de oportunidades de bem-estar para as pessoas. Os chamados recursos de ação rápida são poucos e lentos para implementar e substituir planos por projetos produtivos não têm o quadro institucional necessário para uma emergência como a que vive nos territórios (POSSO, 2017, p. 21. Tradução nossa)¹⁶⁸.

paramilitares colombianos, está ligado aos homicídios cometidos por estes grupos criminosos em Urabá e Magdalena entre 1997 e 2004. Ver mais em: <https://www.elspectador.com/colombia-20/informe-final-comision-de-la-verdad/chiquita-brands-asi-fue-la-relacion-de-la-bananera-con-los-paramilitares-y-la-violencia-en-uraba/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

¹⁶⁸ (...) el Plan Victoria es una acción de guerra, de ocupación militar de territorios en la cual la Fuerza Pública llega con las armas pero sin los recursos ni el enfoque necesario para responder a las necesidades de la población; el Estado de nuevo presenta su rostro de presencia policial y militar pero no dispone los recursos ni la estrategia para planes integrales de desarrollo territorial que se acompañen de oportunidades de bienestar para la gente. Los llamados recursos

Esse trágico cenário é um dos reflexos que demonstra mais um fracasso do Plano Colômbia e suas contradições, pois, as zonas onde se concentram maior atividade de paramilitares coincidem com aquelas onde há mais plantações de coca¹⁶⁹. Para tanto, podemos ratificar que esse emaranhado de eventos que se consolidaram na Colômbia ao longo dos séculos XX e XXI, seja com as formações dos grupos de guerrilha, dos grupos dissidentes, dos deslocamentos forçados, do complexo paramilitar divulgado por Posso (2017), das articulações do Estado colombiano com as Forças Armadas e a Polícia Nacional, acobertadas pela política externa estadunidense, implicam em uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004). Em outras palavras:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Para mais, Haesbaert (2008) afirma que em uma multiterritorialidade inclui uma mudança não apenas quantitativa pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas). Mas também qualitativa, na medida em que tem a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios.

Nessa multiterritorialidade designada por Haesbaert (2004 e 2008), a figura 21 nos traz com detalhes alguns momentos marcantes que impactaram a Colômbia entre os anos de 1985 e 2018, dentre os quais estão explícitos números de homicídios, sequestros, torturas, crimes sexuais, recrutamento involuntário e deslocamentos forçados. Com mais de oito milhões de vítimas registradas nesse período, cerca de 16% da população, são raros os colombianos que não perceberam as sequelas da violência política e social que se desenvolveram no país.

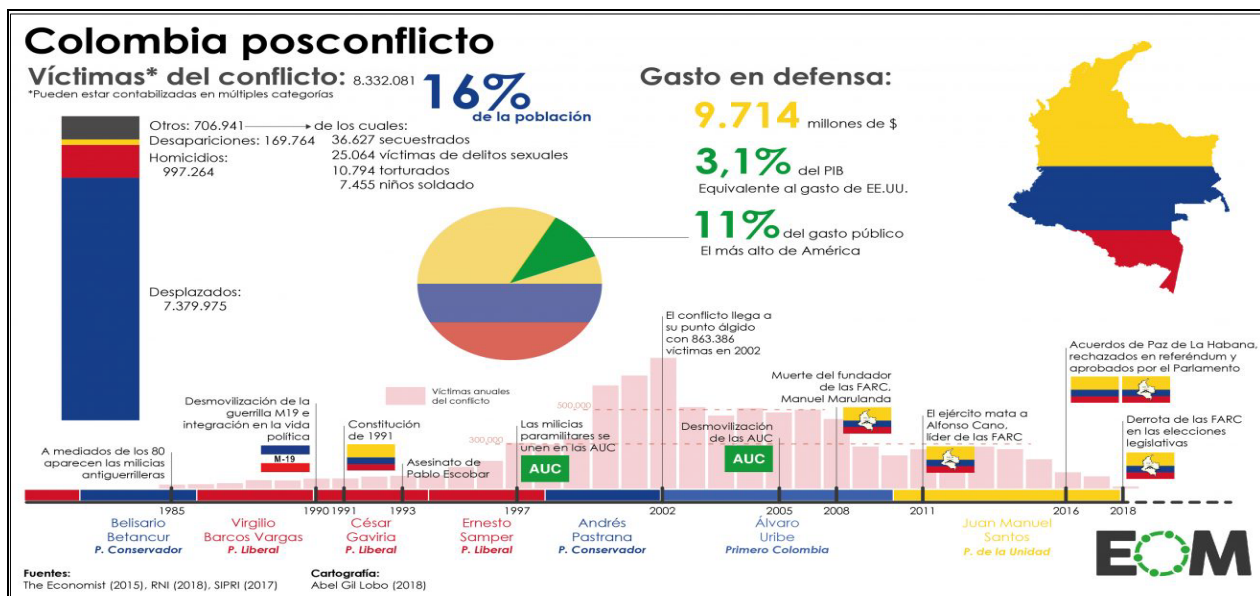
Em meados de 1980, decorreu o avanço das milícias relacionadas aos paramilitares. Na década de 1990, ocorreu a desmobilização do grupo M-19 e a integração de parte de seus membros

de acciones rápidas son escasos y de lenta implementación y los planes de sustitución con proyectos productivos no tienen la institucionalidad necesaria para una emergencia como la que se vive en los territorios (POSSO, 2017, p. 21).

¹⁶⁹ Ver mais em: https://elordenmundial.com/los-paramilitares-colombianos-enemigos-de-la-guerrilla/?utm_referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F. Acesso em: 05 ago. 2024.

na vida política, houve a implementação da Constituição de 1991, a morte de Pablo Escobar e a aliança entre as milícias paramilitares com a AUC.

Figura 21 - Números do conflito interno colombiano entre 1985 e 2018



Fonte: The Economist, 2015; RNI, 2018; SIPRI, 2017¹⁷⁰.

No início dos anos 2000, o conflito interno colombiano chega ao ápice de vítimas (863.386). Em 2005, foi a vez da desmobilização das AUC. No ano de 2008, um dos fundadores das FARC morre em combate, Manuel Marulanda. E em 2011, morre outro líder do grupo guerrilheiro em combate com o exército colombiano, Alfonso Cano. Em 2016, foi assinado o Acordo de Paz de 2016 que foi rejeitado através do referendo e aprovado pelo Parlamento. Por fim, em 2018, houve a derrota das FARC nas eleições legislativas.

Essa multiterritorialidade deve levar em conta as transformações territoriais envolvidas na realidade dinâmica e complexa do conflito interno colombiano, em que o espacial está intimamente ligado ao social, colocando em evidência a relação permanente entre o local, o regional e o nacional (e até mesmo o global).

¹⁷⁰ Retirado de: EOM. Disponível em: <https://elordenmundial.com/colombia-la-paz-que-nunca-llega/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

4.5 O fortalecimento militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): a Colômbia como aliada estratégica

O Plano Colômbia, sem dúvidas, fortaleceu consideravelmente as Forças Armadas colombianas e a Polícia Nacional, onde alguns dados foram apresentados no capítulo III com as análises dos documentos oficiais sobre a sua implementação e os seus resultados. Segundo palavras de Sérgio Londoño Zureck, “a Colômbia passou de pouco mais de 230.000 membros das Forças Armadas em 1999 para mais de 480.000 em 2016 graças ao Plano Colômbia”¹⁷¹. Londoño foi assessor do presidente Santos e ex-diretor geral da Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC-Colombia). A fala foi durante sua participação em uma das reuniões da ONU em 2020, representando o governo do presidente Iván Duque.

Mas para se chegar a esses números e patamares, que não cabem apenas à Colômbia, faz-se necessário compreender alguns antecedentes em relação à criação da OTAN, que estão também direcionadas para o contexto de militarização do Ocidente e embutidos na política externa estadunidense. Sendo assim, em 1948, um ano antes da formalização da OTAN, os EUA adotaram a Resolução *Vandenberg*¹⁷² que foi proposta na Comissão das Relações Exteriores do Senado.

Essa resolução permitiu aos EUA desenvolver coalizões militares em nome da “segurança nacional e o cumprimento e a conservação dos acordos ou pactos determinados para a legítima defesa”, conforme o artigo 51 da Carta da ONU¹⁷³, encontrada no capítulo VII denominado “Ação em caso de ameaças à paz, violações de paz ou atos de agressão”. Tal feito foi o antecedente imediato para a constituição da OTAN com o propósito de estabelecer uma aliança militar em prol dos princípios liberais para promover a “defesa coletiva” entre os seus membros, bem como assegurar a permanência da hegemonia estadunidense no Hemisfério Ocidental.

¹⁷¹ Ver mais em: <https://www.apccolombia.gov.co/node/1234>. Acesso em: 28 fev. 2024.

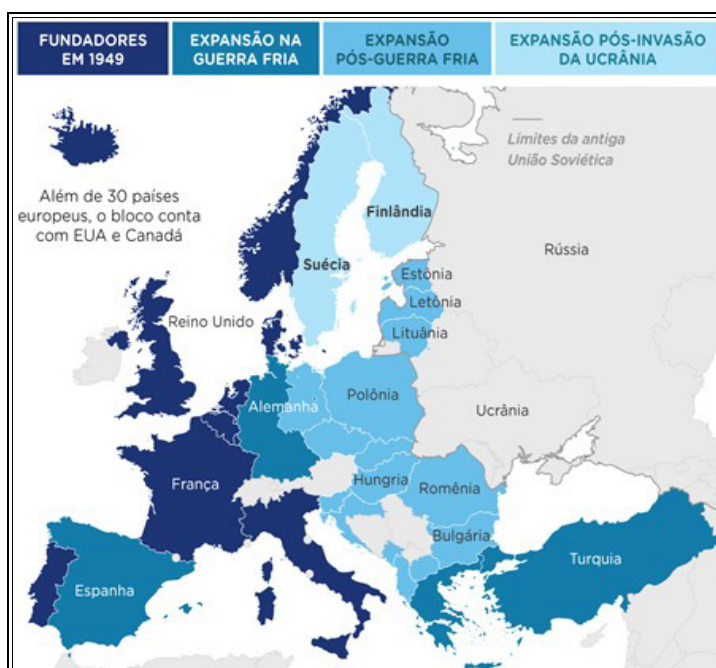
¹⁷² Em junho de 1948, a resolução foi proposta pelo então senador do Congresso dos EUA, Arthur Vandenberg, também conhecida como resolução 239.

¹⁷³ O artigo 51 do capítulo VII da Carta da ONU diz que: “Nada nesta Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa, individual ou coletiva, no caso de um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício do direito de legítima defesa serão imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança e não afetarão de forma alguma a autoridade e responsabilidade do Conselho, de acordo com esta Carta, de exercer a qualquer momento a ação que lhe compete julgar necessário para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”. Ver mais em: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Então, com o passar das décadas novos membros foram incluídos. A partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, não foi diferente. Com o fim do Pacto da Varsóvia, novos Estados se juntam a aliança militar, principalmente aqueles que fazem parte do leste europeu e também devido às consequências da queda do muro de Berlim com o “fim” na Guerra Fria.

Atualmente, a organização é composta por 32 países, sendo a Finlândia e a Suécia os últimos países a comporem a OTAN, em 2023 e 2024 respectivamente, fazendo um cerco à Rússia no Mar Báltico (ver mapa 19).

Mapa 19 - Membros da OTAN (1949-2024)



Fonte: OTAN¹⁷⁴.

Nesse sentido, os artigos 4 e 5 da OTAN¹⁷⁵ dão totais poderes políticos e militares aos seus aliados estratégicos, especialmente aos EUA. A OTAN “tem poder militar para realizar operações

¹⁷⁴ Ver: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/02/26/otan-paises-membros-suecia>. Acesso em: 18 mar. 2024.

¹⁷⁵ A saber sobre o artigo 4 da OTAN: “As partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a **integridade territorial**, a independência política ou a segurança de uma das partes”. Sobre o artigo 5: “As partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todos, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à parte ou partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da **força armada**, para restaurar e garantir a segurança na **região** do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas

de gerenciamento de crises. Estas são realizadas ao abrigo da cláusula de defesa coletiva do tratado fundador - artigo 5º do Tratado de Washington ou sob mandato das Nações Unidas, isoladamente ou em cooperação com outros países e organizações internacionais”¹⁷⁶.

Em decorrência disso, a não coincidência é a militarização dos EUA com os seus Comandos Unificados que, como já apontado, foram desenvolvidos concomitantemente à época da criação da OTAN ao final da década de 1940. Nesse caso, estamos nos referindo ao Comando Sul que foi providencial para a execução do Plano Colômbia, trazendo certas implicações para a América Latina como apontado até então.

Ainda sobre a OTAN, Harvey (2004), pensando na lógica territorial através do abandono de alianças fixas dessa organização militar com EUA, afirma que:

Alianças fixas (como a OTAN) devem ser abandonadas (elas são demasiado restritivas) e devem ser formadas coalizões *ad hoc* caso a caso. Assim, os Estados Unidos não mais se verão obrigados a respeitar as concepções de seus aliados. O país se reserva o direito de seguir sozinho, se necessário com um poder de fogo militar avassalador. Ele reivindica com todas as letras o direito de atacar preventivamente a fim de evitar ataques químicos, biológicos e nucleares, proteger o acesso à matérias-primas estratégicas e vitais (como o petróleo) e proteger-se de ataques terroristas ou outras ameaças (como o estrangulamento econômico). [...] Apesar de proporem agora o abandono das alianças fixas, os Estados Unidos ainda se apegam à OTAN, a despeito de sua irrelevância geral, dado o fim da Guerra Fria, em parte porque isso mantém o planejamento e o desenvolvimento militar europeus sob o comando norte-americano. Os Estados Unidos apoiam, por exemplo, a ideia de que a Europa desenvolva sua própria força militar de resposta rápida, mas desde que ela permaneça sob o comando da OTAN. O fato de esta última não corresponder à União Européia é para os Estados Unidos uma clara vantagem, pois dificulta ainda mais a tradução da lógica territorial numa força militar e política coerente (p. 71-73).

Assim, nessa lógica territorial de “abandono das alianças fixas”, digamos que as primeiras aproximações entre a OTAN e a Colômbia datam o período presidencial de Uribe quando os EUA consideraram a Colômbia como um candidato potencial a aliado da organização militar. Em 2009, Obama e Uribe assinaram um acordo militar que previa o livre acesso dos EUA às bases militares localizadas no território colombiano (ver figura 22). Mas as negociações somente tiveram avanços mais significativos durante o governo de Santos.

providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais”. (Retirado de textos oficiais da OTAN. Tradução e grifos nossos). Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm. Acesso em: 11 fev. 2024.

¹⁷⁶ Ver em: <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Em 2013, a Colômbia assinou um acordo com a OTAN sobre cooperação e segurança da informação, que foi aprovada em 2014, sendo o primeiro Estado latino americano a assinar um tratado dessa magnitude junto à organização. Depois de quatro anos, em maio de 2017, a Colômbia foi aceita como aliada estratégica da OTAN no programa conhecido como Parceria Individual do Programa de Cooperação (PICP), cujo objetivo final foi estabelecer “valores e estratégias democráticas em questões de segurança internacional que incluem atividades de educação e treinamento militar, de segurança marítima, de boa governança, de aplicação de boas práticas e transparência” (GONZÁLES MARTINÉZ *et al.*, 2022).

Figura 22 - Acordo militar entre Uribe e Obama
em 2009



Fonte: Brasil de Fato¹⁷⁷.

Assim, no ano de 2018, ao final do mandato de Santos, a Colômbia formalizou seu ingresso na OTAN e se converteu em uma aliada estratégica global da organização militar, se tornando o

¹⁷⁷ Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/31/plano-militar-entre-colombia-e-eua-poe-em-risco-paz-regional-dizem-analistas>. Acesso em: 23 fev. 2024.

primeiro Estado da América Latina a ganhar essa condição. Ser membro da OTAN é um direito reservado apenas aos países europeus, aos EUA e ao Canadá, mas permite à Colômbia acessar uma série de importantes relações de cooperação para garantir a defesa de seu território, alinhada a política externa e a militarização estadunidenses sobre territórios latino-americanos. Atualmente, além da Colômbia, outros aliados estratégicos globais são Austrália, Coreia do Sul, Iraque, Japão, Mongólia e Nova Zelândia. Portanto, Gonzáles Martínéz afirma que (2022):

[...] é racional que um ator periférico decidiu ingressar em uma organização multilateral para posicionar subsidiariamente seus interesses [...] na medida em que é protegido pelos interesses do hegemôn. A Colômbia, de fato, decidiu abrir um caminho como um parceiro global da OTAN para encontrar um espaço prático e de baixo custo ao definir sua agenda. [...] fica aberta a discussão sobre a relevância da associação subsidiária de países periféricos para organizações como a OTAN. Em outras palavras, é totalmente útil que a Colômbia queira incorporar-se como parceiro estratégico global da OTAN, para que a organização canalize seus interesses, enquanto as aspirações da Colômbia seguem uma linha semelhante à dos Estados Unidos, o que é altamente possível a partir da nossa tradicional propensão pela doutrina *Respice Pollum* (olhe para o norte) (p. 92-94. Tradução nossa e grifos nossos)¹⁷⁸.

Logo, o autor chega a conclusão que essa aliança da OTAN com a Colômbia por ser tanto uma estratégia de dissuasão como também de contenção. Segundo ele, a estratégia de dissuasão funcionaria como uma ferramenta de desistência do adversário em uma ação contra seus próprios interesses, ou seja, impede a ação sob pena de punição sem significar uma ameaça direta. Ela é uma tática sutil que incorpora diplomacia e poder militar, este último sem que seja necessariamente usado.

E ainda conforme suas concepções, a dissuasão seria o resultado do equilíbrio entre a política externa, a diplomacia e as armas, em que a anexação da Colômbia ao pacto como aliada estratégica se supõe não apenas a realização de seus interesses nacionais através de acordos, mas também pelo fortalecimento de sua posição como ator no cenário regional para projetos políticos e ideológicos antagônicos na região (*op. cit*, 2022, p. 95).

¹⁷⁸ (...) es racional que un actor periférico decida formar parte de una organización multilateral para posicionar subsidiariamente sus intereses (...) en la medida en que quede amparado por los intereses del hegemón. Colombia, efectivamente, decidió abrirse un camino como socio global de la OTAN para encontrar un espacio práctico y poco costoso a la hora de posicionar su agenda. (...) queda abierta por tanto la discusión de la pertinencia de la asociación subsidiaria de países periféricos a organizaciones como la OTAN. En otras palabras, es completamente útil que Colombia quiera incorporarse como socio estratégico global de la OTAN, para que la organización canalice sus intereses, siempre y cuando las aspiraciones de Colombia sigan una línea similar a las de Estados Unidos, lo cual es altamente posible a partir de nuestra tradicional inclinación por la doctrina *Respice Polum* (mirar hacia el norte) (GONZÁLES MARTINÉZ, 2022, p. 92-94).

Já pensando nesse pacto como uma estratégia de contenção, a ideia que Gonzáles Martínez (2022) expressa é aquela que se volta para o código geopolítico da contenção contra a URSS e que agora, frente a evolução do sistema global, Rússia e China seriam os atores mais preeminentes de serem contidos na visão dos EUA. Porém, o mesmo reconhece que essa conduta não poderia necessariamente considerar-se uma genuína estratégia de contenção.

O código geopolítico global da contenção, mesmo com a sua devida importância para análises apresentadas até aqui, foi “acobertado” pelo código geopolítico global da prevenção. Porém, não estamos afirmando que o código da contenção tenha sido extinto. E uma grande constatação a respeito disso, são as contribuições de Bertaccini (2018) quando denomina de militarização imperialista esse processo de militarização estadunidense na América Latina através da OTAN, que se destina à dominação e à exploração dos nossos povos, mencionando que “os EUA são a cabeça desta aliança agressiva criada a mais de sessenta anos”.

Sendo assim, a autora apresenta dois documentos oficiais redatados pelos Comandos de Combates Unificados das Forças Armadas estadunidenses. O primeiro chamado “*Joint Visión 2020. Forças Armadas dos EUA: nos preparando para o amanhã (2000)*”, ou Visão Comum 2020, e o segundo, feito pelo Comando Sul, com o nome “*USSouthcom Strategy 2018*” ou Estratégias para o Comando Sul 2018 (ECS 2018).

A autora denuncia que o primeiro documento, datado no ano 2000, no qual também foi o primeiro ano de execução do Plano Colômbia, que o ele não foi planejado para se pensar em um projeto para o futuro de vinte anos, senão elaborado para um processo de atualização permanente da doutrina militar dos EUA, que tem o enfoque estratégico assentado “na necessidade de se preparar de imediato para um futuro incerto” (JOINT VISIÓN 2020, 2000, p. 58). Este documento foi elaborado pelo Instituto de Estudos Estratégicos Nacionais da Universidade de Defesa Nacional dos EUA, localizada em Washington. Falaremos a seu respeito mais adiante.

O segundo documento, ECS 2018¹⁷⁹, foi escrito em dezembro de 2008, um dos anos de maior dedicação ao Plano Colômbia e dez anos antes dessa fusão OTAN-Colômbia. O mesmo foi elaborado para definir as metas e os caminhos para converter, em dez anos, o Comando Sul dos EUA “em uma organização conjunta e principal agência interinstitucional para buscar a segurança, a estabilidade e a prosperidade das Américas”. O que queremos dizer é que os dois documentos se

¹⁷⁹ Ver em: <https://www.resdal.org/ultimos-documentos/usa-command-strategy.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

pautam no código geopolítico global da prevenção, ou seja, são destinados à ação preventiva militar e permanente diante de um possível futuro ataque inimigo.

Portanto, nossa intenção não é fazer uma análise sobre esses documentos relacionando-os diretamente com o Plano Colômbia, mas apontar alguns discursos intervencionistas e tópicos que julgamos ser pertinentes ao nosso trabalho sobre a militarização estadunidense na América Latina, especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI. O Plano Colômbia é uma das consequências desses processos de militarização configurando-se em um reposicionamento político-militar no Hemisfério Ocidental.

Isso considerado, apresentamos brevemente as quatro metas que são destacadas e estabelecidas para as ECS 2018, pois foi através desse Comando Unificado que o Plano Colômbia constituiu-se como um instrumento de militarização dos EUA. A saber das metas:

- 1) Garantir a segurança no Hemisfério Ocidental. O documento destaca: “Garantimos a defesa avançada dos EUA ao defender os acessos do sul. Devemos manter nossa capacidade de operar no espaço, nas águas internacionais, no ar e no ciberespaço de bens comuns e globais”;
- 2) Promover a estabilidade na região: o Comando Sul “ajudará a focar companhias interagenciais para ir além das atividades tradicionais de cooperação em segurança, como o exercício de ciclos de operações combinadas, multinacionais, antinarcóticos e contatos militares e de defesa, [...] apoiará ativamente as entidades não governamentais interagenciais e as instituições públicas e privadas a fim de melhorar a estabilidade regional, [...] e apoiará fortemente o Financiamento Militar Estrangeiro, para que os países parceiros possam comprar itens militares, serviços e treinamentos dos EUA”;
- 3) Promover alianças: isso “requer um esforço conjunto, que empregue todos os instrumentos da autoridade nacional, incluindo diplomáticos, pessoal de informação, militares, economistas, empresários, pessoal de inteligência e jurídicos. O sucesso futuro também requer o emprego de todos os instrumentos disponíveis, incluindo a interagência e a colaboração com organizações não governamentais”;
- 4) Transformar o Comando: através de uma cultura de inovação adaptada para os desafios e as oportunidades do século XXI “vamos trabalhar para transformar o Comando Sul em uma organização militar tradicional em um Comando Conjunto de Segurança Interagencial para o ano de 2018” (BERTACCINI, 2018, p. 239-240).

Como visto, o documento enumera uma série de objetivos que estão ligados às ações intervencionistas dos EUA na América Latina, abrangendo tanto as atividades especificamente militares, como a instalação de bases, operações militares em conjunto, convênios bilaterais para o treinamento efetivo de policiais e militares dos Estados fronteiriços da região, como outras ações disfarçadas de ajuda humanitária.

Para a realização das quatro metas, Bertaccini (2018) separou alguns trechos sobre os objetivos e estratégias a serem traçadas pelo Comando Sul, que particularmente são preocupantes para a América Latina, que se formularam com o propósito de:

- aumentar o apoio de inteligência, vigilância e reconhecimento para as atividades que visam reduzir o tráfico ilícito e negar refúgio seguro para organizações terroristas em áreas mal governadas;
- juntamente com o “Plano Regional de Guerra contra o Terrorismo”, seguir criando iniciativas de cooperação com os países parceiros, a fim de destruir as conexões do tráfico de drogas com redes terroristas e outras atividades de apoio ao terrorismo;
- trabalhar através de canais político-militares e diplomáticos para expandir a liberdade de movimento dos EUA em todo o Hemisfério Ocidental;
- e ajudar os exércitos nacionais a desenvolver capacidades adicionais que garantam o efetivo governo de seus territórios, especificamente em territórios subgovernados ou em Estados falidos ou fracos que podem constituir um refúgio para o terrorismo.

As sentenças são bastante claras. O Comando Sul, com suas imposições, revigora ainda mais a nossa tese de que o Plano Colômbia é um plano de reposicionamento político-militar, o que nos isenta de maiores comentários. Mas, no ano de 2018, podemos frisar três eventos significativos que mudaram as relações de poder: 1) “ano de encerramento” das metas a serem alcançadas pelas ECS 2018, 2) o reconhecimento da Colômbia como parceira global da OTAN e 3) o último ano de mandato do ex-presidente colombiano Santos, o qual foi responsável pela formalização da parceria com essa organização internacional (op. cit, p. 240-241).

Essa tríade de combinações, especialmente com a Colômbia como aliada estratégica da OTAN, tem como um de seus pilares todo o processo de militarização implementado também com o Plano Colômbia na América Latina que, de forma acelerada, não somente robusteceu as Forças Armadas e policiais colombianas e a própria OTAN, mas garantiu mais um aliado para o sistema

hegemônico estadunidense através de uma política de “prevenção permanente diante de uma futura guerra hipotética”.

Nesses princípios, pode-se dizer que a essência do Plano Colômbia ainda está à pleno vapor, onde a política externa de segurança dos EUA continua a intervir militarmente de forma direta na política interna dos Estados latino-americanos, de modo a privilegiar e sustentar a sua presença. Isso não se difere para as implicações no conflito interno colombiano.

Dentre as estratégias alcançadas pelas ECS 2018 foi, de forma direta ou não, a aliança militar estratégica entre a OTAN e a Colômbia. Pois, o Estado colombiano confere aos interesses dos EUA a segurança no Hemisfério Ocidental, a estabilidade para a região e a promoção de alianças. Tais estratégias também vão de encontro com as estratégias adotadas no documento “*Joint Visión 2020. Fuerzas Armadas de los Estados Unidos: nos preparando para el mañana (2000)*” ou, o que chamaremos de, Visão Conjunta 2020¹⁸⁰.

Esse documento foi elaborado pela Defesa Nacional dos EUA e, como já dito por Bertaccini (2018), seria uma atualização permanente da doutrina militar estadunidense. Este documento foi lançado no início dos anos 2000, em que suas metas e objetivos deveriam ser cumpridos dentro de um prazo de 20 anos. Lembrando que nos anos 2000, também deu-se início o Plano Colômbia. De acordo com a Visão Conjunta 2020, a Defesa Nacional dos EUA se considera como:

indivíduos dedicados e organizações inovadoras para transformar a força conjunta no século XXI para alcançar o domínio total do espectro: persuasivo na paz, decisivo na guerra e preeminente em qualquer forma de conflito. (...) Se as Fuerzas Armadas forem mais rápidas, mais letais e mais precisas em 2020 do que são hoje, debemos continuar a invertir e desenvolver nuevas capacidades militares (*JOIN VISIÓN 2020, 2000, p. 58. Tradução nossa*¹⁸¹).

Esse “domínio total do espectro” é a base desse documento e o mesmo que apresentamos com a ideia de “espectro eletromagnético” de Santos (1996) e as contribuições da autora Ceceña (2005) no subitem 2.3. Dessa maneira, sobre o seu contexto estratégico na Visão Conjunta 2020:

¹⁸⁰ Ver em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA526044.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

¹⁸¹ Dedicated individuals and innovative organizations transforming the joint force for the 21st century to achieve full spectrum dominance: persuasive in peace, decisive in war, preeminent in any form of conflict. (...) If the Armed Forces are to be faster, more lethal, and more precise in 2020 than they are today, we must continue to invest in and develop new military capabilities (*JOIN VISIÓN 2020, 2000, p. 58*).

[...] os Estados Unidos continuarão a ter **interesses globais** e serão engajados com vários **atores regionais**. Nossa segurança e interesses econômicos, bem como nossos valores políticos, darão o ímpeto para nossos compromissos com nossos **parceiros em nível global**. A Visão Conjunta 2020 deve estar **preparada** para “vencer” em todo o espectro de **operações militares** em qualquer lugar do mundo, para operar com forças multinacionais e para coordenar **operações militares**, conforme necessário, com agências de governos e organizações internacionais (*JOIN VISION* 2020, 2000, p. 59. Tradução nossa e grifos nossos¹⁸²).

Logo, a respeito do conceito de domínio de espectro total, as Forças armadas dos EUA usam o discurso de condução de operações rápidas e sustentáveis alinhadas à combinações de forças projetadas para situações específicas e o domínio global (espaço, mar, ar, terra e informação), com forte poder de atuação na política exterior, afim de alcançar o domínio de espectro total (*id ibidem*, p. 61). Portanto, os trechos dos dois documentos apresentados comprovam a ideologia estadunidense de domínio e hegemonia no mundo para o século XXI através dos processos de militarização.

No documento “*Plan Colombia: una alianza exitosa*”, apresentado no capítulo III, o Plano Colômbia foi considerado finalizado em 2015. Sem embargo, a Colômbia, agora como aliada estratégica da OTAN, nos dá fortes indícios de que a sombra do Plano Colômbia ainda segue pairando em razão da dominação de espectro total almejada pelos EUA.

Assim, os documentos relacionados ao Plano Colômbia, apresentados no capítulo anterior, e os documentos ECS 2018 e Visão Conjunta 2020, não dialogam diretamente entre si, mas contém elementos e propósitos suficientes que se assemelham em “nome” da paz, do fortalecimento da capacidade das Forças armadas e/ou do Estado e da prevenção de combate ao narcotráfico e ao terrorismo em múltiplas escalas.

Em agosto de 2020, ano “limite” de cumprimento dos objetivos e missões da Visão Conjunta 2020, e dois anos depois do “fim” das ECS 2018 e da aliança OTAN-Colômbia, foi anunciado mais um plano militar entre os EUA e a Colômbia. O “novo” plano, denominado de “*Colombia Crece*”, foi instituído entre representantes do governo colombiano do presidente Duque

¹⁸² (...) the United States will continue to have global interests and be engaged with a variety of regional actors. Transportation, communications, and information technology will continue to evolve and foster expanded economic ties and awareness of international events. Our security and economic interests, as well as our political values, will provide the impetus for engagement with international partners. The joint force of 2020 must be prepared to win across the full range of military operations in any part of the world, to operate with multinational forces, and to coordinate military operations, as necessary, with government agencies and international organizations (*JOIN VISION* 2020, 2000, p. 59).

(2018-2022), apadrinhado político de Uribe (sempre bom lembrar), e representantes do governo estadunidense de Donald Trump (2017-2021).

O plano foi “apelidado” de o “novo Plano Colômbia”, sendo citado pela própria imprensa local e pelo até então diretor geral da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA, Adam Boehler, quando afirmou que sua ida à capital colombiana era para “falar sobre o novo Plano Colômbia para focar no desenvolvimento econômico e na segurança da Colômbia”. Outro representante estadunidense, foi Craig Faller, chefe do Comando Sul em 2018.

Segundo informações divulgadas pelo jornal *El Espectador*, sobre o “novo Plano Colômbia”, o presidente Iván Duque e Robert O’Brien, conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, anunciaram a iniciativa *Colombia Cresce* “como uma estratégia que se concentraria em um novo programa de cooperação para alocar recursos para o desenvolvimento das regiões, melhorias de infraestrutura e combate às organizações criminosas nos territórios”¹⁸³.

Outras informações também de fontes locais, como o jornal *El Tiempo*¹⁸⁴ e a página oficial de imprensa da presidência¹⁸⁵, disseram que Duque assinalou que “o governo dos EUA têm visto a importância da Colômbia no combate ao narcotráfico e ao terrorismo”.

No início do “novo Plano Colômbia”, previu-se, para os três primeiros anos, um investimento de 5 bilhões de dólares e o deslocamento de tropas militares na fronteira com a Venezuela¹⁸⁶. O plano ganharia contornos ainda mais delicados quando se considera que o “inimigo” a ser declarado é difuso. Nas palavras fantasiosas de O’Brien:

¹⁸³ Em reportagem do jornal *El Espectador*, do dia 17/08/2020, foi feito o seguinte enunciado: “Presidente Duque e missão de Trump lançam o “novo Plano Colômbia”. Ver mais em: <https://www.elespectador.com/politica/presidente-duque-y-mision-de-trump-lanzan-un-nuevo-plan-colombia-article/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

¹⁸⁴ Em reportagem do jornal *El Tiempo*, do dia 18/08/2020, teve o seguinte enunciado: “EUA e Colômbia anunciam nova estratégia binacional”. Ver mais em: <https://www.eltiempo.com/mundo/eeuu-y-canada/colombia-crece-el-nuevo-plan-bilateral-entre-colombia-y-estados-unidos-530250>. Acesso em: 19 jan. 2024.

¹⁸⁵ Hoy reafirmamos nuestros esfuerzos conjuntos por fortalecer el Estado de Derecho, la gobernabilidad, mejorar las oportunidades económicas y también mejorar la infraestructura vial y, lo que es aún más importante, combatir el narcotráfico. La idea es llegar a esos municipios donde tenemos necesidades de vías terciarias, de agua y saneamiento, de electrificación, de educación, y cómo también generar ingresos alternativos lícitos para muchas de esas familias que han sido amenazadas y que han sido muchas veces presionadas por los grupos armados ilegales. Esto nos permitirá llegar a estas comunidades con herramientas productivas, con créditos de largo plazo, con apoyo interinstitucional del Estado colombiano, así como de agencias del gobierno de Estados Unidos. Ver mais em: <https://idm.presidencia.gov.co/prensa/colombia-y-eeuu-lanzan-la-iniciativa-colombia-crece-para-combatir-el-delito-y-al-mismo-tiempo-llevar-inversion-200817>. Acesso em: 30 mar. 2024.

¹⁸⁶ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/31/plano-militar-entre-colombia-e-eua-poe-em-risco-paz-regional-dizem-analistas>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Hoje **reafirmamos** nossos esforços conjuntos para fortalecer o estado de direito, a governança, melhorar as oportunidades econômicas e também melhorar a infraestrutura rodoviária e, o que é ainda mais importante, **combater o tráfico de drogas** com estratégia de Estado de **curto, médio e longo prazo**. A ideia é chegar aqueles municípios onde precisam de estradas terciárias, água e saneamento, energia, educação, e também como gerar alternativas lícitas de rendimento para as famílias que foram ameaçadas e muitas vezes pressionadas por grupos armados ilegais. Isso nos permitirá chegar a essas comunidades com ferramentas produtivas, com **créditos de longo prazo**, com o **apoio interinstitucional do Estado colombiano, mas também das agências do governo dos Estados Unidos** (Imprensa oficial da Presidência da Colômbia. Reportagem do dia 17/08/2020. Bogotá. Tradução e grifos nossos).

Um dos pontos polêmicos do “novo plano” foi o aumento da autorização do livre acesso de militares estadunidenses na Colômbia, que já havia sido iniciado ainda no período do governo Uribe, passando mais uma vez por cima da Constituição e do Parlamento colombiano. Portanto, se consolidando em mais uma etapa do processo de militarização dos EUA na América Latina com a ideologia da dominação de espectro total, sem considerar as implicações do conflito interno colombiano.

Adicional a isso, durante a divulgação do “novo Plano Colômbia”, O’Brien e Duque foram explícitos em rechaçar o governo da Venezuela presidido por Nicolás Maduro (2013-), considerado um dos maiores opositores tanto do governo estadunidense de Trump como o do governo colombiano de Duque. Ambos não reconheceram a legitimidade presidencial de Maduro.

Um dado bastante relevante, é que um ano antes da assinatura do “novo Plano Colômbia”, em 2019, a Colômbia passou por uma grande onda de insatisfação popular com o presidente Duque, que se sucederam no ano de 2020, instabilizando o país.

Na época, a jornada de protestos e manifestações foi qualificada como greve nacional pelas principais lideranças sindicais e de movimentos sociais. Há mais de 40 anos não havia uma greve geral de tamanha dimensão nacional e de mobilização no país. Também foram registrados protestos de colombianos no exterior como Argentina, Austrália, Alemanha, França, Suíça, Espanha e Reino Unido.

Dentre as reivindicações, exigia-se a não aprovação do pacote de medidas da reforma tributária que estava em votação no Congresso, o que causariam fortes impactos negativos nos setores econômicos e sociais, afetando principalmente a classe trabalhadora e as gerações futuras; prejudicariam os investimentos na saúde e na educação, já que são setores dominados pelo capital privado.

O fim das ações violentas e dos abusos policiais, como do Esquadrão Móvil Antidistúrbios (ESMAD)¹⁸⁷; o cumprimento das pautas do Acordo de Paz de 2016; e o fim dos assassinatos de lideranças indígenas, sociais e de ex-guerrilheiros, também foram outros motivos que levaram às ruas milhares de pessoas. Segundo levantamento realizado pelo INDEPAZ, somente em 2020, foram registrados 61 massacres em todo o território colombiano, contabilizando mais de 200 vítimas mortais¹⁸⁸.

Assim, diante dessa onda de violência, que tanto fragilizou as relações internas na Colômbia, o plano *Colombia Crece*, concretado no esboço do Plano Colômbia, aparece como mais um plano de reposicionamento político-militar dos EUA, isto é, um reordenamento territorial que mais que reacende sua condição hegemônica na região, mas também o papel da Colômbia em sua política externa de defesa e segurança, especialmente por se tratar de uma aliada estratégica da OTAN.

Sobre esse critério de reordenamento territorial entre os dois Estados na América Latina, este deve ser compreendido sob a ótica não apenas de uma integração multiescalar e multiterritorial, combinando espaços político, econômico, cultural e “natural”, como também pelas múltiplas escalas e formas espaciais em que são manifestadas (HAESBAERT, 2006).

Nesse sentido, ignorar a complexidade, as dinâmicas das transformações socioespaciais e as implicações no conflito interno colombiano após o Acordo de Paz de 2016, não pensando em uma relação entre a sua sociedade e o seu espaço, é retornar às velhas políticas e práticas de domínio e controle territoriais através de novos processos e instrumentos de militarização. Estes tanto tencionam a vida cotidiana nos Estados latino-americanos, bem como as relações de poder que se *(re)*instauram na América Latina em virtude dos interesses de acumulação de capitais estadunidenses.

¹⁸⁷ O ESMAD é a tropa de choque da Polícia Nacional e foi criada em 1999 durante a gestão do presidente Pastrana (1998-2002), mesmo ano de criação do Plano Colômbia. Segundo o *Centro de Investigación y Educación Popular* (CINEP), desde sua criação até o ano 2019, o ESMAD, com o apoio do exército colombiano, foi responsável por 43 casos de “execuções extrajudiciais”. Desses 43 casos, 26 ocorreram em meio a essa mobilização social de 2019. O jovem Dilan Cruz (18 anos), assassinado no dia 23/11/2019 pelo ESMAD em Bogotá, tornou-se o símbolo das manifestações na Colômbia. Ver mais em: <https://www.utadeo.edu.co/es/articulo/crossmedialab/277626/las-43-muertes-que-involucran-al-esmad-antes-del-21n> e <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50593913>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹⁸⁸ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/21/quais-as-origens-da-violencia-na-colombia>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das reconfigurações das relações de poder em territórios da América Latina no contexto da militarização estadunidense através do Plano Colômbia, amparado pelo código geopolítico global da prevenção, revela-nos importantes contradições após a assinatura do Acordo de Paz de 2016 e algumas implicações e desafios quanto ao conflito interno colombiano.

Desvendar a militarização do Plano Colômbia passa por desvendar o processo simultâneo de controle e domínio dos EUA no sistema internacional que atingiu todas as partes do globo. E partindo dessa escala global, riscando as linhas no território e no discurso de combate às drogas e ao terrorismo, os Comandos Unificados de Combate dos EUA, especificado por nós pelo Comando Sul, são os exemplos mais bem estruturados dessa militarização voltada às dinâmicas globais de defesa e segurança.

Essas dinâmicas são manejadas principalmente pelas grandes potências europeias e pelos EUA por meio de um poder global. E esse poder para ser global tem que territorializar, o que define as características e os poderes desses atores hegemônicos de acordo com seus objetivos e estratégias. Com o Plano Colômbia, como uma estratégia de reposicionamento político-militar estadunidense no Hemisfério Ocidental, o Estado colombiano transferiu parte de suas funções soberanas para os EUA através de instâncias supranacionais com diferentes recortes geográficos, territoriais e institucionais.

A transposição da segurança interna do Estado colombiano para a esfera externa supranacional dos EUA foi uma estratégia entre os Estados através do reconhecimento recíproco de seus ex-presidentes, para favorecer e assegurar as redes e os fluxos de capitais para enfrentar as ameaças comuns, como as guerrilhas de esquerda na Colômbia. Isso não quer dizer que essas estratégias sirvam apenas para o enfrentamento do “inimigo interno”, mas também para enfrentar as ameaças de governos estatais regulares com estratégias contra o poder hegemônico.

Nada indica que o Plano Colômbia se limite aos rearranjos espaciais e/ou territoriais voltados somente ao processo de militarização, mas também para a acumulação de capitais através de desapropriações e da apropriação de recursos naturais na América Latina para a manutenção da própria lógica de acumulação do sistema capitalista.

Em nosso trabalho, o que buscamos fazer foi demonstrar os diferentes processos de militarização dos EUA centrado no Plano Colômbia e algumas implicações sobre o conflito interno colombiano com a assinatura do Acordo de Paz de 2016. O Plano Colômbia é tanto uma linha de separação quanto de aproximação entre o interno e o externo de Colômbia e EUA.

De separação, no sentido de que o Plano Colômbia foi executado para assegurar as estratégias da política externa de segurança e defesa dos EUA, sem levar em consideração os contextos geohistóricos do conflito interno colombiano desencadeado ao longo do século XX. E de aproximação, no sentido de que o Plano Colômbia fortaleceu não apenas internamente o poder militar das Forças armadas e policiais da Colômbia como aliada estratégica da OTAN, mas também o poder militar externo dessa organização.

O Plano Colômbia é, simultaneamente, uma ferramenta política, acumulação de capital, apropriação de recursos naturais e humanos, instrumento de militarização, corpo institucional e objeto de pesquisa. Ele possui extensões e características diferentes de acordo com as periodizações e as estratégias de cada governo, com transformações territoriais distintas, além de ser subdividido de maneiras diferentes. Ele também pode ser analisado em termos simétricos entre Estados nacionais e/ou em termos de subserviência e de doutrinas ligadas à subordinação externa sobre territórios da América Latina.

No caso latino-americano, buscamos problematizar alguns processos formativos do próprio recorte da região. A América em si, após o processo de independência, pode ser marcada por dois eventos. O primeiro por um processo de indiferença dos EUA com os demais Estados, e o segundo por um processo de domínios e controle territoriais, que ora foi subordinada à potência hegemônica, ora buscou alcançar de forma relativa alguma autonomia.

Ambos estão relacionados à estratégia estadunidense global e hemisférica e à maneira de equilibrar na balança as relações de poder do sistema internacional conectado à América Latina, que estão circunscritos na Doutrina Monroe, no Destino Manifesto, nas influências da Guerra Fria e da “guerra ao terrorismo”. No caso colombiano, as doutrinas *Respice Pollum* e *Respice Similia* correspondem a essas questões.

Diante desses dilemas surgiram algumas hipóteses: o desenvolvimento da militarização estadunidense na América Latina através da construção hegemônica e práticas imperialistas, e a experiência colombiana com o Plano Colômbia e as suas implicações sobre o conflito interno, especialmente após a assinatura do Acordo de Paz de 2016.

A Colômbia, agora como aliada estratégica da OTAN, se configura não somente como um Estado militarizado, mas um Estado que tem desafios a serem enfrentados em nome da segurança contemporânea global para dar respostas quanto às ameaças consideradas transnacionais, sendo o resultado da produção de um modelo para se pensar a segurança na periferia do capitalismo.

Muitos outros desafios também estão agora sob a responsabilidade de Gustavo Francisco Petro Urrego¹⁸⁹. Não poderíamos deixar de mencionar o primeiro presidente de um partido de esquerda na República da Colômbia. Em agosto de 2022, ele assumia a presidência, sendo o 56º da história do país. Petro foi guerrilheiro do extinto grupo M-19 e irá governar a Colômbia até 2026.

Em uma vitória histórica, em meio ao acirramento da bipolarização política na sociedade colombiana, Petro foi eleito com 50,4% dos votos¹⁹⁰. Importante acentuar também que a vice-presidente eleita, Francia Márquez, foi a primeira mulher afrodescendente a ocupar o cargo. Sua ascensão na política começou com os resultados eleitorais históricos na consulta da coalizão de esquerda na Colômbia¹⁹¹.

Nascido em 1960, em Ciénaga de Oro, Córdoba, ao norte da Colômbia, Petro concorreu à presidência da República pela terceira vez (2010 e 2018) como candidato oficial de esquerda. Petro foi bastante criticado pela oposição e pela mídia por ser ex-guerrilheiro do M-19, cujo entrou para o grupo com 17 anos (1977) e permaneceu até março de 1990. Lembrando que este mesmo grupo tomou o Palácio da Justiça em 1985, como dialogado no subcapítulo 2.2, embora Petro não tenha tido participação direta no caso¹⁹².

¹⁸⁹ Petro se formou em economia pela Universidade Externado da Colômbia. Após terminar os estudos universitários, foi eleito deputado pela ANAPO (voltar ao capítulo II) em 1981 e vereador de Zipaquirá de 1984 a 1986. Após se desmobilizar do grupo guerrilheiro M-19, viajou para a Bélgica, como parte das negociações quando deixou a guerrilha, onde se formou em Meio Ambiente e Desenvolvimento Populacional na Universidade Católica de Louvain. Em seguida, iniciou seu doutorado em Novas Tendências em Administração de Empresas na Universidade Jorge Tadeo Lozano e na Universidade de Salamanca.

¹⁹⁰ Com a coalisão “Pacto Histórico”, no primeiro turno, Petro obteve 40,34% dos votos válidos contra 28,17% de Rodolfo Hernández, seu maior adversário. No segundo turno, Petro conquistou 50,44% dos votos contra 47,31% de Hernández.

¹⁹¹ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-francia-marquez-vice-presidente-eleita-da-colombia/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

¹⁹² Na época da tomada do Palácio da Justiça, Petro estava preso no Exército pelas participações no grupo M-19. Ele contou que as autoridades o espancaram e o eletrecutaram. Ver mais em: <https://www.nytimes.com/live/2022/05/29/espanol/elecciones-colombia-resultados?smid=url-share#gustavo-petro-guerrilla>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Após se desmembrar do M-19, Petro foi assessor do gabinete de governo de Cundinamarca e representante da Câmara nos anos 1990. Por questões de segurança teve que se exilar e foi nomeado diplomata em Bruxelas durante o governo de Samper, em 1994, e teve uma tentativa frustrada de ser prefeito de Bogotá em 1997. Alguns anos depois, conseguiu ser eleito como um dos representantes da Câmara em 2002. Em 2006, mudou-se para o Senado pelo Partido Polo Democrático Alternativo. Foi o prefeito de Bogotá entre 2012 e 2015¹⁹³ e senador da República pelo período de 2018 a 2022.

Antes de tornar-se presidente, Petro foi (e é) um dos maiores opositores ao governo de Uribe e também ao modelo de militarização conduzido na Colômbia para o combate ao narcotráfico voltada para uma política de guerra às drogas. No mês seguinte à sua eleição em 2022, Petro participou da 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York nos EUA. Durante pouco mais de vinte minutos, Petro discursou na Comissão de Consolidação da Paz.

Em seu discurso¹⁹⁴, ele acusou os países desenvolvidos pela destruição da Amazônia, questionou a exploração sobre os recursos naturais, propôs o fim da irracional guerra contra as drogas, além de pedir uma reforma do sistema financeiro internacional. Petro fez uma abordagem crítica sobre o conflito interno colombiano, contrariando as tradições históricas e diplomáticas que a Colômbia apresentou com seus governos passados¹⁹⁵. Assim, ao finalizar seu discurso afirma que “sem justiça social, não há paz social”.

Mas, de que maneira, o governo de Petro interrompe com a trajetória anterior?

Pouco meses antes de sua posse, o atual presidente estadunidense Joe Biden (2021-2024) apresentou um orçamento de 5,8 trilhões de dólares para o ano fiscal que começou em outubro de

¹⁹³ Em 9 de dezembro de 2013, a Procuradoria Geral da Nação decidiu destituí-lo do cargo de Prefeito de Bogotá e desqualificá-lo por 15 anos de cargos públicos por supostamente ter afetado a saúde pública devido à crise de lixo ocorrida na capital nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 2012. A Petro coube interpor recursos perante ao Tribunal Superior de Cundinamarca e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que concederam medidas cautelares a seu favor. Não obstante, a decisão do Tribunal foi revertida pelo Conselho de Estado em 14 de janeiro de 2014, e a decisão da Comissão foi rejeitada pelo Presidente da República, que executou a extinção em 19 de março de 2014, nomeando Rafael Pardo como substituto e prefeito responsável. No entanto, em 22 de abril de 2014, o Tribunal Superior de Bogotá ordenou ao Presidente da República o cumprimento das medidas cautelares expedidas pela Comissão, e Petro foi reintegrado após 35 dias de demissão.

¹⁹⁴ Ver: <https://indepaz.org.co/wp-content/uploads/2022/09/Discurso-ONU.-Gustavo-Petro-Urrego.-COL.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

¹⁹⁵ Ver: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-62975726>. Acesso em: 10 dez. 2023.

2023, dos quais 453 milhões de dólares foram alocados para a Colômbia para “combater o narcotráfico, desenvolvimento econômico e assistência humanitária”.

Esse valor estipulado no orçamento foi 8% maior em relação ao valor alocado no ano anterior. Dessa forma, a Colômbia receberia um adicional de 41 milhões de dólares dos EUA. Biden confirmou que designou a Colômbia como o principal aliado “não-OTAN”¹⁹⁶, ou seja, como a principal aliada estratégica global da organização militar.

E em sua primeira visita aos EUA como presidente da Colômbia, em abril de 2023, Petro e Biden se reuniram e dialogaram sobre os mais variados assuntos. Dentre os quais alterações climáticas, migrações e tráficos de drogas, além de apelar aos EUA para aliviarem as sanções contra a Venezuela, um dos centros da conversa, citando a sua instabilidade econômica e a crise migratória¹⁹⁷.

Um ano antes de visitar Biden, Petro retomou os acordos de paz com o ELN em que as negociações foram realizadas em Caracas, na Cidade do México e em Havana¹⁹⁸. Em 2024, foi a vez de retomar os diálogos com os dissidentes das FARC¹⁹⁹.

Até o período mencionado, as iniciativas de Petro não estão totalmente definidas e os desafios estão abertos, uma vez que existe uma complexidade que dificulta diferenciar algumas situações conjunturais e que também dificultam na mudança das estruturas que estão relacionadas aos contextos do conflito interno colombiano. O que essa complexidade nos coloca é um campo de possibilidades e disputas, no qual o território, como conceito, como forma e/ou conteúdo, como relação e/ou estratégia, passa a ser caracterizado por sua radical dimensão política.

Após quase 10 anos da assinatura do Acordo de Paz de 2016, as transformações territoriais e as práticas socioespaciais, principalmente aquelas onde há presença dos cultivos de coca, alto número de deslocamentos forçados e à reincorporação coletiva de ex-combatentes das FARC-EP à vida civil, necessitam superar as condições de vulnerabilidade das comunidades campesinas,

¹⁹⁶ Ver: <https://www.infobae.com/br/2022/03/29/biden-mantem-apoio-a-colombia-em-seu-plano-de-orcamento-para-2023/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

¹⁹⁷ Ver: https://www.aljazeera.com.translate.goog/news/2023/4/20/colombian-president-petro-meets-with-biden-in-washington-dc?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 12 dez. 2023.

¹⁹⁸ Ver: <https://interessenacional.com.br/portal/os-desafios-das-negociacoes-de-paz-entre-o-governo-colombiano-e-o-eln/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

¹⁹⁹ Ver: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20240623-comienza-el-di%C3%A1logo-de-petro-con-la-disidencia-del-ex-n%C3%BAmero-dos-de-las-farc-de-colombia>. Acesso em: 18 jan. 2023.

indígenas e afro-colombianas, que resistem e lutam por seus territórios, permitindo assim a sua verdadeira inserção nas participações política e cidadã da Colômbia.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E. Garantindo a paz: O Brasil e o processo de paz com o ELN da Colômbia. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro: Revista Artigo Estratégico, n. 35, p. 1-31, 2018.

ÁLVAREZ, J. E. Plan Colombia: Ensayos críticos. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 2001.

_____. El Plan Colombia y la intensificación de guerra: Aspectos globales y locales. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 1ª ed., 2002.

_____. El Plan Colombia y la actual fase de acumulación de capital. Revista Espacio Crítico. Setembro, 2013.

ALVES, A. R. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Imperialismo e fragmentação do espaço. São Paulo: Contexto, 2002.

ARANGO, C. Respice Polum: las relaciones entre Colombia y EE. UU. en el siglo XX y los usos (y abusos) de una locución latina. Historia y Sociedad, p. 175-201, 2010.

ARENAS, J. Diario de la resistência de Marquetalia. Bogotá: Abejón Mono, 1972.

ARZATE, I. F. Geopolítica crítica: reflexiones teóricas sobre la espacialidad de la dominación. In: Geopolítica, territorio y gobernanza multinivel. XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Centro de publicaciones PUCE, 1ª ed., p. 107-129, 2022.

AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BECKER, B. A Geografia e o resgate da Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2. IBGE, 1988.

_____. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: Geografia conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (RJ), 1995.

_____. A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira. *Geographia*. Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF, Niterói (RJ), UFF/EDD, ano 6, nº 11, 2004.

BERTACCINI, R. Militarización imperialista: máscaras nuevas para proyectos viejos. *Revista Tensões Mundiais, [S. l.]*, v. 6, n. 11, p. 233-249, 2018.

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. Tradução de Érica Cristina de Almeida Alves. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 22, nº 44, p. 289-321, 2009.

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

BORON, A. América Latina en la geopolítica del imperialismo. Buenos Aires: Luxemburg, 1ª ed., 2012.

BOURDIEU, P. O Poder simbólico. Difel/Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BUONO, R. A. El Plan Colombia/La Iniciativa Regional Andina: ¿Hacia la guerra o la concertación? Foro Nacional de Análisis de Relaciones Internacionales en la Ciudad de Panamá. Octubre, p. 210-237, 2001.

CAIXETA, T. C.; MENDONÇA, F. A. P. O narcotráfico na Colômbia e a implementação do Plano Colômbia no início dos anos 2000. Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

CAMACHO, A. e MEJÍA, D. Consecuencias de la aspersión aérea en la salud: Evidencia desde el caso colombiano. Bogotá: Uniandes, 2013.

CERVEIRA, N. Rumo à Operação Condor – Ditadura, tortura e outros crimes. Projeto História, São Paulo, nº. 38, p. 97-118, jun. 2009.

CAMPOS, A. Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª ed., 2004.

CASTAÑO, J. G. Retos, posibilidades y alcances de la implementación del Acuerdo Final de Paz en Colombia. Documentos de Políticas Públicas. Centro de Pensamiento y Seguimiento al diálogo de paz. UNAL, diciembre de 2018.

CASTRO, A. D. A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Cap. I., 2009.

CASTRO, C. A. [y otros cinco]. Aporte a la verdad: contexto de la fuerza pública para la memoria histórica. Bogotá: Universidad Sergio Arboleda, 736 p., 2022.

CASTRO, I. O problema da escala. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1995.

CARVALHO, M. C. A. Metamorfoses de um Estado em um contexto liberal: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina. Tese de doutorado (UFF), 2010.

CAYCEDO, J. Impacto regional do conflito colombiano na América Latina. In: Hegemonias e emancipações no século XXI. Buenos Aires: CLASCO, 1ª ed., 2005.

CECEÑA, A. Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. In: DOS SANTOS, Theotonio. Globalização: dimensões e alternativas. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Hegemonias e emancipações no século XXI. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLASCO, 1ª ed., 2005.

_____. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. CLASCO, Buenos Aires, 2006.

_____. Territorialidad de la dominación: la integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Observatorio Latinoamericano de Geopolítica (OLAG), 2007.

_____. Procesos emancipatorios y militarización de Nuestra América en el siglo XXI. Línea Sur. Revista de Política Exterior, v. II, p. 83-103, 2013.

CENTRO Nacional de Memoria Histórica. Una sociedad secuestrada. Bogotá: Imprenta Nacional, Capítulo I, 2013. Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/wp-content/uploads/2020/01/Una-sociedad-secuestrada.pdf>.

CHOMSKY, N. Um olhar sobre a América Latina. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

_____. Plan Colombia. INNOVAR, Revista de ciencias administrativas y sociales, nº. 16, p. 09-26, jul/dez. 2000.

_____. Contendo a democracia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CORRÊA, R. L. Redes, Fluxos e Territórios: uma introdução. Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, AGB, 1993.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2ª ed., p. 15-47, 2000 [a].

_____. Região e organização espacial. São Paulo: Editora Ática, 7ª ed., 2000 [b].

COSTA, P. B. O Destino Manifesto do Povo Estadunidense e o Espírito Colonizador Ibérico: a expansão e conquista em nome de Deus e a desmistificação do Paraíso na Terra. Revista Espaço Acadêmico (UEM), vol. 12, p. 91-102, 2012.

Departamento Nacional de Planeación. Plan Colombia: Balance de los 15 años (2016).

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1995.

EXECUTIVE Intelligence Review (EIR). Terror contra o Estado Nacional. Rio de Janeiro: Editora Capax Dei, vol. 1, 2001.

FERRO, J. (2002). Las Farc y su relación con la economía de la coca en el sur de Colombia: testimonios de colonos y guerrilleros. 2002. Disponível em: http://www.mamacoca.org/feb2002/art_ferro_Farc_y_coca_Caguan_es.html.

FLORES, M. C. Panorama da (in)segurança internacional. In: Política externa. vol. 13, nº. 3, 2004.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

Fundación Ideas para la Paz (FIP). Trayectorias y dinámicas territoriales de las disidencias de las FARC. Bogotá: Serie Informes, nº 30, 2018.

_____. La Segunda Marquetalia: Disidentes, rearmados y un futuro incierto. Bogotá: Serie Informes, nº 34, 2021.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre (RS): L&PM, 2010.

GALLARDO, J. El Plan Colombia y sus efectos sobre el Ecuador. Quito (Ecuador): Eskeletra Editorial, 2005.

GALLEGO, C. M. FARC-EP: Notas para una historia política 1958-2006. Bogotá: UNAL, 2006.

GAMBINA, J. C. Os rumos do capitalismo, a hegemonia dos Estados Unidos e as perspectivas da classe trabalhadora. In: A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GARZÓN, J.; CAJIAO, A.; TOBO, P.; GARCÍA, J. La Segunda Marquetalia: Disidentes, rearmados y un futuro incierto. Fundación Ideas para la Paz (FIP): Bogotá. Série Informes nº 34, julho de 2021. Disponível em: https://multimedia.ideaspaz.org/media/website/FIP_Infome_SegundaMarquetalia_Final_V7.pdf.

Gobierno de la Republica de Colombia. Anexo I: Plan Colombia: Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado, 1999.

GÓMEZ, G. M. Globalizações e construção do território colombiano. In: Continente em chamas: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONZÁLES MARTÍNEZ, M. A., MONTERO MONCADA, L. A., REYES PULIDO, O. L., e MEJÍA ROSAS, J. L. Colombia y la OTAN: ¿Una alianza estratégica de disuasión o de contención? Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, nº. 17(1), p. 87-100, 2022.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1995.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1999.

_____. Cadernos do cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

_____. Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 3ª ed., 1991.

GUZZINI, S. O retorno da geopolítica na Europa? Mecanismos sociais e crises de identidade de política externa. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, p. 206-214, 1994.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1995.

_____. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, p. 6774-6792, 2005.

_____. Ordenamento Territorial. Boletim Goiano de Geografia, v. 26, p. 117-124, 2006.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. 1ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da Ulbra e da UFRGS, p. 19-36, 2008.

HEIDRICH, A. Fundamentos da Formação do Território Moderno. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América latina após o final da Guerra Fria. Estudos avançados, dezembro, vol. 16, n. 46, 2002.

JOINT VISION, 2020 (Visão Conjunta, 2020). America's military: preparing for tomorrow (Forças Armadas dos EUA: nos preparando para o amanhã). Washington, DC: Oficina de Impresión del Gobierno de EE.UU., p. 57-76, jun. 2000. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA526044.pdf>.

LACOSTE, Y. A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas (SP): Papirus, 1988.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fevereiro de 2006.

_____. Espaço e política. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, I. G.; PINA, R. Hegemonia global distendida e o novo código geopolítico para a América Latina. *Revista Geonorte*, v. 7, p. 147-166, 2013.

LOCASTRE, Aline V. ; FERRAZ, Francisco C. A. Brasil, Estados Unidos e a Política de Boa Vizinhança através da Revista "Em Guarda" (1940-1945). In: VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2011, Londrina, PR. Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH. Editora da Universidade Estadual de Londrina, v. 1. p. 89-105, 2011.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed., 1985.

MERCADANTE, M. A. F. Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. *Revista Neiba - Cadernos Argentina-Brasil*, v. 7, p. 1-16, 2019.

MINEIRO, A. S. Análise da cláusula ambiental nos acordos entre Mercosul e União Europeia e Mercosul e EFTA. INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. REBRIP - Rede Brasileira pela Intergração dos Povos. Brasília (DF), 2021.

MINISTERIO de Defensa. Plan Colombia: una alianza exitosa. Bogotá, 2015. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/eaza/iunr/#p=1>.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Recurso digital. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

MORAES, R. O que é território? In: *Revista Orientação*, São Paulo: USP, n. 5, 1989.

_____. Geografia: pequena história crítica. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

NACIONAL POLICÍA. Dinámicas del servicio de policía en el contexto de la violencia en Colombia. Tomo I. Policía, bandoleros y guerrilla. La incidencia de la violencia política en el nacimiento de las guerrillas y su impacto en el servicio de policía 1948-1973. Bogotá, 280 p., 2018.

NAVARRO, G. Plano Colômbia: ABC de uma tragédia. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, São Paulo: Koorkom, n. 2, 2001.

OLIVEIRA, E. & RODRIGUES, P. A política antidrogas dos EUA como estratégia de controle econômico e político da América Latina. *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*, n. 2, v. 7, 2021.

OROZCO, M. R. Plan Colombia: ¿Estados Unidos ante un nuevo enemigo en América Latina? *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, nº 38, p. 77-115, 2004.

PAGLIARI, G. Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul (1990-2006). Tese de doutorado - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PENAGOS-CARREÑO, J. 1984 representaciones de las Farc en la prensa: guerrilla comunista o narcoguerrilla. *Palabra Clave* 18(1), 12-40, marzo de 2015. DOI: 10.5294/pacla.2015.18.1.2

PEREIRA, H. A. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar na América Latina. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, p. 308-320, 2011.

PETRAS, J. Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo. Uma perspectiva crítica. Tradução: Ruy Jungman. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

_____. Consideraciones de geopolítica. In: *Plan Colombia: Ensayos críticos*. Bogotá: UNAL - Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, p. 196-223, 2001.

_____. Imperialismo e resistência na América Latina. Tradução: Clayton Mendonça Cunha Filho. *Revista Tensões Mundiais*, vol. 1, n. 1: Fortaleza, p. 193-211, 2005.

PINA, R. Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico? Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, 2007.

PINA, R. & CARVALHO, M. C. A Presença Militar Estadunidense na América Latina e a Pré-Configuração de um Território-Rede. In: *Anais do VI Encontro Nacional da ANPEGE*, Fortaleza, 2005.

PINHEIRO, M. R. FARC-EP: meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível? Dissertação de mestrado. UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 269 p., 2015.

PONCE, A. El Plan Colombia y la Iniciativa Regional Andina: Escenarios de una guerra sin deslace. In: *El Plan Colombia y la intensificación de la guerra: aspectos globales y locales*. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 1ª ed., 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Geografia Está em Crise. Viva a Geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, v. 55, p. 5-29, 1978.

_____. AZEVEDO, N. M. A geografia do imperialismo: uma introdução. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59. São Paulo: AGB, 1984.

_____. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. CLACSO, Buenos Aires (Argentina), p. 151-197, 2006.

POSSO, C. El complejo paramilitar se transforma. INDEPAZ. Bogotá: marzo, 2017.

POULANTZAS, N. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RACINE, J-B; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 45, p. 123-135, 1983.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ, S., RESTREPO L. A., ROJAS, D. M., LEÓN ATEHORTÚA, A. y GARCIA, A. El Plan Colombia y la internacionalización del conflicto. Bogotá: UNAL (IEPRI), Planeta, 2001.

RAMPINELLI, W. J. Imperialismo: ele ainda existe? Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 75, p. 10-11, 2007.

REGO-MONTEIRO, L. C. Plano Colombia: novas fórmulas, velhos problemas. Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 25, p. 2, 2007.

_____. Rio de Janeiro “Tipo Colômbia”: jogo de escalas, controle territorial e segurança urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 16, p. 117-133, 2014 [a].

_____. Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana. Tese de doutorado – Instituto de Geociências (UFRJ). Rio de Janeiro, 2014 [b].

_____. Guerra, técnica, espaço e poder. Revista Carbono, v. 1, 2014 [c].

ROJAS-GRANADA, C.; CUESTA-BORJA, R. Los estudios sobre el conflicto armado y la construcción de paz en Colombia desde una perspectiva territorial: abordajes y desafíos. Revista CS, 33, 205-235, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/recs.i33.3995>.

ROJAS, J. La Batalla contra el comunismo en Colombia. Bogotá: Empresa Nacional de Publicaciones, 1956.

ROMERO, Raúl Román e VILLEROS, Vanessa Niño. El día de la Independencia en Colombia. La exclusión de los hechos históricos de la región Caribe. 1821-1919. In: Revista memorias, nº 21, Universidad del Norte, p. 101-129, 2013.

RUIZ, N. El desplazamiento forzado en Colombia: una revisión histórica y demográfica. Estudios Demográficos y Urbanos. Vol. 26, nº. 1 (76), p. 141-177, 2011.

SADER, E. Hegemonia e contra-hegemonia. In: Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI. 1ªed. Buenos Aires: Clacso, v. 1, p. 15-35, 2005.

SALGADO, G; VALAREZO, J. Geopolítica, territorio y gobernanza multinivel. XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Centro de publicaciones PUCE, 1ª ed., p. 13-32, 2022.

SALGADO, N. Relación entre traficantes de cocaína y las FARC: años 80. Revista Cultura y droga. Vol. 15, nº 17, 2010.

SANTOS FILHO, J. E.; CEPIK, M. A. C. Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018). Meridiano 47 (UNB), v. 22, p. 1-17, 2020.

SANTOS, MARCELO. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). Cena Internacional (UnB), v. 8, p. 63-83, 2006.

_____. A política dos Estados Unidos de combate ao narcotráfico e o Plano Colômbia (1998-2005). Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 22, p. 169-188, 2007.

_____. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 53, p. 67-88, 2010.

SANTOS, MILTON. O retorno do Território. In: *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCHILLING, V. EUA X América Latina: As etapas da dominação. Porto Alegre: Mercado aberto, 1991.

_____. América: a história e as contradições do império. Porto Alegre: L&PM editores, 2004.

SILVA, A. A questão agrária na Colômbia: expansão capitalista e conflitos sociais (1961-1962). Tese de doutorado. São Paulo, 2017.

SILVA, C. MODESTO, N. CAMPOS, A. Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, V. G. A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1995.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1, 1ª ed., 2013.

SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. nº 93, 2001.

SUSIN, I. ¡Mataron a Gaitán! Aspectos visuais da violência do Bogotazo. Colômbia, 1948. Revista Tempo, Espaço E Linguagem, v. 9, p. 43-54, 2018.

TAYLOR, J. e FLINT, C. Geografía Política: Economía-mundo, Estado-Nación y Localidad. Madrid, España: Trama Editorial, 2002.

TOKATLIAN, J. Colombia, el Plan Colombia y la región Andina ¿Implosión o concertación? Nueva Sociedad, p. 126-143, 2001.

_____. Colômbia: mais insegurança humana, menos segurança regional. Tradução: Marisa Galdeman. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 129-166, 2002.

TZU, S. A arte da guerra. Tradução: Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

URUEÑA-SÁNCHEZ, M. I., e DERMER-WODNICKY, M. La estrategia contrainsurgente en el conflicto armado colombiano desde el realismo defensivo (1962-1966). Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 15(2), p. 43-56, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18359/ries.4495>.

VAICIUS, I. Una perspectiva hacia el entendimiento del Plan Colombia. In: El Plan Colombia y la intensificación de guerra: Aspectos globales y locales. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 1ª ed., 2002.

VALDÉS, Jorge A. Talpia. Doctrina de la Seguridad Nacional y fascismo dependiente. In: El terrorismo de Estado: la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur. México: Editora Nuevo Imagen, p. 247-283, 1980.

VANEGAS, E.; CALDERÓN, D.; VÉLEZ, A. Trayectorias y dinámicas territoriales de las disidencias de las FARC. Fundación Ideas para la Paz (FIP): Bogotá. Série Informes nº 30, abril de 2018. Disponível em: https://multimedia.ideaspaz.org/media/website/FIP_Disidencias_Final.pdf.

VILLA, R. FOLs: as novas formas da operacionalização da presença militar estadunidense na América do Sul. *Carta Internacional*, 8(1), p. 75-90, 2013.

VILLA, R; OSTOS, M. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. Revista Brasileira de Política Internacional: Brasília, v. 48, n. 2, 2005.

WALLERSTEIN, I. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Tradução Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WEBER, M. Formas de dominação. In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, p. 187-233, 2009.

_____. Três tipos de poder e outros escritos. Tradução de Artur Morão. O ensaio, encontrado no espólio do autor, foi postumamente publicado por Marianne Weber nos Preußischen Jahrbücher,

Vol. CLXXXVII, 1922, p. 1-12, com o subtítulo: Um estudo sociológico. Tribuna da História, Lisboa, 2005.

WOLF, A. El Plan Colombia: implicaciones para el proceso de paz. Ciudad de México: UNAM, Colección El Mundo Actual, 2002.

WOOD, E. Imperialismo dos Estados Unidos: hegemonia econômica e poder militar. In Crítica Marxista. n. 19, Campinas: Editora Revan, 2004.